



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



BIBLIOTECA DA

PRESIDÊNCIA

DA REPÚBLICA

ERNESTO GEISEL

MENSAGEM
AO
CONGRESSO NACIONAL

ABERTURA DA SESSÃO LEGISLATIVA DE 1977



1977



SUMARIO

INTRODUÇÃO

POLITICA ECONOMICO-FINANCEIRA

Apreciação Geral

FAZENDA
TRANSPORTES
AGRICULTURA
INDÚSTRIA E COMÉRCIO
MINAS E ENERGIA
INTERIOR
COMUNICAÇÕES

POLITICA SOCIAL

Apreciação Geral

EDUCAÇÃO E CULTURA
TRABALHO
SAÚDE
PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL

POLITICA EXTERNA

JUSTIÇA

POLÍTICA INTERNA
ORDEM JURÍDICA
SEGURANÇA INTERNA
AÇÃO SOCIAL
MINISTÉRIO PÚBLICO
DOCUMENTAÇÃO — PUBLICAÇÃO E ARQUIVO DE ATOS
OFICIAIS

FORÇAS ARMADAS

ESTADO-MAIOR DAS FORÇAS ARMADAS
MARINHA
EXÉRCITO
AERONÁUTICA

Senhores Membros do Congresso Nacional.

O ano que findou, apesar da dinâmica mobilização do povo para as eleições de 15 de novembro, nas quais o Partido do Governo alcançou consagrada e indiscutível vitória em todos os níveis, e sem embargo de notáveis realizações no campo do desenvolvimento social do país, da ordem e segurança internas — mantidas ambas sem desfalecimentos — ou da política externa vigilante e criadora, foi marcado ainda, como 1975 aliás, com a tônica requerida para o setor econômico-financeiro pela evolução desfavorável tanto do panorama interno como da conjuntura internacional.

Explica-se, assim, o relevo que aos fatos econômicos atribuí, seja no pronunciamento tradicional de fim de ano, seja na abertura da primeira reunião ministerial de 1977, em que a problemática do abastecimento e consumo de combustíveis foi particularmente focalizada. Nas Diretrizes e Prioridades estabelecidas para o corrente ano também, o campo econômico, apreciados sumariamente os resultados de 1976, comandou a atenção.

Perante Vossas Excelências, observadores interessados e argutos analistas do que vai pelo país, não cabe, aqui e agora, repisar considerações e realinhar números que certamente já terão sido objeto de percuciente exame crítico. Limitar-me-ei, assim, a salientar alguns aspectos especialmente relevantes.

No campo econômico, os surtos inflacionários e os desequilíbrios graves do balanço de pagamentos exigem, dos governos, desmedidos e persistentes esforços nem sempre bem compreendidos e, dos povos, elevada dose de sacrifício e resignação.

Minorar a estes, buscando sobretudo resguardar tanto mais de seu impacto as camadas quanto mais pobres e, pois, mais vulneráveis da população, tem sido, desde a hora primeira, preocupação fundamental do meu Governo, por mais que isso sabidamente acrescesse dificuldades novas à tarefa de si ingente. Daí a exclusão, desde logo, das medidas drásticas, de um tratamento de choque, brutal, que tanto se comprazem em recomendar sempre aqueles que melhor se julgam protegidos contra seus efeitos danosos, como se lhes pudessem importunar sequer as filas do desemprego, os salários de fome, a escassez de produtos essenciais, a proletarização da classe média ou a falência de pequenos proprietários nas cidades e lugarejos ou na vastidão semideserta das zonas rurais.

Consciente estava e continua o Governo de que, dessa forma, poderia vir até a desagradar a muitos, oferecendo-se como alvo fácil às críticas irresponsáveis e demagógicas que nunca faltariam. Mas é confiantemente que espera prosseguir nessa linha de ação, alcançando resultados concretos que, embora não se digam brilhantes, sejam realmente os melhores entre os possíveis de obter, sem abalos perigosos à vida nacional nem perturbações desestabilizadoras.

Grande parte das medidas visando ao reajuste indispensável e premente do balanço de pagamentos — notadamente o incentivo às exportações pela desvaloriza-

ção cambial, o bloqueio de importações pelos depósitos compulsórios que aumentam os custos internos, e a liberalização da taxa de juros estimulando o recurso à poupança externa — nunca deixa de produzir seus efeitos inflacionários. E isso bastará para que se veja, desde logo, quão delicado é o mecanismo gerencial da economia que se proponha, ao mesmo tempo, a reequilibrar o balanço de pagamentos e a conter e, depois, comprimir a taxa de inflação. Tudo isso, complicado ainda mais pela defasagem, bem maior do que se pensa, para que medidas adotadas comecem a fazer sentir seus efeitos e, além do mais, por componentes psicológicas em grande parte imprevisíveis.

Assim sendo, êxitos ou reveses em uma das faces do mostrador simplificado que registra a higidez da economia — a do balanço de pagamentos — muitas vezes correspondem, respectivamente, a fracassos ou sucessos do lado oposto — o do combate à inflação. Êxitos sucessivos, dirão os otimistas; fracasso continuado, proclamarão os pessimistas. De fato, nem uma coisa nem outra.

Se a economia expandiu-se bem, com bom índice de crescimento do Produto Interno Bruto e da Renda per capita; se decresceu sua vulnerabilidade em relação ao exterior, com maior volume de reservas internacionais, diversificação maior das exportações tanto em natureza como destino, aumento da produção substitutiva de importações e manutenção, sob controle, do volume destas — inadmissível seria, de todo, uma atitude derrotista. Claro é que se poderiam ter melhorado certos índices em detrimento de outros, e é natural que se aceitasse, ou houvesse mesmo preferido, uma combinação distinta de indicadores como imagem mais sólida e confiável da economia ante o

público interno e; sobretudo, no exterior. Mas, daí a reações negativistas, vai a mesma enorme distância que existe entre a sã objetividade e o emocionalismo doentio.

Ora, sem recorrer-se a larga enumeração estatística, descabida aqui, basta que se diga: em 1976,

- o Produto Interno Bruto cresceu de 8,8% (estimativa preliminar);
- a Renda per capita elevou-se de 5,8% durante o ano, ultrapassando de 1.100 dólares;
- nossa dívida externa bruta passou de 21,2 bilhões de dólares em 1975 para 27,2, mas as reservas de divisas subiram a 6,5 bilhões de dólares (acima dos níveis atingidos em 73, antes da crise do petróleo), reduzindo, assim, a dívida externa líquida;
- as exportações diversificadas em produtos básicos, manufaturados e semimanufaturados e incluindo significativa parcela de bens de capital superaram em 17% o montante de 1975, chegando a 10,1 bilhões de dólares;
- enquanto as importações, num total de 12,3 bilhões, mantiveram virtualmente o mesmo nível de 1975, contribuindo para substancial redução do deficit na balança comercial (de 4,6 e 3,5 bilhões em 74 e 75 para 2,2 bilhões).

É certo que os indicadores da inflação subiram bastante, havendo o índice geral de preços (disponibilidade interna) registrado 46,3%, a despeito de já começarem a se fazer sentir, no último trimestre, os primeiros efeitos das medidas de freagem.

Mas, por outro lado, as oportunidades de emprego ampliaram-se; contraiu-se o grau de liquidez do sistema monetário, se considerado o forte aumento dos preços; a execução financeira apresentou superavit; e os investimentos, principalmente nos setores estatal e misto, com prioridade aliás marcante para os insumos básicos, bens de capital e infra-estrutura, foram bastante elevados garantindo expansão continuada da produção, embora tenham pesado excessivamente na demanda, tanto interna como sobre o exterior.

Aceitaríamos e aceitamos hoje, tranqüilamente, um crescimento bem menor da economia em futuro próximo, desaquecendo-a para que pressione menos, através da demanda, os mercados interno e externo, e assegurando-se, com isso, menor taxa de inflação; mas, de forma alguma, podemos deixar de nos rejubilar pelos resultados obtidos, superiores aos previstos, no ano findo de 1976.

Esperamos sinceramente que todos aqueles capazes de encarar com objetividade a realidade econômica, sem preconceitos que afinal bem se podem admitir como da própria contingência humana nem, muito menos, interesses escusos de demagogia barata, firmem posição junto ao Governo — não para que deixem de criticá-lo honestamente no que lhes pareça merecê-lo, pois que essa crítica será sempre valiosa — mas ajudando-o a promover o desenvolvimento econômico do país, numa fase como esta de tantas dificuldades para todas as nações, entre elas o Brasil.

Não estamos pessimistas. A recessão mundial que se desencadeou com o exagerado aumento dos preços do petróleo, começou a declinar em princípios de 1976.

havendo infelizmente a economia motora dos Estados Unidos da América acabado por estagnar-se no segundo semestre, após o desempenho brilhante do início do ano. Parece certo que fortes incentivos estão para ser aplicados com vistas à expansão, agora, da economia norte-americana, o que terá reflexos benéficos em todo o panorama mundial, seja aquela decisão acompanhada ou não, simultaneamente, pelos demais países líderes.

Na verdade, para nós que vivemos na vasta periferia econômica do mundo de hoje, vale até mesmo indagar se o perfeito sincronismo da expansão em todos os países-chaves, dinâmicos e potentes, será mesmo mais vantajoso, uma vez que pode prenunciar a coincidência desastrosa de fases depressivas após o período de trepidante boom universal. Tal como sofremos hoje.

Em todo caso, porém, as perspectivas mundiais são agora algo mais favoráveis. E isso deve animar-nos, sem que se perca de vista a necessidade de manter estritos controles nas importações, inclusive de petróleo, nos investimentos, sujeitos a rigorosa escala de prioridades, e quanto à inflação, mediante os mecanismos tradicionais aplicados com persistência e vigor.

* * *

Apesar da concentração de esforços na gestão da economia, nem por isso deixou o campo social de receber do Governo atenção e tratamento especiais.

Assim, buscou-se expandir a criação de novos empregos, cuidando-se ao mesmo tempo de maior valorização dos recursos humanos, de integração social mais perfeita e de um desenvolvimento urbano menos tumultuoso.

tuado. Programas de treinamento foram multiplicados, tanto no meio rural como nas cidades, sendo de ressaltar, em relação àquele, a organização do SENAR (Serviço Nacional de Formação Profissional Rural).

Esforçou-se o Governo em resguardar, o mais possível, o poder aquisitivo dos salários ante as pressões inflacionárias, particularmente o aumento do preço de gêneros alimentícios para o qual tanto influiu a seca duradoura em ampla área do território. Assim, asseguraram-se reajustamentos coletivos superiores à média nacional de elevação do custo de vida nos doze meses anteriores. Melhor atendimento ainda foi dado ao salário-mínimo, à medida que, por outro lado, se tratou de ir reduzindo os diferenciais entre as várias regiões do país. Nem foi esquecido o funcionalismo público que teve quase ultimada a complexa implantação da Classificação de Cargos, esperando-se ainda sanar distorções remanescentes.

Elevados foram os dispêndios da União nos setores da educação, saúde e saneamento, habitação, previdência e assistência social. Assinalem-se quanto ao primeiro, a oferta grandemente ampliada do ensino de 1.º grau e a instituição do crédito educativo em sólidas bases operacionais; e, para os demais, a implementação da vigilância sanitária e o esforço de imunização contra endemias, com relevo especial para o Programa de Controle da Esquistossomose, os 240.000 financiamentos habitacionais do BNH, dentre os quais 40% destinados às famílias de menor renda, e a extensão dos benefícios da previdência e assistência social a novas faixas da população.

Projetos, muitos, de interesse social foram contemplados pelo FAS — Fundo de Apoio ao Desenvolvimento

Social, num montante de mais de 13 e meio bilhões de cruzeiros. E quase 200 Centros Sociais Urbanos estão sendo instalados por todo o país, absorvendo recursos da ordem de 870 milhões de cruzeiros. As obras do metrô em São Paulo e no Rio de Janeiro foram impulsionadas com auxílio do Governo Federal, sensível às dificuldades de transporte naquelas metrópoles.

Em 1977 espera-se prosseguir nesse programa intensivo da área social, uma vez que a contenção dos dispêndios públicos, já decidida para consolidação da economia, não se fará sentir nesse setor de primacial importância para a melhoria de vida da população e para a estabilidade social do país.

* * *

No campo da política externa, a variada e complexa ação diplomática levada a cabo não caberia resumida numa introdução como esta, sem que se lhe restringissem a significação e real impacto para a vida corrente e o futuro da Nação, através de uma enumeração enfadonha e sem vida.

O que importa mencionar é o quanto veio realçada a posição do Brasil no concerto internacional, com a diversificação e amplitude maiores de seu relacionamento externo e o dinamismo acrescido do diálogo político e dos contatos econômicos com países das mais variadas regiões do mundo.

Que daí só poderão advir benefícios para o país — a par, é verdade, de responsabilidades aumentadas — não merece discussão; e tangíveis são os resultados já alcançados.

Paralelamente, no setor político interno, a ordem pública, a estabilidade social, o espetáculo vigoroso de eleições livres e renhidas atestaram, em realidade, um grau de amadurecimento propício a futuros avanços no caminho do aperfeiçoamento das instituições e das práticas políticas.

Para tanto não regateará o Governo esforços oportunos e bem graduados, esperando merecer compreensão honesta para seus objetivos e ações, cuja medida justa — está ele convicto — se encontrará sempre no decidido empenho de bem servir à Nação e ao povo brasileiro, mediante consolidação dos alevantados propósitos da Revolução de 31 de março de 1964.

Brasília, 1.º de março de 1977.

ERNESTO GEISEL



POLÍTICA ECONÓMICO-FINANCEIRA



APRECIÇÃO GERAL

A economia brasileira apresentou, em 1976, grande e continuado dinamismo, acima do previsto ou mesmo, do desejável, se considerarmos as dificuldades por todos reconhecidas, particularmente as decorrentes dos desequilíbrios do balanço de pagamentos e do recrudescimento das pressões inflacionárias. O ano de 1976, ademais, visto sob outro e não menos importante ângulo, pode ser considerado como o que colheu os primeiros resultados da estratégia de adaptação gradual da economia às novas realidades internacionais, decorrentes principalmente da crise do petróleo.

Importa referir, inicialmente, que o país experimentou, em 1976, *crescimento de 8,8%* — mais do dobro do observado em 1975. Com esse resultado, o produto interno bruto (PIB) situou-se, em 1976, na ordem de us\$ 127 bilhões e a renda *per capita*, acima de us\$ 1.100 (elevando-se cerca de 5,8%, no ano). Setorialmente, a agropecuária cresceu 4,2%, com as lavouras apresentando expansão de apenas 0,4%, (9,7%, se excluído o café), e a indústria, 11% (10,5% para a indústria de transformação).

Para as lavouras, a expansão da área colhida dos principais produtos foi de 3,0%, relativamente a 1975, permitindo que se alcançasse a produção de 32,5 milhões de toneladas de cereais e 13,2 milhões de toneladas de oleaginosas, quantidades superiores em 16% e 12%, respectivamente, às obtidas em 1975.

A contribuição da agricultura às exportações continuou sendo significativa: os três principais produtos

agrícolas de exportação — café, açúcar e soja — geraram divisas estimadas em US\$ 4,1 bilhões (em comparação com US\$ 3,0 bilhões, em 1975), com o grande aumento no valor das exportações de café e soja compensando, amplamente, a evolução desfavorável dos preços e do volume das exportações de açúcar.

No que respeita à indústria de transformação, destacuem-se a grande expansão dos produtos intermediários (16%) e dos bens de consumo durável (da ordem de 12%), bem como a aceleração da produção de bens de capital (crescimento em torno dos 8%).

Cabe acentuar, também, que o país logrou reduzir, em 1976, o *deficit* do seu comércio com o exterior: de US\$ 4,6 e 3,5 bilhões verificados em 1974 e 1975 para US\$ 2,2 bilhões em 1976, graças a uma expansão de 17% nas exportações (de US\$ 8,67 bilhões em 1975 para US\$ 10,1 bilhões em 1976) e a virtual manutenção do mesmo nível de importações de 1975 (US\$ 12,2 e 12,3 bilhões, respectivamente em 1975 e 1976).

O balanço de pagamentos, globalmente, apresentou *superavit*, embora o *deficit* na sua conta corrente tenha sido da ordem de US\$ 6,0 bilhões, havendo os créditos financeiros se elevado a mais de US\$ 6 bilhões (em comparação com US\$ 4,6 bilhões em 1975). A conta de capital permitiu que as reservas se elevassem a US\$ 6,5 bilhões, acima dos níveis atingidos em 1973.

O comportamento dos preços, contudo, medido pelos principais indicadores, manteve-se acima do observado em 1975. O índice do custo de vida, no Rio de Janeiro, chegou a 44,8% e, em São Paulo, a 37,9%; o índice geral de preços (disponibilidade interna) cresceu 46,3%. Essa retomada do processo inflacionário deveu-se, entre outros fatores, à elevação dos preços dos produtos agrícolas que, no caso do índice de preços por atacado (44,9%), apresentou aumento de 67,0%, aos efeitos sobre os preços da política de redução das importações,

particularmente a de contenção do consumo de combustíveis decorrente da crise do petróleo e das dificuldades da balança comercial, e, em menor grau, às pressões exercidas pela demanda resultantes da manutenção da política salarial. Sem mencionar o comportamento algo especulativo do mercado imobiliário, forçando os preços dos aluguéis e o custo da construção civil.

Considera-se a *expansão dos meios de pagamento*, de 36,4%, compatível com o desempenho das atividades produtivas e comportamento dos preços e com o objetivo de redução significativa no grau de liquidez da economia, bem inferior ao de 1975. Nesse contexto, a *política de crédito*, atuando, de forma seletiva, em benefício notadamente do setor agrícola e da pequena e média empresas, determinou uma expansão total do crédito ao setor privado de 51,8%, que se reduz a 44%, se descontados os depósitos prévios para importações.

A *política cambial* seguiu a orientação, já consagrada, das minidesvalorizações periódicas que, no ano, somaram 36,1%.

A *execução orçamentária* da União, em 1976, apresentou, no global, *superavit* de Cr\$ 423,4 milhões, com receita de Cr\$ 166,2 bilhões e despesa de Cr\$ 165,8 bilhões. Verificou-se grande aumento das receitas e despesas vinculadas, decorrente, principalmente, da arrecadação dos impostos únicos, particularmente do que incide sobre combustíveis e lubrificantes líquidos e gasosos. Merece destaque o aumento, de 12% para 14%, das parcelas do imposto sobre a renda e do IPI para destinação aos Fundos de Participação dos Estados e Municípios e Fundo Especial, o que determinou, em 1976, transferências de Cr\$ 12,3 bilhões (superior em 73,7% às de 1975), das quais 44% para o Nordeste e 13% para a Amazônia.

O apoio financeiro oficial, os incentivos fiscais e os investimentos a cargo das empresas governamentais

orientaram-se, em 1976, para o objetivo de proceder-se, no médio prazo, aos reajustamentos na estrutura produtiva, seja com vistas à substituição de importações de insumos básicos e bens de capital, seja para o desenvolvimento da infra-estrutura econômica, particularmente no caso da energia.

O sistema BNDE (inclusive FINAME, FIBASE, EMBRAMEC e IBRASA) aprovou, em 1976, aplicações, destinadas prioritariamente ao setor privado, da ordem de Cr\$ 70,2 bilhões (85,9% a mais que em 1975) e efetivou desembolsos de Cr\$ 32,7 bilhões (Cr\$ 22,5 bilhões em 1975). Das operações aprovadas, 78,9% destinaram-se a projetos na área de insumos básicos e bens de capital (66,9% em 1975); dos desembolsos, cerca de 66%.

Os projetos aprovados pelo CDI, para efeito de incentivos fiscais, corresponderam a investimentos da ordem de Cr\$ 90,8 bilhões, envolvendo grandes projetos em siderurgia, não-ferrosos, química e petroquímica. O índice de nacionalização das maquinarias e equipamentos foi de 55% para esses projetos (44% em 1975).

Com relação aos principais programas de insumos básicos e bens de capital, vale ressaltar: (a) a expansão da produção nacional de aço, de 8,3 para 9,3 milhões de toneladas, respectivamente em 1975 e 1976, com investimentos, apenas no caso da CSN, USIMINAS e COSIPA, da ordem de Cr\$ 10 bilhões, em 1976; (b) o aumento de 46% na produção de fertilizantes (1 027 mil toneladas em 1976, em comparação com 705 mil em 1975; (c) os investimentos realizados pela PETROBRÁS, da ordem de Cr\$ 13,6 bilhões (exclusive subsidiárias), 30% superiores aos de 1975; (d) o prosseguimento, em ritmo considerado razoável, dos investimentos em petroquímica, com o pólo de São Paulo praticamente concluído, devendo o do Nordeste entrar em funcionamento em 1977, estando, ademais, o do Sul com as principais definições, quanto a localização, infra-estrutura e critérios para a seleção

de empresas e condições para o fornecimento de tecnologia, equacionadas; (e) a adição, em 1976, à capacidade nacional de produção de papel e celulose, de 150 mil toneladas, estando assegurada a entrada em funcionamento, em 1977-1980, de unidades produtivas com capacidade adicional de 2,0 milhões de toneladas; (f) o aumento de 15% na produção de alumínio (1975-1976) e de 20% e 37% nas de chumbo e zinco; (g) a aprovação, pelo CDI, de 60 projetos na área de bens de capital (investimentos de Cr\$ 1,5 bilhão) e a colocação de encomendas no setor, decorrentes do total de projetos aprovados para efeito de incentivos fiscais, no valor de Cr\$ 21 bilhões, aproximadamente.

O Governò definiu, em 1976, no documento *Ação para a Empresa Privada Nacional*, dentro da doutrina constitucional e segundo a orientação básica já consignada no II PND, aprovado pelo Congresso Nacional, os limites do setor público e as responsabilidades e campo de atuação do setor privado, no contexto do modelo de economia de mercado, de inspiração neocapitalista, praticado pela Revolução. Adotou, na oportunidade, um conjunto de medidas de apoio adicional à empresa privada nacional, a exemplo do PROCAP, do PROGIRO e do Programa de Apoio Tecnológico à Empresa Nacional. Nesse contexto, merece destacar, também, a sanção da nova Lei das Sociedades por Ações e as medidas de apoio ao mercado de capitais, particularmente a criação da Comissão de Valores Mobiliários e os incentivos às aplicações no mercado de capitais de risco.

Nas áreas de *infra-estrutura*, os investimentos, em 1976, estão estimados em Cr\$ 78 bilhões (exclusive transportes urbanos).

Em *energia elétrica*, foram acrescentados 2 233 MW à potência nominal instalada no país, que passou de 19,6 para 21,8 mil MW, alcançando-se o objetivo de atender plenamente à demanda, que cresceu em 12,6%, no

ano. Os investimentos do sistema ELETROBRÁS totalizaram, em 1976, Cr\$ 34,7 bilhões. As inversões da NUCLEBRÁS somaram Cr\$ 540 milhões.

Nos *transportes*, os investimentos do Programa de Desenvolvimento Ferroviário foram da ordem dos Cr\$ 10 milhões, tendo sido transportados, por via férrea, 54 milhões de toneladas (16% a mais do que em 1975). No setor rodoviário, foram entregues ao tráfego 4 350 km de novas rodovias, sendo 2 573 pavimentadas; os investimentos foram da ordem de Cr\$ 10,3 bilhões. Na construção naval, foram feitos lançamentos de 36 embarcações (703 mil Tpb) e os investimentos da SUNAMAM foram da ordem de Cr\$ 5,1 bilhões. A PORTOBRÁS realizou inversões da ordem de Cr\$ 2,3 bilhões no sistema portuário, tendo sido movimentados, pelos portos brasileiros, cerca de 207 milhões de toneladas para transporte de longo curso (114 milhões de exportações). Nos transportes urbanos, os convênios realizados pela EBTU envolveram recursos de cerca de Cr\$ 3,0 bilhões, principalmente destinados às regiões metropolitanas.

Na área das *comunicações*, as aplicações, da ordem de Cr\$ 16 bilhões, viabilizaram a expansão do número de telefones do país de 3,37 para 4,06 milhões, a ampliação de 54% nos circuitos interurbanos, de 44% nos telefones públicos e de 49% nos terminais da rede nacional de telex. Nesse campo, merecem ainda destaque a integração de mais de 60 cidades brasileiras ao serviço de discagem direta internacional (que atinge 24 países), o início da ampliação do sistema de cabos submarinos e a ampliação e melhoria da qualidade dos serviços postais e telegráficos, a cargo da ECT (já comparáveis, qualitativamente, aos dos países desenvolvidos).

Prosseguiu-se em 1976, no esforço de promoção do *desenvolvimento regional*, particularmente no Nordeste e na Amazônia.

A despeito da seca que assolou a região, pôde o Nordeste atingir um crescimento da ordem de 7%, em

1976, com a agricultura apresentando redução de 6%, relativamente a 1975, e a indústria, expansão de cerca de 13%.

A Sudene aprovou 150 projetos industriais e agropecuários, com investimentos estimados em Cr\$ 18,3 bilhões, e o FINOR aplicou recursos no montante de Cr\$ 3,5 bilhões.

Os programas especiais (POLONORDESTE, Irrigação, Agro-indústria) receberam recursos da União da ordem dos Cr\$ 2,7 bilhões, dos quais Cr\$ 2,3 bilhões liberados no exercício (devendo o restante ser liberado até abril do corrente ano).

No caso da Amazônia, a SUDAM aprovou 65 projetos industriais, agropecuários e de serviços básicos, com investimentos da ordem dos Cr\$ 5,1 bilhões, o FINAM liberou recursos no valor de Cr\$ 1,1 bilhão e o POLAMAZÔNIA foi contemplado com programação de Cr\$ 1,0 bilhão, dos quais Cr\$ 705 milhões aplicados no exercício.

No Centro-Oeste, foram destinados, ao POLOCENTRO e aos Programas de Desenvolvimento do Pantanal, da Região Geoeconômica de Brasília e da Grande Dourados, recursos no montante de Cr\$ 766 milhões, dos quais foram liberados cerca de Cr\$ 486 milhões. Foram aprovados pelo POLOCENTRO cerca de 1 000 projetos agropecuários privados, envolvendo financiamentos de Cr\$ 2,5 bilhões (Cr\$ 1,7 bilhão liberados).

Foi, de um modo geral, satisfatório, em 1976, o desempenho dos programas especiais regionais, particularmente no caso do POLOCENTRO, POLAMAZÔNIA e POLONORDESTE. A natureza integrada de sua intervenção vem exigindo grande esforço de coordenação, a cargo de grupos interministeriais, com o apoio do IPEA e superintendências regionais.

Definidos os esquemas operativos, iniciado grande número de projetos — que somente agora começam a

ganhar impulso —, é de esperar-se que sua ação se consolide, em 1977, já estando, para tanto, assegurados recursos da ordem de Cr\$ 7,0 bilhões.

Prosseguiu-se, em 1976, na execução do II Plano Básico de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (PBDCT), com dispêndios previstos em Cr\$ 23 bilhões, em 1975-1977.

O CNPq, que coordena sua execução, teve, em 1976, ampliadas suas funções de entidade financiadora na área de ciência e tecnologia, e deu ênfase a programas como os do Trópico Semi-Árido e Úmido, o de Desenvolvimento Tecnológico da Empresa Nacional, além de outros, de interesse social (educação, doenças endêmicas, tecnologia a serviço do desenvolvimento urbano). Deu-se continuidade ao esforço de pesquisa pura e aplicada, nos mais diversos campos do conhecimento, nas universidades, institutos de pesquisa e nas empresas, bem como à tarefa de capacitação de recursos humanos de alta qualificação.

A FINEP realizou 114 operações de financiamento a consultorias nacionais e a projetos de pesquisa e desenvolvimento tecnológico, no montante de Cr\$ 751 milhões. O Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico aplicou, durante o ano, recursos no valor de Cr\$ 1,6 bilhão.

O IBGE realizou, em 1976, os Censos Econômicos, relativos ao ano-base 1975, que se constituem no primeiro levantamento censitário de periodicidade quinquenal realizado no país, cuja divulgação terá início no corrente ano. Prosseguiu, ademais, na execução do Plano Nacional de Informações Estatísticas e Geográficas e divulgou a matriz de relações inter-setoriais para a indústria.

Como órgão de assessoramento do Presidente da República na condução da política econômico-financeira do Governo, o Conselho de Desenvolvimento Econômico (CDE) desenvolveu, com o apoio da Secretaria de

Planejamento e dos Ministérios representados, dinâmica atuação, em 1976. Nas 25 reuniões que realizou, examinou grande número de projetos e resoluções, submetidas ao Presidente da República, todas da mais alta relevância para o país. Acompanhou, de perto, a execução da política econômico-financeira, particularmente a dos grandes programas da substituição da importação de insumos básicos e bens de capital e os de energia, bem como questões relativas ao balanço de pagamentos e às políticas fiscal, de crédito e monetária.

As diretrizes e prioridades para 1977, aprovadas, em janeiro, no âmbito do CDE, adotam, na execução da política econômico-financeira, a «opção gradualista», já anteriormente definida, que procura, «ao máximo, preservar a normalidade da vida econômica nacional, enfrentando, porém, ao mesmo tempo e em profundidade, os graves problemas» conjunturais que afetam o país, particularmente os relacionados com o setor externo e os decorrentes da inflação.

Essa opção, adotada desde 1974 e de cujo acerto está o Governo inteiramente convicto, ao afastar as terapêuticas de choque que teriam ocasionado a estagnação e o desemprego, já permitiu que o país acumulasse, em 1974-1976, crescimento de cerca de 25% do PIB e de mais 15% da renda *per capita*, mantendo a expansão do emprego e dos investimentos. E permite-nos confiar em que o Brasil terá condições, pelas potencialidades e dimensão de sua economia e pelas alternativas de que dispõe, de continuar superando esta etapa de transição e de adaptação de sua estrutura produtiva às novas realidades impostas pela conjuntura internacional.

Será mantida, em 1977, a prioridade para a execução dos programas de estímulo às exportações e de substituição de importações, já tendo sido adotado e anunciado elenco de medidas de contenção do consumo de petróleo (algumas certamente severas) e diminuição da dependência do país de recursos externos para financiar os

seus investimentos — o que envolve uma redução, no hiato poupança interna-investimentos, de pelo menos Cr\$ 40,0 bilhões, em 1977.

Os resultados esperados — menor taxa de crescimento, relativamente a 1976, maior equilíbrio na balança comercial e na conta corrente do balanço de pagamentos, substancial redução da inflação — deverão ser obtidos sem traumatismos e, certamente, com a compreensão e colaboração de toda a Nação, que compartilha com o Governo a confiança nos altos destinos do país e reconhece a necessidade das decisões oportunamente tomadas.

FAZENDA

Política monetária e creditícia

A política monetária em 1976 foi conduzida no sentido de conter a pressão sobre os preços internos, verificada desde o início do ano e, em grande parte, decorrente da elevação da demanda provocada pelo excesso de liquidez ocorrido no final de 1975.

Objetivando reduzir esse excesso de liquidez, sem comprometer a política gradualista de combate à inflação nem, tampouco, neutralizar as medidas adotadas com vistas a inibir as importações, foi projetada, no orçamento monetário, expansão da oferta de moeda bastante inferior à observada no exercício de 1975, condizente com o ritmo esperado de crescimento econômico e dos índices de preços.

A oferta de moeda alcançou o montante de Cr\$ 235,2 bilhões, sobre a posição verificada em dezembro de 1975. Medido em períodos de 12 meses, porém, o estoque de moeda apresentou, até final de novembro, crescimento de 40,6%, contra 33% em idêntico período do ano anterior. Considerando-e uma elevação da taxa anual de inflação

(índice geral de preço — disponibilidade interna) de 46,3%, e uma taxa de crescimento do produto de 8,8%, pode-se inferir que se encontram neutralizados os excessos de liquidez oriundos de 1975.

Ao se analisar o comportamento dos componentes básicos dos meios de pagamento — papel-moeda em poder do público e moeda escritural — constata-se que os depósitos à vista no Banco do Brasil apresentaram variação relativa, no período — 34,2%, e que o saldo de papel-moeda em poder do público, em face de uma emissão líquida de Cr\$ 16 bilhões, evoluiu de 45,6% em relação a dezembro de 1975. Os depósitos à vista nos bancos comerciais, por sua vez, expandiram-se de 34,6%.

Para isso contribuiu decisivamente a expansão, de 49,8%, observada na base monetária, cujo crescimento foi parcialmente contrabalançado pela queda verificada no multiplicador dos meios de pagamento, o qual, após alcançar seu mais alto nível (2,477) em março de 1976, declinou nos meses subseqüentes, reduzindo-se em novembro a 2,124, como reflexo dos aumentos, pelo Banco Central, das taxas de recolhimento compulsório sobre os depósitos à vista a que estão sujeitos os estabelecimentos bancários. Com efeito, os depósitos compulsórios em moeda dos bancos comerciais no Banco Central, os quais, ao final de março, montavam a Cr\$ 3,5 bilhões, se elevaram substancialmente para atingir, em dezembro, a Cr\$ 16,1 bilhões, o que representa um acréscimo de 360%.

A essa expansão do estoque de moeda no sistema econômico adicionou-se, no mesmo período, volume bastante elevado de ativos financeiros de alta negociabilidade (quase-moeda), com destaque dos depósitos de poupança, que apresentaram a maior taxa de crescimento no período (93,1%). Os títulos da dívida pública federal atingiram o montante de Cr\$ 154,7 bilhões, com acréscimo de 58,5% em relação ao saldo registrado em dezembro de 1975. Os depósitos a prazo fixo e os aceites cambiais aumen-

taram, respectivamente, de 35,1% e 21,2% no mesmo período.

Em 1976, os fatores condicionantes da variação da base monetária mostraram grande expansão, particularmente no que se refere aos empréstimos globais do Banco do Brasil, cujo saldo evoluiu de Cr\$ 85,0 bilhões (mais 62%), às aplicações do Banco Central junto a instituições financeiras, que se expandiram de Cr\$ 37 bilhões (mais 61,3%) e às contas cambiais que, refletindo, em parte, o aumento das reservas internacionais do país a partir de junho, registraram expansão de Cr\$ 38 bilhões em relação a dezembro de 1975.

As operações de crédito efetivadas pelo Banco do Brasil junto ao setor privado continuaram a exigir a maior soma de recursos, com destaque para os empréstimos à agropecuária e à indústria.

Com referência às aplicações do Banco Central junto a instituições financeiras, cumpre assinalar a variação registrada nas aplicações com recursos do FUNAGRI (mais Cr\$ 12,4 bilhões). As operações de redescontos, após atingir, em julho, o montante de Cr\$ 16,4 bilhões, reduziram-se gradativamente ao longo do segundo semestre, registrando no final do ano aumento de Cr\$ 4,3 bilhões.

No que tange aos fatores que agiram de forma a contrair a base monetária, cabe destacar os depósitos restituíveis sobre importações (Resoluções ns. 331 e 354, do Banco Central), os recursos líquidos do Tesouro Nacional junto às autoridades monetárias e os recursos próprios do Banco Central e do Banco do Brasil (patrimônio, capital e reservas).

Os depósitos restituíveis sobre importações, agindo no sentido de reduzir a expansão monetária, elevaram-se de Cr\$ 33 bilhões, no período. Por sua vez, as operações financeiras ligadas ao Tesouro Nacional determinaram uma redução, na base monetária, da ordem de Cr\$ 20,2 bilhões, decorrente de colocação líquida de títulos federais

junto ao público e instituições financeiras (no montante de Cr\$ 21,6 bilhões). Finalmente, os recursos próprios do Banco Central e do Banco do Brasil expandiram-se de Cr\$ 32,3 bilhões (mais 49,3%).

Tais fatores, no entanto, foram insuficientes para compensar totalmente a expansão dos demais componentes do ativo das autoridades monetárias, de que resultou crescimento de 49,8% na base monetária, no período, atingindo-se o saldo de Cr\$ 110,8 bilhões.

Quanto às operações desenvolvidas pelos bancos comerciais, destacam-se, do lado das aplicações, os empréstimos concedidos ao setor privado, com uma expansão de Cr\$ 85,177 bilhões (+ 51,8%); o encaixe compulsório, com um fluxo de Cr\$ 19,6 bilhões (mais 115,1%) e finalmente, os investimentos em títulos e valores mobiliários, que se expandiram de Cr\$ 4,4 bilhões (mais 34,1%).

Além do total de depósitos, que evoluiu Cr\$ 51,8 bilhões (mais 38,1%) no período, sobressaíram-se os repasses de fundos de financiamento administrados pelo Banco Central e de outras instituições oficiais, os quais, em conjunto, se expandiram de Cr\$ 26 bilhões (mais 78%), e as operações de câmbio, que se elevaram de Cr\$ 31,3 bilhões (mais 167,4%).

Quanto à liquidez bancária alguns indicadores, como o encaixe livre dos bancos, o aumento do encaixe compulsório e o nível da taxa média diária das operações interbancárias de troca de reservas federais (mediante a utilização de cheques do Banco do Brasil), parecem sugerir que o sistema conviveu sem dificuldades, ao longo do ano, com uma situação de liquidez sob controle.

Política tributária

Preocupou-se o Governo, durante o ano de 1976, em promover os meios necessários para que a economia

pudesse absorver os reflexos da situação mundial, condicionada primordialmente pelo desenvolvimento da crise de petróleo. A par de inúmeras medidas de caráter econômico-financeira, outras, de acentuado conteúdo social, objetivaram dar continuidade a processo de desenvolvimento mais harmônico e equilibrado.

Destacaram-se, nesse contexto, a utilização da política fiscal e, no seu todo, o uso freqüente de instrumentos tributários, acrescidos de outras medidas administrativas que marcaram fortemente a atuação do Ministério da Fazenda.

De maneira geral, merecem destaque as modificações introduzidas no imposto sobre a renda das pessoas físicas, procurando dar continuidade ao processo, iniciado em 1974, de alívio da carga tributária incidente sobre as classes de média e baixa rendas. Ao lado disso, reduziram-se os incentivos para aplicações em títulos de renda fixa, notadamente os de curto prazo, tornando mais equânime a taxaço dos rendimentos do trabalho e do capital. No caso das operações imobiliárias, foram estreitados os parâmetros de equiparação da pessoa física à pessoa jurídica, visando a conter práticas especulativas que, em última análise, contribuíam para comprometer a alocação de recursos para investimentos.

Fortaleceram-se, além disso, os estímulos às aplicações no mercado de ações, principalmente pela isenção dos ganhos de capital na venda de ações através das bolsas de valores, os quais, agregados aos da nova Lei das Sociedades por Ações, deverão compor quadro altamente favorável ao redirecionamento do fluxo de poupanças, criando condições para a capitalização da empresa nacional.

Na área do imposto sobre a renda das pessoas jurídicas, foi reequacionado o incentivo ao desenvolvimento de projetos prioritários para a economia nacional, possibilitando que as empresas privadas brasileiras que contra-

tassem financiamento de longo prazo, com instituições financeiras do Governo ou seus agentes, tivessem limite máximo de 20%, no ano, com dispêndios de correção monetária. Reformularam-se procedimentos relativos ao FINOR, FINAM e Fiset, no sentido de aprimorar a distribuição dos recursos, e regulamentaram-se os estímulos ao turismo, criados em fins do ano anterior.

Com relação ao IPI, foram redimensionados os níveis de alíquotas, para efeito de cálculo do crédito à exportação, de sorte a elevar o poder de competição dos produtos brasileiros no mercado externo. Utilizou-se este tributo como meio para redução da carga tributária de produtos considerados essenciais à população e para estimular a produção de setores que apresentavam dificuldades conjunturais.

Na esfera do intercâmbio com o exterior, foram promovidas importantes alterações no imposto sobre importação, de modo a adequá-lo a política cada vez mais seletiva. Assim, foi modificado o tratamento tributário conferido à bagagem de turistas e aos bens de brasileiros radicados no exterior, trazidos por ocasião de seu retorno ao país; introduziu-se maior funcionalidade e eficácia ao regime de entreposto aduaneiro e criou-se a pena de perda de mercadoria, aplicável às infrações mais significativas da legislação aduaneira. Merece destaque, também, o estabelecimento do depósito compulsório, como medida inibidora à saída do território nacional de turistas brasileiros, e a reativação das medidas restritivas pré-existentes, que vigorarão também em 1977.

Execução orçamentária

A evolução das contas do Tesouro Nacional, em 1976, caracterizou-se por sua conformidade com as previsões governamentais, dentro do espírito de sustentação do crescimento econômico a nível compatível com a neces-

sidade do estrito controle das principais variáveis responsáveis pelo recrudescimento das pressões inflacionárias.

A arrecadação tributária federal alcançou Cr\$ 166,2 bilhões. Comparada com o exercício anterior, verifica-se um aumento nominal de 74,2% superando a receita prevista na lei orçamentária para todo o exercício.

O imposto sobre a renda e o imposto sobre produtos industrializados continuam mantendo a posição de maiores participantes na arrecadação tributária, representando, em conjunto, cerca de 53% do total. O IPI vem apresentando, desde 1972, participação decrescente, refletindo as medidas governamentais no sentido de diminuir, paulatinamente, a tributação indireta.

O imposto único sobre lubrificantes e combustíveis líquidos e gasosos passou ao terceiro lugar em participação relativa, fato que decorre da acentuada alta dos derivados do petróleo.

O imposto sobre importação teve sua participação relativa reduzida, em comparação com 1975, o que revela resultados positivos das medidas de ordem fiscal e administrativa que objetivam conter as importações.

A análise da arrecadação dos incentivos fiscais e das contribuições para os programas especiais revela a superioridade da sistemática introduzida pelo Decreto-lei n.º 1.376, de 12 de dezembro de 1974. No seu segundo ano de aplicação, verifica-se que melhorou sensivelmente o fluxo de arrecadação para os fundos de investimentos e demais beneficiários, os quais receberam, até o final de 1976, praticamente a totalidade do valor apurado pelas opções efetivas dos contribuintes.

A despesa do Governo Federal, em termos de caixa, ascendeu a Cr\$ 165,8 bilhões — 73,8% superior à ocorrida no ano de 1975 — sendo a realizada com recursos vinculados responsável por 41,6% do total; o resultado final da execução orçamentária apresentou um *superavit* de Cr\$ 423,4 milhões.

Relativamente ao exercício anterior, nota-se 6,6% de acréscimo da participação da despesa com recursos vinculados, em face das alterações introduzidas na legislação específica, notadamente o adicional sobre lubrificantes.

Por outro lado, a transferência de recursos da União para os Estados e Municípios, através dos dois Fundos de participação e do Fundo Especial, montou a aproximadamente Cr\$ 12,3 bilhões, da ordem de 73,7% acima da contribuição oferecida em 1975. O aumento é devido, em parte, à transferência de 14% dos impostos sobre a renda e produtos industrializados — que foi de 12% em 1975 — além do próprio aumento da arrecadação desses tributos.

Apreciável crescimento nas despesas de 1976 decorreu do reajuste dos vencimentos do funcionalismo da União, que tratou de propiciar remuneração mais ajustada ao mercado de trabalho. Ocorreu no exercício, inclusive, a implantação do Plano de Classificação de Cargos, envolvendo o pagamento de atrasados de exercícios anteriores.

A par disso, deve-se considerar o empenho do Governo Federal em manter sua política de investimentos reprodutivos, condicionantes da melhoria da atividade econômica em geral, geradora de novos empregos e de maior produção de bens e serviços, para a obtenção de maiores níveis de satisfação e, portanto, da melhoria da qualidade de vida.

Mercado de capitais

Constituindo-se num dos fatores mais importantes do desenvolvimento econômico nacional, a política de mercado de capitais, seguindo uma tendência já observada no exercício anterior, desenvolveu-se em 1976 no sentido de dirigir a poupança interna para o campo produtivo a cargo do setor privado. Objetivando a criação

de instrumentos essenciais ao fortalecimento da empresa privada nacional, foram elaborados e aprovados projetos de lei dispendo sobre as sociedades por ações e instituindo a Comissão de Valores Mobiliários.

Instrumentos da maior importância, mereceram os dois projetos amplos debates por parte dos senhores congressistas, o que permitiu fossem aperfeiçoados. Das emendas apresentadas, quantidade significativa logrou aprovação pelo Congresso e, mediante sanção presidencial, incorporação definitiva ao texto normativo.

A lei das Sociedades por Ações visou basicamente a criar estrutura jurídico-normativa necessária ao fortalecimento do mercado de capitais de risco no País e imprescindível à sobrevivência e desenvolvimento da empresa privada, na fase atual da economia brasileira. A mobilização da poupança popular e seu encaminhamento voluntário para o setor empresarial exigem, contudo, o estabelecimento de mecanismos que assegurem ao acionista minoritário o respeito a regras definidas e equitativas, as quais, sem imobilizar o empresário em suas iniciativas, ofereçam atrativos suficientes de segurança e responsabilidade.

Como complemento natural da nova estrutura da Lei das Sociedade por Ações, a instituição da Comissão de Valores Mobiliários representou decisão da maior relevância para o mercado de capitais. Sem afetar a atual estrutura, o novo órgão contribuirá para o fortalecimento do mercado acionário, atuando nos campos preventivo e repressivo, quer regulamentando, quer propondo medidas, fiscalizando e inspecionando companhias de capital aberto, visando a evitar abusos e fraudes e a propiciar clima de confiança nas relações empresas — investidores. Ressalvada a competência normativa e de supervisão do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central, a atuação da CVM propiciará adequada difusão de dados e divulgação orientada de informações, as quais, distorcidas, produziriam efeitos negativos sobre o mercado.

Com vistas à incentivar as aplicações no mercado de capitais e, em especial, no mercado adionário, foram expedidos vários dispositivos legais. Inicialmente, foi editado o Decreto-lei n.º 1.471, de 15 de junho de 1976, que estendeu os benefícios do Decreto-lei n.º 1.452-76 aos financiamentos que o BNDE venha a conceder, no corrente exercício, a bancos de investimentos privados, para fins exclusivos de subscrição de ações de empresas privadas nacionais (o citado benefício consiste em limitar a 20%, no ano, a correção monetária sobre aqueles empréstimos, desde que o montante dos recursos seja aplicado em subscrição de ações).

Posteriormente, através do Decreto-lei n.º 1.479, de 31 de agosto de 1976, esse incentivo foi também estendido aos empréstimos contraídos pelos acionistas das empresas executoras de projetos prioritários.

Alterações com acentuadas repercussões no mercado de capitais foram introduzidas pelo Decreto-lei n.º 1.494, de 7 de dezembro de 1976, que procurou restringir os incentivos até então vigentes para as aplicações em títulos de renda fixa, ao mesmo tempo em que elevou os estímulos aos investimentos no mercado acionário. Objetivou-se, assim, atribuir, às aplicações de maior interesse para o desenvolvimento econômico, vantagem em comparação às demais, o que, agregado à nova filosofia da lei das sociedades por ações, propiciará a criação de clima favorável para capitalização das empresas nacionais, notadamente as de capital aberto.

Afora a redução dos incentivos para aplicações em títulos de renda fixa e operações de *open market*, que indiretamente repercutem em benefício do mercado acionário, destacam-se, entre as medidas adotadas para redirecionar o fluxo das poupanças para aplicações de risco, as que se referem ao imposto sobre a renda das pessoas físicas: permitiu-se a elevação de 12% para 25% da redução direta do imposto pela subscrição de ações — ou

conversão de debêntures — de sociedades anônimas de capital aberto; da mesma forma, elevou-se de 20% para 25% a redução pela subscrição de ações de sociedades anônimas de capital aberto dedicadas a empreendimentos aprovados pelo Conselho Nacional de Turismo e, de 6% para 10%, as reduções pela aquisição de ações em pregão normal das bolsas de valores.

Permitiu-se, ainda, a utilização dos estímulos concedidos à subscrição de ações novas ou às adquiridas em bolsas de valores, por mais de uma vez, em 10%, desde que mantida a indisponibilidade ou custódia por mais de dois anos.

Ainda por força do mesmo instrumento legal, foram isentados, na fonte e na declaração, os rendimentos em dinheiro auferidos pelas pessoas físicas em razão de aplicações em fundos ou sociedades de investimento, que tenham por fim exclusivo a aplicação de seus recursos em carteira diversificada de títulos e valores mobiliários.

O total transacionado com ações nas bolsas de valores do Rio de Janeiro e São Paulo foi de Cr\$ 28,1 bilhões, superior em 8,6% à cifra do mesmo período do ano anterior. As operações a termo tiveram crescimento de 17,8%. Na quantidade de títulos negociados, registrou-se forte oscilação positiva, com cerca de Cr\$ 10 bilhões de ações negociadas, volume superior em 22% ao mesmo período de 1975.

As aplicações feitas pelos fundos de investimentos, em particular os criados pelo Decreto-lei n.º 157, contribuíram significativamente, sobretudo no segundo semestre, para a diversificação dos investimentos financeiros, tendo as 5 principais ações negociadas na Bolsa do Rio sido responsáveis por 74,9% do total de transações em 1975, contra 62,6% em 1976 (até novembro). O total de quotas vendidas ao público pelos fundos fiscais ultrapassou 113,4%. Em decorrência de importantes medidas determinadas pelo Banco Central, em julho, foi o mercado estimulado, principalmente em relação às ações das peque-

nas empresas de capital aberto privado nacional reduzindo-se, simultaneamente, de 10% para 5%, o limite máximo dos investimentos realizados em títulos de uma única empresa e aumentando-se de 20 para 40 o número mínimo de ações nas carteiras desses fundos.

Balanço de pagamentos

A economia brasileira sofreu, no ano de 1976, os reflexos da nova realidade mundial, caracterizada, principalmente pela crise do petróleo. Para proceder à necessária readaptação, a ação governamental fixou-se nos ajustamentos capazes de propiciar ao sistema econômico absorção desses impactos, da melhor forma possível.

A opção que restou aos países em desenvolvimento que, possuindo significativa dívida externa, não julgaram conveniente submeter a economia a período de recessão, foi a de executar política de restrições às importações, aliada a um conjunto de incentivos às exportações. Paralelamente, promoveu-se, nesses países, a abertura de estímulos aos capitais estrangeiros, considerados eficazes para sustentar o desenvolvimento.

Este foi o caminho que o Brasil procurou seguir, desde então. A situação em que se encontrava a economia brasileira ao findar o ano de 1975 era, de certa forma, invejável, no que diz respeito à taxa de crescimento alcançada. Ressalte-se, entretanto, que essa situação só foi atingida mercê da manutenção do valor das importações, em termos nominais, e do agravamento do endividamento externo.

Já no final de 1975, o Governo brasileiro, cõscio das implicações futuras de um continuado processo de endividamento, adotou medidas de desestímulo aos gastos em compras no exterior e, especificamente no que diz respeito ao petróleo, deu continuidade à política de contenção do consumo interno, via reajustes constantes e sensíveis nos preços de seus derivados.

Tais medidas tiveram o efeito de manter, em 1976, as importações no mesmo nível do ano anterior, sem que se provocasse amortecimento do ritmo da atividade econômica. O comportamento das exportações ao longo do primeiro semestre não foi considerado satisfatório, especialmente em face do abrupto declínio das vendas de açúcar e, bem assim, em razão de insuficiente taxa de crescimento das vendas de produtos industrializados. Este panorama, entretanto, sofreu algumas modificações no segundo semestre, período em que se registrou sensível reação da receita, especialmente em consequência da extraordinária ascensão dos preços externos do café.

O intercâmbio comercial brasileiro, em 1976, montou a cerca de us\$ 22,4 bilhões. Observou-se melhor comportamento das exportações, traduzindo um aumento de 17% em relação ao ano anterior, totalizando cerca de us\$ 10,1 bilhões.

Tal resultado deveu-se, particularmente, à soja e seus derivados, café em grão e solúvel, que cresceram conjuntamente cerca de us\$ 1,9 bilhão, no período, o que representou variação positiva de 86,6%.

O setor de material de transportes colheu resultados significativos, constituindo-se em importante parcela das exportações globais do setor secundário da economia. Merecem destaque, também, vendas de caldeiras, instrumentos mecânicos, máquinas e aparelhos elétricos e calçados.

O elenco de medidas que visam a estimular as vendas externas foi sensivelmente ampliado em 1976. Realizaram-se 16 mini-desvalorizações cambiais, correspondendo a depreciação da ordem de 36%.

Em janeiro foi regulamentada a Resolução nº 353, do Banco Central do Brasil, que instituiu o Programa Especial de Estímulo às Exportações, visando a suprir capital de giro às empresas produtoras e exportadoras que apresentem incremento em suas exportações. No que

tange ao café, foi concedido aos exportadores prazo de 90 dias, entre o registro e o embarque, a fim de que possam gozar da vantagem de uma melhor taxa de câmbio.

Nas importações, verificou-se aumento da ordem de 2,7%, situando-se elas em us\$ 12,3 bilhões.

Paralelamente à utilização de instrumentos fiscais e monetários, o Governo procurou desenvolver programas de substituição de importações, estabelecendo limites para certos setores. Optou ainda, já ao final do ano, por uma redução geral no nível de investimentos, com o que se espera que, já em 1977, as importações, principalmente de insumos, máquinas e equipamentos, se situem dentro de limites satisfatórios.

Diversas medidas específicas foram adotadas durante o ano de 1976, ressaltando-se: o controle, pela Comissão de Coordenação das Atividades de Processamento Eletrônico (CAPRE), das importações de computadores e semelhantes; a supervisão, pela SIDERBRÁS, das importações de carvão; a elevação dos preços internos de combustíveis e lubrificantes; a suspensão da emissão de certificados de importação para 292 tipos de bens considerados supérfluos; a deliberação, pelo CMN, de que a contratação de câmbio de importação, para liquidação futura, destinada à abertura de carta de crédito, ficasse condicionada ao depósito de 100% do valor da respectiva operação cambial; o estabelecimento de cotas para a importação através da Zona Franca de Manaus; a exigência de que somente firmas registradas poderão operar em comércio exterior; a exigência de que importadores e exportadores submetam à CACEX programas detalhados de expectativas de exportação e importação, ficando as importações limitadas ao capital registrado da firma; e o condicionamento, a limites globais, das importações dos órgãos governamentais, com subordinação à inexistência de similar nacional.

O saldo negativo das transações com serviços aumentou cerca de 20% em contraposição ao do exercício

de 1975, que acusou incremento de 32,1%, comparativamente a 1974.

Com relação às viagens internacionais, o *deficit* verificado acusou aumento de cerca de 11% em relação a 1975.

A rubrica «Transportes» está relacionada diretamente com a balança comercial, traduzindo, pois, as condições favoráveis ou desfavoráveis do intercâmbio. O resultado relativo a 1976 foi menos deficitário que o de 1975, refletindo uma situação comercial mais favorável.

Com relação à rubrica «Seguros», vale destacar que ponderáveis parcelas da receita de prêmios permanecem depositadas no exterior, por contingência dos próprios negócios internacionais, não figurando pois, no cômputo das receitas da conta.

A conta «Renda de Capitais» foi a mais deficitária do total dos serviços, onerada principalmente pela subconta juros, que remunera os capitais estrangeiros de empréstimos e financiamentos.

O movimento de capitais apresentou saldo líquido de us\$ 7,3 bilhões, superior em us\$ 1,13 milhões ao item correspondente de 1975. Tal resultado deveu-se aos empréstimos e financiamentos do exterior, de médio e longo prazos, bem como aos capitais de curto prazo inseridos na rubrica «Outros Capitais».

A excelente *performance* desse item, permitiu que 1976 apresentasse um *superavit* da ordem de us\$ 1 bilhão em seu Balanço de Pagamentos.

Endividamento externo

O endividamento externo do País tem merecido constante acompanhamento e vigilância por parte das autoridades monetárias, mantendo-se indispensável sintonia com o objetivo de agilizar o processo de desenvolvimento.

A qualquer política de endividamento são inerentes dois problemas. O primeiro diz respeito à determinação do volume da dívida, ou seja, qual o montante máximo desejável ou o limite imposto a este montante pela capacidade de pagamento. O segundo, com o perfil da dívida, que se relaciona com o esquema de amortização.

O volume ótimo da dívida não é algo que se possa determinar estaticamente. À medida em que evoluem as exportações de bens e serviços ou, mesmo, em que se modifica o saldo do balanço de pagamentos em contas correntes, a capacidade de pagamento sofre modificações que irão determinar o nível considerado aceitável.

Cabe lembrar que a constância do fluxo de capitais reflete a confiança, depositada pelas agências internacionais de financiamento e outras entidades afins, na seriedade com o que o país vem manejando sua dívida externa. Assim, ao analisar-se o triênio 1973-1975 — período de acentuado grau de incerteza na economia mundial — detecta-se notável firmeza do fluxo de empréstimos e financiamentos externos, permitindo ao Brasil atingir o final de 1975 com reservas internacionais superiores a us\$ 4 bilhões e uma dívida líquida da ordem de us\$ 17,1 bilhões.

No primeiro trimestre de 1976 o panorama apresentou-se como esperado, com um incremento na dívida líquida de quase us\$ 2 bilhões, decorrente basicamente do comportamento pouco favorável dos serviços e de certo arrefecimento no ritmo das exportações. Já o segundo trimestre mostrou-se mais favorável, com um acréscimo de menos de us\$ 700 milhões na dívida líquida, que alcançou o montante de us\$ 19,7 bilhões, superior em cerca de us\$ 2,6 bilhões à posição de 31 de dezembro de 1975.

A partir de dados preliminares do balanço de pagamentos, estima-se que a dívida bruta tenha alcançado, em 31 de dezembro, o total de us\$ 27,2 bilhões.

Convém notar que a relação dívida líquida/exportações tem apresentado tendência de crescimento nos últimos dois anos, com coeficientes de 1,5 e 1,9 para os anos de 1974 e 1975. Estima-se que, em 1976, este coeficiente tenha sido ligeiramente superior, sugerindo, a par de racional administração da dívida, maior severidade quanto às medidas de controle de seu montante.

No que se refere, entretanto, ao perfil da dívida, cabe ressaltar que os pagamentos relativos à amortização do capital foram distribuídos, ao longo dos anos, de modo a não exceder, em qualquer ano, a 16% do endividamento em 30 de julho de 1976, evitando-se, assim, concentração de seus vencimentos.

É oportuno ainda reafirmar que a existência da dívida e sua racional administração permitem conduzir mais aceleradamente o processo de desenvolvimento, o que não seria factível, no mesmo período de tempo, se adotado modelo autárquico de desenvolvimento.

Foi mantido o prazo mínimo de 5 anos para a amortização dos empréstimos em moeda, em consonância com as exigências internacionais de controle da dívida e as práticas do mercado financeiro.

Deve-se ressaltar, em 1976, o aumento das reservas monetárias, que ultrapassaram a casa dos us\$ 6,4 bilhões (60%).

Controle da inflação e dos preços

Observou-se, no final de 1975 e no correr de 1976, recrudescimento do processo inflacionário, que atingiu taxa anual da ordem de 46%.

Fatores climáticos adversos prejudicaram, em 1975, o desempenho de importantes produtos agrícolas, forçando o estabelecimento — sem prejuízo dos investimentos governamentais em andamento — de programas de crédi-

to de emergência para minimizar os efeitos negativos inflingidos a quase todas as regiões do país.

Como consequência de reduções na oferta, observaram-se sensíveis elevações de preços. Posteriormente, houve necessidade de expandirem-se as operações ativas das autoridades monetárias, para suavizar os efeitos dessas calamidades climáticas, o que implicou em crescimento dos meios de pagamento, a níveis muito além dos previstos. Em decorrência, reativaram-se a produção e as vendas, acompanhadas, entretanto, de aquecimento do processo inflacionário.

Com vistas a reverter tendências de alta reveladas no decorrer do ano, foram tomadas pelo Governo várias medidas de contenção, através de resoluções do Conselho Monetário Nacional. Por outro lado, algumas decisões administrativas procuraram abrandar os coeficientes de realimentação inflacionária e, por fim, os recentes cortes no hiato de recursos governamentais vieram adicionar nova dimensão à luta anti-inflacionária.

Mesmo redobrando as atenções no que concerne à situação do emprego, que acompanha cuidadosamente, o Governo determinou cortes nos investimentos programados para 1977 equivalentes a Cr\$ 40 bilhões, abrangendo a programação dos órgãos ministeriais e empresas estatais.

Essas decisões levaram em consideração, de um lado, a necessidade de alcançar, em 1977, resultados significativos no tocante ao controle da inflação e do balanço de pagamentos, com uma razoável taxa de crescimento, e, de outro, a prioridade que deve ser assegurada aos setores que permitam a adaptação da economia nacional à nova realidade mundial.

É preciso salientar, entretanto, que entre a aplicação dos freios monetários e fiscais e a efetiva redução do ritmo inflacionário decorrem alguns meses. O fenômeno explica-se pela inércia natural da economia em deter sua velocidade de expansão. O lapso de tempo entre a aplicação

dos remédios e a obtenção dos efeitos costuma ser tanto maior quanto mais elevados forem os gastos públicos, ou piores as safras agrícolas, ou ainda maiores os efeitos de realimentação embutidos no sistema de preços.

Além disso, o sistema econômico reage às medidas de contenção monetária, apresentando efeitos que, à primeira vista, parecem agravar a inflação, como aumento das taxas de juros, efeitos expansionistas decorrentes do ingresso de recursos externos, aumento dos impostos indiretos e eliminação de determinados subsídios que pesam no orçamento fiscal.

Infelizmente, essas defasagens são inevitáveis em qualquer política de desaquecimento da demanda. Tendo em vista, entretanto, que as medidas tomadas em 1976 já determinaram um considerável declínio da liquidez real, é de prever-se para 1977 apreciável redução do ritmo inflacionário.

Finalmente deve-se mencionar a atuação do Conselho Interministerial de Preços que, atendendo a rígida determinação superior, buscou a redução do processo inflacionário, assegurando, ao mesmo tempo, rentabilidade ao setor produtivo, adequação entre oferta e demanda, e, a nível do consumidor final, diminuição de traumas sociais.

TRANSPORTES

Cada um dos segmentos da área de transportes — ferrovias, rodovias e navegação — foi objeto de ações do Governo voltadas para sua expansão e modernização, tendo em vista a preocupação de atender adequadamente à demanda, que cresce proporcionalmente ao desenvolvimento econômico-social do País. Tais ações, descritas a seguir, revelam o esforço governamental desenvolvido em 1976 no sentido de dotar a nação de melhor infra-estrutura de transportes.

Transportes Ferroviários

A execução, em 1976, do Programa de Desenvolvimento Ferroviário, definido para o período 1975-1979, proporcionou resultados que evidenciam o decidido propósito do Governo de recuperar, melhorar e expandir o sistema ferroviário brasileiro, tendo sido aplicados recursos que se elevaram a Cr\$ 10,0 bilhões.

Foram transportadas 53,6 milhões de toneladas de carga — 16% a mais do que no ano anterior; este total corresponde a 23,6 bilhões de toneladas-quilômetro úteis (TKU), com acréscimo da ordem de 20% em relação ao alcançado em 1975.

Especial atenção foi dispensada ao transporte de passageiros de subúrbios das grandes capitais, especialmente São Paulo e Rio de Janeiro, tendo sido transportados 99 milhões e 150 milhões de passageiros, respectivamente (84 milhões e 100 milhões, em 1975).

Transportaram-se cerca de 27,4 milhões de passageiros nas linhas do interior (26,7 milhões em 1975).

Relativamente aos projetos prioritários, foram os seguintes os fatos mais significativos ocorridos no exercício: (a) conclusão e entrega ao tráfego do Acesso Ferroviário ao Porto de Aratu (22 km); (b) entrega ao tráfego das ligações Engenheiro Bley-Curitiba (68km) e Von Bock-São Sebastião (44 km); (c) remodelação de um total de 1,325 km de vias permanentes; (d) conclusão de projetos de engenharia num total de 355 km; (e) recebimento de 87 locomotivas e 6.282 vagões, dos quais 3.822 de fabricação nacional, além de 10 trens-unidade, destinados ao transporte suburbano de São Paulo; (f) continuidade do Programa de Emergência dos Subúrbios do Grande Rio, através da remodelação de 99 km de vias permanentes, início de construção de 17 estações ferroviárias e reformas em 24 outras, conclusão do fechamento de 39 km da faixa de domínio da via férrea,

encontrando-se em andamento a construção de 42 passarelas; (g) prosseguimento da construção da Ferrovia do Aço, com investimentos de Cr\$ 2 bilhões em trabalhos de terraplenagem (70 milhões de metros cúbicos), escavação de 37 túneis e obras de infra-estrutura. Simultaneamente, processou-se a contratação de equipamentos e serviços relativos à implantação dos sistemas de eletrificação, sinalização e telecomunicações daquela ferrovia.

Transportes Rodoviários

A busca da otimização do uso do sistema existente, com especial ênfase na conservação rodoviária, bem como a sua expansão, imposta pelo desenvolvimento econômico e pelas necessidades de integração nacional, constituíram as metas de maior expressão para a modalidade rodoviária em 1976.

Destacam-se as seguintes realizações: (a) entrega ao tráfego de aproximadamente 4.350 km de novas rodovias nas diversas regiões do País, dos quais 2.573 km pavimentados; (b) restauração de 1.735 km de rodovias; (c) construção de 632 km de rodovias em revestimento primário, de 1.311 km de rodovias pavimentadas e conclusão de 6.480 metros de obras de arte especiais; (d) conservação efetiva de 68.300 km de rodovias, sendo 38.500 km pavimentados; (e) conclusão de novos projetos de engenharia, referentes à construção de 5.966 km de rodovias; (f) execução de serviços de sinalização horizontal e vertical em diversos trechos rodoviários, totalizando cerca de 19.500 km.

Entre as obras entregues ao tráfego, cabe ressaltar a conclusão da rodovia Cuiabá—Santarém (BR-163), com cerca de 1.800 km implantados com revestimento primário, favorecendo o desenvolvimento e a integração das regiões Centro-Oeste e Norte do País.

Para execução do seu programa de trabalho, o DNER investiu, em 1976, recursos da ordem de Cr\$ 10,3 bilhões.

Transportes Aquaviários

A participação da bandeira brasileira no mercado de fretes gerado pelo comércio exterior foi da ordem de us\$ 1,0 bilhão, correspondente a cerca de 50% da receita de fretes obtida no exercício.

Com referência à construção naval, foram feitos lançamentos de 36 embarcações totalizando 703.250 Tpb e 15.868 BHP, sendo que, desses totais, 69.100 Tpb e 2.080 BHP destinaram-se à exportação. Cabe especial referência à entrega, pelos estaleiros nacionais, de 42 navios, representando 585.920 Tpb e 25.872 BHP. Em decorrência de contratos assinados pelos estaleiros nacionais com armadores estrangeiros, através de financiamento da CACEX, já foram entregues 6 navios cargueiros, totalizando 89.400 Tpb. Ao final do exercício, estavam em construção, nos estaleiros nacionais 286 embarcações, totalizando 5.757.600 Tpb e 39.912 BHP, sendo 66 destinados à exportação, num total de 570.220 Tpb.

Os estaleiros nacionais, em pouco tempo, atingiram invejável padrão tecnológico e *know-how* equivalente aos mais adiantados do mundo. Com incentivo governamental e a participação dos principais estaleiros em feiras internacionais, a construção naval passa a situar-se como importante setor na pauta brasileira de exportações, contribuindo para a redução do desequilíbrio no balanço de pagamentos do país.

Para a implantação da Empresa Brasileira de Reparos Navais - RENAVAL, estão em execução importantes medidas, particularmente no sentido de transferir seu controle acionário à iniciativa privada, de modo que sua operação se realize sob o regime da lei das sociedades por ações.

Ao final do exercício, a frota mercante brasileira atingia a 4,977 milhões de Tpb, com acréscimo de mais 370 mil Tpb em relação aos totais de 1975.

Em 1976, a SUNAMAM investiu, no Programa de Construção Naval, recursos da ordem de Cr\$ 5,2 bilhões.

Com referência à política portuária e hidroviária, revitalizada pela constituição da PORTOBRÁS, merecem referência a modernização da atividade portuária, envolvendo a construção de terminais, sobretudo daqueles referentes ao Programa de Corredores de Exportação, e a execução de obras, serviços de dragagem e reequipamento das instalações portuárias existentes, bem como a intensificação das melhorias nas condições de navegabilidade dos principais rios e a construção de novos portos fluviais.

Relativamente ao sistema portuário, foram as seguintes as principais realizações: (a) conclusão das obras civis da ponte de acesso ao flutuante das Torres, em Manaus; (b) conclusão da construção de 700 metros de cais de acostagem e obras complementares, em Itaqui; (c) prosseguimento da construção do silo para cereais, com capacidade para 30 mil t estáticas, do reforço do cais de Atalaia, do Complexo Portuário de Capuaba e do acesso rodoferroviário, em Vitória; (d) prosseguimento da construção do silo para cereais com capacidade para 100 mil t, em Paranaguá; (e) prosseguimento (em fase de conclusão) das obras dos acessos rodoferroviários e construção do cais para terminal de carnes, em Rio Grande; (f) prosseguimento da execução das obras civis das pontes, dolphins e infra-estrutura do píer para carvão do porto de Sepetiba; (g) assinatura de contrato para construção do terminal de *containers*, em Santos; (h) dragagem de 29,958 milhões de m³ nos portos de Cabedelo, Recife, Paranaguá e Rio Grande,

sendo que 7,311 milhões de m³ de manutenção e 22,647 milhões de m³ de aprofundamento.

Quanto às vias navegáveis destacam-se as seguintes atividades: (a) prosseguimento das obras civis das eclusas nas barragens de Boa Esperança e Sobradinho; (b) conclusão das obras civis da eclusa de Promissão, na hidrovia Tietê—Paraná; (c) inauguração da barragem eclusada que permitirá a integração do sistema Jacuí—Taquari, em Bom Retiro do Sul; (d) conclusão das obras civis do cais flutuante e das instalações de apoio, em Porto Velho; (e) prosseguimento da execução das obras do entroncamento rodo-ferro-hidroviário de Estrela, já tendo sido concluído o cais de carga geral e concretados os 4 primeiros trechos do cais graneleiro.

No exercício de 1976, foram movimentados nos portos brasileiros cerca de 207 milhões de toneladas de carga de longo curso, sendo 93 milhões de toneladas de importações e 114 milhões de toneladas de exportações, correspondendo a um acréscimo de 14,5% em relação ao total movimentado em 1975, o que, dadas as condições inegavelmente desfavoráveis do comércio mundial, pode ser considerado como bom desempenho.

Os investimentos em infra-estrutura portuária atingiram cerca de Cr\$ 2,3 bilhões, o que representa um acréscimo da ordem de 91% sobre as aplicações realizadas em 1975.

Transportes Urbanos

Com a implantação da Empresa Brasileira de Transportes Urbanos - EBTU, foi definida estratégia, em consonância com as diretrizes gerais traçadas pelo Governo Federal, com vistas a uma ação eficaz nessa área, reconhecidamente problemática. Durante o exercício de 1976, a EBTU firmou um total de 18 convênios com governos e órgãos estaduais, administrações municipais, universi-

dades e órgãos federais, envolvendo recursos em torno de Cr\$ 3,0 bilhões, dos quais se destacam os firmados com a RFFSA, DNER, Região Metropolitana de Belo Horizonte e Companhia do Metropolitano do Rio de Janeiro.

Em linhas gerais, esses convênios objetivaram, principalmente, a ampliação da capacidade operacional das vias urbanas, destinadas a corredores de circulação para transporte de massa, a ampliação, recuperação e aproveitamento das malhas ferroviárias suburbanas e a ampliação e renovação de frotas de ônibus urbanos. Nas construções dos Metrô do Rio de Janeiro e São Paulo foram investidos, respectivamente, Cr\$ 3,0 bilhões e Cr\$ 2,2 bilhões.

Vários estudos foram desenvolvidos no exercício pela EBTU, entre os quais os referentes à economia de combustível, à gradativa substituição do transporte individual pelo coletivo, ao combate à poluição ambiental e à utilização do ônibus urbano movido a etanol.

Planejamento dos Transportes

No cumprimento de suas atribuições específicas, a Empresa Brasileira de Planejamento de Transportes — GEIPOT elaborou várias análises, estudos e pareceres, bem como participou de grupos interministeriais.

Entre esses trabalhos cabe destacar os seguintes: (a) conclusão da primeira fase dos estudos da ligação ferroviária Cochabamba — Santa Cruz de La Sierra, objeto do Comunicado Conjunto acordado entre os Governos do Brasil e da Bolívia, em 1974 (foi concluído o anteprojeto da ligação, bem como indicados os melhoramentos para os trechos adjacentes e a segunda fase, que compreende a elaboração do projeto de engenharia, será iniciada em 1977); (b) elaboração dos termos de referência para os estudos da malha ferroviária da área abrangida pelas cidades de Campinas, Sorocaba, Santos, São Sebastião e São José dos Campos (sob a coordena-

ção do GEIPOT, os estudos objetivam definir a topologia e os sistemas de engenharia ferroviária que deverão constituir a referida malha, para atendimento da demanda por transportes até 1995); (c) conclusão da análise da expansão do porto de São Sebastião, com vistas a fornecer subsídios para fundamentar as decisões do Governo Federal em relação ao projeto; e (d) análise de alternativas para o transporte de rocha fosfática do vale do Paranaíba, com o objetivo de promover o escoamento daquela matéria-prima, oriunda das jazidas situadas nos Municípios de Patos de Minas e Coromandel, considerando-se soluções ferroviárias e dutoviárias (estes estudos deverão estar concluídos em março de 1977 e compreendem a elaboração dos anteprojetos das alternativas consideradas, bem como a seleção daquela a ser recomendada).

Na área de estudos e pesquisa aplicada, foram concluídas, em 1976, em colaboração com o IPEA, as seguintes investigações: (a) critérios de planejamento e avaliação de estradas vicinais; (b) determinação dos fluxos de transportes no Brasil e sua repartição intermodal; e (c) alocação modal de cargas — análise dos modelos. Continuaram, ainda, os estudos preliminares para a elaboração do Plano Operacional de Transportes - POT, em obediência à sistemática de planejamento em vigência desde 1974. Em 1976, foram concluídos e editados os estudos referentes a sal, derivados de petróleo, produtos petroquímicos, veículos e autopeças, sucos cítricos, milho e mamona (primeira fase). Em 1977, serão concluídos os estudos referentes a madeira, celulose e papel, algodão, carne e arroz e iniciado o de produtos químicos.

AGRICULTURA

O esforço para ajustar a economia nacional às novas condições prevaletentes no mundo, em decorrência da

elevação dos preços do petróleo, induziu o Governo à adoção de medidas cujos reflexos se evidenciaram em todos os setores produtivos.

Particularmente no caso da agropecuária, medidas de estímulo a elevações de produção e de produtividade, com vistas ao abastecimento interno, à geração de excedentes exportáveis e à contenção do processo inflacionário traduziram-se, sobretudo, na ampliação dos mecanismos de crédito, na manutenção dos incentivos ao uso de insumos modernos e no incremento dos recursos financeiros à disposição dos órgãos atuantes na área, a par de aperfeiçoamentos da política fiscal.

Em parte graças a essas medidas, expressivos resultados foram obtidos. A expansão da área colhida de 24 produtos (95% do valor bruto das lavouras, inclusive café) foi de 3% entre 1975 e 1976, ensejando a produção de 32,5 milhões de toneladas de cereais e 13,2 milhões de toneladas de oleaginosas, superior em 16,2% e 12,1%, respectivamente, aos volumes produzidos em 1975.

Incrementos notáveis verificaram-se nas áreas colhidas de arroz (26,7%), trigo (21%), amendoim (14,7%), cana-de-açúcar (8,6%), milho (4,7%), laranja (4,2%), cacau (2,7%), batata (2,1%) e banana (1,3%). Houve redução na área colhida do café (-58,5%), que resultou dos efeitos das geadas ocorridas em 1975; também decresceram as áreas de algodão (-10,2%) e feijão (-1,2%), em decorrência das condições de mercado adversas, por ocasião do plantio, agravadas pelos efeitos de condições climáticas desfavoráveis (secas no Nordeste e excesso de chuvas no Sul e Sudeste, nos períodos de tratos culturais e colheita).

As metas de produção previstas foram cumpridas, com poucas exceções, tendo sido superadas as previsões para importantes produtos, como arroz, cana-de-açúcar, mandioca, soja, banana e laranja. O conjunto dos cereais

atingiu 99% das metas e o de oleaginosas superou em 8% as previsões, devido ao substancial incremento na produção de soja (20,9% acima do previsto).

Aumentos significativos da produção de trigo (80,4%), arroz (26,8%), cana-de-açúcar (16,7%), amendoim (16,6%), soja (13,5%), banana (13,3%), milho (9,1%) e batata (8,8%) contribuíram para atenuar as reduções na produção de café (-69,2%), algodão (28,2%), cacau (-21,2%) e feijão (-18,9%). Estimativas preliminares da Fundação IBGE sobre o crescimento do valor da produção das lavouras, exclusive café, indicam taxa de crescimento de 9,7% e, mesmo incluindo-se o café, de 0,4%.

No que se refere à produção animal e derivados, obteve-se elevada taxa de crescimento do abate de bovinos, expansão satisfatória da produção de suínos e de leite. Em conjunto, o incremento médio da produção animal foi de 12,2%, resultando aumento do produto real da agricultura em torno de 4,2% (10,5%, se excluído o café).

A contribuição do setor agropecuário para atenuar os problemas de 'desequilíbrio' na balança comercial é refletida nos resultados favoráveis das exportações: entre janeiro e outubro, os principais produtos básicos de origem agropecuária foram responsáveis por us\$ 3,7 bilhões, contra us\$ 3,2 bilhões em igual período de 1975.

A participação dos produtos básicos, semimanufaturados e manufaturados de origem agropecuária no total das exportações foi de 64,3% entre janeiro e outubro de 1976, contra 63,6% em igual período de 1975. A despeito da crescente participação dos bens originados de outros setores nas exportações e da baixa elasticidade-renda da procura dos principais produtos agrícolas, a diversificação da pauta de exportações do setor contribuiu para que dificuldades aleatórias de mercado não envolvessem redução no volume de divisas gerado. Nos 10 primeiros

meses de 1976 o valor das exportações dos principais produtos de origem agrícola expandiu-se em 15,2%, comparado a igual período de 1975, enquanto as exportações totais cresceram 12%.

No que toca à importação de produtos de origem agropecuária, observa-se que, no 1º semestre de 1976, em relação a igual período de 1975, houve acréscimo de 55%, decorrente especialmente das importações de cereais — principalmente trigo. O aumento das importações de trigo deveu-se à frustração da safra 1975, cabendo notar que a importação de cereais se fez a preços inferiores em 22,5% aos verificados em 1975, demonstrando acréscimo de mais de 5 vezes no volume importado, contra 4 vezes no valor das importações.

Os preços recebidos pelos produtores entre janeiro e setembro de 1976 evidenciaram acréscimo de 43,2%, contra 18,3% em igual período de 1975. Os preços dos bens de origem vegetal sofreram acréscimos acumulados de 70,5% e os de origem animal, de 19,4%. A nível de produtos isolados, verificou-se aceleração nos preços do café, soja, cacau e fumo, motivada principalmente pela elevação ocorrida no mercado internacional, enquanto os de algodão, feijão, batata e mandioca sofreram o impacto da redução da oferta, quanto aos 3 primeiros, e, no caso da mandioca, provavelmente em face da perspectiva de sua utilização como matéria-prima para a fabricação do álcool.

Os preços dos produtos animais não apresentaram variações significativas, com exceção da lã, que sofreu acréscimo superior àquele verificado para o conjunto da agropecuária, devido à influência das cotações internacionais.

Os preços dos insumos destinados à agropecuária, entre janeiro e setembro de 1976, nos Estados de São Paulo e Paraná, apresentaram acréscimos relativos inferiores aos verificados em igual período de 1975. O mesmo não ocorreu, porém, nos Estados do Ceará, Per-

nambuco, Espírito Santo, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, onde as variações médias dos preços dos insumos, nos 9 primeiros meses do ano, superaram, em ampla margem, as verificadas em 1975. De toda forma, a relação de trocas de janeiro a setembro de 1976 indica situação favorável para os produtos de origem agropecuária, em relação aos industriais.

A expansão da área cultivada, aliada a estímulos do mercado, motivou maior procura de insumos e serviços de mecanização. Estima-se que o consumo nacional de fertilizantes, em 1976, tenha alcançado 2,25 milhões de toneladas, representando um aumento de 22% sobre o verificado em 1975. Em 1976, ao contrário dos anos anteriores, houve pressão da demanda sobre a oferta e, em muitas regiões, a disponibilidade desses insumos foi insuficiente.

A produção nacional de fertilizantes foi de 1,027 milhão de toneladas, contra 705 mil toneladas em 1975 (aumento de 46%). Assim, para suprir o consumo de 2,25 milhões de toneladas, o país importou cerca de 1,22 milhão de toneladas. Quanto aos preços a nível de agricultor, ocorreram dois aumentos em 1976, mas o subsídio concedido pelo Governo, da ordem de 40%, permitiu a absorção desses acréscimos.

Assumiu significativa importância o Programa Nacional de Fertilizantes, que conta com vários empreendimentos em execução, ressaltando-se os projetos de nitrogenados de Araucária, Laranjeiras e Camaçari, da PETROBRÁS, bem como o projeto de nitrogenados para o Norte Fluminense, em substituição ao de Paulínea. Para os fosfatados, vários projetos foram aprovados e estão em execução, destacando-se os da Arafertil e Valefertil. Solucionou-se o problema da exploração das jazidas de fosfato de Patos de Minas, atribuída a empresa resultante da associação entre a PETROBRÁS, a CAMIG e a iniciativa privada.

A utilização de defensivos foi estimada em 79 mil toneladas — 38 mil de inseticidas, 16 mil de fungicidas e 25 mil de herbicidas. O consumo de inseticidas sofreu uma queda aparente de 7%, enquanto o de fungicidas e herbicidas aumentou, respectivamente, de 14% e 19%, resultando em acréscimo total do uso de defensivos, de 1975 para 1976, da ordem de 4%.

A produção brasileira de tratores em 1976 foi estimada em 73,5 mil unidades, o que representa um aumento de 11% com relação a 1975. Avalia-se o parque nacional de tratores agrícolas em 343 mil unidades, superior em 2,1% ao previsto no II PND.

O Programa Nacional de Calcário Agrícola financiou a aquisição de cerca de 8 milhões de toneladas de calcário, no ano de 1976, o que corresponde à correção de solos de aproximadamente 5 milhões de hectares. Comparando-se com 1975, observa-se aumento de 110% no tocante à quantidade de calcário consumida e de 236% em relação à área corrigida.

Visando a adequar os instrumentos de política econômica ao processo de desenvolvimento agrícola do país, adotaram-se diversas medidas de ordem legislativa, fiscal e social, envolvendo aspectos ligados à previdência social, formação profissional do homem do campo, estímulo à produção, armazenagem, comercialização de alimentos básicos e promoção de agricultores de baixa renda.

Incentivos fiscais

Modificações na política fiscal permitiram se concedesse isenção de impostos incidentes sobre operações que envolvem circulação de mercadorias entre as Unidades da Federação, com vistas e evitar distorções na comercialização e, conseqüentemente, o agravamento das desigualdades inter-regionais.

A política de incentivos fiscais para os setores da pesca e reflorestamento vem sendo mantida e representa crescente injeção de recursos no setor primário. No que se refere à política de reflorestamento, foi regulamentada a sistemática da aplicação dos recursos provenientes de incentivos fiscais.

Introduziram-se modificações nos percentuais do imposto sobre a renda das pessoas jurídicas para aplicação mediante incentivos fiscais, de modo a permitir, aos órgãos setoriais — IBDF e SUDEPE — na Amazônia ou no Nordeste, melhor avaliação dos projetos, de acordo com a orientação da política setorial e em harmonia com os interesses regionais.

O IBDF instituiu o Plano de Corte, visando a sistematizar os trabalhos de exploração das florestas cultivadas e adequar os instrumentos legais às atividades de florestamento e reflorestamento.

Estímulos financeiros e creditícios

Destinaram-se recursos para a execução, em 1976, do Programa de Distribuição de Terras e Estímulos à Agroindústria do Norte e Nordeste — PROTERRA, no valor de Cr\$ 3,4 bilhões, sendo Cr\$ 2,9 bilhões provenientes de incentivos fiscais e os restantes do Banco Central do Brasil.

A política de crédito rural, a despeito das restrições monetárias adotadas com vistas à desaceleração do processo inflacionário, não sofreu grandes reduções no seu ritmo de expansão. No primeiro semestre de 1976 foram concedidos créditos no valor de Cr\$ 52 bilhões, superiores (termos nominais) em 51% ao volume concedido em igual período de 1975. Vale ressaltar que, daquele total, foram concedidos, para a aquisição de insumos subsidiáveis, empréstimos no valor de Cr\$ 10,3 bilhões, contra Cr\$ 6,7 bilhões em igual período de 1975, dos

quais cerca de 56,4% para aquisição de corretivos, fertilizantes e inoculantes para uso na atividade agrícola.

Os saldos das aplicações do Banco do Brasil na agropecuária, em outubro de 1976, montaram a Cr\$ 99,9 bilhões. Estima-se que as aplicações do Sistema Nacional de Crédito Rural, ao fim de 1976, tenha alcançado saldo de Cr\$ 157 bilhões, superior em 45,4% ao registrado em dezembro de 1975. Além desses incrementos no volume de aplicações, diversas medidas foram adotadas na área de crédito para atenuar os efeitos das perturbações climáticas sobre as atividades agropecuárias.

Adotaram-se medidas especiais de apoio à cafeicultura e à triticultura com vistas, no primeiro caso, a recuperar a lavoura do café, densamente atingida pelas geadas do ano anterior e, no segundo, a garantir o incentivo à produção de trigo, de forma a reduzir as necessidades de importação.

Preços mínimos

A política de preços mínimos, que tem se constituído em importante instrumento de racionalização do abastecimento interno e atenuação das flutuações de preços dos produtos agrícolas, vem sendo aperfeiçoada, registrando ganhos qualitativos na sua operacionalização. Em 1976, além da elaboração de propostas de fixação de preços mínimos para a safra 1976-1977, foram dinamizadas as operações de compra e venda, aperfeiçoados os instrumentos de análise e intensificados os trabalhos de pesquisa e informação.

Os financiamentos para comercialização de produtos agrícolas alcançaram, entre janeiro e outubro de 1976, Cr\$ 11,5 bilhões (Cr\$ 7,5 bilhões em igual período de 1975); em termos de volume financiado, registraram-se, até outubro de 1976, 7,9 milhões de toneladas (5,7 milhões nos 10 primeiros meses de 1975).

Empréstimos do Governo Federal, a nível de produto, mobilizaram recursos de Cr\$ 4,1 bilhões para operações que abrangeram 3,2 milhões de toneladas de soja (Cr\$ 3,3 bilhões em 1975); para o arroz em casca, o volume foi acrescido de 115,7%, passando de 904,4 mil toneladas nos 10 primeiros meses de 1975 para 1,9 milhão de toneladas em igual período de 1976.

As aquisições de produtos até agosto mobilizaram recursos da ordem de Cr\$ 655,9 milhões, com a compra de castanha-do-brasil, sisal, arroz em casca, cera de carnaúba, milho, amendoim, soja, semente de milho, sorgo, pó cerífero, algodão, óleo bruto de menta, malva e semente de juta.

Abastecimento e Armazenagem

No que tange aos esforços governamentais com vistas à racionalização das atividades ligadas ao abastecimento, ressalta-se a continuidade do apoio às regiões onde a infra-estrutura de armazenagem e abastecimento é ainda precária. Para a formação de estoques reguladores, foram adquiridas, em 1976, 115 mil toneladas de arroz, 209,3 mil toneladas de carne e 16,9 mil toneladas de feijão, através da COBAL.

No atendimento aos programas de abastecimento e nutrição executados por entidades governamentais, foram movimentadas, em 1976, 117,8 mil toneladas de gêneros alimentícios, como açúcar, leite em pó, feijão, arroz beneficiado, fécula de mandioca e outros, no valor de Cr\$ 102,8 milhões, e para socorrer populações atingidas por adversidades climáticas, nos Estados de Alagoas, Bahia, Ceará, Minas Gerais, Paraíba, Pernambuco e Piauí, foram movimentadas 1.097 toneladas de alimentos, no valor de Cr\$ 5,6 milhões.

Prosseguiu-se na implantação do Programa de Centrais de Abastecimento, atualmente com 18 unidades, tendo entrado em operação, em 1976, as do Piauí, Rio

Grande do Norte e Paraná, além do Centro de Abastecimento de Maringá e da filial da CEASA de Campina Grande (Paraíba). Encontram-se em início de construção 2 centrais, enquanto se elabora projeto para construção de outra. As centrais de abastecimento comercializaram 2,6 milhões de toneladas de produtos hortigranjeiros, no valor de aproximadamente Cr\$ 6,6 bilhões, atendendo a uma população de cerca de 30 milhões de habitantes, residentes em suas respectivas áreas de influência.

Os êxitos alcançados na aplicação das políticas de preços mínimos e crédito rural explicam, em parte, a ampliação da área plantada, tanto nas regiões ditas tradicionais como nas zonas pioneiras.

O Governo ampliou a oferta de armazenagem a meio ambiente, permitindo que, de um total de 902.122 toneladas de produtos armazenados em 1975, se passasse a 1.317.472 toneladas em 1976 (46,1% de aumento), enquanto o volume armazenado a frio aumentava de 46.713 toneladas para 67.759, com acréscimo de 45%.

A capacidade estática de armazenagem elevou-se em 3.100 mil toneladas, sendo 2.610 mil com recursos do Programa Nacional de Armazenagem. As metas do PRONAZEM, para 1975-1976, eram de 2.500 mil toneladas, tendo sido superada em 4%.

Continuam as obras do complexo armazenador em Ponta Grossa (Paraná), concluiu-se o projeto do terminal pesqueiro de Niterói e adquiriram-se 20 silos infláveis para armazenagem de emergência, ampliando-se, por outro lado, a participação acionária da CIBRAZEM em companhias estaduais de armazéns gerais (Minas Gerais, Goiás, Pará, Espírito Santo e Pernambuco). Na área de programas especiais e projetos prioritários, diversos armazéns foram construídos ou estão em fase de conclusão, tendo a oferta total de armazenagem passado de 231.550 toneladas em 1975 para 314.243 toneladas em 1976.

Pesquisa, experimentação e assistência técnica

No tocante às pesquisas agropecuárias, o Governo desenvolveu diversos projetos visando ao melhoramento zootécnico, aperfeiçoamento da defesa e da inspeção sanitária e ao combate à febre aftosa. Incentivou também o uso da inseminação artificial e buscou melhorar os níveis da nutrição animal. Com o objetivo de assegurar crescente expansão da produção e produtividade agrícolas, foram desenvolvidos programas de controle de moléstias e pragas, aperfeiçoando-se a fiscalização do comércio de corretivos, fertilizantes e inoculantes.

As atividades de assistência técnica, produção e fiscalização de sementes vêm sendo dinamizadas, bem como as de inspeção sanitária vegetal e animal, fiscalização, padronização e classificação de produtos, consolidando-se o elenco de medidas governamentais que buscam incrementar a produção, normalizar o abastecimento interno, gerar excedentes exportáveis e atenuar o ritmo de expansão dos preços.

Em 1976, teve continuidade a implantação do Plano Nacional de Sementes e Mudas, com especial ênfase nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Neste período, foram registrados aumentos da ordem de 55% no número de produtores e 119% no de comerciantes registrados.

A presença governamental no campo da assistência técnica foi relevante, como prova o aumento de 112% no número de agricultores assistidos, que passou de 402 mil em 1975 para 850 mil em 1976, enquanto a área beneficiada evoluiu de 2,8 milhões de hectares para 4,9 milhões (75,5%). Implantaram-se 5 empresas estaduais de assistência técnica e consolidaram-se as 12 implantadas no exercício anterior.

Outra evolução a ser destacada é a do crédito rural orientado, que cresceu em 82,5% — de Cr\$ 4,8 bilhões em 1975 para Cr\$ 8,7 bilhões em 1976.

Organização da vida rural — cooperativismo

No campo do cooperativismo instituiu-se o Sistema Nacional de Cadastro das Sociedades Cooperativas, englobando todas as unidades que executam a política nacional de cooperativismo.

A valorização do homem do campo e das populações urbanas de baixa renda tem merecido especial atenção por parte do Governo. O Decreto n.º 77.116, de 6 de fevereiro de 1976, estabeleceu diretrizes para a ação governamental e aprovou o Programa Nacional de Alimentação e Nutrição — PRONAN, que contém medidas de racionalização da alimentação e o incremento da produção agrícola, de forma a gerar maior quantidade de alimentos, a menores custos. Aos órgãos vinculados ao Ministério da Agricultura cabem as atribuições de incentivar a produção, bem como a compra, armazenamento, embalagem, transporte e distribuição de alimentos.

Pesca

No que diz respeito à pesca, as pesquisas de recursos naturais, o desenvolvimento da pesca artesanal — através do Plano de Assistência à Pesca Artesanal —, o fortalecimento da pesca industrial, a elaboração de «pacotes tecnológicos» e o estabelecimento de normas e diretrizes mostram a presença efetiva do setor público nessa área.

O valor das exportações de produtos pesqueiros em 1976 foi estimado em US\$ 70 milhões, sendo de se esperar seu crescimento a partir de 1977 e, principalmente, de 1978, com o incremento das vendas de camarão e de atum, no mercado internacional.

Cacau

Foi expressiva a expansão da cultura do cacau, sendo importante notar que ela ocorreu não apenas nas regiões

tradicionalmente produtoras. Em Rondônia, foi plantada uma área de 6.720 ha de novos cacauais, mediante financiamentos que atingiram Cr\$ 67 milhões. A par dessas medidas, foram dinamizadas as atividades de pesquisa, assistência técnica e produção de sementes geneticamente melhoradas, para distribuição aos cacauicultores.

Reorganização agrária e colonização

Prosseguiram os trabalhos na área de reorganização agrária e colonização, destacando-se, no que se refere à regularização fundiária, a execução de projetos de discriminação, desapropriação e regularização da ocupação de terras.

Por iniciativa do Governo, instituiu-se, no final do exercício, nova disciplina legal para discriminação de terras devolutas da União (Lei nº 6.383), dando ao processo discriminatório rito ajustado às exigências de maior celeridade, sem prejuízo da segurança dos registros. Isso permitirá, inclusive, melhor desempenho do INCRA no licenciamento da ocupação de terras e, por esse efeito, a concessão de financiamentos pelo Sistema Nacional de Crédito Rural.

Em 1976, foram desapropriadas — com indenização de seus proprietários — cerca de 262,87 mil hectares nos Estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro, Paraíba e Maranhão; aproximadamente 150 mil hectares desse total foram destinados a normalizar a ocupação de glebas, enquanto o restante prendeu-se à criação de áreas de proteção à natureza.

Mediante convênio entre o INCRA, a EMBRAPA, o Projeto Radambrasil e universidades federais, desenvolveram-se estudos para elaboração de mapas de vegetação, solos e aptidão agrícola. Nas áreas de fronteiras e naquelas compreendidas ao longo de 100 quilômetros de cada lado das rodovias federais da Amazônia, foram discriminados cerca de 4,6 milhões de hectares.

Aproximadamente 44 mil títulos de posse foram expedidos (16% a mais que em 1975), dos quais cerca de 15 mil decorrem de projetos integrados de colonização, abrangendo uma superfície de 4,7 milhões de hectares.

No tocante à colonização, a ação governamental desenvolveu-se mediante a implementação de projetos integrados que buscam assentar colonos em áreas selecionadas, proporcionando-lhes a infra-estrutura necessária à produção, em níveis adequados de tecnologia e eficiência.

Aproximadamente 43 mil famílias (das quais cerca de 10 mil em 1976) já foram assentadas através desses projetos, ocupando hoje área aproximada de 7 milhões de hectares.

Nos projetos integrados de colonização da Amazônia Legal foram expedidos mais de 6 mil títulos de posse, em 1976; demarcaram-se 4,9 mil parcelas e 2 mil lotes, assentando-se 3.293 famílias. Quase 600 escolas, com 36,4 mil alunos, compreendem a rede escolar desses projetos. Ainda em 1976, foram construídos 2,9 mil quilômetros de estradas vicinais e conservados outros 475 dos já implantados anteriormente.

A produção agrícola obtida nesses projetos integrados da Amazônia, principalmente na área de influência da Transamazônica e no Território Federal de Rondônia, já é expressiva, destacando-se, entre os produtos principais, arroz, milho, mandioca, banana e feijão.

Planejamento agropecuário

Finalmente a atuação no campo do planejamento agropecuário tem-se caracterizado por constante aperfeiçoamento, ampliação e fortalecimento do Sistema Nacional de Planejamento Agrícola, através de adoção de um elenco de medidas adequadas e oportunas.

Entre as medidas tomadas em 1976, destacam-se: a assistência prestada pelo Ministério da Agricultura às comissões de planejamento agrícola dos 21 Estados e às 3 unidades regionais de supervisão; os estudos que buscam integrar e articular o planejamento a níveis federal e estadual; o desenvolvimento do Projeto de Institucionalização do Sistema Nacional de Planejamento Agrícola, que objetiva conferir embasamento legal mais adequado ao sistema.

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

A preocupação do Governo em restringir os níveis das importações sem prejuízo do atendimento da crescente demanda interna por produtos industrializados, a par da necessidade de ampliar as exportações, conduziu a um elenco de diretrizes de política de industrialização, cujas repercussões positivas vêm sendo observadas desde 1975. Entre essas diretrizes destacam-se: o desenvolvimento qualitativo e quantitativo da produção interna de bens de capital, elemento fundamental para a auto-sustentação do crescimento industrial; a acelerada expansão da oferta nacional de insumos básicos, a partir das potencialidades que tem o país para alcançar a auto-suficiência e, eventualmente, promover exportações; o fortalecimento e a modernização das empresas nacionais; o rápido desenvolvimento tecnológico interno; e, finalmente, a progressiva desconcentração do processo de industrialização, nos planos regional e urbano.

Incentivos à Industrialização

O Conselho de Desenvolvimento Industrial - CDI vem implementando, de forma bem definida e com resultados satisfatórios, política de estímulo à industrialização que se caracteriza pela adoção de critérios de seletividade

na orientação dos investimentos da iniciativa privada e do setor público, para contenção e substituição de importações de bens industrializados, notadamente nas áreas de produção de bens de capital e de insumos básicos.

Em 1976, entrou em vigor nova legislação sobre incentivos fiscais — Decreto-lei nº 1.428, de 2 de dezembro de 1975, regulamentado pelo Decreto nº 77.065, de 20 de janeiro de 1976 —, com vistas fundamentalmente à contenção e substituição das importações na área de bens de capital, o que reforçou a atuação do CDI como órgão central de implementação da política de desenvolvimento industrial, dentro das diretrizes traçadas pelo II PND, e em articulação com o BNDE, CACEX, CPA, Banco Central do Brasil, superintendências regionais de desenvolvimento e outros organismos oficiais e privados.

De acordo com a nova legislação, todos os órgãos administradores de incentivos fiscais no âmbito dos impostos sobre importações e produtos industrializados para aquisição de maquinaria e equipamentos estrangeiros e nacionais — CDI, SUDAM, SUDENE, SUDEPE e GEIM — tornaram-se aptos a conceder reduções de 50% ou 80% daqueles tributos a projetos enquadrados em setores selecionados e aprovados pelo CDI.

Os ramos industriais beneficiados com redução de 50% foram selecionados pelo CDI na Resolução nº 47, de 9 de março de 1976, incluindo setores da indústria de transformação que devem ser estimulados, reequipados ou ampliados. De outra parte, a redução de 80% contempla setores básicos prioritários, já definidos no II PND e discriminados pela Resolução CDI nº 48, de 9 de março de 1976.

Ressalte-se, ainda, que, em casos especiais, considerados de relevante interesse nacional, projetos prioritários podem merecer isenção total dos aludidos impostos, mediante autorização do Presidente da República.

Complementarmente e atendendo ao disposto na legislação de incentivos fiscais, o CDI baixou a Resolução nº 49, de 27 de maio de 1976, fixando novos critérios para programas de nacionalização dos equipamentos e componentes importados, destinados à produção interna de determinados bens industriais essenciais, o que contribuirá substancialmente para o desenvolvimento do setor de bens de capital. A decisão de regulamentar e acelerar os programas de nacionalização representa um importante passo no sentido de reduzir a dependência nacional da importação de componentes produzidos no exterior, estimulando, em contrapartida, o desenvolvimento da oferta interna de componentes e da própria indústria de bens de capital.

O desempenho do CDI, em 1976, em termos de concessão de incentivos fiscais, caracterizou-se por justificado rigor na aplicação dos critérios de seletividade dos empreendimentos incentivados. Assim é que foram expedidos apenas 284 certificados de aprovação de projetos, número que se situa muito abaixo dos observados nos anos anteriores. Entretanto, os investimentos aprovados pelo Conselho em relação a projetos contemplados por esses certificados alcançaram Cr\$ 90,8 bilhões, equivalentes, em valores nominais, praticamente à soma de todos os investimentos aprovados ao longo do período 1970-1975. Os montantes globais dos investimentos deferidos em 1975 e 1974 situaram-se, respectivamente, em Cr\$ 16,5 bilhões e Cr\$ 29,1 bilhões (a preços daqueles anos).

Importa assinalar, porém, que o total dos investimentos aprovados em 1976 está bastante influenciado pela participação de grandes projetos envolvendo investimentos fixos muito elevados, sobretudo os vinculados aos programas de desenvolvimento dos setores siderúrgico, de não-ferrosos e de química e petroquímica. Assim, somente os destinados aos grandes projetos de expansão da CSN, COSIPA e USIMINAS e de implantação da AÇOMI-

NAS englobam recursos totais de Cr\$ 65,8 bilhões correspondentes a 72% dos investimentos aprovados em 1976. Excluindo-se os empreendimentos siderúrgicos, o montante de investimentos reduz-se para Cr\$ 25,0 bilhões.

De par com a elevação dos índices de nacionalização, procurou-se atenuar o ônus cambial imediato relacionado às importações de bens de capital indispensáveis à execução dos projetos aprovados pelo CDI. Nesse sentido, de um montante de US\$ 1,701 bilhão destinado à importação de máquinas e equipamentos, cerca de US\$ 696 milhões foram cobertos com financiamentos a longo prazo e US\$ 82 milhões não tiveram cobertura cambial, ou seja, aproximadamente 46% das importações autorizadas pelo CDI não provocarão impacto a curto prazo nas contas externas do país.

Esse resultado favorável decorreu, em certa medida, da mudança de critério adotada com relação aos projetos de empresas sob o controle de residentes no exterior, passando-se a exigir que dois terços do valor do equipamento fossem importados sem cobertura cambial, sob a forma de investimento direto.

Outro dado significativo diz respeito ao crescimento da participação das empresas nacionais no conjunto dos projetos aprovados pelo CDI. Do total dos investimentos fixos aprovados em 1976, 95,4% referiram-se a 205 projetos de responsabilidade de empresas de capital majoritário nacional e apenas 4,6% a 79 projetos de empresas com controle acionário de não-residentes no país (em 1975, as empresas nacionais participaram de 77,3% do investimento global aprovado).

No tocante à política de desconcentração industrial, os resultados alcançados no último exercício foram ainda muito modestos, porquanto os investimentos aprovados continuaram contemplando preponderantemente as regiões Sudeste e Sul, de onde se origina a maior demanda por incentivos administrados pelo CDI. A participação

das demais regiões permanece pouco expressiva, apesar de o Nordeste e a Amazônia contarem com os incentivos da SUDENE e da SUDAM.

Em termos de desconcentração industrial urbana, porém, é considerável a redução da participação das regiões metropolitanas — especialmente dos Municípios das Capitais — no número de projetos e no total dos investimentos fixos aprovados. Registro especial deve ser feito quanto à aprovação de projetos significativos para a interiorização crescente do desenvolvimento industrial, como aqueles contemplados nos programas prioritários do Governo, principalmente das áreas de siderurgia, não-ferrosos, petroquímica, papel-celulose e fertilizantes. Merece também menção a implementação, em 1976, de convênios celebrados entre o CDI e os Governos dos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Bahia, com vistas a condicionar a concessão de incentivos ao pronunciamento desses Estados sobre a compatibilização da localização dos projetos com a legislação estadual de uso e ocupação do solo.

De outra parte, os programas especiais apoiados pela BEFIEX geraram, desde sua criação em 1972, exportações de manufaturados no montante de US\$ 1,140 bilhão — US\$ 286,2 milhões durante o período 1972-1974, US\$ 366,7 milhões em 1975 e US\$ 487,1 milhões em 1976. Neste último ano, as exportações incentivadas pela BEFIEX corresponderam a cerca de 17% do total das exportações de manufaturados brasileiros.

Ao final de 1975, achavam-se em efetiva execução 5 programas aprovados pela BEFIEX. Em 1976, a Comissão recebeu, para exame, 21 projetos industriais relativos a programas especiais de exportação, dos quais 7 foram aprovados, implicando em novos compromissos de exportação de mais US\$ 1,7 bilhão para o período 1976-1986. Foram também aprovados mais 5 projetos apresentados em exercícios anteriores, com montante de exportação da ordem de US\$ 2,1 bilhões, o que eleva

o total das exportações programadas nos 12 projetos aprovados para us\$ 3,8 bilhões. Tais programas envolvem previsões de investimentos totais de cerca de us\$ 2,7 bilhões, sendo us\$ 1,0 bilhão relativo a maquinaria e equipamentos, dos quais cerca de 50% devem ser fornecidos pela indústria nacional de bens de capital.

Ressalte-se, outrossim, que, dos 12 programas aprovados no último exercício, 5 pertencem ao setor automotivo, representando compromissos de vendas externas no valor de us\$ 3,3 bilhões. Com as aprovações de 1976, os compromissos globais de exportação vinculados à BEFIEX elevaram-se a us\$ 7,2 bilhões, dos quais us\$ 5,7 bilhões relacionados com a indústria automotiva.

Siderurgia

O setor siderúrgico apresentou, em 1976, desempenho que pode ser considerado satisfatório, com o mercado interno atendido com regularidade, a par do andamento normal das medidas voltadas para o desenvolvimento dessa área industrial prioritária.

O consumo nacional aparente de produtos siderúrgicos, em aço-lingotes equivalentes, atingiu a 11,3 milhões de toneladas, inferior em apenas 1% ao de 1975. No entanto, com a absorção da maior parte dos vultosos estoques existentes no início do ano, o consumo efetivo apresentou um incremento de cerca de 9%, em relação a 1975. Para 1977, está previsto um consumo efetivo em torno de 13,0 milhões de toneladas, em aço líquido, correspondendo a acréscimo de 9%, relativamente a 1976.

A produção brasileira de aço, em 1976, foi de 9,3 milhões de toneladas de aço líquido, superior em 12% à de 1975 (8,3 milhões). A média de crescimento da produção, no período 1970-1975, havia sido da ordem de 9% ao ano.

As importações de produtos siderúrgicos situaram-se em torno de 1,2 milhão de toneladas, em 1976, 59%

abaixo das de 1975 (2,9 milhões de toneladas), e totalizaram aproximadamente us\$ 630 milhões (preços F.O.B.), 52% inferiores às do ano anterior, o que traduz o funcionamento adequado do Sistema Coordenado de Abastecimento, formado pelo IBS, SIDERBRÁS e CONSIDER.

As exportações de laminados atingiram cerca de 143 mil toneladas de produtos diversos, com um aumento de 14% em relação a 1975, gerando divisas no montante de us\$ 65 milhões.

O Grupo SIDERBRÁS, que, em dezembro de 1975, atingiu sua posição de acionista majoritário das empresas siderúrgicas estatais (exceto a ACESITA), pôde finalmente incorporar e operar um expressivo complexo de usinas siderúrgicas de grande e médio portes, constituído das subsidiárias CSN, USIMINAS, COSIPA, USIBA, COFAVI, COSIM e PIRATINI, cuja produção global, em 1976, foi da ordem de 5,0 milhões de toneladas de aço líquido, correspondentes a 54% do total nacional. Para 1977, está prevista produção conjunta dessas usinas em torno de 6,5 milhões de toneladas de aço.

Foram completadas diversas etapas do chamado Estágio II dos projetos de ampliação da CSN, USIMINAS e COSIPA, com a entrada em funcionamento de vários de seus equipamentos principais. Em 1977, deverão estar concluídas as obras e instalações programadas para essa segunda expansão, o que assegurará àquelas três empresas capacidade conjunta para produzir 7,2 milhões de toneladas/ano de aço em lingotes.

Tiveram prosseguimento, também, as providências básicas relativas à implementação das expansões contempladas no Estágio III, sobretudo quanto a recursos e encomendas. Ao término de 1977, deverão estar adquiridos todos os equipamentos previstos para elevar a capacidade da CSN, USIMINAS e COSIPA, por volta de 1979-1980, aos níveis de 4,6, 3,5 e 3,5 milhões de toneladas/ano de aço, respectivamente, perfazendo o total de

11,6 milhões. A participação nacional no fornecimento dos equipamentos deverá ser, no mínimo, de 60%.

Iniciou-se a instalação da Usina Siderúrgica de Tubarão, no Espírito Santo, empreendimento trinacional com a participação majoritária do Brasil, através da SIDERBRÁS, e de empresas do Japão e Itália, e cuja produção, na fase inicial, será de 3,0 milhões de toneladas/ano de placas de aço, das quais metade para consumo interno e o restante para exportação, com mercados já assegurados para 18 anos. Também foram iniciados o projeto de responsabilidade da Siderúrgica Mendes Júnior S.A., localizada em Juiz de Fora (Minas Gerais), para a produção, a partir de 1980, de 1,2 milhão de toneladas/ano de laminados de aço não-planos — devendo essa capacidade ser elevada para 2,4 milhões de toneladas/ano numa segunda etapa — e o projeto de Aços Minas Gerais S.A. — AÇOMINAS, cuja usina, localizada em Ouro Branco (MG), está dimensionada, na fase inicial, para produzir 2,0 milhões de toneladas/ano de laminados não-planos (em aço-lingotes equivalentes), também a partir de 1980.

No decorrer de 1976, o CONSIDER aprovou diversos projetos do setor siderúrgico, de responsabilidade da iniciativa privada, para a instalação de capacidade adicional, totalizando 1,450 milhão de toneladas/ano e envolvendo inversões globais da ordem de US\$ 1,0 bilhão.

Aspecto marcante que deve ser ressaltado no conjunto dos empreendimentos siderúrgicos em curso, de responsabilidade estatal e privada, é o da significativa contribuição que a execução dos projetos está emprestando ao desenvolvimento da indústria nacional de bens de capital, por sua participação significativa no fornecimento de equipamentos e materiais diversos.

Observação igualmente relevante é a de que foram praticamente concluídos, em 1976, os principais estudos integrantes do Plano Mestre de Siderurgia, que servirão

de base para a definição das linhas de expansão siderúrgica no próximo decênio.

Finalmente, entre outras providências adotadas pelo CONSIDER, em 1976, merecem destaque: a uniformização dos preços de produtos siderúrgicos no país — exceto para São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais —, com o principal objetivo de interiorizar o desenvolvimento; o apoio a projetos à base de sucata, com vistas à diminuição da dependência de redutores externos; a regulamentação da expansão dos setores de distribuição e relaminação; e a reformulação da política de utilização do carvão vegetal como redutor siderúrgico.

Fertilizantes

O Programa Nacional de Fertilizantes apresentou, em 1976, resultados satisfatórios quanto à implementação dos diversos projetos de iniciativa dos setores público e privado, embora, em alguns casos, ainda persistam indefinições.

Na área dos produtos nitrogenados, cujo consumo, por volta de 1980, foi estimado em 1,4 milhão de toneladas, a execução dos novos projetos está a cargo, principalmente, da PETROBRÁS Fertilizantes, que está implantando as unidades de amônia e uréia de Laranjeiras (Sergipe) e Araucária (Paraná), para entrarem em operação em 1980-1981, com capacidades, respectivamente, de 209 e 276 mil toneladas/ano de nitrogênio, em amônia equivalente. Paralelamente, a empresa tem projeto, em fase de análise, para produção de amônia no Norte Fluminense, aproveitando o gás natural associado aos campos de petróleo recentemente descobertos na plataforma continental daquela região, com vistas à instalação de unidade para 209 mil toneladas/ano. Quanto ao projeto da CRN, localizado em Rio Grande, também para 276 mil toneladas/ano de amônia, alguns problemas continuam pendentes. Adicionando-se a esses projetos a atual capa-

cidade instalada (quase 400 mil toneladas/ano), a oferta interna deverá cobrir os objetivos preconizados no Programa.

As enormes potencialidades de minérios fosfatados no país asseguram excepcionais perspectivas para auto-suficiência nessa linha de fertilizantes. A demanda estimada em 1,6 milhão de toneladas de P_2O_5 , em 1980, será atendida pelos projetos em execução ou em fase final de definição. Em termos de rochas fosfatadas e concentrados, 880 mil toneladas serão produzidas pelos empreendimentos contemplados pelo Programa e de responsabilidade da VALEP, ARAFERTIL, FIBASE/Serrana e FIBASE/METAGO, enquanto que outras 805 mil toneladas de P_2O_5 , em rochas e concentrados, resultarão dos projetos de Patos de Minas e da FOSFAGO (Catalão, Goiás). De outra parte, nos próximos três anos também estarão entrando em operação outros empreendimentos, nas linhas de produção de ácido fosfórico, superfosfatos simples e triplo, MAP e DAP.

Finalmente, em relação aos produtos potássicos, ainda continua em fase de definições o aproveitamento das reservas de potássio de Carmópolis (Sergipe), para a produção de 1,0 milhão de toneladas/ano de K_2O .

Petroquímica

O Pólo Petroquímico de São Paulo está praticamente implantado, faltando apenas concluir, em 1977, o projeto de produção de polipropileno.

O Pólo Petroquímico do Nordeste, na Bahia, na área de derivados aromáticos, deverá ter suas unidades de caprolactama e dimetiltereftalato em funcionamento já em 1977, juntamente com a Central de Utilidades, enquanto que a de diisocianato de tolueno começará a operar no início de 1978. No que diz respeito aos derivados de olefinas, a Central de Matérias-Primas da COPENE e as unidades *down stream* estarão concluídas também no

começo de 1978, conforme programado. O único projeto, no conjunto desses derivados, em atraso por conta de indefinições sobre suprimento de cloro teve solução pela utilização do dicloroetano a ser produzido em Alagoas, pela SALGEMA.

A implantação do Pólo Petroquímico do Sul — COPESUL, no Rio Grande do Sul, principal empreendimento do Programa, recebeu atenção especial e prioritária, tendo sido definidos a localização do complexo industrial e as necessidades locais em termos de infraestrutura, os critérios para seleção das empresas interessadas na produção dos derivados petroquímicos e as condições para fornecimento de tecnologia. Em relação às várias unidades básicas previstas para o COPESUL, a Central de Produtos Petroquímicos Básicos, responsável pela produção de eteno, propeno, butadieno e aromáticos, está ultimando a seleção de tecnologia e de seus concedentes, encontrando-se em análise pelo INPI/MIC as minutas dos contratos de transferência de tecnologia. Paralelamente foram selecionados e aprovados pelo CDI dois projetos para a produção de 215 mil toneladas/ano de polietileno de baixa densidade (PEBD), envolvendo investimentos globais de US\$ 170 milhões, um projeto para a produção de 60 mil toneladas/ano de polietileno de alta densidade (PEAD), com inversões totais de US\$ 77 milhões, e um projeto de MVC/PVC. As unidades de estireno e polipropeno tiveram os projetos propostos, analisados e definidos pelo CDI, enquanto que o projeto da unidade de borracha SBR foi objeto de análise, com a colaboração de técnicos da FABOR (Petroquisa), na unidade de Duque de Caxias.

No que diz respeito à produção de dicloroetano (DCE), o projeto está sendo implementado pela SALGEMA, em Maceió (Alagoas), com capacidade prevista para 200 mil toneladas/ano, absorvendo o cloro local como matéria-prima principal e destinando-se a projetos de MVC/PVC do Nordeste e do Pólo do Rio Grande do Sul.

Papel e Celulose

Na área de celulose, em consonância com o Programa Nacional de Papel e Celulose, cabe assinalar a adição, em 1976, à capacidade do setor, de mais 150 mil toneladas/ano, estando prevista para o período 1977-1980 a entrada em funcionamento de capacidade adicional totalizando quase 2,0 milhões de toneladas/ano, o que, somado à capacidade existente, propiciará condições para o atendimento do mercado interno com 2,2 milhões de toneladas e, para a exportação, de cerca de 1,2 milhão de toneladas.

No que se refere à oferta de papéis — prevista para 3,7 milhões de toneladas/ano em 1980 — as indústrias existentes e aquelas em processo de expansão ou de instalação, deverão possibilitar o pleno atendimento do mercado nacional e, até mesmo, excedentes para exportação nas linhas de papéis para escrever e imprimir, papéis para embalagem e diversos tipos de papéis para fins industriais e outros usos. Em relação a estes últimos, no entanto, ainda deverão subsistir necessidades de pequenas importações, em vista de problemas de tecnologia, mercado e escalas de produção industrial. Prevê-se que, apenas para a linha de papel de imprensa periódica, persistirão importações de vulto, dado que as metas de produção não deverão ser atingidas em consequência de fatores desestimuladores prevaletentes, como, por exemplo, isenção assegurada à importação desses papéis e desinteresse empresarial. Entretanto, negociações vêm sendo mantidas no sentido de se implantar nova fábrica no Paraná, com capacidade para produzir 175 mil toneladas/ano de papel de imprensa, a partir de 1980-1981, o que elevará a capacidade de produção para 305 mil toneladas/ano.

O Programa Especial de Exportação, destinado, em longo prazo, a assegurar ampliações substanciais dos excedentes exportáveis de celulose, está sendo dinamizado através do IBDF, mediante providências para a criação de

uma rede de grandes distritos florestais em várias regiões do país, vinculados a fábricas de celulose de grande porte.

Metais Não-Ferrosos

As condições atuais da economia brasileira recomendam o reexame das previsões de demanda e oferta constantes do Programa Nacional de Desenvolvimento da Indústria de Metais Não-Ferrosos, o que vem sendo realizado, inclusive com vistas ao Plano Mestre do setor, em elaboração pelo CONSIDER.

Os dados disponíveis permitem concluir, entretanto, que o desempenho dos não-ferrosos em 1976 foi satisfatório. Com efeito, a produção primária de alumínio cresceu em cerca de 15% no biênio 1975-1976, passando de 121,4 para 140,0 mil toneladas; a de chumbo elevou-se de 37,5 para 45,0 mil toneladas, com um incremento de 20%; e a de zinco evoluiu de 31,4 para 43,0 mil toneladas, com um acréscimo de quase 37%. Nas áreas de estanho e níquel, registraram-se decréscimos de produção: de 6,6 para 6,0 mil toneladas no caso do estanho e de 2,3 para 2,1 mil toneladas no caso do níquel, contido em ferro-níquel.

No tocante às importações, foram registradas reduções nas toneladas do alumínio e do chumbo, ao passo que ocorreu ligeiro aumento nas dos demais metais. No global, o dispêndio cambial com a importação de metais não-ferrosos passou de us\$ 364,0 milhões em 1975 para us\$ 387,6 milhões em 1976 (preços F.O.B.). Os gastos de maior vulto decorreram das aquisições de cobre us\$ 213 milhões), alumínio us\$ 89 milhões), zinco us\$ 45 milhões), níquel e magnésio (us\$ 19 milhões cada).

A programação do desenvolvimento da oferta interna de metais não-ferrosos primários foi dinamizada, em 1976, com a aprovação, pelo CONSIDER, de 8 projetos referentes a alumínio, cobre, chumbo e zinco, envolvendo investimentos globais da ordem de us\$ 1,138 bilhão, dos quais

us\$ 480 milhões relativos a máquinas e equipamentos, com previsão de índice de nacionalização de cerca de 71%. Com a implantação dos projetos contemplados no Programa, espera-se que, por volta de 1980, a oferta interna passe a ter participação mais significativa no suprimento do mercado nacional dos principais metais não-ferrosos.

No caso do alumínio, os projetos de expansão em curso, de iniciativa principalmente do setor privado e da VALESUL, irão propiciar a elevação da capacidade de 123 mil toneladas/ano registrada em 1975 para 348 mil. Por sua vez, deverá ter início, em 1978-1979, a exploração efetiva das grandes jazidas de bauxita da região de Trombetas, no Pará, pela Mineração Rio Norte, empresa com participação majoritária de capitais nacionais (CVRD e CBA), para a produção de alumina destinada aos mercados interno e mundial. A instalação do grande complexo de alumínio metálico da ALBRÁS, também no Pará, será dinamizada para entrada em funcionamento no começo da próxima década, com capacidade total de 320 mil toneladas/ano de alumínio metálico.

Quanto ao cobre, foram adotadas medidas para ativar a implantação do projeto da Caraíba Metais, na Bahia, com produção de 150 mil toneladas/ano do metal. Atualmente sob controle da FIBASE/BNDE, o projeto deverá vir a contar com a participação do setor privado. Vale ainda registrar a descoberta de novas jazidas de minérios de cobre na Bahia e no Rio Grande do Sul.

Com referência ao zinco, merece menção especial o início efetivo, em 1976, da implantação das usinas das empresas Paraibuna Metais, em Juiz de Fora, e Mineração Morro Agudo, em Paracatu (Minas Gerais), bem como o prosseguimento da expansão da Companhia Mineira de Metais, em Três Marias, cujos projetos possibilitarão elevar a capacidade do setor de 35 para 125 mil toneladas/ano de zinco metálico, até 1980.

A Mineração Morro Agudo e a PLUMBUM-COBRAC têm projetos para aumentar a produção de chumbo

metálico de 32 para 96 mil toneladas/ano. Finalmente, há perspectivas favoráveis ao próximo desenvolvimento de outras linhas de produção de não-ferrosos, comuns e especiais.

Defensivos Agrícolas

A meta do Programa Nacional de Defensivos Agrícolas para 1980 é o aumento da participação da oferta interna para 50%, nos seguintes níveis por produtos, relativamente aos de 1974: inseticidas — de 31% para 58%; fungicidas — de 19% para 39%; herbicidas — de 6% para 51%.

Com base no número de projetos e cartas-consultas aprovadas pelo CDI, aqueles índices de produção para 1980 muito provavelmente serão atingidos. Todos os projetos são de iniciativa da empresa privada, com participação significativa de empresários nacionais. Vários projetos utilizadores de cloro têm sua localização determinada para o futuro Pólo Cloroquímico de Alagoas, numa contribuição efetiva à política de desconcentração industrial. Não está definida, por enquanto, apenas a situação de três produtos: DDT, Ziram e Thiram.

Bens de Capital

O Governo vem adotando medidas de curto e médio prazos com vistas à redução das importações de maquinaria e equipamentos, à dinamização de sua produção interna, ao desenvolvimento tecnológico e ao fortalecimento das empresas nacionais.

Na área do Ministério da Indústria e do Comércio, deve-se ressaltar o desempenho do CDI no acionamento do mecanismo de concessão de incentivos fiscais, voltado para a limitação das importações de bens de capital necessários a projetos submetidos à sua aprovação, estimu-

lando, conseqüentemente, a utilização dos de fabricação nacional.

O total de projetos apoiados declinou de 871 em 1975 para 284 em 1976, envolvendo, porém, dispêndios em máquinas e equipamentos no montante de Cr\$ 43,2 bilhões (Cr\$ 9,9 bilhões em 1975), como decorrência da aprovação de grandes projetos siderúrgicos.

A participação do fornecimento de máquinas e equipamentos fabricados pela indústria nacional de bens de capital nos projetos aprovados correspondeu a 55% do total daqueles investimentos (44%, no período 1974-1975).

Porcentagem de 69% das inversões em máquinas e equipamentos aprovados para o grupo de indústrias de produtos intermediários não-metálicos, de cimento e de papel e celulose corresponde a bens fabricados no Brasil, enquanto que, no grupo das indústrias químicas, petroquímicas e farmacêuticas, essa porcentagem é de 66%, chegando à média de 54% no caso dos grupos de indústrias metalúrgicas básicas e de produtos intermediários metálicos, bem como a 55% no de indústrias automotivas e seus componentes. Para as indústrias de bens de consumo, a participação dos bens nacionais atingiu a 40%.

O CDI aprovou, também, em 1976, 77 projetos novos, na área de bens de capital, envolvendo investimentos de Cr\$ 2,238 bilhões, sendo Cr\$ 1,238 bilhão correspondente a máquinas e equipamentos, dos quais 42% de procedência nacional.

Ainda com referência ao desenvolvimento da indústria de bens de capital, merecem registro os resultados positivos das medidas adotadas pelo Governo no sentido de canalizar para essa área o máximo possível de encomendas de máquinas e equipamentos vinculados a empreendimentos de responsabilidade de órgãos e entidades governamentais, especialmente nas áreas siderúrgica, de

metais não-ferrosos, de química e petroquímica, de energia elétrica, de mineração, etc. Em muito contribuiu para a consecução desse objetivo a atuação dos Núcleos de Articulação com a Indústria, criados junto a empresas governamentais a partir do segundo semestre de 1975, sob a coordenação da Comissão Coordenadora dos Núcleos de Articulação com a Indústria.

Alcalis

A Companhia Nacional de Alcalis alcançou, em 1976, o volume bruto de produção de 150 mil toneladas de carbonato neutro de sódio (barrilha), praticamente a mesma quantidade registrada no ano anterior e correspondente à atual capacidade instalada do complexo fabril de Arraial do Cabo, em Cabo Frio. A empresa continua executando, em ritmo satisfatório, seu projeto de expansão para 200 mil toneladas/ano de capacidade, a ser atingida em 1977.

De outra parte, estão sendo tomadas providências para a instalação de nova unidade produtora de barrilha na área de Macau, com capacidade inicial para 200 mil toneladas/ano, estando o projeto a cargo da Alcalis do Rio Grande do Norte S.A. — ALCANORTE, subsidiária da CNA. O projeto, que se reveste de elevada prioridade, tanto pelo que proporcionará em economia de divisas, como pela sua influência no desenvolvimento do Nordeste, conta com aporte de recursos do Tesouro Nacional, da SUDENE e do BNDE. Em outubro último, foi realizada a cerimônia de lançamento da pedra fundamental e início dos serviços de terraplanagem e das obras civis do novo complexo industrial, cuja entrada em operação comercial está prevista para 1979.

O mercado nacional de barrilha, em 1976, absorveu 215,6 mil toneladas, vendidas pela CNA, sendo 144,0 mil

de produtos fabricados pela própria empresa e 71,6 mil toneladas de produtos por ela importados. Àquele total consumido devem ser acrescentadas cerca de 15,0 mil toneladas de estoques em poder dos grandes consumidores, o que elevou o volume global do consumo aparente a aproximadamente 230,0 mil toneladas (202,0 mil, em 1975). A CNA vendeu, em 1976, 132,4 mil toneladas de barrilha vidreira, 77,8 mil de barrilha leve e 5,4 mil de barrilha metalúrgica.

No que se refere ao setor de produção de soda cáustica e cloro, merece realce a entrada em operação, em 1977, do complexo fabril da SALGEMA, em Maceió, com capacidade para produzir anualmente 250 mil toneladas de soda e 220 mil de cloro. Este será empregado na fabricação de dicloroetano pela própria empresa e em outras utilizações previstas para região.

Construção Civil

A Comissão Nacional da Indústria de Construção Civil — CNICC, órgão responsável pela implementação da política de desenvolvimento do setor, criada em 1975, tem contribuído efetivamente para a análise e encaminhamento das reivindicações empresariais, assessorando o Governo para a adequada solução dos problemas da construção.

Além dos diversos trabalhos técnicos realizados, a Comissão ultimou, em 1976, os estudos para implantação do Cadastro Básico das Empresas e para montagem do Sistema Nacional de Índices de Preços, tarefas essas que, junto à implantação e manutenção do Sistema de Acompanhamento de Resultados dos Programas de Obras Públicas, se incluem entre as de maior destaque na programação para 1977.

Comércio Interno

A atuação do Governo, através do Conselho de Desenvolvimento Comercial — CDC, dirigiu-se, particularmente, no exercício de 1976, para o melhor conhecimento do sistema comercial brasileiro.

Com efeito, procedeu-se à elaboração de diversos estudos técnicos, notadamente sobre relações entre produtores e distribuidores de veículos automotores, distribuição de autopeças e de medicamentos, distribuição de alimentos através de supermercados, transações entre o comércio e o sistema bancário, aperfeiçoamento do pessoal do comércio e consolidação da legislação comercial.

Cabe salientar, também, a preocupação governamental com possíveis efeitos negativos da política anti-inflacionária sobre as empresas de menor porte, conduzindo à criação de um grupo de trabalho interministerial com a finalidade de consolidar o posicionamento daquelas organizações e dimensionar a necessidade de sua capitalização e a capacitação dos empresários.

A partir do 2º semestre de 1976, os efeitos das medidas de austeridade econômica adotadas pelo Governo começaram a refletir-se sobre a atividade comercial, sem contudo prejudicar o desempenho normal do setor. Uma visão mais objetiva do comportamento do comércio interno é oferecida pelas arrecadações do imposto sobre circulação de mercadorias, nos exercícios de 1975 e 1976, em torno de Cr\$ 57,0 bilhões e Cr\$ 78,0 bilhões, respectivamente, significando, portanto, um incremento nominal de 36%.

Comércio externo

O Conselho Nacional do Comércio Exterior — CONCEX, em 1976, estabeleceu normas para importação de sistemas de processamento de dados e prorrogou,

para o exercício de 1977, as atribuições conferidas ao CONSIDER e à CAPRE relativamente à obrigatoriedade de anuência desses órgãos no atendimento aos pedidos de importação de produtos siderúrgicos e de metais não-ferrosos e de computadores e outros equipamentos que componham ou complementem sistemas de processamento eletrônico de dados.

A Coordenadoria para Assuntos do CONCEX, órgão do MIC, participou de várias reuniões de comissões mistas de comércio e de reuniões com órgãos nacionais e estrangeiros, prestou assessoramento a missões estrangeiras que visitaram o Brasil e, ademais, promoveu a divulgação de oportunidades comerciais através de sistema próprio.

Registro do Comércio

Na área do registro do comércio, merece especial destaque a assinatura do Ajuste n° 1 ao Convênio firmado entre o Departamento Nacional de Registro do Comércio — DNRC e o Serviço Federal de Processamento de Dados — SERPRO, visando à racionalização dos serviços de arquivo das 25 juntas comerciais do país, passo inicial de um amplo programa de modernização e aparelhamento do setor. Por outro lado, o DNRC deu prosseguimento às tarefas de supervisão técnica das juntas comerciais, administração direta da Junta Comercial de Brasília e promoção de feiras e exposições.

Tecnologia Industrial

Os resultados positivos da atuação estimuladora exercida pelo MIC, por intermédio de sua Secretaria de Tecnologia Industrial, juntamente com órgãos vinculados — INPI, INT e INPM — traduzem a consciência de que o avanço da capacitação tecnológica industrial da empresa nacional é fundamental para crescimento seguro e sem as intranquilidades geradas pela dependência externa.

Entre esses resultados, deve-se ressaltar a efetivação do Programa Tecnológico Nacional do Alcool, com a participação central do Instituto Nacional de Tecnologia — INT, contemplando mais de 30 projetos, que se estendem desde a obtenção de mudas de mandioca até modificações de motores e turbinas com vistas à utilização do álcool como combustível.

Merece destaque o desenvolvimento do pacote tecnológico integrado de instalação de uma usina pioneira, em colaboração com a PETROBRÁS, para a produção de álcool de mandioca, na região dos cerrados em Minas Gerais. Também está sendo implantada, em Xerém (Rio de Janeiro), uma estação experimental flexível para o desenvolvimento de tecnologia alcooleira, com capacidade para 5 mil litros/dia. Igualmente importante é a execução, pelo INT, do Programa Tecnológico de Prevenções da Poluição Industrial, com a implementação de unidades de tratamento de despejos industriais, abrangendo uma área de 5 mil m². O total de recursos aplicados sob a gestão do INT/FINAT, em 1976, nos projetos de desenvolvimento científico e tecnológico, atingiu o montante de Cr\$ 63,9 milhões.

Um Programa de Cooperação Tecnológica foi negociado com o Japão, incluindo treinamento de recursos humanos e pesquisas tecnológicas em laboratórios, para posterior utilização, por ambos os países, dos resultados obtidos.

Em 1976, foram aprovados 47 projetos na área do desenvolvimento tecnológico, totalizando Cr\$ 150 milhões em aplicações — cerca de 60% a mais do que no período 1973-1975 — nas áreas de padronização industrial, informação tecnológica, recursos humanos, engenharia de projetos, metalurgia, química, eletrônica, mecânica, agro-indústria e energia.

Por outro lado, foram deferidos 25,1 mil registros de marcas, expedidas cerca de 608 patentes e averbados

mais de 1.000 processos de contratos de transferência de tecnologia, envolvendo recursos superiores a us\$ 300,0 milhões. Especial destaque deve ser feito à inauguração do Banco de Patentes, abrindo-se oficialmente ao público o seu arquivo de buscas, que reúne, no momento, cerca de 1,0 milhão de documentos de patentes originários dos principais países industrializados.

Nas áreas de metrologia e certificado de qualidade industrial, foram bastante produtivas as atividades do Instituto Nacional de Pesos e Medidas — INPM, que deverá ser transformado, proximamente, em Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial — INMETRO, conforme prevê a Lei nº 5.966, de 13 de dezembro de 1973.

Açúcar e Alcool

A produção de açúcar, no exercício de 1976, foi de 114,7 milhões de sacos, sendo 15,5 milhões referentes à safra 1975-1976, cuja produção final atingiu a 98,3 milhões de sacos, e 99,2 milhões relativos à safra 1976-1977, ainda em andamento, que deverá totalizar, no exercício 1977, uma produção de 117,6 milhões de sacos.

A safra 1976-1977, apesar de uma possível redução de 12,4 milhões de sacos em relação à produção autorizada, deverá alcançar um novo recorde nacional, vindo a superar a produção da safra 1974-1975, que atingiu a 112,0 milhões de sacos. Essa redução decorreu das persistentes chuvas caídas entre junho e dezembro de 1976 nas regiões Sul e Sudeste, prejudicando sensivelmente a normalidade do seu processamento, seja pelo baixo rendimento industrial, seja pelas contínuas paralisações.

A exportação de açúcar em 1976 foi da ordem de 1,2 milhão de toneladas métricas, proporcionando receita cambial de us\$ 309,6 milhões, com o preço médio de

venda de us\$ 250,0 por tonelada, resultado inferior ao do exercício anterior, que atingiu a 1,7 milhão de toneladas métricas, com receita de us\$ 1,052 bilhão e o preço médio de us\$ 608,40 por tonelada. Tal comportamento, em termos de receita, justifica-se por uma contínua baixa das cotações do açúcar no mercado internacional, tendo o produto, a partir do mês de agosto, passado a situação de gravosidade.

A retração do volume físico exportado deveu-se à frustração da safra 1975-1976, que obrigou o IAA a cancelar entregas de açúcar a fim de resguardar o suprimento ao mercado interno, vendo-se na contingência de reprogramar os embarques das quantidades já comprometidas por antecipação, através de contratos firmados por entidades governamentais.

Para o exercício de 1977, estimam-se exportações de 1,6 milhão de toneladas métricas, com a obtenção de receita de us\$ 305,0 milhões de dólares, devendo o mercado, ainda, estar apresentando uma tendência de preços gravosos, cuja melhoria só deverá ocorrer a partir do 2º semestre. Caso tal melhoria não ocorra e a situação do mercado mundial venha a se agravar, o parque açucareiro nacional poderá utilizar parte da sua matéria-prima na fabricação de álcool direto, para mistura carburante, aliviando, conseqüentemente, o excesso de oferta.

Em prosseguimento à política de modernização do parque industrial açucareiro e sua infra-estrutura, foram concedidos novos financiamentos e suplementações a operações anteriormente aprovadas pelo IAA. O montante das operações deferidas em 1976 foi de Cr\$ 918,0 milhões (Cr\$ 6,185 bilhões no ano anterior). A substancial redução na concessão desses créditos deveu-se, principalmente, ao baixo nível de disponibilidade do Fundo Especial de Exportação, ocasionado pelo seu menor fluxo de receita, que se exauriu a partir de agosto, em virtude do preço do açúcar de exportação ter iniciado o

ciclo da gravosidade, obrigando o IAA, a fim de dar cumprimento às suas obrigações contratuais, a promover dois empréstimos externos.

Esquema de amparo financeiro aos produtores de açúcar dos Estados de Pernambuco, Alagoas e Rio de Janeiro foi acionado, propiciando aos dois primeiros empréstimo externo de us\$ 30,0 milhões, repassados como capital de giro a juros máximos de 24% ao ano, e, ao último, fiança para um empréstimo direto, no exterior, de us\$ 40,0 milhões. Quanto à política de subsídios aos preços da cana e do açúcar, em benefício do consumidor nacional, foram despendidos Cr\$ 1,6 bilhão, em 1976.

Tiveram continuidade os estudos relativos à construção do Terminal Açucareiro de Santos e às obras de construção do Terminal Açucareiro de Maceió, este com o início de funcionamento previsto para o último trimestre de 1977.

Prosseguiu-se, através do Programa Nacional de Melhoramento da Cana-de-Açúcar — PLANALSUCAR, na execução de projetos de pesquisas integrados nos campos da genética, fitossanitário e agrônômico, com vistas a novas variedades canavieiras para substituir as atuais, em acelerado processo de degenerescência. Ampliou-se, também, o programa vinculado à fitossanidade, objetivando o controle biológico das doenças e pragas que assolam os canaviais. As despesas com o PLANALSUCAR, no exercício de 1976, ascenderam a Cr\$ 99,0 milhões, enquanto que, no ano anterior, foram de Cr\$ 59,0 milhões, estando prevista para o próximo exercício dotação de Cr\$ 140,0 milhões.

O IAA participou, também, mediante convênio com o Departamento Nacional de Obras de Saneamento — DNOS, nos projetos de regularização de cursos d'água, drenagem, irrigação e construção de diques, nas áreas localizadas em zonas produtoras de açúcar — vale do

Ceará-Mirim (Rio Grande do Norte), baixada dos Goitacases (Rio de Janeiro) e vale do Itapemirim (Espírito Santo). A contribuição financeira do IAA nesse convênio, em 1976, foi de Cr\$ 18,2 milhões, estando prevista para 1977 dotação de Cr\$ 10,0 milhões.

O Programa Nacional de Álcool, criado em novembro de 1975, possibilitou a implementação de estímulos financeiros objetivando o fomento da produção de álcool para o atendimento das necessidades do mercado interno e externo e da política de combustíveis, vindo a integrar-se ao conjunto de medidas prioritárias adotadas para enfrentar os desequilíbrios da balança comercial do país. Sua implantação é atribuição interministerial, coordenada pela Comissão Nacional do Álcool — CNAL.

No exercício de 1976, a CNAL aprovou 83 propostas de instalação de destilarias, com investimentos totais de cerca de Cr\$ 9,634 bilhões, a preços de 1977, sendo que, para 20 propostas, já foram contratadas operações de crédito no montante de Cr\$ 1.124,6 milhões. O acréscimo de capacidade de produção que resultará da implantação desse conjunto de projetos alcança o volume de 1,6 bilhão de litros por safra.

O total dos financiamentos para as operações industriais e rurais de custeio e investimento destinadas à obtenção de matérias-primas para os referidos projetos é de Cr\$ 7,334 bilhões. Relativamente às propostas já enquadradas e àquelas que vierem a ser aprovadas pela CNAL, o Conselho Monetário Nacional alocou, para 1977, o montante de Cr\$ 8,366 bilhões.

A atual capacidade do parque alcooleiro nacional é de cerca de 1 bilhão de litros por safra, devendo atingir em 1980, com o acréscimo resultante das propostas aprovadas pela CNAL, a produção de 3 bilhões de litros de álcool para fins carburantes, industriais e comerciais. A produção de álcool, em 1976, foi de 634,5 milhões de litros, sendo 66,0 milhões na safra 1975-1976 — cuja

produção final atingiu 555,6 milhões — e 568,5 milhões referentes à safra 1976-1977, que ainda se encontra em processamento.

Em função do convênio assinado, no 1º trimestre de 1976, entre o IAA e o Conselho Nacional de Petróleo, o primeiro adquiriu e entregou às companhias distribuidoras de derivados de petróleo 170,4 milhões de litros de álcool anidro.

Dando cumprimento aos contratos firmados anteriormente à instituição do Programa Nacional do Alcool, foram exportados, diretamente pelos produtores, 32,5 milhões de litros de álcool, produzindo receita cambial de us\$ 6,9 milhões. Também foram exportados, diretamente pelos produtores, 826,6 mil toneladas de mel residual, que produziram receita de us\$ 41,4 milhões.

Borracha

Deu-se continuidade, normalmente, aos programas de incentivos à produção de borracha natural e sintética, objetivando alcançar auto-suficiência no suprimento dessas importantes matérias-primas.

A produção nacional de borrachas novas atingiu o total de 173,8 mil toneladas, das quais 153,0 mil toneladas de borracha sintética e 20,8 mil toneladas de borracha natural (em 1975, esses números foram, respectivamente, 148,2, 128,8 e 19,3 mil), o que representa um aumento de produção de cerca de 17%. As importações de borracha destinadas à complementação da produção nacional situaram-se em torno de 69,4 mil toneladas (69,1 mil no ano anterior), com um incremento de cerca de 0,4%, representando um dispêndio de divisas da ordem de us\$ 60,0 milhões.

O setor de transformação, compreendido por um complexo industrial que totaliza, aproximadamente, 500 unidades fabris, oferece, à economia brasileira, razoável

tranquilidade na produção de todos os artefatos de borracha, com a participação de alguns deles na pauta de exportação, como os pneumáticos e câmaras-de-ar, que totalizaram mais de 1,360 milhão de unidades exportadas em 1976, gerando receita cambial superior a us\$ 23,0 milhões. As indústrias de pneumáticos e de câmaras-de-ar absorveram, aproximadamente, 64% do consumo da borracha no país, com uma produção global de 19,2 milhões de unidades, no valor de Cr\$ 8,0 bilhões, e 13,0 milhões de unidades, no valor de Cr\$ 1,0 bilhão, respectivamente.

Teve prosseguimento o Programa de Incentivos à Produção de Borracha Vegetal — PROBOR, instituído pelo Governo em julho de 1972 com o objetivo de estimular o aumento da produção e produtividade de seringueiras, cujo plantio, em 1976, totalizou 27,4 mil hectares acumulados, representando investimento global de Cr\$ 517,0 milhões. Para a recuperação de seringais nativos e de cultivo, instalação de usinas de beneficiamento, assistência técnica ao produtor, formação de infra-estrutura botânica e o prosseguimento do combate a doenças e pragas da seringueira, a Superintendência da Borracha — SUDHEVEA alocou recursos da ordem de Cr\$ 79,2 milhões, beneficiando mais de 700 projetos, localizados na região Amazônica, no litoral sul da Bahia e no Espírito Santo.

Café

A economia cafeeira nacional, seriamente abalada pelas grandes geadas ocorridas em julho de 1975 nas principais zonas produtoras e pelo desfavorável quadro econômico mundial, entrou em fase de recuperação em 1976.

Como decorrência dos desequilíbrios climáticos verificados, o Brasil passou da posição ideal de produção a que conseguira atingir — um potencial produtivo na

faixa média de 26 a 28 milhões de sacos de café beneficiado por safra — para a de escassez do produto. Assim, de uma produção de 28,1 milhões de sacos registrada na safra 1974-1975, passou-se para 22,2 milhões em 1975-1976 e, a seguir, como reflexo das geadas, para o nível inexpressivo de apenas 6,0 milhões de sacos na safra 1976-1977. As disponibilidades de café, que eram de 36,8 milhões de sacos no final de 1975, declinaram para 21,4 milhões em dezembro último, tendo os estoques do Governo passado de 13,8 milhões para 8,0 milhões de sacos.

Nessas condições, a ação setorial empreendida em 1976 pelo Governo, através do IBC, caracterizou-se notadamente pela efetivação de um conjunto de medidas visando à recuperação do potencial produtivo e ao desenvolvimento racional da cafeicultura nacional, a par de ênfase especial na área de comercialização do produto, através de política realista e dinâmica.

A recuperação do potencial produtivo do parque cafeeiro está baseada tanto no Plano de Renovação e Revigoração de Cafezais — PRRC, que vinha sendo executado regularmente desde o ano cafeeiro 1969-1970, como no Plano de Emergência para Recuperação de Cafezais Geados, lançado em agosto de 1975.

Os resultados do PRRC no ano cafeeiro 1975-1976 foram positivos, salientando-se, especialmente, a formação de 272,9 milhões de mudas, o plantio de 263,8 milhões de pés de café, podas em 441,5 milhões de cafeeiros, além de inversões financiadas de Cr\$ 800,0 milhões em aquisição e aplicação de fertilizantes e defensivos agrícolas e de dispêndios de Cr\$ 20 milhões em aquisição de equipamentos e Cr\$ 10 milhões em melhoria de infraestrutura das propriedades agrícolas. Para o ano cafeeiro 1976-1977, foram programadas novas realizações de vulto, compreendendo a formação de 400 milhões de mudas, o plantio de 330 milhões de pés e podas em 10 milhões de cafeeiros, além de dispêndios de Cr\$ 2,5

bilhões, em fertilizantes, defensivos, equipamentos e melhoria de infra-estrutura das fazendas,.

Após as geadas de julho de 1975, o Plano para as áreas não atingidas sofreu modificações substanciais, tendo-se elevado o plantio programado de 44 milhões de novos cafeeiros para 144 milhões, com boa receptividade dos produtores e beneficiando os Estados de São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Goiás, Mato Grosso, Bahia, Pernambuco e Ceará, dentro da política de descentralização da produção cafeeira.

Quanto ao Plano de Emergência para Recuperação de Cafezais Geados, os recursos destacados para sua execução atingem ao montante de Cr\$ 8,1 bilhões. A programação para 1976-1977 sofreu alguns ajustes indispensáveis, principalmente no tocante à formação de mudas, plantio (330 milhões de cafeeiros), financiamento à recepa e decote em numeroso contingente de cafezais, créditos especiais de custeio e financiamento para aquisição e aplicação de fertilizantes, corretivos, defensivos e equipamentos. Para os anos cafeeiros 1976-1977 e 1977-1978, o Plano deve contar com recursos da ordem de Cr\$ 2,9 bilhões.

Graças às medidas postas em execução, espera-se que, por volta de 1979, o Brasil possa ter recuperado plenamente a sua capacidade produtiva de café.

Na área da comercialização do café ocorreram, de igual modo, transformações significativas, visto que o mercado mundial, em 1796, passou a atuar sob o forte condicionamento da oferta limitada (os dois maiores produtores — Brasil e Colômbia — sofreram desequilíbrios climáticos, e outros países produtores foram afetados por fenômenos da natureza ou por outras contingências). A redução da oferta provocou uma inversão nos preços externos do café, que atingiram níveis nunca alcançados.

A exportação de café pelo Brasil alcançou volume da ordem de 15,6 milhões de sacos, sendo 13,4 milhões de café cru e 2,2 milhões de solúvel (equivalentes a sacos de 60 kg de café verde), o que representou um acréscimo total em torno de 1.000.000 de sacos em relação às vendas do ano anterior (14,6 milhões). A receita cambial produzida elevou-se ao nível recorde de cerca de us\$ 2,4 bilhões (apenas 934 milhões no ano anterior), sendo us\$ 2,2 bilhões referentes ao café cru e us\$ 226 milhões ao café solúvel. As vendas externas de café devem ter correspondido, em 1976, aproximadamente a 23% do total da receita cambial do país. Por sua vez, os preços médios unitários das exportações elevaram-se significativamente, com médias anuais de us\$ 162 e us\$ 104 por saco de 60 kg, respectivamente, para o café cru e para o solúvel (as médias registradas em 1975 foram de apenas us\$ 66 e us\$ 51).

Em outubro passado, ocorreu a ratificação do III Convênio do Café, o qual, diante do atual quadro de escassez e preços elevados, entrou em vigor sem que esteja em operação o sistema de cotas previsto.

A indústria de café solúvel apresentou desempenho bastante satisfatório em 1976, tendo o volume global comercializado de solúvel atingido a 2,4 milhões de sacos equivalentes — contra 1,8 milhão no ano anterior. Para esse desempenho, a indústria do solúvel contou com fornecimento de cerca de 2,0 milhões de sacos de café dos estoques governamentais.

Em relação ao mercado interno, os efeitos das geadas, afetando a disponibilidade de café, influenciaram a elevação dos preços do produto no varejo, que passaram para Cr\$ 32,40/kg, em fevereiro de 1976 e para Cr\$ 42,20/kg, a partir de abril. Não obstante, o mercado interno não sofreu quaisquer problemas no seu suprimento, embora o volume consumido declinasse para 6,3 milhões de sacos, contra 6,9 milhões em 1975. Os

fornecimentos de café dos estoques do IBC às indústrias de torrefação e moagem somaram cerca de 2,0 milhões de sacos.

Sal

A produção salineira apresentou, em 1976, crescimento bastante satisfatório, tendo alcançado 2,5 milhões de toneladas (2,1 milhões em 1975). A região Nordeste contribuiu com 83,8% dessa produção — o Rio Grande do Norte com 1,881 milhão de toneladas (76%) — seguindo-se o Estado do Rio de Janeiro com 401 mil toneladas (16,2%). A produção de sal refinado alcançou 366 mil toneladas, com um crescimento de 5,2% em relação a 1975, concentrando-se 74% da produção no Estado do Rio de Janeiro.

Por sua vez, o consumo de sal no país apresentou, em 1976, incremento de 13% em relação ao ano anterior, passando de 1,9 para quase 2,2 milhões de toneladas. As indústrias de álcalis — soda/cloro e barrilha — absorveram 35% do sal consumido no ano, registrando-se um aumento de 21% em relação a 1975. Pela pecuária e correlatos foram consumidas 790 mil toneladas de sal e, na alimentação humana, 373 mil.

Através dos Programas de Pesquisas Tecnológicas e de Estudos Técnico-Econômicos, a Comissão Executiva do Sal vem implantando e consolidando um sistema de geração de informes técnicos capazes de possibilitar a análise da tecnologia do sal, a definição da salino-padrão regional, estimativas do potencial salineiro do país e a integração fundamental dos programas de investimentos — particularmente quanto a custos e exportação.

Seguros

Manteve o Governo, com resultados altamente satisfatórios, a política de expansão e fortalecimento do mer-

cado segurador brasileiro que, em 1976, cresceu 60% em termos nominais, com sua arrecadação atingindo cerca de Cr\$ 16,5 bilhões (Cr\$ 10,3 bilhões em 1975).

A constante expansão da oferta de seguros, ampliada e diversificada em função do dinâmico comportamento da procura, resultou no lançamento e aperfeiçoamento de novas modalidades, destacando-se o seguro para financiamento da produção destinada à exportação, o seguro de danos pessoais causados pelos acidentes de trânsito e a extensão do seguro vinculado ao financiamento da casa própria a imóveis não abrangidos pelo Sistema Financeiro de Habitação.

Para atender a esse ritmo de crescimento operacional, o mercado foi induzido a adotar e desenvolver uma política de fortalecimento patrimonial, acelerando o processo de capitalização para tornar-se capaz de absorver responsabilidades em expansão e, assim, situar em níveis adequados os excedentes negociáveis no mercado internacional. Em 1976, o patrimônio líquido das seguradoras era da ordem de Cr\$ 5,9 bilhões (Cr\$ 3,5 bilhões em 1975).

A situação econômico-financeira do sistema operacional formado pelas sociedades seguradoras e pelo Instituto de Resseguros do Brasil — IRB pode ser avaliada pelo volume de recursos aplicados, em especial nos mercados financeiros e acionários, da ordem de Cr\$ 10,3 bilhões (Cr\$ 9,1 bilhões em 1975). Tais recursos, oriundos da soma dos patrimônios líquidos com as reservas técnicas, correspondem a 62,4% da receita de prêmios, traduzindo evidente poderio econômico-financeiro e expressivo índice de solvabilidade.

Prevêem-se, para 1977, o desenvolvimento do seguro-saúde e novos aprimoramentos de ordem funcional no desempenho do seguro obrigatório de danos pessoais causados pelos acidentes de trânsito.

Turismo

A política governamental para o setor, com base na atuação do Conselho Nacional de Turismo* — CNTUR e da Empresa Brasileira de Turismo — EMBRATUR, continuou a se desenvolver, em 1976, sob a égide de objetivos básicos a serem atingidos a curto e médio prazos, tais como o desenvolvimento do turismo interno, o incremento do turismo receptivo e a preservação do patrimônio turístico brasileiro, natural, cultural e histórico. Para a consecução de tais objetivos, procedeu-se à reformulação da estrutura organizacional da EMBRATUR, agilizando-se sua atuação e adequando-a à nova realidade da política oficial de turismo.

O Decreto-lei nº 1.439, de 30 de dezembro de 1975, que estendeu a concessão de todos os estímulos fiscais e creditícios às atividades turísticas em geral (prevê substancial apoio às empresas nacionais de pequeno e médio portes e procura viabilizar a efetiva utilização do Fundo Geral de Turismo — FUNGETUR), constitui instrumento condizente com os anseios e expectativas dos empresários do setor e os propósitos das autoridades governamentais.

No que tange aos benefícios fiscais concedidos, deve-se registrar a aprovação de 45 projetos hoteleiros, com a criação de 1.056 unidades habitacionais, mobilizando um volume total de inversões da ordem de Cr\$ 765 milhões, dos quais cerca de Cr\$ 291 milhões referentes a incentivos fiscais, sendo que Cr\$ 120 milhões com as liberações no Fundo de Investimentos Setoriais — Fiset (Turismo). A utilização do FUNGETUR, instrumento financeiro de efetivo apoio ao desenvolvimento de pequenas e médias empresas turísticas, permitiu à EMBRATUR celebrar diversos convênios operacionais com bancos de desenvolvimento estaduais.

Por sua vez a implantação do Sistema VTD — Vões de Turismo Doméstico — fruto de estudos realizados no

exercício de 1975, produziu bons resultados. Em 1976, foram aprovados cerca de mil vôos, com uma movimentação prevista de mais de 33 mil passageiros.

As medidas restritivas à saída de turistas brasileiros do país acarretaram sensível diminuição do *deficit* da rubrica turismo no balanço de pagamentos de 1976, o qual, estimado inicialmente em us\$ 700 milhões, deverá situar-se em torno dos us\$ 400 milhões.

Entre as iniciativas tomadas para o incremento do turismo receptivo, cumpre assinalar a suspensão da incidência do IPI sobre mercadorias adquiridas por turistas estrangeiros em estabelecimentos devidamente credenciados pelo poder público.

A preservação do patrimônio turístico nacional está recebendo especial atenção do Governo, tendo sido constituído um grupo de trabalho interministerial que vem de ultimar estudo com vistas à adoção de medidas legislativas sobre o inventário dos bens de valores culturais e naturais com finalidades turísticas e à criação de áreas especiais e locais de interesse turístico.

Para 1977, pretende a EMBRATUR manter as atuais diretrizes, adaptando-as, porém, à conjuntura econômica do país, em especial à situação dos combustíveis, por sua íntima e direta relação com o volume de fluxos turísticos. Assim, já se prevê o remanejamento dos circuitos turísticos, com maior incentivo aos de pequeno curso.

MINAS E ENERGIA

No âmbito do Departamento Nacional da Produção Mineral — DNPM, do Ministério das Minas e Energia, os trabalhos desenvolvidos no decorrer de 1976 foram altamente significativos para o setor mineral brasileiro.

O DNPM concluiu o mapeamento geológico de 1.067.921 km²; realizou 635 mil km² de levantamentos

aerogeofísicos — destacando-se o Projeto Geofísico Brasil-Canadá, que já executou 375 mil km², detectando 66 anomalias altamente promissoras —; cobriu todo o Brasil com imagens de radar e completou estudos do Projeto RADAMBRASIL, na região Amazônica. Além disso, imprimiu agilidade ao mecanismo de análise de pedidos de pesquisa, tendo atingido, até a primeira quinzena de dezembro, recorde absoluto de alvarás de pesquisa outorgados, com 3.061 publicados no *Diário Oficial* da União e outros 8.041 concluídos para aprovação.

No programa Prospecção e Avaliação de Minérios, destaca-se o Projeto Carvão, no Rio Grande do Sul, onde se avaliaram reservas da ordem de 15 bilhões de toneladas, sendo que pela primeira vez foi descoberto carvão metalúrgico de boa qualidade. Da mesma forma, o Projeto Araranguá-Torres, entre os Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, identificou camadas de carvão coqueificável, fato que veio mostrar a existência de carvão metalúrgico numa grande extensão da bacia carbonífera até então desconhecida.

No campo energético, o DNPM procurou tornar factíveis os projetos de gaseificação do carvão, ampliando as reservas de modo substancial, para fazer frente à demanda. Assim, foram iniciadas amplas pesquisas para cubar reservas na camada Bonito, em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul, em escala compatível com os projetos industriais em estudo. Os resultados obtidos possibilitaram os cálculos de reservas indicadas e inferidas, viabilizando a obtenção de matéria-prima para os projetos de gaseificação da PETROBRÁS.

No campo dos não-ferrosos, procurou-se intensificar a pesquisa em todo o território nacional, descobrindo-se novas e importantes ocorrências, hoje em fase de pesquisas específicas. Sondagens profundas realizadas no Vale do Curaçá, no Estado da Bahia, comprovaram a presença de zonas mineralizadas de cobre a 700 metros

de profundidade. Este é um dado de grande significado, pois, somente até o nível de 400 metros, as reservas apresentaram o seguinte resultado: medidas — 23 milhões de toneladas de minério, com teor de 1,44%, e, portanto, 334 mil toneladas de metal contido; indicadas — 13,6 milhões de toneladas de minério com teor de 1,34%, portanto 182 mil toneladas de metal; inferidas — 5 milhões de toneladas de minérios, com teor de 1,48% e, portanto, 74 mil toneladas de metal. Na área de Sertãozinho, revelou-se mineralização de cobre de alto teor, constituindo-se em descoberta importante para os projetos metalúrgicos no Estado da Bahia. Na área de Camaquã, no Rio Grande do Sul, as perfurações executadas possibilitaram indicar substancial aumento de reservas, passando de 8 milhões de toneladas, com 1% de cobre, para aproximadamente 40 milhões, com teor de 1,1%.

Com relação aos minerais ferrosos, destaca-se a descoberta de manganês, no Território Federal de Rondônia (Serra da Providência), onde estão sendo desenvolvidas pesquisas prioritárias, prevendo-se encontrar reserva apreciável de manganês, de teor elevado. Outra descoberta importante refere-se à ilmenita vanatífera de Floresta, Pernambuco, e Campo Alegre de Lourdes, Bahia, tendo sido possível indicar cerca de 100 milhões de toneladas, com teor em vanádio da ordem de 0,6%.

Com a conclusão dos trabalhos de campo do Projeto RADAMBRASIL na Amazônia e o recobrimento de todo o território nacional por imagens de radar, o Brasil passou a ser o único país do mundo a possuir levantamento, na escala 1:250.000, por esse tipo de sensor. Na Amazônia, em consequência do projeto, no que diz respeito ao uso potencial da terra, é digno destacar a aferição do valor madeireiro que, consideradas as restrições existentes, sejam ecológicas ou de comercialização, alcançou cifra de us\$ 500 bilhões. Além disso, há considerar a caracterização de uma área de mais de 130 mil km² (maior que os Estados de Pernambuco e Alagoas juntos), no Acre

e Amazonas, com solos de alta fertilidade, apresentando-se sugestões para seu melhor uso.

O comportamento da produção mineral brasileira, até o mês de outubro de 1976, permite estimar um aumento de 27% em relação a 1975, contribuindo com cerca de us\$ 2,8 bilhões para o produto interno bruto. Dos minerais, o ferro continua liderando a produção: até o final do ano, foram produzidas aproximadamente 96 milhões de toneladas de minério beneficiado, atingindo um valor de us\$ 672 milhões (F.O.B. — Minas Gerais). Até o mês de outubro a exportação totalizou 56 milhões de toneladas, no valor de us\$ 817 milhões (F.O.B. — porto de embarque).

O volume físico da exportação da Companhia Vale do Rio Doce situou-se em nível ligeiramente superior ao do ano anterior, atingindo 47,5 milhões de toneladas (em 1975, foram exportadas 47,3 milhões de toneladas). Em conjunto com as empresas SAMITRI e FERTECO, a CVRD embarcou, pelos terminais de Tubarão e Vitória (inclusive cabotagem), o total de 54,6 milhões de toneladas, superior em 1% ao total de 54,1 milhões de 1975.

O total de vendas de minério de ferro para o mercado interno, realizado pela Companhia Vale do Rio Doce, foi da ordem de 3,2 milhões de toneladas em 1976, demonstrando um crescimento físico de 14%. O faturamento externo, em base F.O.B., atingiu cerca de us\$ 717 milhões, superando em 18% o obtido no ano anterior.

Em 1976, prosseguiram os esforços do Governo Federal para reduzir o consumo de derivados do petróleo, no sentido de limitar o crescimento da demanda não essencial ao desenvolvimento. O resultado principal foi a estabilização do consumo da gasolina ao nível do ano anterior, não obstante o aumento efetivo da frota de veículos. Foram consumidos 14.600 mil m³ contra 14.609 mil m³ de 1975. No tocante ao óleo diesel, o aumento

observado no consumo foi da ordem de 18,6% (13.900 mil m³ em 1976, contra 11.721 mil m³ em 1975). O aumento registrado na demanda do óleo combustível (16.700 mil m³, em 1976, contra 14.541 mil m³ em 1975), da ordem de 14,8%, reflete o desempenho dos setores industriais consumidores desse produto, em 1976, particularmente a produção de cimento e a siderurgia. De um modo geral, o aumento no consumo aparente dos principais combustíveis derivados do petróleo situou-se em 10,4%, apresentando 51.240 mil m³, em 1976, contra 46.407 mil m³, no ano anterior. Além dos já assinalados acima, o gás liquefeito do petróleo apresentou 3.600 mil m³, contra 3.269 mil m³, em 1975 (aumento de 10,1%); o querosene apresentou 690 mil m³, contra 622 mil m³, em 1975 (aumento de 10,9%); e o querosene para aviação apresentou 1.750 mil m³, contra 1.645 mil m³, em 1975 (aumento de 6,4%).

A produção de petróleo bruto alcançou 9.687 mil m³, enquanto a produção de gás natural elevou-se a 1.638 milhões de m³ e a de líquido de gás natural (LGN) atingiu 303 mil m³. Ao findar-se o ano de 1976, as reservas brasileiras de petróleo e LGN foram avaliadas em 130 milhões de m³, representando um acréscimo de 4,8%, relativamente a 1975. No tocante ao gás natural, suas reservas são estimadas em 29,2 bilhões de m³, sendo que comparadas com o ano de 1975, indicam acréscimo de 15,4%.

Para atendimento das necessidades nacionais, foram importados 47,83 milhões de m³ de petróleo e nafta, no valor F.O.B. de us\$ 3,460 milhões, ao preço médio de us\$ 11,50/barril, enquanto as importações de derivados do petróleo alcançaram 1.897 mil m³, correspondentes ao valor F.O.B. de us\$ 161,7 milhões. As importações de produtos químicos e aditivos, necessários à produção dos diversos derivados, somaram 17,7 mil toneladas, no valor global de us\$ 19,62 milhões.

A exportação de petróleo totalizou 3,36 milhões de m³, no valor de US\$ 252 milhões. A exportação de derivados excedentes e o abastecimento a navios de bandeira estrangeira totalizaram 4.577 mil m³, correspondendo à receita de US\$ 352,1 milhões. No mercado interno, a PETROBRÁS comercializou os derivados produzidos em suas refinarias, atingindo o total de Cr\$ 88.796 milhões.

Em 1976, as atividades de exploração de petróleo abrangeram trabalhos nas bacias sedimentares terrestres do Alto e Médio Amazonas, Potiguar, Parnaíba, Sergipe-Alagoas, Recôncavo Bahia-Sul e Espírito Santo. Em áreas da plataforma continental do Amapá, Ceará, Rio Grande do Norte, Alagoas, Sergipe, Bahia, Espírito Santo, Rio de Janeiro e Santa Catarina, registraram-se diversas ocorrências de hidrocarbonetos, especialmente na plataforma continental de Campos, no litoral do Estado do Rio de Janeiro, e na plataforma continental do Ceará.

Deve-se ainda registrar a entrada em produção dos primeiros poços dos campos de Camorim e Mero, em Alagoas, Dourado, em Sergipe, e Ubarana, no Rio Grande do Norte e o prosseguimento dos trabalhos de construção do sistema provisório de produção do campo de Garoupa, que deverá entrar em operação no fim do segundo semestre de 1977. Paralelamente, está sendo desenvolvido o sistema definitivo de produção da bacia de Campos, através dos projetos Garoupa e Badejo, prevendo-se produção inicial da ordem de 200 mil barris/dia, a partir de 1981.

Dentre os principais eventos na área de refinação do petróleo, encontram-se a pré-operação da Refinaria Presidente Getúlio Vargas, em Araucária, Paraná, bem como a conclusão e início de operação das unidades da Fábrica de Parafinas da Refinaria de Duque de Caxias, no Estado do Rio de Janeiro.

Com relação aos contratos de serviços com cláusula de risco, a PETROBRÁS colocou em licitação internacional dez áreas, previamente selecionadas, uma em terra (Médio Amazonas) e nove na plataforma continental, do Amapá ao Rio Grande do Sul. Em 9 de novembro de 1976 foi assinado o primeiro contrato, com a British Petroleum, e em dezembro o segundo, com o Grupo Shell Petcen/Enserch. Com o Grupo ELF/Aquitaine/AGIP, foi assinada a ata de encerramento das negociações, formalizando o acordo relativo a uma área de 3.050 km², na foz do rio Amazonas. Em 14 de novembro, foram iniciadas as conversações com a Exxon, referentes a área na bacia de Santos.

Foi constituída a PETROBRÁS Comércio Internacional S. A. — INTERBRÁS, empresa subsidiária da PETROBRÁS. Os contratos de exportação negociados por esta subsidiária montaram a us\$ 286 milhões, dos quais us\$ 246 milhões referentes a produtos primários e us\$ 40 milhões a manufaturados. Relativamente às importações, o valor global atingiu us\$ 170 milhões, sendo us\$ 147 milhões de produtos primários e us\$ 23 milhões de manufaturados. Sob a liderança da INTERBRÁS, estão sendo organizados diversos consórcios para atuação em serviços de infra-estrutura na Venezuela, Nigéria, Argélia e Equador.

Outra subsidiária da PETROBRÁS, também constituída em 1976, foi a PETROBRÁS Fertilizantes S. A., que tem a seu cargo a implantação das fábricas de amônia e uréia, em Araucária (Paraná), Laranjeiras (Sergipe) e no norte fluminense. O investimento total previsto nos três projetos é da ordem de Cr\$ 8,5 bilhões e a economia anual de divisas resultante deverá alcançar, aproximadamente, us\$ 150 milhões.

Com relação à industrialização do xisto, cabe destacar a operação da Usina Protótipo, com xisto da jazida de São Mateus do Sul, no Paraná, objetivando a obten-

ção de dados para projetos industriais. Foram processados também, em caráter exploratório, xistos das jazidas de Dom Pedrito e São Gabriel, no Rio Grande do Sul. A atividade de geologia caracterizou-se pelos trabalhos de pesquisa pioneira na Formação Irati, na região de Imbituva (Paraná), na Formação Codó (Maranhão) e de desenvolvimento na região de Papanduva/Três Barras, em Santa Catarina.

Com a finalidade de estender o uso do carvão-vapor à indústria e, assim, obter redução do dispêndio de divisas, o Conselho Nacional do Petróleo assinou convênio com a Companhia Auxiliar de Empresas Elétricas Brasileiras, empresa vinculada ao MME para comercializar esse carvão, a preço subsidiado pelo Governo Federal. Como primeiro resultado, foi celebrado com a Indústria Matarazzo, para a fabricação de cimento, contrato de fornecimento de 120 mil toneladas/ano de carvão-vapor, prosseguindo estudos e entendimentos para fornecimento a diversas outras indústrias, prevendo-se consumo potencial estimado em 4,5 milhões de toneladas/ano de carvão, o que poderá resultar em economia da ordem de US\$ 300 milhões/ano nos gastos de importação de combustível.

Ainda com relação ao carvão nacional, o CNP estabeleceu estrutura de preços, bem como realizou estudos para a fixação do preço de venda do coque de carvão importado e de produção nacional. Realizou, ainda, estudo das perspectivas de aumento da produção de carvão mineral, tendo em vista a expansão da indústria siderúrgica; estudo do mercado produtor e consumidor de coque de carvão, com a finalidade de estabelecer as quotas de importação em complementação à produção nacional; estudos e providências, objetivando levar a efeito, por meio da PETROBRÁS, a gaseificação do carvão.

Com relação ao Programa Nacional do Alcool, deve-se registrar o início de mistura, à gasolina, de álcool anidro carburante, já na base de 10 a 15% de álcool,

nos Estados de Pernambuco e Alagoas, no interior do Estado de São Paulo e na cidade do Rio de Janeiro.

Deu-se prosseguimento ao projeto da Indústria Carboquímica Catarinense S.A., sociedade de economia mista vinculada ao MME, que compreende a implantação, em Imbituba, de fábrica de ácido sulfúrico, com capacidade de produção de 300 mil toneladas/ano, consumindo exclusivamente matéria-prima nacional (a pirita carbonosa recuperada no beneficiamento de carvão de Santa Catarina), bem como de uma unidade para produção de 110 mil toneladas/ano de ácido fosfórico. Este projeto irá concorrer para reduzir a dependência brasileira em relação ao comércio externo, no tocante aos suprimentos de enxofre e ácido fosfórico. A entrada em operação das unidades fabris está prevista para o segundo semestre de 1977, dependendo da conclusão das obras de infra-estrutura que permitirão o suprimento de insumos básicos — água, energia elétrica, concentrado piritoso e rocha fosfática.

No tocante à energia elétrica, a ação do Ministério voltou-se para o incentivo à maior utilização da energia de origem hidráulica, visando à diminuição do consumo de derivados do petróleo, além de buscar fontes alternativas. Os grupos coordenadores para operação interligada das regiões Sudeste e Sul vêm procurando promover a otimização do aproveitamento dos recursos hídricos daquelas duas regiões e, por intermédio do planejamento e acompanhamento da operação do sistema interligado, procura-se reduzir ao mínimo indispensável a geração de energia a partir do petróleo, estabelecendo-se planos de substituição do óleo combustível pelo carvão mineral. Da mesma forma, o Comitê Coordenador de Operação do Nordeste, que congrega a Companhia Hidro-Elétrica do São Francisco e nove empresas distribuidoras da região, busca regular a ação de cada uma dessas empresas. Por sua vez o Comitê de Distribuição, do qual fazem parte as empresas concessionárias, das regiões Sudeste e Sul,

participantes dos grupos coordenadores para Operação Interligada daquelas regiões e que possuem sistemas de distribuição, vêm estabelecendo diretrizes e parâmetros básicos de implantação, reformulação, manutenção, operação, proteção e segurança dos sistemas elétricos de distribuição, visando proporcionar aos consumidores um serviço confiável, a níveis técnico-econômicos compatíveis com as respectivas cargas.

Entre as obras que estão sendo executadas na área da energia elétrica, merecem destaque a construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu (em conjunto com o Paraguai), da Usina Hidrelétrica de Tucuruí, de responsabilidade da Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. — ELETRONORTE, e da Usina Hidrelétrica de Sobradinho.

Foram acrescidos 2.233 MW à potência nominal do país, que passou dos 19.573 MW em 1975 para 21.796 MW, em 1976, com a instalação de quinze unidades hidrelétricas, entre as quais as de Marimondo (1.050 MW), Capivara (480 MW), Salto Osório (350 MW), Ilha Solteira (160 MW), Promissão (88 MW), Cachoeira Dourada (85 MW) e Assis Chateaubriand (20 MW). Os acréscimos foram de 1.778 MW no Sudeste, 350 MW no Sul e 105 MW na região Centro-Oeste. Foram concluídos 3.211 km de linhas de transmissão, em tensões acima de 138 kV.

A energia elétrica gerada a partir de derivados do petróleo pelas concessionárias da ELETROBRÁS representou apenas 2,7% do total produzido no país, uma das menores proporções mundiais. Para a geração termelétrica, foram consumidas 938.467 toneladas de óleo combustível, 22.665 toneladas de óleo diesel e 1.045.616 toneladas de carvão-vapor.

Alcançou-se o objetivo de atender à demanda de energia elétrica, tendo o consumo atingido 77.631 Gwh, com um crescimento de 12,6% em comparação com o do ano anterior. O consumo atingiu, no Sul, 9.503 Gwh;

Sudeste, 56.398 Gwh; Norte, 1.139 Gwh; Nordeste, 8.819 Gwh, e Centro-Oeste, 1.772 Gwh. Em 1976, efetuaram-se 912 mil ligações para novos consumidores.

Intensificou-se a execução de projetos de eletrificação rural, com a construção de redes de distribuição e subestações, a cargo dos concessionários de serviços públicos de energia elétrica; o Programa de Eletrificação Rural conta com recursos próprios dos concessionários e da ELETROBRÁS, que participa com até 80% do valor dos financiamentos. Os projetos já em curso beneficiam cerca de 20 mil propriedades rurais, localizadas em 414 Municípios, totalizando investimentos no valor de Cr\$ 438 milhões, dos quais a ELETROBRÁS participou com Cr\$ 255 milhões.

Os investimentos em energia elétrica totalizaram Cr\$ 34,7 bilhões, dos quais Cr\$ 19,7 bilhões se destinaram à geração, Cr\$ 5,2 bilhões à transmissão, Cr\$ 3,5 bilhões a subestações, Cr\$ 4,4 bilhões a distribuição e eletrificação rural e Cr\$ 1,7 bilhão a instalações gerais.

No tocante à energia nuclear, os investimentos realizados pela NUCLEBRÁS situaram-se em Cr\$ 540 milhões. Foram assinados diversos contratos de financiamento, ressaltando-se, dentre eles, o realizado com um consórcio de Bancos da República Federal da Alemanha, no valor de DM 300 milhões, e com a Kreditanstalt für Wiedranfban, no valor de DM 250 milhões, ambos destinados às unidades I e II da Central Nuclear Almirante Álvaro Alberto, além dos financiamentos para desenvolvimento da tecnologia de enriquecimento de urânio, através do processo jato centrífugo, e para o projeto de engenharia da usina de tratamento de minério de urânio, em Poços de Caldas (Minas Gerais).

Para a implantação da indústria de fabricação de elementos combustíveis no Brasil, foram assinados vários contratos com a firma alemã KWU, assegurando a completa transferência de tecnologia, bem como a instalação de

uma fábrica capaz de fornecer combustível para as centrais nucleares brasileiras. Ainda no âmbito do acordo de cooperação industrial entre o Brasil e a República Federal da Alemanha, foi assinado contrato de cooperação técnico-industrial entre a NUCLEBRÁS e o consórcio formado pelas firmas alemãs KEWA e UHDE, para a transferência de *know-how* relativo ao projeto, construção e operação de uma usina de reprocessamento no Brasil.

Na área de recursos minerais para o programa nuclear, desenvolveram-se programas de trabalho nos setores de prospecção e pesquisa de minérios, estudos de beneficiamento e viabilidade econômica da lavra de jazidas. Os trabalhos de prospecção e pesquisa realizados em 1976 permitem estimar as reservas de urânio no Brasil em cerca de 21 mil toneladas, o que corresponde a um acréscimo de 86% às reservas anteriormente conhecidas.

Considerando-se que Poços de Caldas reúne, no momento, melhores condições para prover ao suprimento de urânio, a curto prazo, para o Programa Nuclear Brasileiro, foram tomadas medidas visando a tornar mais ágeis os trabalhos naquela área. Após a determinação das reservas existentes na jazida do Campo de Cercado foi contratada a firma francesa Sociéte Chimie UGINE Kuhlman, associada a firma nacional de consultoria NATRON, para a execução dos serviços de engenharia básica e pormenorização do projeto de uma usina industrial de produção de concentrado de urânio, cuja entrada em operação está prevista para o início do ano de 1979.

Com relação às novas subsidiárias e associadas da NUCLEBRÁS, foi criada a Nuclebrás de Monazita e Associados Ltda. — NUCLEMON, que, em seu primeiro ano de funcionamento, se organizou para a lavra e aproveitamento industrial dos minerais pesados das jazidas de praia dos Estados do Rio de Janeiro, Espírito Santo e Bahia — em especial a zirconita e a monazita.

Com o objetivo de explorar os direitos sobre as patentes e a tecnologia do processo do jato centrífugo para o enriquecimento do urânio, bem como executar as atividades necessárias para dar seqüência ao desenvolvimento tecnológico industrial do processo, foi criada, na Alemanha, a associada NUSTEP Trenndüsen Entwicklungs-und Patentverwertungs GmbH & Co.KG, com a participação acionária de 50% da STEAG.

A formação e o treinamento de pessoal para o Programa Nuclear constituiu-se em atividade básica, durante o ano de 1976, uma vez que, nos próximos dez anos, o setor deverá absorver 4.500 técnicos de nível superior e 5.600 de nível médio. Os cursos de especialização em tecnologia são realizados em nível de pós-graduação, em convênios com as Universidades Federais de Minas Gerais e do Rio de Janeiro, tendo o primeiro grupo de alunos concluído esses cursos no ano findo. Paralelamente, são realizados treinamentos em serviços, mediante estágios de trabalho, buscando assegurar ampla assimilação da tecnologia nuclear.

Ainda no âmbito do projeto de formação e treinamento de Pessoal, destaca-se a instalação, pela NUCLEBRÁS, de um centro de treinamento para operadores de centrais nucleares, que evitará a dependência de entidades estrangeiras, já que a manutenção da licença de operador de centrais nucleares exige reciclagens periódicas.

INTERIOR

As ações de planejamento e coordenação do desenvolvimento regional, de responsabilidade do Ministério do Interior, visaram sobretudo ao fortalecimento das medidas de apoio à integração produtiva da Amazônia e Centro-Oeste, regiões reconhecidamente detentoras de grande disponibilidade de recursos naturais, e à implan-

tação de projetos destinados a promover o desenvolvimento nas regiões relativamente menos desenvolvidas, especialmente o Nordeste.

No exercício de 1976 consolidou-se a nova sistemática dos incentivos fiscais, estabelecida, a partir de fins de 1974, com a criação do Fundo de Investimentos do Nordeste — FINOR e Fundo de Investimentos da Amazônia — FINAM. As alterações introduzidas contribuíram decididamente para aperfeiçoar o mecanismo dos incentivos fiscais, principalmente no tocante à captação e à liberação dos recursos, reduzindo sensivelmente os entraves burocráticos e eliminando a intermediação dos corretores, prática comum na vigência da sistemática anterior.

No que concerne ao Nordeste, os incentivos fiscais têm sido importante instrumento para viabilização da estratégia de desenvolvimento industrial. Nesse sentido cabe salientar que foi acelerada a implantação dos projetos petroquímicos, sendo provável que entrem em operação no decorrer de 1977. Ademais, conferiu-se ênfase à implantação do complexo eletromecânico e à consolidação dos pólos agroindustriais e do complexo têxtil e de confecções.

*Programa dos Pólos Agropecuários e Agrominerais da
Amazônia — POLAMAZÔNIA*

A atuação do POLAMAZÔNIA estende-se por 6 Estados e 3 Territórios Federais, onde foram selecionados 15 pólos de desenvolvimento, sendo 10 na área da jurisdição da SUDAM e 5 na da SUDECO, cabendo a esses órgãos a responsabilidade pela implementação de 205 e 89 projetos, respectivamente. Açam-se empenhados na execução do Programa um total de 38 órgãos, sendo 23 da esfera federal e 15 da estadual.

No setor agropecuário foram executados 114 projetos, contemplando as áreas de pesquisa, assistência técnica, regularização fundiária, colonização, recursos naturais renováveis, abastecimento, comercialização e fomento à produção agropecuária.

Na área dos transportes, dos 53 projetos em andamento, 29 foram iniciados em 1975. Os pólos de desenvolvimento vêm sendo beneficiados com obras de infra-estrutura viária capazes de dinamizar seu crescimento homogêneo.

Com respeito aos projetos do setor energético, vale mencionar que recursos substanciais foram investidos na construção da Usina Hidrelétrica de Curuá-Una, cujo início de operação está previsto para 1977, bem como nos estudos para o aproveitamento hidrelétrico do rio Cotingo e na elaboração do projeto de engenharia da Usina de Samuel.

No campo da mineração, destacam-se o Projeto Carajás, que deverá produzir 45 milhões de toneladas/ano de minério de ferro, o Projeto Trombetas, com uma produção inicial de bauxita prevista para 5 milhões de toneladas/ano e o Projeto Albrás, que deverá produzir 320 mil toneladas/ano de alumínio metálico.

No tocante ao desenvolvimento urbano prosseguiram, em 68 núcleos, projetos dirigidos para a estruturação dos serviços e equipamentos urbanos das sedes municipais, cuidando-se, principalmente, da elaboração dos planos diretores urbanos. Com idêntico destaque, o POLAMAZÔNIA apoiou os programas setoriais de educação, saúde, indústria e serviços e ciência e tecnologia, envolvendo atividades relevantes para o desenvolvimento econômico e social da região amazônica.

No exercício de 1976, foram liberados Cr\$ 704,7 milhões de um total programado de Cr\$ 1,02 bilhão, ao passo que para 1977 estão previstos investimentos da ordem de Cr\$ 1,45 bilhão.

Programa de Desenvolvimento de Áreas Integradas do Nordeste — POLONORDESTE

As ações do POLONORDESTE, em 1976, incidiram sobre cerca de 400 Municípios da região, incluídos nas 33 áreas selecionadas. Sua execução desenvolveu-se através de 3 linhas básicas — desenvolvimento rural integrado, colonização e irrigação — sendo complementadas por outros projetos, relacionados com a capacitação de recursos humanos, pesquisas agropecuárias, aproveitamento de águas subterrâneas, infra-estrutura de apoio aos projetos de colonização e irrigação, além de crédito rural.

Em termos de realizações, há que mencionar a execução dos projetos de desenvolvimento rural integrado da serra da Ibiapaba (Ceará), da RURALNORTE (Rio Grande do Norte), do vale do Piranhas (Paraíba) e do Agreste Meridional (Pernambuco), bem como do projeto de colonização da serra do Ramalho, em Bom Jesus da Lapa (Bahia) que, uma vez concluído, permitirá o assentamento de 4 mil famílias, provenientes da área a ser inundada pela barragem de Sobradinho. Ademais, prosseguiu a execução, sob a responsabilidade do DNOCS e da CODEVASF, do Programa de Irrigação do Nordeste.

Os investimentos efetivados, em 1976, atingiram um montante de Cr\$ 2,2 bilhões de um total programado de Cr\$ 2,4 bilhões, incluindo-se Cr\$ 700 milhões canalizados para o crédito rural. Para o exercício de 1977 está previsto um dispêndio de Cr\$ 3,3 bilhões, exclusive o crédito rural.

Programa de Desenvolvimento da Agroindústria do Nordeste

No exercício de 1976 foram aprovados 18 projetos, com vistas à produção de concentrados de tomate, sucos,

doces, óleos vegetais, celulose, rações balanceadas, laticínios e derivados, e ao processamento de carnes. O investimento total previsto é de Cr\$ 1,0 bilhão, contribuindo o Programa com Cr\$ 287 milhões e o FINOR com Cr\$ 248 milhões. O pleno funcionamento desses projetos deverá gerar cerca de 3 mil empregos diretos.

O Estado de Pernambuco destacou-se, durante o exercício, com o maior número de projetos aprovados (7), cujo investimento é estimado em Cr\$ 400 milhões. Além disso, foram aprovadas 17 cartas-consulta, com previsão de investimento total da ordem de Cr\$ 1,2 bilhão e de financiamento, pelo Programa, de Cr\$ 222 milhões.

Programa de Desenvolvimento dos Cerrados — POLO-CENTRO

Foram iniciadas as obras de infra-estrutura básica de armazenagem, transporte e energia, assim como as atividades de pesquisa e assistência técnica, previstas na programação anual, sob a responsabilidade dos Ministérios do Interior e da Agricultura e dos Governos dos Estados de Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso.

Os projetos tiveram prosseguimento, no exercício, com a mobilização de recursos aprovados em 1975, no total de Cr\$ 509,8 milhões, e, em 1976, no montante de Cr\$ 385,2 milhões, totalizando Cr\$ 895 milhões. Para 1977, estão previstos recursos da ordem de Cr\$ 700,0 milhões, destinados a investimentos.

Os recursos para crédito rural foram proporcionados pelo Banco Central do Brasil, que liberou aos agentes financeiros do Programa cerca de Cr\$ 1,7 bilhão, os quais, somados às liberações anteriores, poderão atingir o montante de Cr\$ 3,8 bilhões, até maio de 1977. Foram feitas mais de 2 mil solicitações de empréstimos agrícolas, tendo sido aprovados cerca de 1 mil projetos, envolvendo recursos da ordem de Cr\$ 2,5 bilhões, que já se encon-

tram contratados ou em fase de contratação. Com a implantação desses projetos, 300 mil ha de áreas de cerrados serão incorporadas ao processo produtivo.

Programa Especial de Desenvolvimento do Pantanal

Em 1976 merece destaque a execução dos seguintes subprogramas: transportes (implantação da malha rodoviária e melhoria nas vias navegáveis e ferrovias), saneamento (construção de plataformas de refúgio, perfuração de poços e implantação de barragens no rio Manso, do canal de Paiaguás e do *polder* de Corumbá), energia (projetos de geração, transmissão e distribuição), indústria (estudos de oportunidades industriais e implantação do frigorífico de Corumbá) e de pecuária (pesquisas e assistência técnica ao produtor).

No exercício, os recursos aplicados importam em Cr\$ 92,4 milhões.

Programa Especial da Região Geoeconômica de Brasília

A efetiva implantação do Programa teve início em 1976, contemplando investimentos nas áreas de saneamento e melhoria urbana, desenvolvimento agroindustrial, transportes, energia elétrica, desenvolvimento rural, saúde e educação.

A execução financeira, no exercício, movimentou recursos da ordem de Cr\$ 97,5 milhões, enquanto que para 1977 estão previstos investimentos que ascendem a Cr\$ 252 milhões.

Programa Especial do Norte Fluminense

Envolvendo a execução de obras de saneamento geral e de projetos de desenvolvimento agrícola nas bacias dos rios São João, Macaé, Sarapuí-Meriti e Paraíba do Sul,

o Programa, em 1976, contemplou as seguintes realizações: abertura de canais de drenagem, revestimento e dragagem de canais, retificação e alargamento de cursos d'água, construção de pontes e de galerias de águas pluviais e implantação de barragens.

No exercício foram aplicados Cr\$ 198,7 milhões, estimando-se que em 1977 sejam despendidos recursos da ordem de Cr\$ 200 milhões.

Programa Especial do Oeste do Paraná

Em 1976, o DNOS executou serviços de engenharia visando à implantação de galerias em concreto armado no córrego Monjolo, que cruza o centro da cidade da Foz do Iguaçu. Além disso, realizou outros projetos de grande repercussão sócio-econômica na cidade, que vem apresentando rápido processo de transformação, em consequência da construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu.

Da parcela de recursos para 1976, destinada à melhoria da infra-estrutura da cidade de Foz do Iguaçu — Cr\$ 113,8 milhões — foram liberados cerca de 80% no exercício.

Programa Especial de Controle da Erosão do Solo Urbano no Noroeste do Paraná

Foi contratada a elaboração de planos de desenvolvimento urbano para 16 cidades, com vistas à remodelação urbanística e à realização de obras de prevenção ou redução dos efeitos da erosão. Em 1976, foi efetivamente iniciada a implementação do Programa Integrado de Conservação de Solos, sob responsabilidade da Secretaria de Agricultura do Estado do Paraná. Com base em indicações de projetos elaborados, na fase que antecedeu à criação do Programa, foram executadas obras de implantação de 25,8 mil m de galerias de águas plu-

viais em 14 cidades e de pavimentação de 275,7 mil m², em 13 Municípios. Os recursos investidos foram da ordem de Cr\$ 50 milhões, em 1976, estimando-se aplicações de mais de Cr\$ 120 milhões em 1977.

Programa Especial da Região da Grande Dourados

Iniciado em 1976, este Programa visa à promoção do desenvolvimento na região da Grande Dourados, no Estado do Mato Grosso, de modo a propiciar a incorporação de 700 mil hectares ao sistema produtivo regional.

A programação estabelecida prevê a realização de investimentos nas áreas de armazenamento, energia elétrica (transmissão e distribuição), estradas vicinais, pesquisas agropecuárias, assistência técnica ao produtor rural, promoção da suinocultura, controle da erosão urbana, planejamento do uso do solo urbano, além da instalação da bolsa de cereais de Dourados.

Em 1976, foram concluídos estudos e projetos executivos para os sistemas de drenagem pluvial e defesa contra erosão em 5 cidades e celebrados os contratos de execução das obras em Ponta-Porã e Glória de Dourados. Os recursos liberados, no exercício, atingiram um montante de Cr\$ 30,7 milhões.

Programa Especial de Apoio ao Desenvolvimento da Região Semi-Árida do Nordeste — PROJETO SERTANEJO

Este Programa, aprovado em 1976, propõe-se a fortalecer a economia da região semi-árida do Nordeste, tornando-a menos vulnerável aos efeitos climáticos, mediante a implantação de um adequado sistema de assistência técnica, produção e comercialização de bens agrícolas nas áreas dos projetos de irrigação do DNOCS, localizadas nos sertões do Piauí, Ceará, Rio Grande do

Norte, Paraíba, Pernambuco e Bahia, a partir das quais se expandirão as ações executivas, num raio de 30 km, cobrindo aproximadamente 280 mil ha em cada núcleo. Com vistas à sua execução, o Programa recorrerá ao apoio das cooperativas ali existentes, às quais deverão se associar os beneficiários.

No período 1976-1979, serão aplicados Cr\$ 1,2 bilhão.

Programa Especial de Controle de Enchentes e Recuperação de Vales

Foram concluídos os estudos de bacia do rio Mearim (Maranhão), aceleradas as obras de construção das barragens de Carpina e Goiatá, na bacia do rio Capibaribe (Pernambuco) e concluídos os trabalhos de retificação do rio Sapucaí (Minas Gerais). Na bacia do rio Paraibuna (Minas Gerais), foi concluído o projeto de retificação do rio principal e iniciada a construção da barragem de Chapéu d'Uvas.

Foram ainda implantadas as estradas de contorno das bacias hidráulicas das barragens Oeste e Sul do rio Itajaí e obras de canais de drenagem da bacia do Itajaí-Mirim, bem como iniciada a construção da primeira etapa da barragem Norte; aceleraram-se os estudos para desenvolvimento do projeto final da bacia do rio Tubarão (Santa Catarina) e construíram-se parte dos muros e cortinas, na bacia do rio dos Sinos (Rio Grande do Sul), para proteção das margens.

Com relação às obras realizadas em cidades selecionadas, vale destacar, entre outras, a construção de canais, galerias e pontes em Goiânia, Campo Grande, Curitiba e Canoas.

Por último, deve-se assinalar que os trabalhos da barragem-eclusa do Canal São Gonçalo (Rio Grande do Sul) encontram-se em fase final de execução.

Foram aplicados Cr\$ 516 milhões em 1976, enquanto que, para 1977, prevêem-se aplicações de Cr\$ 775,5 milhões.

Desenvolvimento da Amazônia

As ações de planejamento exercitadas em 1976 pela SUDAM envolveram a realização de pesquisas sobre migrações internas, planejamento de mão-de-obra, capacitação de recursos humanos, bem como a elaboração de trabalhos relacionados com as áreas de saúde e colonização.

No tocante ao desenvolvimento urbano, destaca-se a realização de obras de drenagem pluvial, dragagem, canalização e cais de saneamento em Belém. Além disso, foram realizadas obras de saneamento básico na ilha do Marajó, nas cidades paraenses de Altamira, Castanhal e Santarém. No Estado do Amazonas, os projetos executados durante 1976 contemplaram obras de aterros em áreas alagáveis, dragagem e revestimento de canais em diversos Municípios. No Território do Amapá concluiu-se o sistema de abastecimento de água e de esgotos sanitários de Macapá.

Após a elaboração do Programa de Desenvolvimento Integrado do Nordeste Paraense, deu-se início às ações executivas propostas naquele documento, visando à recuperação sócio-econômica das 5 microrregiões homogêneas da área. Duas dessas microrregiões — Salgado e Bragantina — foram objeto de programação especial, por apresentarem a mais elevada densidade demográfica da Amazônia.

Em relação aos setores produtivos, tiveram prosseguimento as ações relacionadas com os produtos básicos da economia regional, realizando a SUDAM, nesse sentido, investimentos da ordem de Cr\$ 14,1 milhões. Para a pecuária de corte adotou-se novo critério para orientar

adequada localização no espaço, haja vista a introdução de inovações tecnológicas. O aproveitamento madeireiro processou-se levando em conta o ordenamento da ocupação espacial e a utilização de técnicas de exploração racional das florestas. No que diz respeito à exploração mineral, particularmente a do minério de ferro, em Carajás, e a bauxita, em Trombetas, o critério seguido foi o de reforçar, com investimentos complementares, a infraestrutura de transportes, energia e serviços básicos, bem como implantar segmentos industriais adicionais.

A SUDAM assinou convênio com o Serviço Geográfico do Exército para o levantamento cartográfico sistemático em escalas de 1:100.000 e 1:50.000 de áreas da Amazônia, enquanto prossegue a execução do Projeto de Hidrologia e Climatologia que vem sendo realizado em convênio com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento — PNUD.

Na área de serviços básicos, teve andamento o projeto de ampliação da capacidade da Usina Térmica de Manaus, com conclusão prevista para 1977. Foram iniciadas as obras preliminares para construção da hidrelétrica de Tucuruí, no rio Tocantins, e realizados estudos hidrológicos necessários à elaboração do inventário dos recursos hidrelétricos das bacias dos rios Xingu, Tapajós e Madeira. Em relação aos projetos de transportes, cumpre referir a conclusão de trabalhos em diferentes trechos das seguintes rodovias: BR-174 (Manaus-Fronteira com a Venezuela), BR-210 (Macapá-Mitu), BR-156 (Macapá-Fronteira com a Guiana Francesa), BR-319 (Manaus-Porto Velho), BR-163 (Cuiabá-Santarém) e BR-364 (Cuiabá-Cruzeiro do Sul).

Na realização de pesquisas industriais e sondagem conjuntural junto às indústrias de transformação da Amazônia e no apoio à pequena e média empresas e à consolidação da SIDERAMA, foram despendidos recursos da ordem de Cr\$ 29 milhões.

A economia da Amazônia apresentou bom desempenho em 1976, tanto pela efetivação das medidas preconizadas no II PND e no Plano de Desenvolvimento da Amazônia, como pela aplicação dos recursos provenientes dos incentivos fiscais, que têm permitido a expansão do parque industrial da região, assegurando, ao mesmo tempo, a implantação de grande número de projetos agropecuários.

No exercício de 1976, o Conselho Deliberativo da SUDAM aprovou 65 projetos — 40 agropecuários, 19 industriais e 6 de serviços básicos — os quais gerarão cerca de 9,5 mil empregos diretos, com investimentos globais da ordem de Cr\$ 5,1 bilhões, a preços de 1976, incluindo-se neste total a parcela de Cr\$ 2,1 bilhões do FINAM. As liberações de recursos provenientes de incentivos fiscais atingiram aproximadamente Cr\$ 1,1 bilhão, com Cr\$ 550 milhões destinados ao setor agropecuário, Cr\$ 500 milhões ao setor industrial e Cr\$ 95 milhões ao setor de serviços básicos.

O Banco da Amazônia S.A. — BASA, experimentou um crescimento de 41,6% em seus recursos, passando de Cr\$ 5,1 bilhões, em 1975, para Cr\$ 7,2 bilhões em 1976. Os recursos próprios do BASA totalizaram Cr\$ 635 milhões, em 1976, o que corresponde a uma expansão de 21% em relação ao ano anterior.

Na área do crédito especializado, o BASA destinou Cr\$ 2,7 bilhões a projetos agropecuários, industriais e de infra-estrutura, registrando-se uma evolução de 52% em relação ao exercício de 1975. Os financiamentos da Carteira de Crédito Rural totalizaram, em 1976, Cr\$ 1,7 bilhão, o que equivale a uma expansão de 49% relativamente ao ano anterior, e sua participação nas aplicações globais do Banco cresceu de 23,1% para 24,2%. O saldo dos empréstimos em crédito industrial e em infra-estrutura, por sua vez, atingiu um montante de Cr\$ 963,0 milhões, representando um incremento nominal de 59%,

em relação a 1975. Quanto ao crédito geral, o BASA atingiu, em 1976, o saldo de Cr\$ 3,2 bilhões, superando o de 1975 em 42%.

O desempenho da SUFRAMA foi também eficiente, executando parte expressiva de seu programa de ação, que visa a promover a auto-sustentação da economia da Amazônia Ocidental, transformando-a em pólo comercial, industrial e agropecuário. Em média, 320 novas firmas importadoras solicitam registro, anualmente, para operar na Zona Franca de Manaus.

A implantação do Distrito Industrial de Manaus atingiu níveis superiores aos previstos, o que levou a administração da Zona Franca a instalar diversos projetos de complementação daquele Distrito, além de outros de caráter especial, como o projeto da Área Internacional. Em termos globais, foram investidos recursos da ordem de Cr\$ 110 milhões em obras de infra-estrutura e apoio.

Por outro lado, entrou em fase de implantação o Distrito Agropecuário, o qual representa o ponto de partida para a compatibilização do desenvolvimento do setor primário com o crescimento da economia da Zona Franca. Nos serviços e obras de infra-estrutura foram realizados, durante 1976, investimentos totais de Cr\$ 70 milhões.

Desenvolvimento do Nordeste

As ações de planejamento regional exercidas pela SUDENE, em 1976, concentraram-se nos trabalhos de acompanhamento do POLONORDESTE do Programa de Desenvolvimento da Agroindústria do Nordeste, da Estratégia de Industrialização do Nordeste e da Estratégia de Desenvolvimento Social, bem como na programação do Projeto Sertanejo.

Na área de serviços básicos, conferiu-se prioridade à construção de estradas vicinais — especialmente nas áreas onde estão sendo implantados programas de desenvolvimento rural integrado —, à execução de projetos de eletrificação rural e à realização de estudos sobre fontes alternativas de energia, principalmente a solar.

Quanto ao desenvolvimento urbano, adotaram-se medidas de apoio aos programas de desenvolvimento integrado das regiões metropolitanas do Nordeste, aos estudos e pesquisas necessários à instalação de projetos de saneamento ambiental e saneamento básico, à execução de obras de abastecimento de água em pequenas cidades e à realização de estudos e pesquisas com vistas ao aproveitamento das potencialidades turísticas da região. No programa de saneamento básico cabe destacar a elaboração dos estudos e projetos de obras integrantes do sistema do vale do rio Capibaribe, com o prosseguimento dos serviços de derrocamento e drenagem do trecho do rio a montante da ponte do Caxangá, além do início da construção da barragem de Carpina e do canal de desvio na Região Metropolitana do Recife. De outra parte, foram concluídos os revestimentos dos canais de Sertânia (Pernambuco) e do Salgado, em Caruaru (Pernambuco).

Nas atividades de planejamento de recursos naturais, a SUDENE orientou sua ação com vistas a elaborar o inventário, a nível exploratório em todo o Nordeste, dos recursos hídricos, pesqueiros, pedológicos, minerais e florestais. Realizou, ainda, uma série de projetos de recobrimento aerofotogramétrico, na escala 1:70.000, abrangendo uma área de 100 mil km², além do recobrimento aerofotogramétrico de áreas destinadas a projetos específicos, em escalas bem maiores.

Merece especial referência o esforço despendido na promoção do desenvolvimento agrícola, traduzido por ações de apoio ao sistema de produção de sementes e

mudas selecionadas e à implantação de projetos pecuários, bem com pela prestação de assistência técnica e financeira ao sistema cooperativista. Também tiveram continuidade os programas de colonização, principalmente o do Alto Turi (Maranhão) e os de estudos básicos de água e solo, em apoio a projetos de irrigação.

O Governo Federal manteve, em 1976, a mesma linha de procedimento que vem adotando ao longo dos últimos dez anos, visando a atenuar por meio de programas e projetos específicos, os efeitos das prolongadas estiagens que periodicamente afetam a região. Uma adequada solução para o problema tem sido a implantação de projetos de irrigação. Com efeito, pretende-se até o final de 1979 incorporar ao sistema produtivo nordestino cerca de 270 mil ha de terras irrigadas.

Os trabalhos do DNOCS, em 1976, possibilitaram a entrada em operação de aproximadamente 3,9 mil ha, perfazendo um total de 9,9 mil ha de terras irrigadas em sua área de atuação, onde já foram assentadas cerca de 2 mil famílias.

Os investimentos, no exercício, alcançaram um montante de Cr\$ 822 milhões.

No vale do São Francisco, a ação da CODEVASF, em 1976, propiciou uma oferta adicional de 1,2 mil ha de áreas irrigadas que, somadas ao total dos anos anteriores, atingem 4,2 mil ha. O número de empregos, diretos e indiretos, elevou-se para 5.084, sem contar os de caráter transitório, exigidos apenas em determinadas fases de implantação dos projetos.

Acresce salientar que a CODEVASF iniciou, em 1976, a implantação de projetos isolados de irrigação, com o objetivo de promover o aproveitamento hidroagrícola de propriedades particulares, que serão estimuladas com linha especial de crédito rural orientado. Foram instalados 8 projetos dessa categoria, com área irrigável de 100 ha em cada unidade.

Quanto ao desempenho da economia do Nordeste em 1976, apesar da seca e dos reflexos das elevações dos preços do petróleo, estimativas da SUDFNE indicam que o produto interno bruto regional cresceu à taxa de 6 a 7%, embora tenha sido menos favorável o comportamento do setor agrícola, ainda responsável pela geração de cerca de 30% do produto. Essa taxa de crescimento foi alcançada em virtude do expressivo desempenho do setor secundário, compreendendo as indústrias de construção civil, energia elétrica e de transformação, e do especial dinamismo do setor terciário, traduzido pelo crescimento real de 12% da arrecadação do ICM na região.

Esse resultado é devido, em grande parte, à contribuição dos recursos dos incentivos fiscais, que vêm possibilitando a expansão e melhoria do parque industrial da região.

A SUDENE aprovou, em 1976, 59 novos projetos — 36 industriais e 23 agropecuários — gerando cerca de 29,8 mil empregos diretos e envolvendo investimentos da ordem de Cr\$ 18,3 bilhões, dos quais Cr\$ 5,5 bilhões correrão à conta de recursos do FINOR. As liberações de recursos provenientes de incentivos fiscais totalizaram Cr\$ 3,5 bilhões, com Cr\$ 2,8 bilhões destinados ao setor industrial e Cr\$ 376 milhões ao setor agropecuário.

No que concerne ao apoio financeiro oficial, vale salientar o esforço realizado pelo BNB, cujas aplicações globais atingiram o montante de Cr\$ 13,2 bilhões, o que representa um crescimento nominal de 42% em relação ao exercício anterior.

Quanto ao crédito especializado, o BNB aplicou Cr\$ 9,1 bilhões, mais de 68% sobre os resultados de 1975, superando em aproximadamente Cr\$ 200 milhões a meta estabelecida. Essas aplicações correspondem a 69% do total dos empréstimos realizados pelo Banco.

Relativamente aos componentes das aplicações em crédito especializado, realizado pelo BNB, cabe mencionar

que ao setor rural foram destinados Cr\$ 3,9 bilhões e, aos setores industrial, e de serviços básicos em conjunto, Cr\$ 5,2 bilhões. Registrou-se assim, em 1976, expansão, em termos nominais, de 49% para o setor agropecuário e de 87% para a indústria e serviços básicos.

Desenvolvimento da região Centro-Oeste

A SUDECO, órgão responsável pela promoção do desenvolvimento na região, dedicou a maior parte do seu esforço à programação e ao acompanhamento da execução do POLAMAZÔNIA, do Programa Especial de Desenvolvimento do Pantanal, do POLOCENTRO e do Programa Especial da Região Geoeconômica de Brasília, além de prestar significativa colaboração aos trabalhos de detalhamento do Programa Especial da Região da Grande Dourados.

Promoveu também a SUDECO, a realização de alguns estudos sobre a região — a exemplo do Programa de Aproveitamento das Bacias do Tocantins e Araguaia — e iniciou a elaboração do Estudo Integrado da Bacia do Alto Paraguai.

Cabe acrescentar, ainda, a realização de trabalhos relativos ao zoneamento pedológico, as providências postas em prática com vistas à implantação do Sistema de Informações de Mercado Agrícola, assim como o desenvolvimento de atividades ligadas ao turismo, ao artesanato e à promoção de recursos humanos.

Na área da infra-estrutura econômica, a SUDECO deu prosseguimento à elaboração do projeto de construção de Hidrelétrica de Itacajá.

Desenvolvimento da região Sul

Atenção especial foi dispensada pela SUDESUL à coordenação dos Programas Especiais que vêm sendo im-

plantados em sua área de competência — o de Desenvolvimento do Oeste do Paraná e o de Controle da Erosão do Solo Urbano no Noroeste do Paraná.

Outro ponto destacado da atuação da SUDESUL diz respeito ao planejamento e à coordenação de projetos setoriais prioritários, principalmente aqueles que buscam consolidar o parque industrial e incentivar o crescimento da agroindústria. Com efeito, foram instaladas comissões estaduais de planejamento agrícola nos três Estados da Região e a Unidade de Supervisão Regional, para execução do Projeto de Implantação e Aperfeiçoamento do Sistema Nacional de Planejamento Agrícola da Região Sul, coordenado pelo Ministério da Agricultura.

Os estudos geológicos que foram realizados no Rio Grande do Sul, em 1976, indicaram a existência de grandes jazidas de calcário, calculadas em 675 milhões de toneladas. Também foram avaliados os depósitos de bauxita na cidade de Lages (SC), estimando-se as reservas em 5,8 milhões de toneladas de minério.

A execução do Projeto SUDOESTE-I, na zona da campanha do Rio Grande do Sul, com a implementação de projetos hidroagrícolas, envolveu a instalação de mais 3 unidades operacionais, totalizando, agora, 8 unidades, que beneficiam com assistência técnica direta mais de mil produtores. Como resultado da entrada em funcionamento dessas unidades foi reduzida a mortalidade do rebanho bovino de 3,3% para 2,6%, aumentada a produtividade bovina de corte, que passou de 56 kg de peso vivo por hectare, ao ano, para 290 kg, e ampliada a área de lavoura em mais de 100%.

Prossseguiu-se na execução do Projeto Litoral Sul de Santa Catarina, que visa à montagem de um complexo industrial para a produção de fertilizantes, sulfato de cobre, carvão metalúrgico, fluorita siderúrgica, ácidos sulfúrico e fosfórico, aço, criolita e fluoreto de alumínio. Nesse sentido foram elaborados o projeto de engenharia

final do sistema viário do Imbituba e os estudos de viabilidade técnico-econômica da usina siderúrgica de Imbituba e das unidades produtoras de fertilizantes e de bloques de gesso.

Com relação ao Projeto da Lagoa Mirim ficaram concluídos, no exercício de 1976, o projeto básico para o aproveitamento hidrelétrico do Passo do Centurião e o projeto de engenharia final do Distrito de Irrigação Arroio Chasqueiro.

Radicação de populações e migrações internas

A atuação do Ministério do Interior no campo da radicação de populações e migrações internas tem propiciado substancial aumento do conhecimento dos fenômenos migratórios no Brasil.

Em 1976, foram dados os primeiros passos no sentido de adotarem-se algumas medidas propostas no documento Política de Migrações Internas, elaborado pelo Ministério juntamente com a Secretaria de Planejamento da Presidência da República. Cuidou-se assim de pôr em prática ações de curto e médio prazos ao assinarem-se convênios com os Estados de Minas Gerais, Bahia e Paraná, visando à implantação de Programas Integrados de Atendimento a Populações Migrantes e de Baixa Renda, e de Centros de Triagem e Treinamento de Migrantes. Foram realizados ainda estudos para a instalação desses centros na região do Tucuruí-Marabá, no Pará, na área de Vitória, no Estado do Espírito Santo, e em Vilhena, no Território Federal de Rondônia.

Dando seqüência às recomendações desse documento, o Ministério do Interior iniciou a implantação do Sistema Nacional de Informações sobre Migrações Internas, objetivando a produção de fluxo constante e dinâmico de informações sobre os deslocamentos populacionais no Brasil. Esse sistema será implementado sob a su-

pervisão da Secretaria-Geral do Ministério e a coordenação das superintendências de desenvolvimento regional, nas respectivas áreas de atuação, e pela Representação do Ministério do Interior no Rio de Janeiro, para o caso da região Sudeste.

Habitação e saneamento

Os recursos aplicados pelo BNH, durante o exercício de 1976, em habitação, saneamento, desenvolvimento urbano e operações complementares habitacionais, financeiras e especiais, foram da ordem de Cr\$ 34,5 bilhões.

As aplicações do BNH na carteira de financiamentos habitacionais totalizaram Cr\$ 12,5 bilhões, somando-se a esse total a parcela de Cr\$ 1,2 bilhão referente ao Programa de Operações Complementares Habitacionais (compra de terrenos, infra-estrutura e equipamentos comunitários, complementação de habitações concluídas e lotes urbanizados). Vale ressaltar que, na área de interesse social, os financiamentos concedidos pela Carteira de Operações de Natureza Social (COS) e pela Carteira de Programas Habitacionais (CPH) alcançaram Cr\$ 6 bilhões, o que corresponde a 40% do total de aplicações em habitação e programas complementares e representa um incremento de 107% em relação ao verificado em 1975. No financiamento de materiais de construção ao consumidor, as aplicações atingiram Cr\$ 3,3 bilhões, apresentando um acréscimo de 27% em relação ao exercício anterior.

Substancial evolução verificou-se no número de financiamentos habitacionais, que atingiu a marca de 239 mil (143 mil em 1975). Desse total, 52% referem-se à área de interesse social, que vem apresentando, nos últimos dois anos, grande crescimento. De fato, as companhias estaduais de habitação popular (COHAB's), por exemplo, concederam no exercício cerca de 80 mil financiamentos, quase o dobro de 1975. O valor unitário médio

das habitações construídas pelas COHAB's não sofreu alteração, mantendo-se em torno de Cr\$ 50 mil.

Com respeito aos programas de saneamento, vale registrar que os recursos liberados pelo BNH, através do PLANASA, elevaram-se a Cr\$ 3,7 bilhões, beneficiando 1.445 Municípios com sistemas de abastecimento d'água e 94 com redes de esgotos. A prevalecer o ritmo que vem sendo adotado na implantação do PLANASA, espera-se que, até 1980, uma população de 67 milhões de habitantes disponha de sistemas de abastecimento d'água e 41 milhões sejam atendidos com sistemas de esgotos. No que concerne ao financiamento dos projetos, reduziram-se as taxas de juros de um diferencial de 4 a 8% para 2 a 7%.

Os investimentos em desenvolvimento urbano (Projeto CURA, Programa de Apoio ao Desenvolvimento de Pólos Econômicos — PRODEPO, transportes urbanos, metrô, planejamento urbano etc.), em 1976, totalizaram Cr\$ 5,9 bilhões, representando um acréscimo de 41% em relação a 1975. A esse respeito, vale salientar que na área de transportes urbanos foram assinados contratos pelo BNH no valor de Cr\$ 1,5 bilhão para o financiamento do metrô do Rio de Janeiro e de Cr\$ 871 milhões para cobertura de parte dos custos de implantação da linha Leste-Oeste do sistema básico do metrô de São Paulo, enquanto que, à conta do PRODEPO, foram celebrados 8 contratos, no valor global de Cr\$ 1,8 bilhão, para implantação de equipamentos urbanos indispensáveis ao desenvolvimento das obras das usinas hidrelétricas de Itumbiara (Goiás), Água Vermelha (São Paulo — Minas Gerais), Tucuruí (Pará) e Salto Santiago (Paraná), do Complexo Carboquímico de Imbituba (Santa Catarina), da Usina Siderúrgica de Acesita (Minas Gerais), do Complexo Siderúrgico da Usiminas (Minas Gerais) e do Pólo Petroquímico de Camaçari (Bahia).

Cabe, por fim, registrar que o programa de Operações Complementares Especiais absorveu recursos da ordem de Cr\$ 2,9 bilhões, destinando ainda o BNH

Cr\$ 8,3 bilhões a Operações Complementares Financeiras.

Meio ambiente

As ações da Secretaria Especial do Meio Ambiente SEMA, em 1976, concentraram-se nas áreas de controle da poluição e proteção aos ecossistemas, envolvendo a aplicação de recursos da ordem de Cr\$ 22 milhões.

Com relação ao controle da poluição, a SEMA entrou em entendimentos com os Governos dos Estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo, visando à execução das medidas indicadas no Projeto da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul. Ademais, assinou convênio com a Fundação Centro Tecnológico de Minas Gerais, objetivando à instalação de equipamentos antipoluentes em fornos das fábricas de cimento na cidade de Contagem (Minas Gerais).

No Nordeste, a SEMA prestou apoio técnico às atividades de controle da poluição, tendo elaborado o Programa de Controle Ambiental em convênio com a SUDENE e o CETESB de São Paulo. Em consonância com as indicações desse Programa, promoveu o treinamento de 36 técnicos, concluiu o trabalho de levantamento de dados e deu início à elaboração do diagnóstico ambiental do Nordeste.

A SEMA criou, ainda, grupos de trabalho encarregados de estabelecer padrões de qualidade da água e do ar, elaborou os termos de referência do Projeto SINACAM (Sistema Nacional de Controle Ambiental) e concluiu o documento Diretrizes de Atuação para o Controle da Degradação do Meio Ambiente pela Ocupação Territorial.

No atinente à proteção aos ecossistemas, a atuação da SEMA marcou-se pela realização dos seguintes trabalhos: projeto para seleção de áreas a serem preservadas,

projetos para instalação das estações ecológicas de Anavilhanas (Amazonas), Uruçuí-Una (Piauí), Aiuaba (Ceará), Aripuanã (Mato Grosso), Taim e Esmeralda (Rio Grande do Sul), Raso da Catarina (Bahia) e Maracá (Roraima), levantamento topográfico das áreas das estações ecológicas de Taim, Esmeralda e Aiuaba, projeto para estudo das espécies raras da biota brasileira (continental e marinha) e levantamento, estudo e atualização dos dados existentes sobre espécies raras ou ameaçadas de extinção.

O Programa Especial de Saneamento Ambiental foi executado pelo DNOS que promoveu, através de convênio, a implementação de projetos em 44 Municípios, ao passo que executou diretamente obras de recuperação de áreas urbanas em 36 cidades de 17 Estados. Os investimentos totalizaram Cr\$ 135 milhões.

Ação da Fundação Projeto Rondon

O Projeto Rondon, no decorrer de 1976, transformou-se em Fundação, situação jurídica que lhe proporcionou melhor adequação institucional e flexibilidade necessária às suas ações.

O Programa de Operações Especiais realizou 140 operações em 254 Municípios de todo o país, mobilizando cerca de 7 mil universitários para as atividades de assistência aos Municípios.

Em relação ao Programa *Campus Avançado*, a Fundação desenvolveu 41 projetos, com a participação de 3.700 universitários, enquanto que, no tocante ao Programa de Interiorização e Fixação de Mão-de-Obra, promoveu a colocação de 48 profissionais de nível superior em diversos Municípios.

Por outro lado, com a organização de estágios em órgãos públicos e uma atuação dirigida para as áreas prioritárias do desenvolvimento regional, pôde a Fun-

dação Projeto Rondon oferecer apoio direto e em escala apreciável à atuação de outros organismos do Governo Federal. O Programa de Estágio Remunerado abriu oportunidades de aprendizado junto ao INPS, DNOS e SUFRAMA, entidades que, por sua vez, também se beneficiaram com o trabalho de 6.200 universitários. O Programa de Áreas Prioritárias, organizado para servir de suporte aos Programas Especiais de Desenvolvimento Regional, teve a participação de 8.553 universitários, que atuaram em 720 Municípios, emprestando apoio ao POLONORDESTE e aos programas especiais do Pantanal e da Região Geoeconômica de Brasília.

No exercício de 1976, a Fundação Projeto Rondon movimentou recursos da ordem de Cr\$ 160 milhões.

Ação da Fundação Nacional do Índio

O programa de ação da Fundação Nacional do Índio conferiu prioridade aos projetos de desenvolvimento econômico e social das comunidades indígenas, de demarcação e regularização das terras, de atração e pacificação, de estudos e pesquisas e de financiamento do desenvolvimento de comunidade. Com esse elenco de projetos, pôde a FUNAI dar continuidade à política de assistência aos 80 mil índios que se encontram sob sua tutela direta e orientar a atuação das missões religiosas que se incumbem da assistência a outros 50 mil indígenas. Os restantes 50 mil, que completam a população indígena, são considerados isolados ou arredios.

O Projeto de Estudo e Pesquisas foi desenvolvido em 14 comunidades indígenas selecionadas pela FUNAI, enquanto que o de Desenvolvimento Econômico e Social alocou recursos da ordem de Cr\$ 3 milhões nas áreas de saúde, educação e agropecuária, beneficiando as tribos Krahô, Gavião-Suruí, Nhambiquara e Culueno, e as comunidades indígenas do Alto Rio Negro, São Marcos,

Santa Isabel do Morro, Fontoura, Tapirapé, Macaúba e Canoanã.

Foram demarcadas e concluídas em 1976, de acordo com o Projeto de Demarcação e Regularização de Terras, as áreas do Merure (82 mil ha), Caluene (67 mil ha) e Teresa Cristina (26 mil ha), com investimentos de Cr\$ 1,3 milhão. Encontra-se em fase de conclusão, a demarcação das áreas dos Postos Indígenas do Rio Guaporé, Pacaás Novas, Ribeirão Laje, Rio Negro-Ocaia, Sete de Setembro, Roosevelt e Igarapé Lourdes, com um dispêndio estimado em Cr\$ 2,1 milhões. Além desses programas, foram delimitadas as reservas Uaçá (357 mil ha) e Galibi (81 mil ha), ambas no Território Federal do Amapá e, no Estado do Pará, as reservas Baú (62 mil ha), Menkranotire (211 mil ha), Bacajá (182 mil ha), Mãe Maria (8 mil ha) e Catete (367 mil ha).

O Projeto de Atração e Pacificação, por sua vez, foi executado nas bases avançadas de atração de Ituí, de Amapari e outras. Somente com a frente de atração Waimiri-Atroari foram gastos recursos da ordem de Cr\$ 650 mil.

Por fim, no campo do desenvolvimento de comunidades, procedeu-se à análise de proposições referentes à produção de trigo, soja, milho e feijão nas áreas dos postos indígenas de Guarita e Xapecó, envolvendo investimentos da ordem de Cr\$ 1,2 milhão.

Territórios Federais

Em 1976, o Ministério do Interior deu prosseguimento à política de consolidação do desenvolvimento dos Territórios Federais, assegurando melhores condições de trabalho a suas administrações.

No Território do Amapá, foram realizados investimentos da ordem de Cr\$ 20 milhões em projetos de

transporte, agricultura e melhoramentos urbanos. A administração do Território conseguiu implantar mais de 47 km de estradas, integradas ao sistema de transportes fluviais. Em relação ao setor agrícola foram desenvolvidos vários projetos de assistência técnica e fomento, destacando-se a inauguração da usina de beneficiamento de semente da Colônia Agrícola de Matapi e a revenda de mais de mil matrizes e reprodutores bovinos.

Em Roraima, foram melhorados os equipamentos urbanos de Boa Vista, com aplicações de recursos em torno de Cr\$ 30 milhões, ampliando-se sua rede de esgotos sanitários e os aterros de áreas alagadiças. Por outro lado, foram intensificados os trabalhos de estruturação de novas cidades do interior, como a de Caracarái (aplicações de Cr\$ 45 milhões, correspondentes ao biênio 1975-1976, provenientes, em parte, do POLAMAZÔNIA), tendo curso trabalhos relativos à construção de escolas e hospital, obras de saneamento, energia elétrica e abertura de vias públicas. Na área de assistência aos produtores agropecuários, o Governo do Território realizou pesquisas agronômicas, trabalhos de extensão rural e de controle sanitário dos rebanhos, efetuando ainda financiamentos, com recursos do POLAMAZÔNIA, em torno de Cr\$ 17 milhões, na construção de armazém, implantação de patrulha mecanizada e reestruturação de colônias agrícolas, beneficiando cerca de 3.500 agricultores.

O Governo do Território Federal de Rondônia realizou intenso esforço para atender às necessidades das populações migrantes que vêm ocorrendo ao Território, particularmente na prestação de serviços de educação e saúde, cuja demanda, em matéria de vagas escolares, leitos e assistência hospitalares, cresce a taxas elevadas. Para atendê-la, o Governo construiu 109 escolas ao longo da BR-364, além de realizar outras melhorias na rede geral de ensino, envolvendo a mobilização de recursos financeiros da ordem de Cr\$ 50 milhões; na área de saúde foram aplicados Cr\$ 22,5 milhões na construção,

ampliação ou recuperação de centros de saúde e hospitais, enquanto na área de saneamento básico os investimentos atingiram Cr\$ 99 milhões, atendendo particularmente às cidades de Porto Velho, Guajará-Mirim e Vila de Rondônia. Em matéria de energia elétrica, procedeu-se à ampliação da rede de distribuição, que foi acrescida de mais de 128 km. Merecem também atenção os trabalhos de promoção de desenvolvimento agrícola do Território, particularmente os projetos de heveicultura, bovinocultura, defesa sanitária animal, mecanização agrícola e extensão rural. Em articulação com o INCRA, procurou o Governo do Território, contribuir para a solução de problemas fundiários.

Seca do Nordeste

Em 1976, pela segunda vez na presente década, o Nordeste foi afetado pela seca. Embora menos intensa do que a de 1970, essa anomalia climática atingiu toda a região do Polígono das Secas, exigindo do Governo Federal atendimento emergencial.

Os trabalhos realizados, de acordo com o Plano de Emergência anualmente elaborado pela SUDENE, contaram com a participação de diferentes organismos federais e estaduais e de entidades diversas, sob a coordenação daquela autarquia.

Ao final do exercício já haviam sido liberados recursos da ordem de Cr\$ 1,084 bilhão, destinados ao atendimento de 850 Municípios da região, nos quais, direta e indiretamente, foram afetados 14,9 milhões de habitantes (14% da população brasileira). A população diretamente atendida pelas 1.195 frentes de serviço abertas foi de 278 mil pessoas, das quais parcela significativa já começou a ser desmobilizada, particularmente nos Estados da Bahia, Piauí e Ceará, onde vem chovendo normalmente.

COMUNICAÇÕES

Em 1976, consoante a programação de longo prazo em execução pelo Governo Federal na área das comunicações, altas taxas de crescimento foram alcançadas nos seus diversos segmentos, algumas, inclusive, superando as registradas em 1975.

Tal desempenho, conseguido a despeito das dificuldades conjunturais do mercado financeiro internacional e da balança comercial brasileira, reflete a eficácia dos sistemas de planejamento e controle implantados, que ensejaram a otimização dos investimentos realizados.

A par da expansão e modernização dos sistemas de comunicações, particular atenção dispensou-se à melhoria operacional, visando à prestação mais eficiente dos serviços e à redução de seus custos.

Procurou-se, de outra parte, ampliar a extensão dos benefícios sociais das comunicações, o que se traduziu, por exemplo, na alta taxa de crescimento do número de telefones públicos colocados à disposição da população.

Sistema de telecomunicações

As atividades de expansão e modernização dos serviços de telecomunicações públicas do país, sob a coordenação da TELEBRÁS, desenvolveram-se satisfatoriamente, como atestam os seguintes números: telefones em serviço 3,37 milhões em 1975 e 4,06 milhões em 1976; circuitos interurbanos 54% de ampliação (de 58 mil para 89 mil); telefones públicos 20,3 mil em 1975 e 29,2 mil em 1976; rede nacional de telex 11,3 mil terminais em 1975 e 16,8 mil em 1976. No sistema internacional, que em 1975 já contava com capacidade instalada suficiente para alguns anos, o fato marcante foi a integração de mais de 60 cidades brasileiras ao serviço de discagem direta internacional — DDI, atingindo 24 países.

A implantação do sistema doméstico de comunicações por satélite — SBTS teve seu projeto aprovado, cabendo à EMBRATEL coordenar a sua execução. Foram emitidos os editais de licitação internacional e recebidas, nos últimos meses de 1976, as propostas para fornecimento e instalação dos satélites e das estações terrenas; ao final do ano, as propostas estavam sendo avaliadas.

Foi também iniciada a ampliação do sistema de cabos submarinos, que conta atualmente com um cabo de 160 circuitos entre o Brasil (Recife) e as Ilhas Canárias (Espanha), através da implantação de um novo cabo com 640 circuitos. O novo cabo deverá ser lançado entre Fortaleza e a Ilha St. Thomas, nas Ilhas Virgens (Estados Unidos) onde se integrará ao sistema mundial de cabos submarinos. Esse sistema, além de prover substancial capacidade adicional, destina-se também a servir de meio alternativo ao sistema INTELSAT de comunicações internacionais.

Na administração do Sistema de Telecomunicações, tendo em vista o êxito obtido no ano anterior, procurou-se institucionalizar a participação do Grupo TELEBRÁS no processo de desenvolvimento científico e tecnológico, mediante a criação do seu próprio Centro de Pesquisa e Desenvolvimento, cujos programas se somarão aos projetos específicos contratados com entidades científicas e industriais.

Como resultados principais da atividade de pesquisa e desenvolvimento encetada, destacam-se a implantação do Programa em Comutação Temporal, a aquisição da tecnologia de centrais CPA — Espacial, o início do desenvolvimento do protótipo industrial do Multiplex — PCM, este último reunindo universidade e indústria, os primeiros protótipos de circuitos integrados, o desenvolvimento do telefone-padrão nacional e o desenvolvimento da antena para o Sistema Brasileiro de Telecomunicações por Satélite. O campo industrial, também sob idêntica orientação, está sendo objeto de cuidadoso estudo, visando à elabo-

ração e fixação da política do setor nessa área e para fazer cumprir o objetivo maior de desenvolver-se a indústria nacional de telecomunicações, em estreita colaboração com o campo de pesquisa e desenvolvimento.

Os dispêndios correspondentes a investimentos no Programa de Telecomunicações atingiram, em 1976, a cifra de Cr\$ 19,5 bilhões, dos quais 85,5% destinaram-se à telefonia pública.

Quanto à atuação do Departamento Nacional de Telecomunicações — DENTEL, deve ser destacada a consolidação do processo de descentralização de suas atividades, através de suas diretorias regionais, com sensível melhoria do atendimento aos usuários e da eficiência da fiscalização dos serviços de telecomunicações em todo o país.

A Rede Nacional de Radiomonitoragem, destinada à fiscalização e à racionalização do uso do espectro radioelétrico, teve realizada a licitação para aquisição dos equipamentos necessários ao seu adequado funcionamento.

Comunicações postais e telegráficas

A preocupação da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos-ECT com a melhoria da qualidade dos seus serviços esteve presente em todas as suas áreas de atuação, mesmo reconhecendo que o padrão desses serviços já se equivale aos observados em países desenvolvidos.

O atendimento à crescente elevação do tráfego postal foi objeto de um elenco de medidas destinadas a dotar a Empresa de condições de absorver o aumento da demanda, destacando-se os estudos para mecanização do processamento da correspondência nas cidades do Rio de Janeiro, São Paulo e Brasília, bem como as providências complementares necessárias à introdução desse novo processo no Brasil.

De outra parte, teve prosseguimento a implantação do programa que objetiva dotar todos os Municípios brasileiros de atendimento postal. No final de 1976, apenas 33 Municípios ainda não estavam providos, enquanto que, um ano atrás, esse número era de 75. Dispõe atualmente a ECT de 11.526 unidades de atendimento.

Estabelecida a meta de integração postal nacional no padrão D+1 entre capitais (entrega no dia seguinte ao da postagem), a ECT buscou a otimização do seu sistema de encaminhamento, em função das características básicas de rapidez, segurança e regularidade.

A distribuição, ponto final no contato empresa-usuário, mereceu atenção especial, tendo sido realizada a expansão da distribuição domiciliária nas áreas urbanas ainda não atendidas, com um aumento total de 164 unidades distribuidoras, em relação a 1975.

Dessa forma, atuando no aprimoramento de todas as fases do processo postal — atendimento, triagem, transporte e distribuição — a ECT conseguiu suportar a sobrecarga decorrente das elevadas taxas de crescimento do tráfego (1.700 milhões de objetos, 36% superior ao tráfego de 1975).

O Serviço Especial de Entrega de Documentos-SEED, criado para atendimento a uma parcela expressiva do mercado, constituída por pessoas jurídicas que expedem regularmente grande volume de documentos para distribuição nos perímetros urbanos, apresentou crescimento de 15% em relação ao ano anterior e um volume de 114 milhões de objetos.

O Serviço de Correspondência Agrupada-SERCA, responsável pela coleta, transporte e distribuição de objetos acondicionados em recipientes especiais (malotes), teve crescimento de cerca de 46% na quantidade de malotes transportados, alcançando, em 1976, 17,5 milhões de unidades.

Os serviços telegráficos apresentaram, em contraposição à tendência dos anos anteriores, um ligeiro crescimento, como resposta do público usuário à melhoria da sua qualidade. Esta melhoria resultou da implantação das diversas medidas programadas em 1975, principalmente a rede nacional de retransmissão de telegramas e a reorganização da entrega das mensagens.

Radiodifusão

A tarefa de promover maior participação do setor privado na exploração dos serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens prosseguiu satisfatoriamente, tendo sido publicados 144 editais de concorrência para a instalação de novas estações por todo o país. Desses editais, 3 referiram-se a televisão, 32 a radiodifusão sonora em frequência modulada, 7 em onda tropical e o significativo número de 102 em onda média — decorrente da aprovação do Plano Básico de Distribuição de Canais para essa faixa de frequência.

Esse Plano, atendendo desejo manifestado pelo empresariado, atribuiu 495 canais a 415 Municípios desprovidos do serviço; atualmente existem 816 canais distribuídos por 528 Municípios. Além disso, 83,5% das emissoras em onda média, atualmente em operação, tiveram a potência dos seus transmissores aumentada, o que permitirá maior alcance de sua programação.

O ano de 1976 assinalou o advento da Empresa Brasileira de Radiodifusão — RADIOBRÁS, constituída a 16 de junho, em consonância com a Lei nº 6.301, de 15 de dezembro de 1975. A empresa tem como encargos a coordenação e o comando das emissoras oficiais e a instalação de serviços de radiodifusão nas áreas de reduzida densidade demográfica e de inexpressiva demanda comercial, com vistas a uma ação de integração nacional.

Na área de produção e programação, procedeu-se a uma completa reformulação dos critérios operacionais,

com vistas a propiciar às emissoras programações de qualidade, com ênfase na valorização do profissional brasileiro e na preservação das nossas raízes culturais. Procurou-se, adicionalmente, o estabelecimento de intercâmbio internacional de programação, visando à divulgação da arte e da cultura brasileira no exterior.

POLITICA SOCIAL



APRECIÇÃO GERAL

Coerentemente com as diretrizes de política de desenvolvimento harmônico e integrado, estabelecidas desde o seu início, vem o Governo conferindo grande prioridade à execução da estratégia social, definida, nos seus delineamentos gerais, no II PND.

Em 1976, a despeito das dificuldades econômicas reconhecidamente existentes, em particular as decorrentes do processo inflacionário e da necessidade de reduzir o *deficit* no balanço de comércio, pôde-se, de uma parte, manter e, mesmo, acentuar a expansão do emprego e praticar política salarial que permitiu o aumento dos salários médios reais e, de outra, consolidar os instrumentos de coordenação e financiamento da política social e executar grandes investimentos na valorização dos recursos humanos do país e com vistas à integração social e ao desenvolvimento urbano.

Os dados disponíveis sobre a *criação de empregos* em 1976, ainda que parciais, revelam elevado crescimento, particularmente no meio urbano. O emprego na indústria de transformação, segundo o IBGE, cresceu 5,4% relativamente a 1975 (dados até setembro) e informações fornecidas por entidades privadas indicam que esse desempenho foi ainda maior na Grande São Paulo. Nas atividades não-agrícolas organizadas, pesquisas do Ministério do Trabalho revelaram que, somente no primeiro semestre, criaram-se cerca de 900 mil empregos (40% a mais do que os 660 mil gerados, em igual período, em 1975). E, com a notória exceção da região semi-árida do Nordeste, atingida por prolongada seca — ainda que de proporções bem menores que a de 1970, — os

níveis e o valor da produção agropecuária obtidos permitem inferir que a situação do emprego e dos salários, no meio rural, evoluiu de modo satisfatório.

A despeito desses resultados altamente significativos, cuidou o Governo de atuar, amplamente, sobre os fatores que determinam a evolução do mercado de trabalho. Ampliou o seu esforço na execução de *programas de treinamento* da mão-de-obra não qualificada ou de baixa qualificação, seja no meio rural, seja nas áreas urbanas, propiciando, direta ou indiretamente, cerca de 1.400 mil oportunidades de treinamento (PIPMO, SENAC, SENAI, conjuntamente). Criou o Serviço Nacional de Formação Profissional Rural (SENAR), com o objetivo de atender, de modo mais abrangente, às necessidades de treinamento no campo. Instituiu, através da Lei nº 6.297, de 15 de dezembro de 1975 e legislação complementar, mecanismo de incentivo fiscal do imposto sobre a renda às empresas que desenvolvam programas de treinamento profissional, já tendo aprovado projetos, de iniciativa do setor privado, que envolvem quase 500 mil trabalhadores. Criou, também, o Conselho Federal de Mão-de-Obra, órgão de coordenação de todo o esforço de treinamento em execução no país. No Nordeste semi-árido, atuou com eficiência e rapidez na assistência a cerca de 280 mil trabalhadores rurais desempregados em decorrência das secas, o que exigiu dispêndios superiores a Cr\$ 1,1 bilhão.

Na execução da *política salarial*, foi mantida a orientação de preservar e, quando possível, elevar o poder de compra dos salários, atenta, de uma parte, para os objetivos antiinflacionários e, por outro lado, para as óbvias inter-relações entre os níveis de remuneração do trabalho e os objetivos de expansão do emprego em ritmo superior ao do crescimento da oferta de mão-de-obra (da ordem de 2,9% ao ano).

O salário mínimo foi reajustado em mais de 44%, para uma elevação acumulada do custo de vida, nos doze meses anteriores, da ordem de 37% (dados do Ministério

do Trabalho, correspondentes ao índice nacional de evolução do custo de vida). Manteve-se, ademais, a orientação de reduzir, gradativamente, os diferenciais do salário mínimo, entre as diversas regiões do país.

Os reajustes coletivos de salários corresponderam ao mínimo de 36% (janeiro) e ao máximo de 44% (junho), para elevações do custo de vida, nos doze meses anteriores, que oscilaram entre 31% e 43%. A partir de junho, os níveis de reajuste decresceram suavemente dos 44 para os 41% de dezembro, em decorrência da introdução, no cálculo dos reajustes salariais, de fator de correção pelas relações internas de troca, que têm sido favoráveis à agropecuária, em detrimento da economia urbana. Essa medida, se, de uma parte, reduziu os efeitos realimentadores da inflação, dos reajustes salariais, manteve sua elevação anual muito acima da de outros fatores da economia contemplados pelo mecanismo da correção monetária, a exemplo das ORTN's que apresentaram, em dezembro, variação acumulada, no ano, de 37,2%.

Os salários médios devem ter, igualmente, apresentado, em 1976, pelos indicadores disponíveis, inclusive pelo comportamento da demanda por bens de consumo, crescimento e evolução favoráveis. Assim é que os salários médios nominais pagos pela indústria de transformação acusaram, em maio, incremento de 45%, relativamente a igual período de 1975, elevação bem mais próxima da do salário mínimo do que em anos anteriores, o que importa dizer que a execução da política salarial, em 1976, não introduziu, na economia, fatores que determinassem acentuação das desigualdades distributivas.

Ainda no que se refere à política salarial, cabe referir a reestruturação dos níveis salariais do funcionalismo federal, civil e militar, decorrente da implementação, pelo DASP, do Plano de Classificação de Cargos, criando condições para a profissionalização do servidor público, a partir de remunerações compatíveis com as do mercado de trabalho.

Na execução, em 1976, do *Orçamento Social*, previsto no II PND, foram realizados dispêndios preliminarmente estimados em Cr\$ 162,0 bilhões (exclusive os recursos do FAS e os destinados ao desenvolvimento social urbano), dos quais cerca de Cr\$ 81,0 bilhões (preços de 1976), em programas de *valorização de recursos humanos*.

Em *educação*, os dispêndios da União situaram-se na ordem dos Cr\$ 16,0 bilhões, valor que deverá ter atingido os Cr\$ 35,0 bilhões, se incluídos os Estados. Merecem destaque a grande expansão da oferta de ensino de 1º grau, favorecida por amplo programa de apoio técnico e financeiro aos Estados e Municípios, em parte decorrente do aumento das transferências à conta dos Fundos de Participação e do salário-educação; a implantação do programa de crédito educativo, que já beneficiou cerca de 160 mil estudantes; o incremento de 11% das matrículas no ensino superior — o Brasil já conta com 1,15 milhão de universitários, — ao lado de medidas destinadas à melhoria da qualidade do ensino e a sua maior adequação às necessidades nacionais e regionais; e a elevação da taxa de alfabetização, estimada em cerca de 84% em 1976 contra apenas 67% em 1970 (população de 15 anos e mais), graças, em grande parte, à ação do MOBRAF.

No campo da *saúde e saneamento e da nutrição*, foram realizados dispêndios totais da ordem de Cr\$ 38,0 bilhões (inclusive Estados), dos quais Cr\$ 22,3 bilhões pela assistência médica do INPS. Ao lado do início da execução de novos programas de saúde pública e nutrição, como o Programa Nacional de Alimentação e Nutrição, o Programa Especial de Controle da Esquistossomose e o Programa de Interiorização das Ações de Saúde e Saneamento do Nordeste, todos eles discutidos e aprovados no âmbito do Conselho de Desenvolvimento Social (CDS), progrediu-se, dentro do campo da saúde pública, no esforço de vigilância sanitária e de imunização (foram aplicadas, em 1976, 26 milhões de vacinas contra doenças

transmissíveis). Na assistência médica, somente o INPS propiciou 66 milhões de internações, 106 milhões de consultas médicas e 8,1 milhões de atendimentos odontológicos, bem como o aviamento de 3,5 milhões de receitas e o fornecimento de 9,8 milhões de medicamentos (em projeto experimental iniciado no Rio de Janeiro e estendido, posteriormente, para regiões de quatro outros Estados).

Na área do *trabalho e treinamento profissional*, os dispêndios, em 1976, somaram Cr\$ 7,6 bilhões (inclusive SENAC, SENAI, SESI e SESC).

A execução, em 1976, da política de *integração social* (PIS-PASEP, habitação, previdência social) envolveu recursos estimados em Cr\$ 82,0 bilhões (preços de 1976).

Persegue-se, com relação à *previdência social* (que já atinge cerca de 45 milhões de beneficiários), o objetivo de sua universalização. Ainda que se reconheça que parte da mão-de-obra rural não foi incorporada ao sistema e que, nas cidades, se excluem os contingentes populacionais extremamente carentes e que não integram a força de trabalho, cabe observar que a dinâmica atuação indireta do PRORURAL, de um lado, e, do outro, os programas de assistência social a cargo da LBA e da FUNABEM, bem como a concessão de renda mensal vitalícia a mais de 900 mil pessoas maiores de 70 anos ou inválidas com alguma vinculação, no passado, ao sistema previdenciário, estão permitindo a realização progressiva daquele objetivo.

Em 1976, foram aplicados recursos da ordem de Cr\$ 53,5 bilhões em previdência e assistência social.

O INPS concedeu benefícios no total de 3,12 milhões (incluídos os de pagamento único) e renda mensal vitalícia a 670 mil maiores de 70 anos ou inválidos. O grande número de acidentes de trabalho registrados (1,7 milhão) deu origem a 6 milhões de atendimentos ambulatoriais.

Na área do bem-estar, o número de atendimentos pelo INPS foi superior a 3 milhões — mais de 2,8 milhões de casos de reabilitação profissional, 54,5 mil menores excepcionais e 32,2 mil idosos amparados.

O FUNRURAL concedeu, no exercício, 231,7 mil aposentadorias por idade ou invalidez, elevando-se a 1,8 milhão o total de benefícios de manutenção. Ampliou de 870 para 3.200 o número de suas representações locais, atingindo mais de 4/5 dos municípios do país.

Cerca de 20 milhões de trabalhadores e servidores públicos estão cadastrados no PIS-PASEP, cujo patrimônio líquido atingiu, no encerramento do ano fiscal 1975-1976 (junho), o montante de Cr\$ 37,4 bilhões (com arrecadação total, no exercício de Cr\$ 14,8 bilhões). A partir deste ano, será efetuado, anualmente, a cada um dos contribuintes do PIS-PASEP com mais de 5 anos de cadastramento e que percebem até 5 salários mínimos, o pagamento do equivalente a um salário mínimo mensal regional, cujos reflexos, sobre a atual distribuição de rendimentos do trabalho, seria ocioso enfatizar.

Recursos da ordem de Cr\$ 13,7 bilhões foram aplicados pelo BNH em programas de *habitação*, permitindo a realização, em 1976, de 239 mil financiamentos habitacionais (143 mil em 1975, ou seja um aumento de 67%). Cerca de 40% (Cr\$ 6,0 bilhões) desses recursos destinaram-se a programas habitacionais para as populações de menores rendas e somente as COHAB's realizaram 80 mil financiamentos habitacionais.

No contexto da execução da política de desenvolvimento social, cabe referir, finalmente, a destacada atuação do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social (FAS), bem como os programas, em curso, no campo do desenvolvimento urbano, particularmente o Programa Nacional de Centros Sociais Urbanos (CSU).

O FAS aprovou, em 1976, mais de mil propostas de financiamento de projetos de interesse social, atingindo

o montante de Cr\$ 13,6 bilhões (372 e Cr\$ 5,7 bilhões, respectivamente, em 1975). Foram assinados 176 contratos de financiamento no valor de cerca de Cr\$ 7,2 bilhões.

Do total de recursos alocados aos projetos aprovados pelo FAS em 1975-1976, 54,8% destinam-se à educação, 40,1% à saúde/previdência e os restantes 5,1% para as áreas do trabalho e atividades de desenvolvimento social a cargo do Ministério do Interior. Desses recursos, cerca de 45% destinam-se ao setor privado e mais de 36%, às regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

1976 caracterizou-se como o ano de efetiva implementação da política nacional de *desenvolvimento urbano*, tendo sido aprovadas aplicações da ordem dos Cr\$ 12,0 bilhões para programas integrados nas principais regiões metropolitanas e cidades de porte médio do país, com execução prevista para o período 1976-1977. Nesse contexto, cabe destacar a aprovação de 194 projetos de centros sociais urbanos (dos quais 80 no Nordeste), com investimentos de Cr\$ 867 milhões, sendo Cr\$ 301,0 milhões recursos não-reembolsáveis da União (Cr\$ 270,7 milhões com liberação autorizada).

Importante, para a integração das ações de Governo com vistas ao desenvolvimento social e para a consecução dos seus altos objetivos, tem sido a atuação do Conselho de Desenvolvimento Social (CDS). Sua ação de órgão de assessoramento do Presidente da República voltou-se, em 1976, tanto para o exame de importantes programas, aprovados no seu âmbito, como, sobretudo, para o acompanhamento da execução da política de desenvolvimento social, seja através de relatórios especiais sobre programas específicos, seja através de sistema de indicadores sociais de cuja elaboração se incumbem comissão interministerial, com base no esforço de coleta de dados e pesquisa realizado pelo IBGE e pelo IPEA.

Deverão ser mantidas, em 1977, as diretrizes básicas da política de desenvolvimento social do Governo, cujos principais resultados, em 1976, foram brevemente sumariados e se detalham, por Ministérios, a seguir. O esforço de contenção dos dispêndios públicos, em 1977, não deverá afetar, significativamente, o nível das aplicações programadas, porquanto concentra-se mais nos grandes programas de infra-estrutura econômica e nos investimentos das empresas governamentais. Dever-se-á conferir redobrada atenção para que a redução esperada nos níveis de crescimento econômico, que se considera necessária para fazer face às dificuldades do balanço de pagamentos e ao combate à inflação, tenha o mínimo de repercussões negativas sobre a criação de empregos e a política salarial, bem como sobre o desempenho dos setores sociais em geral. De tudo mais, permanece a certeza de que a opção gradualista adotada quanto à política econômica, ao evitar o tratamento de choque por muitos preconizado, permitiu que se alcançassem, em termos sociais, os expressivos resultados apresentados, e de que o país dispõe de muitas alternativas para continuar sua caminhada para o desenvolvimento equilibrado e socialmente justo.

EDUCAÇÃO E CULTURA

O Governo brasileiro vem enfrentando, com decisão, problemas crônicos do campo educacional, como o do analfabetismo, o da necessidade de aumentar a taxa de escolarização ao nível de ensino fundamental e o da insuficiência de formação de lideranças científicas e técnicas.

Não apenas se procura atender à ampliação vegetativa da demanda, já por si elevada, mas também às necessidades acumuladas da clientela potencial.

No campo da cultura, procura-se facilitar o acesso das mais amplas camadas da população brasileira às diversas formas de expressão, tendo-se sempre em mente o objetivo de preservar a índole nacional.

Na ação do Ministério da Educação e Cultura, durante o ano de 1976, merecem destaque a implantação do programa de crédito educativo, a expansão da oferta do ensino de 1º grau e incentivo à da pré-escola, o aumento significativo da oportunidade de acesso ao livro didático e ao material escolar e a melhoria da remuneração do magistério federal. Elaboraram-se os cadernos de saúde, em convênio com o Ministério da Saúde, e implantou-se o Fundo de Assistência ao Atleta Profissional — FAAP.

Além disso, foi implementado o Plano Nacional de Pós-Graduação, ampliada a oferta de merenda escolar e construídos novos *campi* universitários, ampliando-se outros. Reforçaram-se as dotações de recursos para melhoria das instalações de escolas federais de 2º grau, criaram-se cursos de formação de tecnólogos e adotaram-se processos seletivos para autorização de novos cursos superiores.

Foram também importantes a definição de estratégia para o ensino supletivo, a criação do Banco de Teses, a reestruturação da Empresa Brasileira de Filmes S. A. — EMBRAFILME, a implantação da Fundação Nacional de Arte — FUNARTE e a instalação do Conselho Nacional de Direito Autoral — CNDA. Criou-se o Sistema Nacional de Bibliotecas e incrementou-se a política de coedição do livro cultural e reedição de obras raras e esgotadas, a preços populares, através do Instituto Nacional do Livro — INL. Prêmios significativos foram conferidos a artistas e autores, nas áreas de literatura, teatro, música e cinema, e cuidou-se da proteção constante ao patrimônio artístico e histórico nacional, bem como da melhoria do ensino da língua portuguesa.

Cumprir destacar, entre as ações relacionadas a recursos para educação, a ampliação dos fundos de participação dos Estados e Municípios (FPE e FPM), elevados gradativamente de 5% para 9% da arrecadação dos impostos federais sobre a renda e sobre produtos industrializados (20% de cada um desses fundos destina-se à educação) e revisão do salário-educação, que teve aumentada sua alíquota de 1,4% para 2,5% e elevada a participação dos Estados de metade para 2/3 da respectiva arrecadação. Além disso, aplicaram-se recursos expressivos do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social — FAS em educação, cultura e desportos, e ampliaram-se os incentivos fiscais que visam a incrementar o ensino supletivo, especialmente para alfabetização de adultos.

O salário-educação, em 1976, proporcionou uma arrecadação de Cr\$ 4,7 bilhões, enquanto se previam 3,5 bilhões. O FAS aprovou, para as áreas da educação, cultura e desportos, do início de seu funcionamento até dezembro de 1976, aproximadamente Cr\$ 10,7 bilhões, para aplicação no período 1976-1978, destinando-se 30% deste total ao ensino de 1º grau, 13% ao de 2º grau, 54% ao ensino superior, 2% para cultura e 1% aos desportos.

Para o ano de 1977, o MEC prevê a continuação do grande esforço que se empreende no setor, destacando-se as seguintes medidas gerais: expansão do ensino de 1º grau, com vistas à sua efetiva universalização; estímulo à educação pré-escolar; prosseguimento do Programa de Crédito Educativo; implantação de medidas para o estabelecimento de diretrizes à educação artística, ao nível de 1º grau; implementação dos estudos de currículos para o ensino em zona rural; aceleração das ações na área do ensino especial; aumento de oportunidades de acesso ao livro didático e material escolar; criação de mais de 500 bibliotecas públicas, inclusive municipais, com distribuição de 800 mil livros; desenvolvimento do programa de alimentação escolar, com atendimento a estabelecimentos

oficiais e particulares de natureza filantrópica; prosseguimento na implementação do Plano Nacional de Educação Física e Desportos; concessão de 134 mil bolsas de estudo; incentivo aos Programas de Desenvolvimento do Ensino de Ciências Agrárias e ao Programa de Educação Agrícola Superior; implantação de sistema nacional de residência médica; formulação de nova política para os hospitais universitários; desenvolvimento das atividades do Banco de Teses; incentivo ao ensino de português e de problemas ligados ao meio ambiente; incremento às atividades da FUNARTE, em especial nas áreas de música, artes plásticas, folclore e teatro; apoio à EMBRAFILME; prosseguimento na política de coedições, através do INL; distribuição de prêmios na área cultural; proteção permanente ao patrimônio artístico e histórico nacional, por meio do IPHAN; proteção à criatividade e à obra intelectual, por intermédio do CNDA; amparo aos museus; e instituição de bolsas para autores intelectuais.

Ensino pré-escolar

Dando continuidade aos trabalhos preliminares iniciados em 1975, ao nível da educação pré-escolar, a atual política educacional dirige-se ao atendimento de crianças de 4 a 6 anos, permitindo a ampliação de 10% das matrículas em relação ao ano de 1975 e atingindo, aproximadamente, 60 mil crianças.

Através de diagnóstico nacional, observou-se que 60% das crianças matriculadas no pré-escolar são carentes econômica e socialmente; em vista disso foram reforçadas, através de encontros e simpósios em nível federal, as ações desenvolvidas por outros órgãos setoriais, tais como os de saúde, alimentação e serviço social. A experiência, bem sucedida, repercutiu em diversas secretarias estaduais de educação, que passaram a montar esquemas similares de trabalho.

Ensino de primeiro grau

O ensino de primeiro grau tem sido objeto de ações prioritárias, que se empreendem por duas grandes linhas: apoio financeiro e técnico aos Estados e ao Distrito Federal — inclusive quanto à escola particular — e apoio financeiro e técnico aos Municípios.

Em ambas, busca-se o aprimoramento dos mecanismos e meios que em cada nível administrativo possam produzir ensino de 1º grau condizente com os objetivos de promoção social. Desenvolvem-se programas de ampliação da oferta de vagas para os 21,9 milhões de crianças, que demandam a escolarização fundamental, e de elevação do padrão de qualidade e permanência.

Visando a alcançar, integralmente, a população de 7 a 14 anos, foram destinados em 1976 recursos da ordem de Cr\$ 1,2 bilhão, dos quais Cr\$ 326 milhões se destinaram aos sistemas estaduais de ensino, através de 5 projetos prioritários. Esses projetos distribuíram-se por todas as Unidades da Federação, compreendendo expansão e melhoria das instalações físicas de 772 unidades escolares, proporcionando condições de efetivação de 452 305 matrículas na rede pública, aproveitamento de capacidade ociosa existente em 341 unidades escolares da rede particular, com a incorporação de 70 856 matrículas, e custeio de atividades de ensino a 93 205 alunos.

Quanto à articulação entre os Estados e os Municípios, com vistas à passagem progressiva do ensino de 1º grau para a responsabilidade do Município e ao atendimento à população escolar da zona rural, a programação que ora vem sendo implementada já atinge 677 Municípios.

Ensino de segundo grau

No decorrer de 1976, foi destinado ao ensino de 2º grau um montante de Cr\$ 1,6 bilhão. Desse total,

aproximadamente Cr\$ 118 milhões destinaram-se à implementação de oito projetos prioritários, com vistas à implantação da reforma do ensino, bem como à expansão quantitativa e qualitativa do ensino, atingindo uma população de 1,329 milhão de alunos.

Entre as principais metas alcançadas no decorrer de 1976, destacam-se: experiências de planejamento, implementação e avaliação de currículo de 2º grau, em escolas da rede federal e secretarias de educação; criação da Coordenação de Estudo e Análise de Currículos; implantação de nova estrutura para as escolas técnicas federais e medidas objetivando a melhoria da qualidade de ensino; ampliação e equipamento da rede física; auxílio a 114 estabelecimentos de ensino de 2.º grau, da rede particular, em 21 unidades federadas; elaboração e distribuição de publicações que visam ao planejamento da implantação e implementação do ensino de 2º grau; implantação e consolidação de atividades de integração escola-empresa em secretarias de escolas da rede federal e secretarias de educação; elaboração do documento «Ecologia — Uma Proposta para o Ensino de 2º Grau»; e orientação às secretarias de educação na implantação de centros interescolares, na área de saúde.

Na área pedagógica, foram efetuados, no decorrer de 1976, levantamentos de dados sobre a situação da supervisão e orientação educacional do ensino de 2º grau, nas unidades federadas, bem como definidas as suas linhas de ação.

A Coordenação Nacional do Ensino Agropecuário vem procedendo à análise e aprovação de projetos, bem como à realização de encontros de diretores de colégios agrícolas, com vistas a um melhor aprimoramento do sistema escola-fazenda.

Ensino superior

O ensino superior cresceu, no ano de 1976, em cerca de 11%, significando isso que o Brasil já conta com 1,15 milhão de alunos nesse nível.

É opção da atual política educacional que as taxas de crescimento continuem expressivas, sem contudo permitir expansão desordenada que venha a afetar a qualidade do ensino e o atendimento às necessidades prioritárias nacionais e regionais. Papel relevante nesse sentido exerceu o Conselho Federal de Educação, baixando normas em consonância com as diretrizes emanadas para o período e apreciando somente os pleitos de novas escolas e cursos que vinham ao encontro dos objetivos governamentais.

Pôde-se assim observar, em 1976, crescimento relativo mais acentuado da oferta de cursos nas áreas prioritárias da saúde e tecnologia, bem como de novos cursos nas regiões mais carentes.

Foram investidos Cr\$ 13,4 bilhões na melhoria da infra-estrutura universitária, no aperfeiçoamento e qualificação do corpo docente, no fomento à pesquisa e extensão, na construção dos *campi* universitários, na introdução de novas metodologias de ensino e nos programas de monitorias.

A construção dos *campi* em 13 universidades federais recebeu recursos da ordem de Cr\$ 379 milhões, provenientes de empréstimo do Banco Interamericano de Desenvolvimento e de recursos da Caixa Econômica Federal, através do FAS.

Cerca de Cr\$ 10 milhões foram aplicados na compra de equipamentos distribuídos a 57 instituições de ensino superior, sendo oportuno ressaltar também o esforço de pesquisa para a fabricação de equipamentos nacionais, iniciado este ano, envolvendo 5 instituições e recursos da ordem de Cr\$ 1 milhão.

Deve-se salientar também que, dada a importância que atingiu o setor privado entre as instituições de ensino superior no país, cerca de Cr\$ 1,4 bilhão foram liberados pelo FAS para a construção de prédios escolares das entidades particulares, beneficiando diretamente mais de 70 instituições.

Merece destaque, também, o esforço governamental para construção e expansão da rede hospitalar de ensino, à qual estão sendo destinados, em 1976-1977, Cr\$ 1,13 bilhão, para um total de 36 unidades hospitalares.

Através dos núcleos de Assistência Técnica, foram oferecidos às instituições de ensino superior treinamento e consultoria nas áreas de planejamento universitário, planejamento e administração dos *campi*, administração acadêmica, administração financeira e orçamentária, processamento de dados para a administração universitária, administração geral, administração hospitalar e sistema de bibliotecas universitárias.

Ainda relativamente aos projetos prioritários, convém referir aqueles que se orientaram para as atividades de extensão universitária, quer integrando as instituições de ensino superior com as comunidades locais, quer com empresas públicas ou particulares. Nesse sentido, vale destacar o trabalho que visa à articulação das instituições de ensino superior com os programas especiais do Governo, merecendo atenção o POLAMAZÔNIA, com envolvimento do IPEA, através de seu Centro Nacional de Recursos Humanos, SUDAM e outros órgãos.

Com relação à expansão de cursos em áreas relevantes para o desenvolvimento nacional, deve-se sublinhar a ênfase dada aos cursos de formação de tecnólogos e aos programas específicos para as ciências agrárias.

Em 1976, atingiu-se um total de 70 cursos de formação de tecnólogos, com a criação de mais 8, o que proporcionou expansão da oferta em torno de 640 vagas.

Os recursos para esse fim atingiram cerca de Cr\$ 10 milhões, no ano findo.

Tiveram prosseguimento os Programas de Educação Agrícola Superior e Desenvolvimento das Ciências Agrárias, nos quais se investiram Cr\$ 47,3 milhões, além de US\$ 1 milhão proveniente de acordo internacional.

Cerca de 21 instituições estão se beneficiando desses programas; 5 novos cursos e 150 novas vagas ao nível de graduação, e um total de 8 cursos de pós-graduação, com 100 vagas, foram oferecidos, representando um crescimento da ordem de 23% com relação ao exercício anterior.

Outra linha de atuação do Governo, que mereceu especial atenção em 1976, diz respeito ao aperfeiçoamento da gestão administrativa dos diversos setores da universidade: planejamento geral e físico, orçamento, programação acadêmica, bibliotecas e centros de computação eletrônica. Foram investidos Cr\$ 3,9 milhões para treinar intensivamente 800 especialistas dos diversos setores da administração universitária, o que representou um incremento de 50% sobre o exercício anterior.

As escolas isoladas de ensino superior constituem hoje 71% das instituições de ensino superior no Brasil. Embora o modelo opcional brasileiro se incline para a universidade, motivos de ordem vária fizeram surgir esse novo tipo de estabelecimento, que atua sobretudo no interior. O Ministério da Educação e Cultura, pela primeira vez, reuniu todos esses estabelecimentos, para discutir aspectos da reforma universitária e levar as escolas isoladas a alcançar maior integração, entre si e com o Ministério.

Ensino supletivo e alfabetização de adultos

O MEC vem procurando aumentar as oportunidades na área da educação de adolescentes e adultos que não

foram escolarizados na idade própria, tendo presente, porém, que essa ação supletiva não se propõe a concorrer com o ensino regular.

Em 1976, o MOBREAL atendeu a 1,5 milhão de pessoas, elevando para mais de 10 milhões o número de alfabetizados por seu intermédio e reduzindo para 16,4% o índice de analfabetismo — que era de 34% quando de sua criação, em 1970.

Além da alfabetização de adolescentes e adultos, a cargo do MOBREAL, destacam-se ainda, na área do ensino supletivo, a implantação de centros de estudos supletivos, a habilitação de professores para o ensino de 1º grau, a realização de exames profissionalizantes, o desenvolvimento de metodologias próprias para a educação de adultos e o apoio técnico e financeiro prestado às secretarias de educação e instituições privadas.

O Departamento de Ensino Supletivo — Dsu colocou em funcionamento 19 centros de estudo supletivo — uma nova concepção da escola para adultos — que já estão atendendo, em fase experimental, a 8 mil alunos, correspondendo a 10% de sua capacidade total.

Os exames profissionalizantes, destinados a pessoas já engajadas na força de trabalho, tiveram, em 1976, sua experiência-piloto estendida a todas as Unidades da Federação. Mais de 2,5 mil profissionais de nível médio foram habilitados em cerca de 30 modalidades técnicas, desde 1974. Em 1977, a suplência profissionalizante, experiência pioneira no mundo, estará dando habilitação e certificado profissional a mais 6 mil profissionais.

São ainda preocupações constantes do Dsu a pesquisa e a experimentação de novas metodologias, adequadas às características da clientela e do próprio ensino supletivo, permitindo um atendimento eficiente e de alto nível quantitativo e qualitativo.

Várias providências foram tomadas junto às secretarias de educação para aperfeiçoar a organização dos

exames supletivos, cujas inscrições em 1976 alcançaram a 2,6 milhões, com uma taxa de aprovação em 1º e 2º graus de 34%, o que corresponde a mais de 800 mil alunos.

Em 1976, o Dsu proporcionou a preparação de 4 mil docentes e técnicos, que vêm trabalhando na implantação do ensino supletivo no país. Reprodução e sonorização de mais de 20 mil cópias de 200 títulos de diafilmes, destinadas a complementar o acervo audiovisual para os 19 centros de estudos supletivos, foram obtidas através do Instituto de Pesquisas Espaciais-INPE e da EMBRAFILME.

O Projeto Minerva, que atua através da radiodifusão, atingiu, em 1976, 116 mil alunos, distribuídos por todo o território nacional, e o curso «João da Silva», através da televisão, 110 mil estudantes, até o 1º semestre de 1976.

O Projeto Saci, de ensino pela televisão, em nível de 1º grau, implantado anteriormente pelo INPE como experiência de utilização de satélite, passou à responsabilidade da Secretaria de Educação do Estado do Rio Grande do Norte, com apoio do Ministério da Educação e Cultura, que vem proporcionando a renovação dos programas educacionais.

Finalmente, foram definidas em 1976 diretrizes nacionais para o ensino supletivo, objetivando maior operacionalidade, controle de qualidade, racionalização dos exames, cooperação técnica com a iniciativa privada e implantação de metodologias mais adequadas.

Educação especial

Nos dois últimos anos, o Centro Nacional de Educação Especial-CENESP aplicou, no desenvolvimento do seu programa de trabalho, recursos no montante de Cr\$ 55,5 milhões, dos quais Cr\$ 42 milhões destinados a

três projetos prioritários: reformulação de currículos, cooperação técnica e financeira com instituições privadas e capacitação de recursos humanos para educação especial, beneficiando todas as Unidades da Federação.

No decorrer de 1976, foi concluída a elaboração de 20 propostas curriculares de 1º grau para deficientes mentais educáveis, deficientes visuais e auditivos e para superdotados.

Além da assistência técnica e financeira aos estabelecimentos estaduais de ensino, foram beneficiadas 54 instituições privadas, que atendem à clientela excepcional e 159 das áreas de deficiência mental e múltiplas, em todas as regiões do país.

Assistência aos educandos

Consciente de que os esforços que estão sendo dirigidos no sentido da expansão e melhoria do ensino não poderão prescindir de iniciativas de apoio ao estudante; como meio de instrumentalizar o que se pretende atingir, o Ministério da Educação e Cultura concebeu vários programas direcionados para esse objetivo. Quatro deles merecem especial relevo: o de bolsas de estudo para o 1º e 2º graus, o de crédito educativo, a campanha de alimentação escolar e a do livro e material didático.

O programa de bolsas de estudo aplicou nos diversos níveis de ensino, no decorrer de 1976, Cr\$ 86,7 milhões, que permitiram a concessão de 118 mil bolsas.

Para o nível superior, instituiu-se, em 1976, o programa de crédito educativo, destinado a conceder financiamento a estudantes para pagamento de anuidades escolares e manutenção própria. Com recursos da ordem de Cr\$ 700 milhões, foram beneficiados 160 mil estudantes.

Estão sendo distribuídas ainda bolsas-trabalho, visando a inserir o educando no mercado de trabalho,

bolsas-arte e bolsas-extensão, que procuram facilitar a integração comunitária do estudante.

A Campanha Nacional de Alimentação Escolar atendeu, em 1976, a 3.466 Municípios, aplicando Cr\$ 547 milhões e atendendo a 10 milhões de alunos, em 100 mil escolas de primeiro grau (aumento de 225 milhões de refeições em relação ao ano de 1975).

No tocante à produção e distribuição de livros e material didático, através da Fundação Nacional de Material Escolar-FENAME, foram lançados no mercado, em 1976, 825 mil exemplares, correspondentes a 15 títulos, entre dicionários, gramáticas, cadernos de exercícios, bem como 52 milhões de peças de material escolar.

Quanto ao programa do livro didático, foram coeditados 10 milhões de livros para o 1º grau, 125 mil para o 2º grau, 120 mil para o ensino superior e 650 mil para o ensino supletivo.

Magistério

Entre as prioridades do ensino de 1º grau, há que se ressaltar o esforço que vem sendo desenvolvido pelos sistemas de ensino para elevar o nível de qualificação de 240 mil docentes, técnicos e administradores.

Em 1976, foram destinados aos Estados e Municípios Cr\$ 40,5 milhões para habilitação ou aperfeiçoamento de 49 mil docentes de 1º grau.

O projeto de habilitação de professores não titulados, em exercício de magistério, utilizando metodologia de ensino a distância, atendeu, em 1976, a 114 mil professores.

No referente a professores do 2º grau, grande esforço vem sendo realizado, procurando-se atender às necessidades da reforma de ensino.

No que concerne à educação especial, foi iniciado, em 1976, o treinamento do pessoal envolvido na experi-

mentação de modelos de currículos por desempenho, elaborados em 1975, e a implementação dessas propostas em projetos-piloto, nas Secretarias de Educação de Minas Gerais, Rio de Janeiro, Pará e nos institutos Benjamin Constant e Nacional de Educação de Surdos. No referente a recursos humanos para educação especial, foram treinados, em 1976, 135 técnicos da equipe do Ministério da Educação e Cultura e Secretarias de Educação e 3.610 professores que atuam na área de educação especial ou classes comuns, entre os quais alguns em cursos de mestrado no exterior e de aperfeiçoamento no país.

Na área de ensino superior, a implantação do Plano de Classificação de Cargos foi passo decisivo para a profissionalização dos professores, gerando aumento médio de 47% na capacidade docente e representando acréscimo de investimentos federais da ordem de Cr\$ 4,6 bilhões. Os recursos totais da Coordenação do Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior-CAPES elevaram-se, em 1976, a Cr\$ 290 milhões (55% a mais que em 1975), para atender à expansão dos programas de bolsas de estudos no país e no exterior, à implantação do Plano Nacional de Pós-Graduação e aos programas de aperfeiçoamento de professores.

Cumprir destacar o apoio de várias instituições governamentais, como o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico-CNPq, a Financiadora de Estudos e Projetos — FINEP, o Programa Nacional de Treinamento de Executivos-PNTE e o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação-FNDE.

Os resultados desses investimentos já se fazem sentir, quer no expressivo aumento dos índices atingidos, quer sobretudo pelos efeitos multiplicadores sobre o sistema de ensino superior como um todo.

Resta referir a elevação e atualização do nível de conhecimento dos professores de Educação Física e técnicos desportivos, obtidas através de cursos realizados no país e no exterior.

Cultura — letras e artes

O Conselho Federal de Cultura, como órgão normativo, e o Departamento de Assuntos Culturais, como órgão central de direção executiva, vêm realizando trabalho harmônico que busca instrumentalizar a Política Nacional de Cultura com mecanismos adequados para concretizar a ação do Governo nessa área.

O funcionamento efetivo do Conselho Nacional de Direito Autoral correspondeu ao objetivo do Governo de proteção ao criador da obra intelectual. Festivais, concertos, exposições culturais, cursos, exposições, concursos, enfim as diferentes formas por que podem apresentar-se as manifestações culturais tiveram, em 1976, o apoio dos órgãos culturais do Ministério da Educação e Cultura.

Entre os principais eventos dessa natureza, apoiados ou promovidos pelo MEC, destaca-se a implantação da FUNARTE, que agrupou em instituição única órgãos que atuam no campo das artes, incorporando o Serviço Nacional de Teatro, a Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro, o Museu Nacional e a Comissão Nacional de Belas Artes.

Foi criado o Conselho Nacional de Cinema-CONCINE, que sucedeu, enquanto órgão de funções normativas, ao Instituto Nacional de Cinema, e reformulada a EMBRAFILME, que patrocinou em 1976 cerca de 10 festivais cinematográficos, além de apoiar a realização de filmes brasileiros.

Atividades editoriais, exposições, cursos, palestras, concursos, reuniões, seminários, concertos e festivais realizaram-se no decorrer de 1976, na Biblioteca Nacional, Museu Histórico Nacional, Museu Imperial de Petrópolis, Museu Vila-Lobos, Fundação Casa de Rui Barbosa, Museu Nacional de Belas Artes, Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, Campanha de Defesa do Folclore e Comissão Nacional de Belas Artes.

A Rádio Ministério de Educação e Cultura apresentou concertos, implementou programas informativos e empreendeu a gravação de discos da série «Cem Anos da Música Popular Brasileira».

O Instituto Nacional do Livro, no programa de incentivo ao livro cultural, prosseguiu na política da co-edição, inclusive reeditando obras raras e esgotadas, a preços acessíveis ao grande público. No decorrer de 1976, registrou-se uma tiragem de 847,5 mil exemplares, com um investimento de Cr\$ 8,5 milhões.

Patrimônio histórico e artístico

O IPHAN aplicou recursos num total de Cr\$ 9,3 milhões, nos Estados de Espírito Santo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, São Paulo, Paraná, Rio Grande do Sul, Pernambuco, Bahia e Mato Grosso, bem como Cr\$ 13,7 milhões no Programa Integrado de Reconstrução das Cidades Históricas do Nordeste, abrangendo 17 monumentos em Sergipe, Bahia, Pernambuco e na Cidade de Alcântara, no Maranhão.

Além das obras já destacadas, foram celebrados convênios objetivando mútua cooperação técnica, em caráter permanente, com vistas à identificação, preservação e restauração de monumentos históricos e artísticos, com o Governo do Estado de Minas Gerais, a Universidade Federal de Minas Gerais, a Secretaria de Planejamento da Presidência da República, a Universidade Federal de Pernambuco, a Universidade Federal de Santa Catarina e a Prefeitura Municipal de Olinda.

Educação física e desportos

Na área da educação física e desportos, foi implantado o Fundo de Assistência ao Atleta Profissional-

FAAP e lançado o Plano Nacional de Educação Física e Desportos, para o período de 1976-1979.

O FAAP tem por objetivo principal prestar assistência aos atletas profissionais que já não estejam em condições de atuar. O Plano Nacional de Educação Física e Desportos tem por meta básica a melhoria do universo desportivo brasileiro, através da educação física e do desporto no âmbito estudantil, dos esportes de massa e de esporte de alto nível.

Nos projetos prioritários, em 1976, despenderam-se Cr\$ 100 milhões. Foram construídas 230 instalações físico-desportivas para instituições de 1º grau e quadras polivalentes, ampliaram-se escolas de educação física e pistas de atletismo, a par do aperfeiçoamento ou treinamento, no país e no exterior, de 830 professores e técnicos desportivos.

Por outro lado, Cr\$ 18,7 milhões foram destinados a competições esportivas, merecendo registro especial a realização dos VIII Jogos Estudantis Brasileiros e dos XXVIII Jogos Universitários Brasileiros.

Como resultado desses esforços, pôde-se observar sensível elevação no nível de desempenho dos atletas, bem como melhoria no ensino e na prática da educação física.

TRABALHO

O Ministério do Trabalho buscou, em 1976, consolidar formas de atuação capazes de possibilitar o desempenho integral das suas atribuições legais de promoção e valorização do homem brasileiro, dentro de um clima de paz, justiça social e harmonia entre capital e trabalho. Para tanto, empenhou-se no estabelecimento de inter-relacionamento harmônico com outros órgãos do Governo em áreas de atividades afins, com vistas a somar esforços e melhor definir responsabilidades.

As tarefas comuns aos sistemas formais ou não-formais de educação, ligadas à preparação de recursos humanos, nas diferentes categorias ocupacionais, e relacionadas às necessidades específicas da força de trabalho; o estudo de problemas referentes às migrações internas e às dificuldades decorrentes de condições climáticas ou sazonais que provocam repercussões no comportamento do mercado de trabalho; a orientação e o apoio ao movimento sindical rural e à ordenação do trabalho no campo, através do cooperativismo de serviços; a cooperação com a Justiça do Trabalho; a participação efetiva no exame e orientação da política de imigração, em consonância com as necessidades da economia; a proteção dos trabalhadores no tocante à insalubridade e periculosidade, bem como à ação coordenada da fiscalização do trabalho vinculada às contribuições previdenciárias para o INPS ou o FUNRURAL e, finalmente, o planejamento e a execução, em conjunto com o INAN, de programas de alimentação para os trabalhadores, com base na Lei n.º 6.231, de 14 de abril de 1976, foram as principais atividades desenvolvidas pelo Governo Federal, no âmbito do Ministério do Trabalho.

Essas atividades desenvolvem-se segundo três linhas básicas de atuação: (a) preparação do homem para o trabalho, visando, por um lado, à sua formação profissional para ingresso imediato na força de trabalho e, por outro, à qualificação, aperfeiçoamento, especialização ou treinamento no próprio emprego, em todos os níveis; (b) obtenção de emprego e fixação de retribuição justa pelo trabalho executado, com conseqüente ordenação do mercado de trabalho; e (c) coordenação das relações do trabalho, através da valorização do trabalhador, da fiscalização do cumprimento das normas legais de proteção, da manutenção e ampliação de serviços de higiene, medicina e segurança do trabalho e da execução de atividades de promoção social.

Todo esse conjunto de tarefas desdobra-se num amplo conjunto de ações interligadas, voltado integralmente para o atendimento das necessidades da força de trabalho — hoje da ordem de 38 milhões de trabalhadores — participante do processo de modernização tecnológica, social e econômica que o país experimenta.

As grandes linhas de atuação do Ministério do Trabalho, estabelecidas pela Lei nº 6.036, de 1º de maio de 1974 e, posteriormente, regulamentadas pelo Decreto nº 76.386, de 2 de outubro de 1975, vêm sendo rigorosamente seguidas, registrando-se a adoção de novos instrumentos legais e administrativos, que têm permitido melhor desenvolvimento das ações planejadas.

A Consolidação das Leis do Trabalho, que data de 1943 e foi modificada por novas leis, decretos e portarias, bem como pela jurisprudência dos diferentes tribunais, ressentia-se de atualização, ao mesmo tempo em que necessitava de modificações que lhe facilitassem a compreensão pelos trabalhadores brasileiros. Comissão Especial, instituída pela Portaria nº 3.282, de 6 de agosto de 1974, concluiu os trabalhos necessários à consecução desses objetivos e o novo texto elaborado, após as revisões ora em curso nos Ministérios do Trabalho e da Justiça, será oportunamente submetido ao Presidente da República e, posteriormente, ao Congresso Nacional.

A implementação da Lei nº 6.297, de 15 de dezembro de 1975, e dos instrumentos legais subseqüentes, que a regulamentaram, permitiu, através da concessão de incentivos fiscais às pessoas jurídicas com vistas à formação profissional de seus trabalhadores, efetiva integração da empresa brasileira no esforço governamental de valorização do homem. A criação do Serviço Nacional de Formação Profissional — SENAR, que atuará na preparação de mão-de-obra rural, e a instituição e organização do Sistema Nacional de Formação de Mão-de-Obra completam o elenco de medidas que buscam assegurar adequada alocação de recursos humanos, físicos e finan-

ceiros para o aperfeiçoamento da formação profissional no país.

A sanção da Lei nº 6.321/76, e sua regulamentação efetivada pelo Decreto nº 78.676, de 8 de novembro de 1976, permitindo a dedução do lucro tributável para fins de imposto sobre a renda, do dobro das despesas realizadas em programas de alimentação do trabalhador, permitirão que se avance sensivelmente no sentido de melhorar as condições de vida e trabalho do empregado. Ainda no que se refere à política de valorização do trabalhador, destaca-se a promulgação da Lei nº 6.386, de 9 de dezembro de 1976 que, alterando disposições da CLT, concede às entidades sindicais maior liberdade e autonomia administrativas.

Preparação do homem para o trabalho

O objetivo da política nacional de formação de mão-de-obra é aperfeiçoar o funcionamento do mercado de trabalho, através da melhoria das condições de competitividade dos indivíduos, permitindo-lhes superar obstáculos tais como falta de qualificação profissional, deficiência de educação básica, carência de informações sobre o mercado de trabalho e problemas de ordem psicossocial. O Ministério do Trabalho é o responsável pelo atendimento e preparação da mão-de-obra, em função dos objetivos sociais, políticos e econômicos definidos, cabendo-lhe, portanto, traçar as diretrizes que orientem a ação do governo no campo da formação profissional.

A política de formação profissional vem sendo consolidada através de legislação específica, consubstanciada nos seguintes atos principais: (a) Lei nº 6.297, de 15 de dezembro de 1975, que dispõe sobre a dedução do lucro tributável para fins do imposto sobre a renda das

peças jurídicas, do dobro das despesas realizadas em projetos de formação profissional; (b) Decreto nº 77.354, de 31 de março de 1976, que criou o SENAR; e (c) Decreto nº 77.362, de 1º de abril de 1976, que instituiu o Sistema Nacional de Formação de Mão-de-Obra. Demais disso, foi procedida, através de atos próprios, a vinculação, ao Ministério do Trabalho, do SENAI, SENAC e Programa Intensivo de Mão-de-Obra — PIPMO.

Complementam essas providências, visando à operacionalização do sistema: (a) Decreto nº 77.463, de 20 de abril de 1976, que regulamenta a concessão de incentivo fiscal às empresas que realizam programas de formação profissional; (b) Portaria nº 209, de 4 de maio de 1976, que estabelece normas para concessão de registro e credenciamento de instituições ou empresas que se dedicam à elaboração, consultoria ou execução de programas de formação profissional; (c) Portaria nº 210, de 4 de maio de 1976, que dispõe sobre a aprovação dos programas de formação profissional nas empresas; (d) Portaria nº 211, de 4 de maio de 1976, que designa Comissão Especial para proceder à análise e à aprovação dos projetos de formação profissional, apresentados previamente pelas empresas, enquanto não se instala o Conselho Federal de Mão-de-Obra; (e) Portaria nº 553, de 20 de outubro de 1976, que instituiu o Conselho Federal de Mão-de-Obra, órgão central do Sistema Nacional de Formação de Mão-de-Obra, cuja principal atribuição é a de estabelecer normas e diretrizes sobre a política nacional de formação profissional; (f) Portaria nº 543, de 28 de setembro de 1976, que aprova o Regimento Interno do SENAR; e (g) Decreto nº 78.901, de 6 de dezembro de 1976, que dispõe sobre a criação do cargo de Diretor-Geral do SENAR.

Na estrutura funcional do Ministério do Trabalho, a formação profissional — ou seja, a preparação dos indivíduos para ingresso na força de trabalho, ou seu

aperfeiçoamento — é tarefa atribuída à Secretaria de Mão-de-Obra, órgão central de direção superior.

No cumprimento dessa missão, a Secretaria de Mão-de-obra, através do PIPMO, qualificou e aperfeiçoou, em 1976, 204.574 trabalhadores em várias ocupações da área rural, 105.700 trabalhadores para o setor secundário e 141.913 trabalhadores para comércio e serviços, envolvendo recursos financeiros no montante de Cr\$ 96,194 milhões. Aprovaram-se 554 programas de formação profissional apresentados por empresas, para o treinamento de 483.080 trabalhadores a elas vinculados, com os incentivos fiscais da Lei nº 6.297, de 15 de dezembro de 1975.

Desenvolveram-se também programas de fortalecimento das entidades de formação profissional, através de apoio financeiro à construção de escolas e centros de formação profissional e à aquisição de equipamentos.

Em 1977, pretende a Secretaria de Mão-de-Obra, através de seus projetos de capacitação de recursos humanos e do PIPMO, formar, qualificar, aperfeiçoar e especializar 520.300 trabalhadores para os três setores da economia, não incluídos nesta meta os programas a serem desenvolvidos pelo SENAR, SENAC, SENAI, empresas e outras entidades que integram o Sistema Nacional de Formação de Mão-de-Obra.

Com o fim de melhor conhecer as necessidades básicas de mão-de-obra dos diversos setores econômicos, para que possam ser fixadas as respectivas prioridades de preparação e aperfeiçoamento, foram realizados estudos, entre os quais se destacam as pesquisas sobre necessidades de mão-de-obra na indústria siderúrgica, no setor de petróleo e petroquímica e sobre a situação da mão-de-obra feminina, bem como sua formação profissional. Para o exercício de 1977, o Ministério do Trabalho preparou um projeto de pesquisa que objetiva levantar as condições existentes e estabelecer prioridades

para a formação e treinamento da mão-de-obra em todos os níveis e setores da economia nacional.

Finalmente será intensificado, em 1977, o Programa Nacional de Desenvolvimento do Artesanato, que objetiva apoiar atividades suplementares que permitam ao trabalhador, através da comercialização das peças produzidas, elevar sua renda familiar.

Emprego e salário

Considerando-se que a formação profissional dos trabalhadores não é, por si mesma, suficiente para assegurar-lhes emprego, torna-se necessária a intervenção governamental nas decisões que envolvem diretamente a geração ou redução de empregos, bem como a organização do mercado de trabalho.

Pelo Decreto nº 76.403, de 8 de outubro de 1975, foi instituído o Sistema Nacional de Emprego — SINE que, atualmente, se encontra em fase de implantação em 15 Estados. Seu objetivo é não apenas assegurar, através dessa rede de núcleos microrregionais e locais, a distribuição de informações que atendam *in loco* às necessidades, mas também garantir a elevação da produtividade dos sistemas de qualificação e, principalmente, integrar as administrações estaduais, municipais e federal, permitindo-lhes agir setorial e globalmente, em todos os níveis, sempre que sua intervenção se faça necessária. Todos os Estados da União estarão integrados ao Sistema Nacional de Emprego até fins de 1977.

Após ampla pesquisa em todo o país, acaba de ser concluída a Classificação Brasileira de Ocupações, que servirá de instrumento de uniformização de nomenclatura e semântica das ocupações existentes.

A Secretaria de Emprego e Salário mantém postos de identificação profissional em todo o país, providos de

estoques suficientes para assegurar, gratuitamente, o fornecimento da Carteira de Trabalho.

Novas formas de emprego estão sendo cuidadosamente analisadas, tanto do ponto de vista do interesse da coletividade como da consistência estrutural do mercado de trabalho e, principalmente, dos benefícios já alcançados pelo trabalhador, através da legislação vigente.

A partir da consciência de que o pleno emprego é um objetivo nacional, além de interessar ao aumento da produção e da renda nacionais, o Governo, coerentemente com a primazia que vem conferindo à política social, enfatizou a área de emprego e salário, na implementação da estratégia global de desenvolvimento traçada no II PND.

A política salarial busca proporcionar o máximo de salário real com o mínimo de inflação, norma que orientou o reajustamento dos valores do salário mínimo, em 1976 (44,14%).

Todos os aspectos relativos à seleção de mão-de-obra estrangeira foram cuidadosamente acompanhados pelo Ministério do Trabalho que, em estreita colaboração com os Ministérios das Relações Exteriores e da Justiça, se pronunciou sobre os pedidos de imigração, de acordo com as necessidades do mercado e sem prejuízo da mão-de-obra nacional.

Coordenação das relações do trabalho

Com a finalidade de proteger o trabalhador empregado, o Ministério do Trabalho atuou nos setores de inspeção, assistência sindical, promoção social, prevenção de acidentes e proteção ao trabalho da mulher e do menor.

No campo da inspeção do trabalho foram admitidos, em 1976, 600 novos inspetores, como parte do plano

geral de renovação e ampliação para o período 1975-1979. Os novos inspetores foram submetidos a intensivo e rigoroso treinamento e, ao mesmo tempo, realizaram-se cursos para reciclagem dos admitidos em 1975 e dos funcionários nomeados anteriormente.

A assistência sindical foi também ampliada, destacando-se o aumento do número de entidades sindicais, a eliminação, gradativa e constante, das intervenções, bem como o apoio que lhes presta o Ministério. A Lei n.º 6.386/76, que alterou a Consolidação das Leis do Trabalho, concedeu às entidades sindicais maior liberdade e autonomia administrativa, além de simplificar a sistemática de escrituração contábil e os procedimentos para movimentação patrimonial. Alteraram-se também, parcialmente, os quantitativos da contribuição sindical, como forma de valorizar a ação dos sindicatos, facilitando-se o aumento do número de associados ao estender-se a sindicalização aos servidores das fundações criadas ou mantidas pelo Poder Público.

A promoção social do trabalhador recebeu novos e diferentes enfoques, sem prejuízo do que já vinha sendo feito, destacando-se a realização do Projeto Brasília, que visa a proporcionar maior contato entre lideranças sindicais e a administração central, propiciando-lhes conhecimentos básicos e práticos sobre assuntos de seu interesse. Nesse particular, destacam-se ainda os incentivos fiscais, concedidos às empresas através de lei, para a alimentação do trabalhador, os empréstimos às entidades sindicais para aquisição de sedes próprias (concedidos através do FAS), a concessão de auxílios financeiros para aquisição de bens e equipamentos, a formação de líderes sindicais e a assistência técnica e administrativa, prestada através das delegacias regionais do Ministério.

A prevenção de acidentes do trabalho foi intensificada, através de campanha permanente, por meio de simpósios, conferências, publicações e, sobretudo, de trabalho de conscientização da população em geral,

destacando-se a realização de cursos intensivos para médicos do trabalho, engenheiros de segurança, enfermeiros, auxiliares de enfermagem e supervisores de segurança do trabalho, com participação direta do próprio Ministério ou, na maioria dos casos, com supervisão da Fundação Centro Nacional de Segurança, Higiene e Medicina do Trabalho — FUNDACENTRO, em convênios com universidades e outras entidades públicas ou privadas. Realizaram-se também o Congresso Nacional de Prevenção de Acidentes do Trabalho, em Belo Horizonte, e as Semanas de Prevenção de Acidentes do Trabalho, simultaneamente em todos os Estados.

No que respeita à proteção ao trabalho da mulher e do menor, foi elaborado programa específico de formação profissional de menores em áreas metropolitanas, urbanas e rurais, com início de realização previsto para o primeiro semestre de 1977.

O Serviço Especial de Bolsas de Estudo — PEBE que visa a propiciar ensino a trabalhadores sindicalizados, empregados de entidades sindicais de todos os graus e categorias, bem como a seus filhos e dependentes, a partir das quatro últimas séries do 1º grau (agora, extensível ao ensino superior, em carreiras prioritárias) atendeu a mais de 250 mil trabalhadores ou seus dependentes, prevendo-se significativa ampliação desse número em 1977.

Destaca-se, finalmente, a manutenção do diálogo permanente entre o Ministério e o trabalhador nacional, com vistas ao melhor conhecimento e solução dos problemas detectados.

SAÚDE

O Ministério da Saúde vem conferindo ênfase à modernização administrativa, particularmente na melhoria da capacidade gerencial e na adoção de métodos eficazes de atuação. Neste sentido, submeteu à aprovação

superior nova estrutura organizacional, onde são contempladas todas as áreas sob sua responsabilidade.

No aperfeiçoamento dos recursos humanos, procurou diminuir o *deficit* de pessoal especializado nas áreas de saúde pública, planejamento e orçamento, através de cursos formais, seminários e reuniões técnicas. Já no que concerne ao sistema de informações técnicas e científicas, iniciou a implantação do Centro de Processamento de Dados, a cargo da Fundação SESP.

Concomitantemente, ativou o processo de transferência dos órgãos da administração direta que ainda permaneciam no Rio de Janeiro, para a Capital da República.

Entre instrumentos legais que instituíram novos mecanismos operacionais, destacam-se: (a) o Decreto nº 78.231, 12 de agosto de 1976 — regulamentando a Lei nº 6.259, de 30 de outubro de 1975, que dispõe sobre organização das ações de vigilância epidemiológica, Programa Nacional de Imunizações e notificação compulsória — mais tarde complementado pelas Portarias números 314, de 27 de agosto de 1976, e 452, de 6 de dezembro de 1976, que estabeleceram quais as doenças que obrigam à notificação compulsória e normatizaram o desenvolvimento do Programa de Imunizações; (b) a Lei nº 6.390, de 9 de dezembro de 1976, que trata de vigilância sanitária a que ficam sujeitos medicamentos, drogas, insumos farmacêuticos e correlatos, cosméticos e saneantes; (c) o Decreto nº 77.052, de 19 de janeiro de 1976, que dispõe sobre a fiscalização sanitária do exercício de profissões, ocupações técnicas e auxiliares diretamente relacionadas com a saúde; (d) o Decreto número 78.171, de 2 de agosto de 1976, e a Portaria Interministerial nº 1.008, de 13 de agosto de 1976, que dispõem sobre o controle e fiscalização sanitária das águas minerais destinadas ao consumo humano e fixam padrões de identidade e qualidade.

Assim como 1976 caracterizou-se pelas reformulações introduzidas, 1977 deverá ser o ano da consolidação e ajuste das medidas modernizadoras adotadas.

Sistema Nacional de Saúde

Instituído pela Lei nº 6.229, de 17 de junho de 1975, o Sistema Nacional de Saúde permitiu a adoção, pelo Governo, de linha de ação pragmática tendente a melhorar as condições operacionais dos serviços de saúde, evitando superposições e competições.

A legislação que trata da vigilância epidemiológica, vigilância sanitária e medicamentos, drogas, insumos farmacêuticos, cosméticos e saneantes e da fiscalização sanitária do exercício de profissões, ocupações técnicas e auxiliares propiciou a implementação de um elenco de instrumentos destinados a tornar operacional o sistema.

Foi instituída a Comissão Permanente de Consulta - CPC, pela Portaria Interministerial (MS/MPAS) nº 01/BSB, de 20 de julho de 1976, que tem a seu cargo a apresentação de subsídios à implantação de rede básica de saúde, regionalizada e de complexidade crescente, a partir dos núcleos de menor expressão.

De início, a CPC identificou, para o desenvolvimento dessa rede, três grupos de comunidade: as que possuem até 20 mil habitantes, as de mais de 20 mil habitantes e as áreas metropolitanas.

Reconheceu-se que a metodologia de regionalização a ser adotada deverá obedecer a modelos teóricos, concebidos segundo características e recursos locais, contando com a participação de todos os serviços de saúde instalados em cada área, públicos ou privados.

Programa Nacional de Vigilância em Saúde

Compreende a ação coordenada exercida nos campos da vigilância epidemiológica, do controle da quali-

dade dos alimentos para consumo humano e das drogas e medicamentos, bem como sobre o fluxo migratório externo.

A vigilância epidemiológica, objeto de programação prioritária que visa, primordialmente, a orientar medidas de controle de doenças transmissíveis através do acompanhamento da situação epidemiológica, está sob os cuidados da Fundação SE&SP, supervisionada pela Secretaria Nacional de Saúde, do Ministério.

Sistema de acompanhamento foi implantado em 18 Estados da Federação: Amazonas, Pará, Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia, Espírito Santo, Goiás, Mato Grosso, Minas Gerais, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Obedeceu-se, em sua implantação, ao disposto em recente legislação sobre as ações de vigilância epidemiológica, que trata da realização de investigações e levantamentos necessários à programação e avaliação das medidas de controle de doenças e outras situações de ameaça à saúde.

Foram elaborados modelos e normas de coleta de dados e de investigação epidemiológica, tornando mais ágeis os mecanismos de notificação semanal de doenças transmissíveis.

No que diz respeito, particularmente, ao diagnóstico da poliomielite, 7 laboratórios foram selecionados para participar das ações em curso, realizando exames em âmbito regional, suprindo necessidades locais e as dos Estados mais carentes, integrando-se ao sistema os institutos Evandro Chagas, Adolfo Lutz, Biológico da Bahia, de Pesquisa Biológica do Rio Grande do Sul e os laboratórios centrais de saúde pública de Pernambuco e Santa Catarina.

A escolha do Brasil para a instalação do Centro Internacional de Classificação de Doenças, em Língua

Portuguesa, constitui-se em ato de prestígio e confiança no sistema de saúde pública do País.

Com vistas à implantação da rede de laboratórios de saúde pública para estabelecer o diagnóstico etiológico das doenças transmissíveis que estão sendo controladas, promoveu-se treinamento de recursos humanos, através de cursos realizados no Instituto Adolfo Lutz, em São Paulo, e procedeu-se ao reequipamento dos laboratórios de saúde pública da rede estadual.

Aos Estados, foram repassados recursos no montante de Cr\$ 32,5 milhões, em 1976, para modernização da infra-estrutura de apoio, no que se refere à capacidade instalada, beneficiando-se 18 Unidades da Federação. Prosseguiu-se no trabalho de padronização de técnicas, métodos administrativos e uniformização do preparo de meios de cultura, antígenos e reativos.

Na área do controle de drogas, medicamentos e alimentos, a grande preocupação foi proporcionar aos órgãos executivos de supervisão e controle instrumentos legais que lhes permitissem ação eficaz. Em setembro de 1976, foi sancionada a Lei nº 6.390/76, que introduziu novas normas de atuação.

Em prosseguimento da ação modernizadora, foi atualizada a Farmacopéia Brasileira e organizada a Farmacopéia Homeopática, respectivamente através dos Decretos nºs 78.840 e 78.841, ambos de 25 de novembro de 1976.

As análises realizadas por intermédio do Laboratório Central totalizaram 21.144 determinações, com um crescimento da ordem de 18% em relação ao exercício anterior.

Para 1977 está previsto o início da construção, no *campus* da Fundação Oswaldo Cruz, das novas instalações desse laboratório, cujo projeto se encontra em fase final de elaboração.

Com o aumento do fluxo migratório, os serviços de vigilância de portos, aeroportos e fronteiras precisaram expandir-se e reequipar-se a fim de garantir ao país eficaz vigilância epidemiológica nos seus principais pontos de entrada.

Graças às enérgicas medidas de controle adotadas, pôde-se evitar a entrada de doentes e portadores de cólera. Instalaram-se serviços em Campo Grande e nos novos aeroportos internacionais do Rio de Janeiro e Manaus, reequipando-se os de Pernambuco e Brasília.

Para melhorar o desenvolvimento das atividades de fiscalização sanitária nos portos do Rio de Janeiro, Santos e Salvador, foram adquiridas quatro lanchas. Através da SUCAM, foram intensificadas as atividades de vigilância contra a febre amarela nos portos de Belém, Fortaleza, Salvador e Rio de Janeiro.

Doenças transmissíveis suscetíveis de controle por imunizantes

A atuação nesta área esteve diretamente a cargo das secretarias estaduais de saúde, com a participação do Ministério através da Fundação SESP, que proporcionou assessoria técnica nas fases de planejamento e avaliação dos programas.

Em 1976, foram aplicadas aproximadamente 26 milhões de doses de imunizantes, das quais 1,9 milhão contra sarampo, 8,4 milhões contra poliomielite, 5,4 milhões contra varíola, 3,2 milhões contra tuberculose, 2 milhões contra a febre amarela e 5,3 milhões contra difteria, tétano e coqueluche. O incremento observado em relação ao exercício anterior foi de cerca de 40%.

Tendo em vista a erradicação da varíola no continente americano, o Ministério da Saúde, com o Decreto n° 78.248, de 16 de agosto de 1976, aboliu a exigência

no território nacional da apresentação do atestado de vacinação para pessoas procedentes de outros países da América. Internamente, através da Portaria n° 452/76, foi dispensada a vacinação antivariólica rotineira. A vacinação será feita apenas nos recém-nascidos e nas pessoas de mais idade que não apresentem cicatriz vacinal.

Em virtude do extenso programa de vacinação anti-tamariúlica desenvolvido em 1976, houve apenas um caso de febre amarela (silvestre) no país. Para o controle da raiva, foram ampliadas as disponibilidades de laboratório, melhorando-se sua qualidade.

A vacinação canina, metodologia utilizada na prevenção da raiva humana, ultrapassou a meta estabelecida, aplicando-se cerca de 3 milhões de doses de imunizantes. Registrou-se acentuado declínio no número de casos de raiva no país.

Erradicação da malária

Atividades de combate à malária foram desenvolvidas em todas as áreas programadas, através de borri-fação de casas, busca, exame e tratamento dos casos e medidas complementares, atingindo-se as metas para 1976.

A busca, o exame e o tratamento de casos de malária, para avaliação e vigilância, desenvolveram-se numa área de 6,9 milhões de km², com população de 44 milhões de habitantes, abrangendo 1.840 Municípios. Nas borri-fações empregaram-se 2,8 mil toneladas de DDT.

No cômputo geral, a incidência da malária declinou. Em 2,749 milhões de amostras de sangue, 86.031 foram positivas, o que equivale a um percentual de 3,1% (no ano anterior, este índice fora de 3,5%). Na Amazônia, registraram-se 79.153 casos (96% do total) e, nas demais áreas maláricas, 6.878 (8%).

A positividade na Amazônia decresceu de 10,1% em 1975 para 9,3% em 1976, enquanto que na área a curto prazo — o restante do País — a diminuição foi de 0,7% (1975) para 0,4% (1976). Em números absolutos, a redução foi de aproximadamente 3 mil casos de malária em 1976, em relação ao ano anterior.

Os progressos obtidos em 1976 conduziram à suspensão das operações com inseticidas em 240 mil km², envolvendo 73 Municípios, 358 mil prédios e 1,4 milhão de habitantes, de vários Estados (Amazonas, Pará, Piauí, Minas Gerais, Santa Catarina, Goiás e Mato Grosso) onde se constatou ter sido interrompida a transmissão da malária.

Em 1977, será realizada avaliação em aproximadamente 400 mil prédios, onde possivelmente se poderá suspender a borrifação.

Alimentação e nutrição

O PRONAN, instrumento de que dispõe o Governo para enfrentar os problemas de alimentação e nutrição, caracteriza-se pela preocupação com a racionalização do sistema de produção e comercialização dos alimentos básicos — sem a qual todo o esforço estaria comprometido — ao tempo em que busca abranger o contingente populacional *socialmente* vulnerável, transcendendo, deste modo, o conceito estritamente médico.

Em 1976, o INAN acompanhou de perto as atividades de distribuição de alimentos, de competência das Secretarias de Saúde, apoiando-as técnica e financeiramente. Definiram-se cardápios utilizados na suplementação alimentar de gestantes, nutrízes e crianças até 6 anos, com a utilização de alimentos básicos e tradicionais da cesta alimentar das famílias brasileiras.

De acordo com esta estratégia, o PRONAN atendeu, em 1976, 1,03 milhão de pessoas, distribuindo 38 mil

toneladas de alimentos (arroz, açúcar, fubá de milho, fécula de mandioca e leite em pó desnatado). Para esse atendimento foram aplicados cerca de Cr\$ 251 milhões, prevendo-se que, no exercício de 1977, os recursos se elevem a Cr\$ 420 milhões.

Através da EMBRATER, foi iniciada a execução do Projeto de Produção de Alimentos e Nutrição em Áreas Rurais de Baixa Renda do Nordeste, que visa a proporcionar apoio técnico e financeiro ao pequeno produtor, a fim de que se obtenha um incremento da sua produção e melhoria nutricional do grupo familiar. Participam 3,9 mil famílias residentes em 46 Municípios onde se investiram Cr\$ 19 milhões.

O Projeto Experimental de Produção de Alimentos e Melhoria do Estado Nutricional em Áreas Rurais de Baixa Renda, em Sergipe, teve continuidade e utilizou recursos no total de Cr\$ 11 milhões.

Através do Subprograma de Carências Alimentares Nutricionais Específicas, executaram-se atividades de fluoretação de água, para o que o INAN repassou à Fundação SESP recursos totais de Cr\$ 4,3 milhões, aplicados em projetos que beneficiaram 11 sistemas de abastecimento de água, servindo a uma população de cerca de 130 mil habitantes. Em outras 13 cidades, encontra-se em fase final a instalação do equipamento. No que se refere à fiscalização do cumprimento da legislação federal que dispõe sobre a iodetação do sal de cozinha, foram liberados recursos destinados ao treinamento de 70 servidores das Secretarias de Saúde, que exercerão atividades de controle.

A partir de estudo coordenado pelo INAN, foi aprovada a adição de 5% de farinha de soja na farinha de trigo panificável, medida obrigatória a partir de março de 1977.

Visando ao desenvolvimento de indústrias de alimentos de valor nutricional adequado, foi aberta linha

de crédito no valor de Cr\$ 300 milhões, para serem aplicados, no período 1977-1979, em pequenas e médias agroindústrias.

Os recursos financeiros efetivamente disponíveis do INAN, no exercício de 1976, totalizaram a importância de Cr\$ 404,5 milhões.

Pesquisa científica e tecnológica

O reaparelhamento do Instituto Oswaldo Cruz, pertencente à Fundação do mesmo nome, foi a principal meta programada para o exercício. A capacidade instalada foi em grande parte recuperada e ampliada, implantando-se novos laboratórios, com o objetivo de estabelecer uma linha de pesquisa coerente com os programas desenvolvidos pelo Ministério. Do mesmo modo, tratou-se da modernização administrativa do órgão, renovando-se métodos de gerência, controle e avaliação.

Na Amazônia, através do Instituto Evandro Chagas, pertencente à Fundação SESP, foram desenvolvidas pesquisas destinadas a conhecer os focos enzoóticos de arbovirus, manter um sistema de vigilância da síndrome hemorrágica e investigar sua presença em outras áreas, conhecer aspectos epidemiológicos e clínico-laboratoriais das hepatites A e B, esclarecer a etiologia e epidemiologia da leishmaniose, determinar a prevalência de agentes bacterianos enteropatogênicos, sorotipos de salmonela e de leptospira em humanos e animais silvestres da região, e determinar as espécies de fungos não patogênicos existentes no solo e pelos dos animais, assim como a epidemiologia da *histoplasma capsulatum*.

O Grupo de Análise de Projetos de Pesquisa, criado pelo Portaria nº 458/76, analisou no período 39 projetos, dos quais 31 foram aprovados. Desse total foram financiados 21, no montante de Cr\$ 9 milhões, provenientes do Fundo Nacional de Saúde.

Ação sanitária para a Amazônia

Na Amazônia as ações desenvolveram-se através de duas modalidades básicas. A primeira refere-se a ações diretas da Fundação SESP, em áreas prioritárias do desenvolvimento regional, e da Superintendência de Campanhas de Saúde Pública, no combate extensivo às grandes endemias, especialmente a malária, febre amarela, leishmaniose e oncocercose. A outra modalidade diz respeito ao apoio técnico e financeiro às Secretarias de Saúde dos Estados e Territórios, para proporcionar melhores condições de operação aos órgãos executores de programas básicos de saúde, nas áreas materno-infantil, de hanseníase, tuberculose, saúde mental e outras.

Em 1976, a SUCAM, através da Campanha de Erradicação da Malária, borrifou na região 2,241 milhões de casas. Na Campanha contra a Leishmaniose Tegumentar, examinaram-se 592 pessoas, até 30 de setembro, utilizando-se 16.796 unidades de medicamentos.

Na Campanha contra a Filariose estima-se que, em Belém, efetuaram-se 368 mil exames (48% da população da cidade), com tratamento de cerca de 2.100. Observa-se que a taxa de exames positivos vem caindo significativamente, graças à campanha: de 19,9% em 1952 para 0,7% em 1976. Procedeu-se a inquérito hemoscópico também no Território do Amapá, com resultados negativos.

Com relação à oncocercose, dois novos focos foram identificados entre os índios Sucurus e Anaris, em Roraima. A oncocercose é um problema de saúde pública recente no País: sua ocorrência foi confirmada em 1973, no norte do Amazonas, entre os índios Ianomanes; em 1976, a SUCAM iniciou o combate a essa doença, dimensionando o problema em sua extensão e gravidade, através de 5 missões científicas, e realizando tratamento dos doentes.

A Fundação SESP, na área de influência das rodovias Transamazônica e Cuiabá — Santarém, manteve em operação 24 unidades básicas de saúde e 29 sistemas públicos de abastecimento de água; concluiu, ademais, a construção dos sistemas das agrovilas Princesa do Xingu, Duque de Caxias, Getúlio Vargas, Novo Paraíso e União, prosseguindo com os trabalhos de construção e ampliação das unidades mistas de Santarém, Altamira e Itaituba, além de iniciar a operação das unidades de Tocantinópolis, Araguatins, Ananás e Nazaré.

Na região do Alto Solimões, concluiu-se a construção das unidades de saúde de Belém, Alavaráes, Amaturá, Santa Rita Weil e Tocantins, que representam uma parte da estrutura de complexidade crescente, ora em implantação, abrangendo 16 localidades situadas nos Municípios de São Paulo de Olivença, Santo Antônio do Içá, Ponte Nova, Tefé e outros; encontram-se em elaboração os projetos técnicos de abastecimento de água dessas localidades e o de reforma e ampliação da Unidade Mista de São Paulo de Olivença.

No Território de Rondônia, ao longo da BR-314, a FSESP construiu, instalou e iniciou a operação das unidades de saúde de Cacoal, Jaru, Presidente Médici, Ouro Preto e Pimenta Bueno; iniciou a reforma e ampliação da Unidade Mista de Vilhena, a construção da de Ariquemes e dos sistemas públicos de abastecimento de água dessas mesmas localidades. Cerca de 2 mil melhorias sanitárias domiciliares, em sua maioria para o destino adequado de dejetos, foram realizadas na área-programa.

Saneamento básico integral em áreas rurais

Os programas e projetos de saneamento básico referentes às áreas rurais são executados pelo Ministério da Saúde, através da Fundação SESP, e têm por objetivo levar às populações de baixa renda solução para seus

problemas sanitários imediatos, com o objetivo de reduzir a ocorrência de enfermidades cujo controle é perfeitamente possível.

Procura-se, desse modo, atingir objetivos tais como evitar o impacto negativo da doença na renda familiar, melhorar a produtividade, ensinar hábitos higiênicos, elevar a esperança de vida — enfim, concorrer para melhorar a qualidade de vida através da promoção sócio-econômica nas regiões interioranas.

Em 1976, prosseguiu a construção de 364 serviços ou sistemas de abastecimento de água — dos quais 70 foram concluídos — localizados em 16 Estados.

A esses 364 sistemas somam-se outros 128, cujos projetos se encontram em elaboração. Foram também realizadas 144 499 melhorias sanitárias domiciliares e escolares, relativas a abastecimento de água e destino de dejetos, para cerca de 72 mil habitantes.

A Fundação SESP prestou ainda assistência técnica e administrativa a 225 autarquias municipais, abrangendo 285 localidades, a fim de garantir a qualidade da água de consumo, a rentabilidade dos sistemas e a extensão do benefício à população como um todo.

Combate à esquistossomose

A esquistossomose, que ocorre no Nordeste, Sudeste, Centro-Oeste e no Sul, com possibilidade de disseminação também na Amazônia, mereceu do Ministério da Saúde, em 1976, uma atenção especial. A partir do 2.º semestre foi instituído o Programa Especial de Controle da Esquistossomose-PECE, para o período 1976-1979.

A metodologia utilizada pelo PECE compreende as seguintes etapas: (a) reconhecimento geográfico da área endêmica, com o levantamento das coleções hídricas, possíveis criadouros; (b) realização de inquérito malacológico; (c) realização de inquérito coprológico; (d)

monitoragem de criadouros e focos; (e) controle dos caramujos, através do uso de moluscocida; (f) tratamento dos portadores de *Shistosoma mansoni*, com etrenol ou oxaminiquine; (g) saneamento básico; (h) educação em saúde.

O reconhecimento geográfico realizado pela SUCAM, em 1976, abrangeu 25 Municípios, em 4 Estados, e compreendeu ação desenvolvida em 1 057 localidades, com 83 mil casas e população de 400 mil habitantes. Foram realizados 5 400 exames em 1 821 criadouros, tendo sido localizados cerca de 180 focos. Realizaram-se 64 125 exames de fezes na população residente, encontrando-se 36,5% de casos positivos.

O projeto Saneamento Básico em áreas de Esquistossomose Endêmica vem sendo implementado nos Estados do Nordeste, do Maranhão a Sergipe, onde a prevalência da doença é mais elevada. Cerca de 1 396 localidades, em 223 Municípios da área endêmica, com uma população de 3 milhões de habitantes, serão beneficiadas pela construção de 754 sistemas públicos de abastecimento de água, 449 mil metros de rede de distribuição, 294 mil tanques de lavar roupa, 294 400 banheiros, 286 mil privadas higiênicas, 453 conjuntos de lavanderia-banheiro-chafariz, 9 300 poços e proteção de pontes e 1 118 melhorias sanitárias em escolas.

As atividades encontram-se em desenvolvimento nos Estados do Maranhão, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas e Sergipe, beneficiando, em 1976, 83 Municípios e 207 localidades, com uma população de aproximadamente 500 mil habitantes. Até o final do ano foram concluídos 11 centros e 5 subcentros de operações, bem como 3 centros comunitários — estes últimos constituídos por uma unidade básica de saúde, um conjunto de lavanderia-chafariz-banheiros e um parque infantil.

Foram construídos ainda cerca de 26 sistemas de abastecimento de água, 13 conjuntos públicos de lavan-

deria-chafariz-banheiros, e ampliados 30 quilômetros de rede de distribuição. Além disso, realizaram-se 68 149 melhorias sanitárias domiciliares e foram beneficiadas, com obras semelhantes, 200 escolas.

Saúde e saneamento no Nordeste

Os 20 programas e projetos que compõem o Plano Básico de Ação Sanitária para o Nordeste contaram com cerca de Cr\$ 2,179 bilhões no exercício, sendo Cr\$ 250 milhões destinados a transferências às Unidades Federais e Cr\$ 1,929 bilhão para financiamento direto das atividades dos órgãos do Ministério da Saúde. A Fundação SESP e a SUCAM destinaram ao Nordeste 65,6% e 42,3% de seus orçamentos, respectivamente.

Nessa região, conforme previsto para 1976, a Fundação SESP concluiu a primeira etapa do Projeto de Saúde e Saneamento nas vilas rurais da Serra do Mel, no Rio Grande do Norte: 7 unidades de saúde entraram em funcionamento, com apoio na Unidade Mista da Fundação, localizada no Município de Açu. O projeto envolve 22 vilas rurais, abrangendo uma área de 61 750 hectares, nos Municípios de Mossoró, Açu, Areia Branca e Carnaubais, onde serão instaladas 1 196 famílias.

O Projeto de Extensão das Ações de Saúde no Vale do São Francisco — concluído em Alagoas e Sergipe, onde se encontram em funcionamento 46 unidades básicas de saúde construídas e operadas pela FSESP — foi iniciado no último trimestre de 1976 no Estado da Bahia, abrangendo os Municípios de Bom Jesus da Lapa, Carinhanha, Malhada, Coribe, Cocos, Correntina, Santa Maria da Vitória, Canópolis, Santana e Serra Dourada. Seus objetivos são ampliar a capacidade instalada, capacitar recursos humanos e adequar ações de saúde às necessidades do Projeto de Colonização de Sobradinho que, em agrovilas localizadas no Município de Bom Jesus da Lapa, fixará cerca de 4 mil famílias.

O Programa de Interiorização das Ações de Saúde e Saneamento no Nordeste, que conta com a participação dos Ministérios da Saúde, do Interior, da Previdência e Assistência Social e da Secretaria de Planejamento da Presidência da República, encontra-se em fase de implantação, visando a dotar as comunidades de 20 mil habitantes de rede básica de saúde, regionalizada e hierarquizada em complexidade crescente. O programa deverá contar, para o período 1976-1979, com recursos orçamentários de Cr\$ 4 bilhões, aproximadamente.

Para que as Secretarias de Saúde do Nordeste possam assumir os novos encargos que lhes são atribuídos pela criação de novos programas, o Ministério da Saúde procura apoiá-las na promoção de modernização e racionalização dos processos administrativos e métodos de gerência e estimula o treinamento dos recursos humanos a serem utilizados. Com esses objetivos, a infra-estrutura de apoio está sendo modernizada, treinam-se recursos humanos e constroem-se ou reequipam-se laboratórios, serviços de hemoterapia, centros de informática em saúde e delegacias de saúde.

PREVIDENCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL

O Ministério da Previdência e Assistência Social logrou, em 1976, consolidar as realizações do exercício anterior e, ao mesmo tempo, dar novos passos no sentido de implementação da política do Governo na sua área de atuação, cujas metas básicas são a universalização da previdência social no País, o aprimoramento da respectiva legislação e o aperfeiçoamento das instituições encarregadas de aplicá-las.

Dentro desse quadro, cabe inicialmente destacar a Consolidação das Leis da Previdência Social (Decreto n.º 77 077, de 24 de janeiro de 1976, em vista da delegação contida no artigo 6.º da Lei n.º 6 243, de 24 de

setembro de 1975); a participação do MPAS no Programa Nacional de Alimentação e Nutrição-PRONAN (Decreto n.º 77 116, de 6 de fevereiro de 1976); a regulamentação da Lei n.º 5 939, de 19 de novembro de 1973, que dispõe sobre a concessão de benefícios pelo INPS ao jogador profissional de futebol (Decreto n.º 77 210, de 20 de fevereiro de 1976); a regulamentação da Lei n.º 6 260, de 6 de novembro de 1976, que institui benefícios de previdência e assistência social em favor dos empregadores rurais e seus dependentes (Decreto n.º 77.514, de 29 de abril de 1976); o reajustamento adicional de benefícios previdenciários defasados (Lei n.º 6.332, de 18 de maio de 1976); a reformulação do esquema de seguro de acidentes do trabalho a cargo do INPS (Lei n.º 6.367, de 19 de outubro de 1976, regulamentada pelo Decreto n.º 79.037, de 24 de dezembro de 1976) e a substituição de várias taxas sobre serviços públicos, integrantes da Cota de Previdência, pela incidência de um percentual sobre o preço dos combustíveis (Decreto-lei n.º 1.505, de 23 de dezembro de 1976).

Universalização da previdência social

Em termos de previdência social, assim entendidas a proteção social de base contributiva direta — como ocorre na área urbana — e a indireta — como é o caso do PRORURAL — pode-se dizer que o Brasil caminha para a sua universalização.

Algumas categorias de trabalhadores do campo não são ainda abrangidas pela previdência social, mas não se tardará a encontrar solução para esse problema. Na realidade, restam apenas contingentes de extrema carência, que não integram a força de trabalho, constituindo-se portanto em clientela a ser amparada — como em boa parte ocorre — pelos programas de assistência social a cargo da LBA e da FUNABEM, mediante utilização de

recursos específicos, não compreendidos na receita previdenciária.

É interessante observar que parcela dessa população carente, constituída de maiores de 70 anos ou inválidos com alguma vinculação, no passado, à previdência social, pôde ser atendida através de uma renda mensal vitalícia já concedida, nas cidades e no campo, a mais de 900 mil postulantes.

Relação anual de informações sociais

A Previdência Social, a cargo do INPS, participa do processo de unificação das informações da área social, que se tornará efetiva mediante o preenchimento da Relação Anual de Informações Sociais, por parte dos empregadores (Decreto nº 76.900, de 23 de dezembro de 1975).

Esse instrumento estabelece um relacionamento direto entre o trabalhador e a sua instituição de previdência social, representando um passo importante no esforço de racionalização da atividade administrativa, uma vez que se torna desnecessário provar, por meio dos registros das empresas, a vinculação à previdência social ou a medida em que se contribuiu para ela.

Reorganização administrativa

O grande avanço alcançado na área de responsabilidade da previdência e assistência social, desde 1964, tornou necessário introduzirem-se alterações na atuação das entidades gestoras, de modo a racionalizar, integrar e uniformizar a prestação dos serviços a seu cargo, de maneira a que sejam executados através de programas específicos para cada uma das linhas de objetivos.

Para tanto, concebeu-se sistema administrativo destinado a integrar as atividades de previdência social,

assistência médica, assistência social e de gestão administrativa, financeira e patrimonial, objeto de projeto de lei prestes a ser submetido à consideração do Congresso Nacional.

Assistência médica

Os serviços de assistência ambulatorial e odontológica desenvolveram-se preponderantemente em unidades próprias; a prestação de assistência hospitalar e realização de exames complementares para diagnóstico e tratamento, em estabelecimentos contratados ou que para tanto firmaram convênio com a previdência social.

Além do aproveitamento racional dos recursos assistenciais existentes na comunidade, tanto públicos como privados, procurou-se aumentar a produtividade das instalações da própria previdência social, mediante modernização das unidades existentes e aprimoramento do pessoal disponível.

Em termos quantitativos, a assistência médica da previdência social aproxima-se dos padrões recomendados para as nações em desenvolvimento, mas há grande preocupação quanto à qualidade dos serviços e a distorções, cuja correção se impõe para garantir a continuada expansão dos serviços em níveis compatíveis com a demanda.

Esses objetivos serão mais facilmente alcançados, dentro do plano geral de reformulação organizacional da previdência social, com a criação de uma entidade autônoma, o Instituto de Assistência Médica da Previdência Social-IAMPS, que reunirá sob comando único, as atividades assistenciais médico-hospitalares, hoje a cargo do INPS, FUNRURAL, LBA e IPASE, permitindo o aproveitamento integrado e mais racional dos recursos à disposição do setor e contando também com apoio da CEME, no que se refere à assistência farmacêutica.

Com a integração de todas as atividades de assistência médica, estará aberto o caminho para que se desenvolva processo capaz de conduzir à regionalização dos serviços ao nível de macrorregiões, Estados e microrregiões homogêneas, reunindo e articulando recursos e serviços da União, dos Estados e dos Municípios, de modo a organizar-se rede assistencial de complexidade crescente, a partir das zonas periféricas — tudo com a participação ativa das comunidades.

A nova organização dos serviços de assistência médica da previdência social, com a criação do IAMPS, obedecerá às diretrizes do Sistema Nacional de Saúde, cuja implantação está a cargo de comissão técnica interministerial.

Assistência social

A assistência social — um dos três setores de atuação do Ministério da Previdência e Assistência Social — está voltada para o atendimento do chamado «quarto estrato» da população, integrado pelas pessoas extremamente carentes de recursos, ainda não abrangidas pela previdência social de base contributiva, e pela camada mais vulnerável da clientela previdenciária.

Essa atuação do MPAS faz-se em três campos principais: o da alimentação e nutrição, em colaboração com o Ministério da Saúde, através do PRONAM, o da assistência materno-infantil e o do atendimento ao idoso carente e ao menor desamparado, através de programas de cuja execução incumbem-se a LBA e a FUNABEM.

A assistência social contribuirá, a médio e longo prazos, para que o contingente mais numeroso do quarto estrato venha a emergir de suas atuais condições de marginalidade, constituindo-se, por conseguinte, em fator de universalização da previdência social.

Integração dos regimes previdenciários

Prosseguem, no âmbito do MPAS, os estudos no sentido de encontrar-se fórmula que permita sejam admitidos no regime previdenciário federal os servidores estaduais e municipais não sujeitos a estatuto próprio.

Tendo em vista o disposto na Constituição, que atribui à União competência para legislar sobre previdência social, procurar-se-á, sem prejuízo da autonomia dos Estados e de Municípios, regular a matéria de modo a que se assegure filiação, ao regime federal, aos que a disciplinarem através de lei própria.

Caminhar-se-á, assim, para uma integração entre os sistemas previdenciários federal, estaduais e municipais, o que se tornará mais viável na medida em que se estenda aos servidores estaduais e municipais o regime da Consolidação das Leis de Trabalho, como ocorreu no plano federal.

Supervisão das entidades de previdência privada

Elaborado por comissão interministerial encarregada de estudar o assunto, o anteprojeto de lei que disciplina o funcionamento das entidades privadas de previdência recebeu críticas e sugestões das entidades interessadas, com o que se tornou ainda mais nítida sua característica de instrumento através do qual o Estado supervisionará uma atividade de grande interesse coletivo, embora exercitada na área da iniciativa privada.

De acordo com os critérios e diretrizes que presidiram a elaboração do anteprojeto, estabeleceu-se distinção entre entidades fechadas e abertas: as primeiras, que operam na área restrita de uma empresa ou grupo de empresas, com a finalidade de complementar os benefícios proporcionados pela previdência social, teriam suas atividades enquadradas na área de competência do MPAS, enquanto as abertas, voltadas para a captação de recursos junto

ao público em geral, por estarem muito mais próximas do seguro tradicional do que da previdência social, se vinculariam ao Ministério da Indústria e do Comércio, através da SUSEP.

Atuação das entidades vinculadas

O Instituto Nacional de Previdência Social deu prosseguimento, em 1976, à adoção de medidas de ordem administrativa, tendentes a melhorar qualitativa e quantitativamente o atendimento aos seus beneficiários.

Na área de seguros sociais, foi concedida renda mensal vitalícia a 670 mil maiores de 70 anos ou inválidos, elevando-se a 750 mil o número de pessoas beneficiadas.

O total de benefícios de todos os tipos concedidos no exercício foi de 3,12 milhões, incluídos os de pagamento único, enquanto os benefícios em manutenção (rendas mensais) atingiram a 4,2 milhões.

Houve, no exercício, 1,7 milhão de acidentes do trabalho registrados, o que deu origem a 6 milhões de atendimentos ambulatoriais a acidentados.

Na área de assistência médica houve 6,6 milhões de internações hospitalares, 106 milhões de consultas médicas e 8,1 milhões de consultas odontológicas. Em termos de assistência farmacêutica, cumpre consignar o aviamento de 3,5 milhões de receitas, fornecendo-se 9,8 milhões de medicamentos da linha CEME, dentro do projeto experimental iniciado no Rio de Janeiro (Grande Rio) e que em outubro foi estendido a quatro outros Estados (Amazonas, Minas Gerais, Pernambuco e Santa Catarina).

No que se refere ao bem-estar, o número de atendimentos de serviço social foi superior a 3 milhões, enquanto a reabilitação profissional ultrapassou 2,8 milhões, atingindo a 54,5 mil o número de menores excepcionais amparados em programa de assistência especializada. A assistência aos idosos beneficiou 32.243 pessoas.

A execução orçamentária de 1976 comportou-se de forma equilibrada, envolvendo receita e despesa da ordem de Cr\$ 74,6 bilhões.

O Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural (FUNRURAL) concedeu, em 1976, 186.844 aposentadorias por velhice, 44.894 aposentadorias por invalidez, 80.441 pensões por morte, 111.122 rendas mensais vitalícias a maiores de 70 anos ou inválidos, 91.059 auxílios-funeral e 38.120 benefícios por acidentes de trabalho, elevando-se a 1.817.094 o total de benefícios em manutenção.

A prestação de serviços assistenciais aos beneficiários rurais continuou sendo realizada através de convênios mantidos com as Secretarias de Saúde estaduais, Fundação SESP, prefeituras municipais, sindicatos de trabalhadores rurais, organizações beneficentes e outras entidades, num total de 8.193 convênios.

Foram construídas e equipadas pelo FUNRURAL, no exercício de 1976, 37 unidades hospitalares, com 770 leitos, as quais são mantidas com subvenções pagas pela autarquia, achando-se outras 15 em fase de construção.

O FUNRURAL também entregou 2.532 unidades de equipamentos médico-hospitalares, além de instalações e material permanente, a diversas entidades, sob a forma de doação condicionada. Até 1976, essas doações compreenderam 100 mil unidades, no valor de Cr\$ 265 milhões, destacando-se implementos hospitalares, conjuntos ambulatoriais, gabinetes dentários e 1.330 ambulâncias.

Para melhor atendimento dos beneficiários e contribuintes, o FUNRURAL ampliou de 870 para 3.200 o número de suas representações locais, cobrindo mais de 81% dos Municípios do país.

A aplicação da Lei nº 6.260-75, regulamentada pelo Decreto nº 77.514-76, permitiu o ingresso inicial de cerca de 700 mil empregadores rurais no elenco de contribuintes do FUNRURAL, elevando para 45 milhões, aproximadamente, o total de beneficiários da previdência social.

O IPASE empenhou-se em introduzir melhorias na prestação de serviços médicos. A boa qualidade do atendimento oferecido por seus hospitais, sobretudo o Hospital dos Servidores do Estado, no Rio de Janeiro, e o Hospital Presidente Médici, em Brasília, elevou o índice de procura, gerando a necessidade de ampliação, reforma e reequipamento, o que exigiu investimentos de Cr\$ 56 milhões. Nesses hospitais, realizam-se os mais delicados tratamentos médico-cirúrgicos, em pacientes não só do Rio de Janeiro e Brasília como de todos os pontos do país.

A Carteira de Empréstimos Simples, com recursos da ordem de Cr\$ 392 milhões, funcionou em âmbito nacional, beneficiando mais de 34 mil segurados.

Cumprir mencionar a melhoria obtida no processamento da habilitação às pensões, com a efetivação do primeiro pagamento praticamente no mês da ocorrência do óbito do segurado.

Em 1976, a LBA deu prosseguimento à sua atuação na área da assistência materno-infantil, merecendo destaque a reforma ou reativação de obras próprias — entre as quais a do Hospital Infantil Darcy Vargas — e a reabertura da Escola de Enfermagem, ambos em São Paulo. Houve também contatos com comandos militares para trabalho conjunto nas áreas de fronteiras e a celebração de convênios com a CEME, o FUNRURAL, o MOBRAF (iniciação ocupacional), a Fundação Leão XIII (favelas e núcleos habitacionais do Grande Rio) e o INPS (integração do atendimento pré-videnciário).

Os cursos de educação para o trabalho, largamente expandidos, atenderam cerca de 150 mil pessoas.

Na linha de atendimento de massa, cumpre destacar a elaboração do Programa de Complementação Alimentar, para uma clientela de 400 mil gestantes, nutrizes e crianças de até 3 anos, nas áreas do Grande Rio, Brasília e Belo Horizonte, e do Projeto de Assistência Alimentar e Sanitária à região de Serrinha, na Bahia.

A LBA promoveu também a implantação de 190 «creches-casulo» (instituições de apoio ao pré-escolar), no Rio Grande do Sul, Ceará, Rio Grande do Norte e Alagoas, e a realização de estudos para levantamento e caracterização de problemas específicos dos idosos e inválidos, no Ceará, em Sergipe e em Alagoas.

A FUNABEM aplicou, em 1976, cerca de Cr\$ 171,3 milhões na celebração de 27 convênios destinados à implementação de programas terapêuticos e preventivos, elevando-se hoje a 103 mil o total de menores internados em todo o país.

O atendimento direto por parte da FUNABEM abrangeu 34.523 menores em programas terapêuticos e 71.450 menores em programas preventivos, num total de 123 projetos implantados.

Em maio, teve início a construção de nova unidade no centro-piloto do Rio de Janeiro, com capacidade para reeducação de 160 menores infratores. O Centro de Estudos e Desenvolvimento de Pessoal Milton Campos, situado no centro-piloto, promoveu 54 cursos para formação de recursos humanos, sendo 39 para treinar pessoal de 1º grau e nível médio e 15 para aperfeiçoamento e especialização de técnicos de nível superior.

Durante o ano de 1976, a Central de Medicamentos deu seqüência ao desenvolvimento de seu programa de pesquisas na área químico-farmacêutica, tendo reservado para esse fim cerca de Cr\$ 15 milhões.

Em termos de produção foram utilizados pela CEME os 20 laboratórios integrantes do sistema oficial, adquiriram-se medicamentos à indústria privada (Cr\$ 97 milhões) e realizaram-se importações no total de Cr\$ 18 milhões. A produção dos laboratórios oficiais atingiu a cerca de Cr\$ 1,5 bilhão.

Foram beneficiados com medicamentos da CEME as Secretarias de Saúde dos Estados, Territórios e do Dis-

trito Federal, o INPS, o FUNRURAL, o Plano Nacional de Imunização, a Divisão Nacional de Tuberculose, a Divisão Nacional de Dermatologia Sanitária, a Divisão Nacional de Saúde Mental, as populações ribeirinhas, o Projeto de Itaipu e as diretorias de saúde da Aeronáutica, do Exército e da Marinha, tendo o dispêndio com esse atendimento montado a Cr\$ 408,5 milhões.

A CEME promoveu o aprimoramento dos processos de fabricação e dos métodos de controle de qualidade das matérias-primas e dos medicamentos entregues ao consumo em todo o país, bem como o desenvolvimento dos projetos de modernização dos laboratórios oficiais de produção e das unidades distribuidoras de medicamentos.

A Fundação Abrigo do Cristo Redentor, sediada na cidade do Rio de Janeiro, melhorou e ampliou, em 1976, a assistência social geral prestada a mais de mil internados idosos, mantendo ademais 6 educandários para meninos carentes ou abandonados de 4 a 18 anos, em regime de internato e semi-internato, com um total de 2.033 matrículas. O Hospital do Cristo Redentor, de 400 leitos, atendeu à clientela do INPS, mediante convênio, com média diária de 394 leitos ocupados.

A Empresa de Processamento de Dados da Previdência Social — DATAPREV efetuou, em 1976, o processamento mensal das informações relativas à arrecadação da importância de Cr\$ 6,0 bilhões, em média, oriunda das contribuições de um milhão de empresas e 3,5 milhões de contribuintes individuais, depositadas em 8,5 mil agências bancárias distribuídas por todo o território nacional.

Na área de benefícios, processou mensalmente informações relativas à manutenção de 5 milhões de benefícios, de 62 espécies diferentes, à concessão de 200 mil benefícios novos e ao cancelamento de outros 200 mil benefícios cujo prazo se extinguiu, atingindo tais pagamentos a importância mensal de Cr\$ 3,5 bilhões.

Na área de assistência médica, a DATAPREV realizou mensalmente o processamento das informações ligadas ao pagamento de 750 mil contas médicas apresentadas por 2,5 mil hospitais e ambulatorios, localizados em todo o território nacional.

Além disso, processou, entre outras, as informações relativas ao pagamento da folha de salários de 150 mil funcionários, à análise de 10 milhões de comprovantes contábeis por mês, à administração de 100 mil unidades imobiliárias pertencentes à previdência social e ao controle de material, de estoques e da carteira de ações.

A DATAPREV mantém um banco de dados e um sistema de informações, aptos a fornecer, com rapidez, dados sobre o comportamento de qualquer setor de previdência social, tendo elaborado um simulador, recurso de enorme valia para tomada de decisões.



POLÍTICA EXTERNA



POLÍTICA EXTERNA

Iniciativas diplomáticas de grande impacto para o desenvolvimento do Brasil marcaram o ano de 1976, destacando-se, entre elas, as visitas presidenciais à França, ao Reino Unido e ao Japão. Os encontros do Chefe de Estado com os líderes desses três países tiveram transcendental importância para a afirmação da posição do Brasil no cenário internacional, ao mesmo tempo em que abriram ou aprofundaram áreas de diálogo e contatos econômicos, financeiros e culturais, dentro da política de diversificação das relações externas.

Os acordos firmados durante as visitas, sobretudo nas áreas econômica, financeira, científica e tecnológica, compõem significativo conjunto de ações e compromissos, dos quais deverá resultar decidido impulso a um progresso que se deseja em bases autônomas e auto-sustentáveis. Esta renovada ênfase às relações com alguns países altamente industrializados se verificou *pari passu* com a manutenção do relacionamento com a comunidade dos países em desenvolvimento, sobretudo os da América Latina e da África. O encontro com o Presidente do Peru e os acordos celebrados constituem um exemplo, entre muitos, da importância que se atribui ao relacionamento estreito e mutuamente proveitoso com os países que, do ponto de vista histórico-cultural ou em termos de desenvolvimento econômico, mais se aproximam do Brasil.

No ano de 1977, o Governo continuará a desenvolver sua ação política no campo internacional em função dos objetivos duradouros da nação, em particular os que se ligam à segurança e ao desenvolvimento. A América

Latina e a África continuarão a receber atenção prioritária da diplomacia brasileira, devendo assinalarem-se especialmente as medidas que serão tomadas para completar o ciclo de ações conjuntas e esquemas de cooperação com os países da América do Sul. No caso da África, igualmente, a cooperação será aprofundada e compreenderá não apenas os campos econômico e técnico, mas também o necessário apoio político à causa da eliminação da discriminação racial.

Paralelamente, terá continuidade o esforço para aumentar e diversificar exportações, inclusive para mercados ainda pouco explorados pelo Brasil, e prosseguirá a cooperação com nações desenvolvidas que estejam em condições de fornecer tecnologia e capitais — complementos necessários ao esforço interno de desenvolvimento. Será adotada, neste particular, ação diplomática capaz de assegurar transferência de tecnologias indispensáveis à progressiva autonomia do país, em especial no setor crítico da energia. Finalmente, o Brasil continuará a emprestar seu apoio a iniciativas tendentes a criar uma nova ordem econômica internacional, que atenda aos interesses e necessidades de todos os povos.

As grandes linhas de atuação

Sem deixar de ser ecumênica, no sentido de não proceder a exclusões apriorísticas, a política externa brasileira reconhece a existência de áreas prioritárias, em decorrência de fatores tais como afinidades históricas e situação geográfica.

Assim, América Latina e África mantêm lugar destacado nas relações externas do Brasil, sendo que a firme posição quanto aos problemas do colonialismo e da discriminação racial vem refletida na intensificação dos contatos do Brasil com as nações africanas. A par das mútuas visitas de autoridades, entre as quais várias de nível ministerial, a cooperação, em termos concretos, com

os países latino-americanos e africanos aumentou persistentemente.

É de salientar-se especialmente quanto aos segundos, que o Brasil começa a exportar para alguns deles não só mercadorias mas também tecnologia e capital, sobretudo nas áreas de consultoria e da construção civil, o que tem possibilitado razoável equilíbrio comercial com o conjunto da área, não obstante as vultosas compras, pelo Brasil, de petróleo nigeriano. As relações com os países de expressão portuguesa, especialmente ligados ao Brasil, têm recebido conteúdo prático e importantes operações comerciais foram efetivadas, sobretudo com Angola e Moçambique.

O Brasil mantém intenso intercâmbio com os países árabes. Numerosas trocas de visitas de delegações governamentais e privadas ocorreram em 1976 e importante acordo foi firmado com a Argélia, no campo do transporte marítimo. Como resultado desses contatos, abriram-se possibilidades à participação de empresas brasileiras em projetos de desenvolvimento nalguns desses países.

Outro vetor das relações externas é o do intercâmbio com as nações desenvolvidas, sendo desnecessário insistir no alto significado político das visitas presidenciais à França, ao Reino Unido e ao Japão. Além da importância que tiveram em si mesmas, o tom e a substância das discussões, mantidas no mais alto nível de representatividade, foram de molde a justificar a afirmativa de que o Brasil é hoje interlocutor válido no diálogo promovido pelas grandes nações do mundo.

Não menos importantes que o aspecto político de tais visitas, foram seus resultados, em termos de acordos e contratos.

O relacionamento bilateral com os Estados Unidos da América foi marcado por freqüentes contatos de autoridades brasileiras e norte-americanas. No início do ano, visitou o Brasil o Secretário de Estado norte-americano, que firmou com o chanceler brasileiro o Memorando

de Entendimento, acordo-quadro para consultas e contatos em diversos campos. Nesse contexto, realizaram-se reuniões sobre assuntos de comércio, ciência, tecnologia e energia. Igualmente importantes foram os entendimentos no campo econômico, sobretudo comercial, mantidos quando da visita ao Brasil do Secretário do Tesouro dos Estados Unidos.

Seguindo diretriz do II PND, que preconiza a diversificação de mercados e fontes supridoras, bem como orientação do intercâmbio para áreas onde existam saldos comerciais, o Governo brasileiro procurou ampliar o comércio com o Leste europeu. A par do aumento global procedeu-se a gradual diversificação da pauta de exportações, com a inclusão de produtos manufaturados e semimanufaturados.

A participação do Brasil em organismos e conferências do âmbito das Nações Unidas, ampla e intensa, tem permitido articular com os diferentes grupos regionais valiosos canais de colaboração diplomática. O Brasil esteve presente na consideração dos assuntos de maior interesse para a comunidade internacional e daqueles que mais especificamente dizem respeito aos países em desenvolvimento. Essa presença é essencial para garantir a defesa do interesse nacional no plano das relações multilaterais, além de contribuir para projetar favoravelmente a imagem brasileira no concerto das nações.

O Brasil participou ativamente dos trabalhos da IV UNCTAD; não menos intensa é sua atuação nas Negociações Comerciais Multilaterais, ora em curso no âmbito do GATT. Igualmente integra, em suas quatro comissões, a Conferência sobre Cooperação Econômica Internacional, que ora se realiza em Paris.

América Latina

A América Latina continua sendo área de atuação prioritária da diplomacia brasileira.

A colaboração na área do Prata tem sido intensa e rica em acontecimentos de relevo político e econômico, destacando-se, devido à importante ação conjunta, as relações com o Paraguai. O diálogo de alto nível entre os dois países teve seqüência com o encontro presidencial, verificado em março na cidade de Presidente Prudente. Em maio, visitou Brasília o Chanceler paraguaio, para proceder à troca dos instrumentos de ratificação do Tratado de Amizade e Cooperação, firmado em dezembro do ano anterior, com características de acordo-quadro. Vários relevantes projetos no campo da integração física e econômica com esse país têm-se desenvolvido, mas nenhum se equipara em magnitude à construção da Hidrelétrica de Itaipu. Além de sua excepcional importância como fonte supridora de energia, para os dois países, Itaipu tem enorme poder catalisador para o desenvolvimento de outras atividades, cujos notáveis efeitos sobre a economia do Brasil e do Paraguai começaram a se fazer sentir desde o início das obras.

Também importantes são as relações com o Uruguai, país com o qual o Brasil mantém amplo Tratado de Amizade, Cooperação e Comércio, assinado por ocasião da visita presidencial, em 1975. Em 1976, os chanceleres das duas nações procederam à troca de instrumentos de ratificação relativos a esse tratado, ao Convênio sobre Transporte Marítimo e ao Convênio sobre Transporte Fluvial e Lacustre, firmados também naquela ocasião. Na mesma oportunidade foram assinados acordos que estabeleceram facilidades alfandegárias e colocaram em vigor convênio de cooperação científica e tecnológica. No que toca à integração física, vale consignar a inauguração, em fevereiro, da nova ponte internacional Barra do Quaraí — Bella Unión, ligando o território brasileiro ao oeste do Uruguai. Ainda em fevereiro, foi assinado, em Brasília, convênio de crédito no montante de us\$ 131 milhões para equipamentos e serviços brasileiros destinados à construção da central hi-

drelétrica de Palmar, a situar-se no rio Negro, naquele país. Posteriormente, complementou-se o convênio de crédito com a adição de us\$ 11 milhões, para a compra de materiais de construção brasileiros. Deve-se registrar, ainda no ano de 1976, importante colaboração prestada no setor da saúde pública, em atenção a solicitações específicas do Governo uruguaio.

Com a Bolívia, prosseguiram conversações para implementar o Acordo de Cooperação e Complementação Industrial de maio de 1974 (Acordo de Cochabamba), relativo à exploração de gás e criação de pólo industrial naquele país. Importantes projetos estão sendo executados ou encontram-se em estudos, no campo dos transportes rodoviário e ferroviário, e deles resultarão, futuramente, a interconexão ferroviária transcontinental entre Santos e Arica e a interligação entre os sistemas rodoviários brasileiro e boliviano.

A Argentina é um dos principais parceiros comerciais do Brasil. Reconhecem ambos os países não apenas a importância recíproca que têm como mercados para seus produtos, mas também a importância do intercâmbio cultural e tecnológico que podem desenvolver. Esses interesses comuns frutificam, por exemplo, no projeto de aproveitamento do trecho limítrofe do rio Uruguai e seu afluente Pipiri-Guaçu, que resultará num acréscimo de 5 milhões de kw ao potencial energético dos dois países.

Igualmente significativa é a cooperação para interconexão dos sistemas de microondas por via terrestre, o que deverá estar concluído até meados de 1977.

Por outro lado, o comércio recíproco tem registrado altos níveis e já atingiu a cifra de us\$ 600 milhões, nos dois sentidos. A significação do intercâmbio é ainda realçada pela sua composição, que revela crescente participação de produtos manufaturados. Importantes contatos se realizaram, em 1976, na área do intercâmbio

comercial Brasil — Argentina, com o objetivo de assegurar-lhe fluxo dinâmico; foram mantidos entendimentos na área agrícola (trigo) e industrial (siderurgia).

No âmbito dos contratos entre autoridades brasileiras e argentinas, importa registrar a visita do Ministro da Marinha do Brasil à nação vizinha, em abril de 1976.

As relações econômicas com o Chile prosseguiram em 1976 com o envio de missão empresarial brasileira àquele país. O Ministro do Exército visitou o Chile, e esteve no Brasil o Almirante José Toribio Merino Castro, membro da Junta de Governo e Comandante-em-Chefe da Armada.

No âmbito do Tratado da Bacia do Prata, o Brasil procurou impulsionar o processo de desenvolvimento e integração física da região. De 7 a 9 de dezembro realizou-se em Brasília a VIII Reunião de Chanceleres dos Países da Bacia do Prata, na qual se examinaram os resultados das reuniões dos grupos de trabalho das áreas básicas de transporte, recursos hídricos, outros recursos naturais, cooperação econômica (incluindo turismo) e cooperação em setores sociais (educação e saúde).

Tendo sido política do Governo desenvolver as relações com os países amazônicos, ampliando para o norte e noroeste o esforço de cooperação e integração, já tão avançado no que toca ao sul e sudoeste. Nesse contexto, foi de suma importância o encontro dos Presidentes do Brasil e do Peru, em novembro, realizado em ponto da fronteira entre os dois países. A significação do encontro traduziu-se na assinatura de diversos atos internacionais. Entre eles, incluem-se: convênio comercial que prevê medidas para o incremento recíproco das exportações; convênio para fornecimento de produtos a médio prazo, destinado basicamente a favorecer a participação do cobre peruano no abastecimento do mercado brasileiro e incrementar exportações de produtos agrícolas brasileiros para o Peru; acordo para instalação e funcionamento, em São

Paulo, de escritório da *Minero Peru Comercial*, visando a facilitar a colaboração de metais não-ferrosos peruanos no mercado brasileiro; acordo para constituição de sub-comissão mista brasileiro-peruana para a Amazônia, com o objetivo de estudar a cooperação regional em caráter global; acordo sanitário para o meio tropical; acordo para a utilização de estações costeiras e de navios na região Amazônica; convênio sobre transportes fluviais; troca de notas para a constituição de grupo técnico misto destinado a estudar o estabelecimento de sistema de auxílio à navegação no rio Amazonas.

Na mesma ocasião, entraram em vigor os convênios cultural, de cooperação científica e cooperação turística e o acordo para a conservação da flora e da fauna dos territórios amazônicos do Brasil e do Peru.

Outro exemplo da crescente cooperação na área amazônica é a intensificação das relações econômicas com a Colômbia, cujo chanceler visitou o Brasil em junho. Na oportunidade, formalizou-se, por troca de notas, acordo de cooperação carbonífera, para prospecção de carvão coqueificável na Colômbia e exame da viabilidade técnica, econômica e jurídica de sua exploração e comercialização, com o objetivo de constituir associação de capitais prioritariamente brasileiros e colombianos.

Deve ressaltar-se, também, o impulso positivo que receberam as relações com Suriname e a Guiana. Em junho, o Primeiro-Ministro e Ministro para Assuntos Gerais e Estrangeiros do Suriname esteve no Brasil, em sua primeira visita oficial a país estrangeiro. Assinou-se, então, o Tratado de Amizade, Cooperação e Comércio, que fornece bases para desenvolvimento de amplos programas de cooperação bilateral e institui a Comissão Mista Brasil — Suriname.

Os chanceleres brasileiro e guianense examinaram as perspectivas de desenvolvimento das relações bilaterais, em clima de entendimento e cooperação. Foi criada

na ocasião a Comissão Mista Brasileiro-Guianense, integrada pelas preexistentes Comissões Cultural e de Cooperação Econômica.

Ainda na área amazônica, importantes contatos foram mantidos com a Venezuela e o Equador, sobretudo no que toca ao intercâmbio comercial, visando inclusive às possibilidades de aquisição, pelo Brasil, de petróleo daqueles dois países. Nesse contexto merecem especial menção a visita, em março de 1976, do Vice-Ministro de Minas da Venezuela ao Brasil e a ida de missão oficial brasileira a Quito, onde se iniciaram negociações de amplo espectro de cooperação entre os dois países.

Verifica-se assim, para o conjunto da América do Sul, esforço que visa a estreitar laços de cooperação e entendimento, base de uma política que tem como seus princípios fundamentais o desenvolvimento e a segurança do país.

A América Central e o Caribe continuaram a receber atenção da diplomacia brasileira. Em 1976, estiveram no Brasil os chanceleres de Honduras e da Guatemala, firmando-se então acordos básicos de cooperação técnica.

Relações diplomáticas foram estabelecidas, em caráter cumulativo, com Granada e, em breve, será aberta embaixada na Jamaica.

Precedida das reuniões dos respectivos comitês permanentes, sediados na Cidade do México e em Brasília, realizou-se em Brasília, em agosto de 1976, a III Reunião da Comissão Mista Brasil — México, que recomendou o estabelecimento de um grupo minero-metalúrgico e examinou possibilidades de cooperação nos campos da eletricidade, e das indústrias aeronáutica e farmacêutica.

Na posse do Presidente Lopez Portillo, em 1º de dezembro de 1976, o Brasil fez-se representar por uma

missão especial chefiada pelo Ministro da Educação e Cultura.

As medidas para incentivar as relações bilaterais com a América Latina têm sido complementadas pela participação ativa do Brasil nos foros multilaterais latino-americanos, como a ALALC e o SELA, e naqueles em que a América Latina tem um peso determinante, com a OEA. As idéias de solidariedade latino-americana, o Brasil tem procurado juntar elementos de ordem prática, que tornem mais eficaz a cooperação.

O Brasil ratificou o Convênio Constitutivo do Sistema Econômico Latino-Americano - SELA, que entrou em vigor durante a II Reunião Ordinária, em Caracas, do seu órgão máximo, o Conselho Latino-Americano. O principal objetivo dessa reunião foi aprovar o primeiro programa de trabalho do sistema, que deu caráter prioritário à cooperação nos setores agropecuário e industrial.

Quanto à Associação Latino-Americana de Livre Comércio - ALALC, além das medidas de desgravação tarifária, verificaram-se a renegociação e ampliação de vários acordos de complementação industrial — abrangendo os setores químico, petroquímico, químico-farmacêutico, de corantes, pigmentos e fotográfico, situados entre os mais dinâmicos do parque manufatureiro latino-americano. No campo extratarifário, cabe ressaltar o aperfeiçoamento do mecanismo de compensação multilateral e créditos recíprocos, bem como das condições de acesso a recursos destinados a suprir deficiências de liquidez, derivadas de desequilíbrios no comércio intrazonal. Verificou-se também o lançamento, na praça financeira de Nova York, do Aceite Bancário Latino-Americano (ABLA), título de crédito que objetiva captar recursos extrazonais para o comércio da região.

A Organização dos Estados Americanos continua a ter importante papel para a América Latina, especial-

mente como foro para as relações entre esta e os Estados Unidos da América. Durante a VI Assembléia-Geral, em Santiago, teve prosseguimento o exame das emendas à Carta da Organização, elaboradas pelo Conselho Permanente, e foi confirmada a realização de sessão extraordinária da Assembléia-Geral para concluir o processo de reestruturação do Sistema Interamericano. Foi decidida também a convocação de outra sessão da Assembléia para rever todas as questões relativas à cooperação interamericana para o desenvolvimento.

África

O panorama político africano foi dominado nos últimos anos por duas questões principais: a liquidação do colonialismo e, mais recentemente, os problemas dos regimes racistas no sul do continente, além da questão mais complexa, porque reúne ambos elementos, que diz respeito à descolonização da Namíbia. A posição do Brasil nestas questões é inequívoca, na defesa do direito de autodeterminação dos povos e condenação das práticas de discriminação racial.

As ações do Governo brasileiro nos campos político e diplomático refletiram-se em maior intercâmbio com os países africanos, assinalando-se interesse por parte destes em buscarem cooperação nos mais diversos setores.

Quatro novas embaixadas foram criadas — no Gabão e, cumulativamente com a Embaixada em Abdijan, na Serra Leoa e no Alto Volta; no Lesotho, criou-se missão diplomática, cumulativa com a embaixada em Maputo.

Atestando o impulso nas relações do Brasil com a África, registraram-se, em 1976, as visitas ao Brasil, em caráter oficial, de várias autoridades: Ministro dos Transportes, Indústria, Comércio e Marinha da Mauri-

tânia, Ministro do Desenvolvimento Industrial e do Meio Ambiente do Senegal, Ministro do Comércio e da Indústria do Gabão, Ministro dos Negócios Estrangeiros do Alto Volta, Ministro das Finanças e dos Transportes da Nigéria (bem como quatro vice-ministros daquele país — Indústria, Obras Públicas, Transportes e Recursos Hídricos), Ministro sem Pasta José Araújo, da Guiné-Bissau, e Ministro das Minas e Energia da Zâmbia.

As relações com os países africanos de expressão portuguesa receberam novo impulso, em 1976. Os primeiros embaixadores do Brasil em Luanda e Maputo apresentaram credenciais, respectivamente, em maio e julho. Pouco antes, em abril, foi enviada a Angola missão comercial com o objetivo de lançar as bases do intercâmbio econômico com aquele país. Como fruto dessa atuação, verificou-se sensível aumento de nossas transações comerciais com a área, tendo sido aberta uma linha de crédito a Angola de us\$ 50 milhões, pelo Banco do Brasil. Para Moçambique, que tem adquirido barcos pesqueiros brasileiros, abrem-se oportunidades na medida em que aquele país procura substituir alguns de seus fornecedores tradicionais. O Brasil desenvolve também programa de cooperação técnica com Guiné-Bissau, incluindo a concessão de bolsas de estudo para estudantes guineenses. Em junho, foi enviada a Guiné e Cabo Verde missão chefiada pelo titular do departamento responsável por assuntos africanos do MRE. Dessa visita resultou a assinatura de memorandos de entendimento com esses dois países, constituindo roteiro objetivo para a cooperação mútua.

Para a intensificação das trocas comerciais com a África que se situam hoje em volta de us\$ 1 bilhão, nos dois sentidos, muito têm contribuído a participação do Brasil em feiras naquele continente e as visitas recíprocas de autoridades governamentais, missões técnicas e empresariais.

A importância cada vez maior do relacionamento com a África pode ser exemplificada por ações entre as quais se destacam: a reunião da Comissão Mista Brasil — Senegal, para examinar os principais aspectos das relações bilaterais; a promulgação dos acordos Comercial, de Cooperação Cultural e de Cooperação Técnica e Científica assinados com o Zaire; contrato com o Togo, no valor de us\$ 5,7 milhões, para o fornecimento de 3 aviões militares do tipo *Xavante*, bem como treinamento de pilotos e mecânicos togolezes, além da prestação de assessoria operacional e garantia do suprimento de peças de reposição; Gana está recebendo o primeiro lote de 100 cabeças de zebu e, numa segunda etapa, serão exportadas mais 2 mil cabeças; início de negociações com a Costa do Marfim para a venda e a instalação de usinas de açúcar e beneficiamento de arroz; concessão ao Gabão de linha de crédito de us\$ 119 milhões, para financiamento de projetos de desenvolvimento daquele país.

Em novembro, com a compra de café malgaxe, teve início o intercâmbio comercial com Madagáscar, que também recebeu visita de missão brasileira.

A Nigéria, fornecedor de petróleo ao Brasil, é o nosso principal parceiro comercial na África Negra, absorvendo 60% das exportações brasileiras para aquela área. Também naquele país várias empresas brasileiras, principalmente ligadas a consultoria e indústria de construção civil, têm significativa participação. A Interbrás vem exportando carne para a Nigéria e, em abril último, foi inaugurada linha de navegação que estabeleceu ligação direta entre os dois países.

Oriente Próximo

Graças a intenso trabalho diplomático e de outros órgãos do Governo, evidenciaram-se possibilidades de participação de empresas brasileiras na execução de pla-

nos de desenvolvimento de alguns países do Oriente Próximo.

Em 1976, visitou o Brasil o Diretor-Geral do Projeto Yanbu, da Arábia Saudita, situado na costa do Mar Vermelho e cujas obras de infra-estrutura estão orçadas em us\$ 9 bilhões. Essa visita abriu perspectivas para intensa participação de empresas e equipamentos brasileiros no projeto.

O Banco do Brasil abriu escritório em Teerã e agência em Al Manamah, capital do Estado de Bahrain. A Interbrás instalou, no Coveite, seu Escritório Central para o Oriente Médio, com a finalidade de dinamizar as exportações brasileiras. Dignas de menção, também, foram as descobertas, pela Braspetro, de importantes jazidas de petróleo no Iraque e na Argélia. Com o Governo desse último país, o Brasil assinou Acordo sobre Transporte e Navegação Marítima, por ocasião da visita a Brasília, em abril, do Ministro argelino dos Transportes.

Ao final da visita do Ministro da Fazenda do Brasil ao Irã, em novembro, durante a qual se reuniu, pela primeira vez, a Comissão Mista Irano-Brasileira de Cooperação Econômica e Técnica, foi assinado protocolo que permite expectativa de cooperação sem precedentes entre os dois países, prevendo numerosos empreendimentos conjuntos de grande envergadura e a conclusão de um Acordo Comercial em futuro próximo.

Quanto ao conflito árabe-israelense, o Brasil votou, na xxxi Sessão da Assembléia Geral das Nações Unidas, a favor de Resolução, pela qual o Secretário-Geral da Organização foi incumbido de retomar contactos com todas as partes envolvidas no conflito, com vistas à convocação da Conferência de Paz sobre o Oriente Médio, a realizar-se até fins de março de 1977. O Brasil favorece uma solução negociada, à base dos princípios da Carta das Nações Unidas.

Estados Unidos da América e Canadá

As relações que o Brasil mantém com os Estados Unidos da América são extensas e complexas. No terreno econômico, os Estados Unidos permanecem como principal parceiro.

Os fatos básicos dessas relações compõem o pano de fundo sobre o qual as iniciativas oficiais se desenvolvem. Para os Estados Unidos da América destinam-se 20% das exportações e de lá provêm 25% das importações brasileiras, em números aproximados; aquele país constitui-se na maior fonte de investimentos diretos para o Brasil (33% do total acumulado) e, nessa medida, também o maior fornecedor de tecnologia ao Brasil.

Tais fluxos têm-se desenvolvido de forma dinâmica. Deve-se assinalar, entretanto, o pronunciado *deficit* da balança de comércio, com sérios reflexos no equilíbrio global do balanço de pagamentos brasileiro.

A par de sua importância econômica, os Estados Unidos da América detêm inegável papel político na moldura das relações internacionais, sobretudo neste hemisfério. Consciente deste fato, o Governo brasileiro tem mantido atitude positiva para com o diálogo. Em fevereiro de 1976, o Secretário de Estado norte-americano visitou o Brasil, sendo então assinado Memorando de Entendimento, que prevê sistema regular de consultas. Em outubro, tais consultas foram continuadas, quando da visita a Washington, do Ministro das Relações Exteriores do Brasil. No contexto do Memorando de Entendimento, reuniram-se também o Grupo Consultivo Econômico e os Grupos Conjuntos sobre Cooperação Científica e Tecnológica e de Tecnologia de Energia.

Em setembro, realizaram-se em Brasília reuniões dos Grupos Conjuntos de Cooperação Científica e Tecnológica e de Tecnologia de Energia. Recomendou-se, então, aos dois Governos, a renovação e ampliação, à área de

tecnologia, do Acordo de Cooperação Científica — o que foi feito por troca de notas em 27 de dezembro de 1976 — e identificaram-se áreas preliminares de cooperação. Em tecnologia de energia, foi assinalado o próximo intercâmbio de técnicos em projetos específicos (energia solar e tecnologia de hidrogênio) e discutiram-se as possibilidades de cooperação em bioconversão e gaseificação do carvão.

Dentre as outras visitas de autoridades brasileiras aos Estados Unidos da América e de autoridades norte-americanas ao Brasil, cabe menção às visitas do Ministro-Chefe da Secretaria do Planejamento e do Ministro das Minas e Energia, bem como às vindas ao Brasil do Secretário do Tesouro, do Secretário Assistente do Tesouro e do Secretário de Estado Assistente para Organismos Internacionais. Durante a permanência do Secretário do Tesouro, chegou-se a importantes entendimentos relativos às exportações de manufaturados brasileiros para os Estados Unidos. Foram, igualmente, ventilados projetos prioritários em estudo, que poderiam receber investimentos americanos.

Ainda no campo das relações brasileiro-estadunidenses, realizaram-se reuniões sobre comércio de têxteis e sobre relações econômicas pelo Grupo Empresarial Brasil-EUA. Foi realizada, também, a II rodada de negociações com vistas à conclusão de convenção para evitar a dupla tributação da renda.

Em junho, foi instituída por acordo, em Brasília, comissão mista destinada a estudar questões econômico-comerciais do Brasil e do Canadá tanto no âmbito bilateral quanto multilateral. Em consequência, realizou-se em novembro, no Canadá, a I Reunião da Comissão Mista Econômico-Comercial Brasil-Canadá, na qual examinaram-se as possibilidades existentes nos setores de recursos minerais, agricultura, indústria, tecnologia e comércio propriamente dito.

Europa Ocidental

As relações com a Europa Ocidental têm tradicionalmente grande importância para o Brasil. O volume de comércio com aquela área passa de US\$ 6 bilhões (valor F.O.B.) e significa aproximadamente 35% do total das mercadorias trocadas, em um ano, por nosso país com o exterior. O valor das exportações brasileiras destinadas à Europa Ocidental corresponde a cerca de 40% da receita obtida com fornecimentos a todo o mundo; além disso, a Europa Ocidental participa com 43,7% da totalidade dos investimentos diretos no Brasil.

Com o desenvolvimento do Brasil, nestes últimos anos, tornaram-se maiores e mais complexas as necessidades que devem ser supridas pela colaboração externa.

Nesse quadro, destaca-se como marco histórico a assinatura, em 27 de junho de 1975, em Bonn, do Acordo sobre Cooperação no Campo dos Usos Pacíficos da Energia Nuclear, com a República Federal da Alemanha, através do qual, pela primeira vez, um país desenvolvido concordara em transferir o ciclo completo dos conhecimentos tecnológicos desse setor de vanguarda, a uma nação em desenvolvimento. Já no ano de 1976, foram firmados os primeiros contratos comerciais e de financiamento, ligados à execução dos vários itens do acordo, entre os quais se destacam a construção das usinas nucleares Angra II e Angra III e a da Fábrica de Elementos Combustíveis.

Os pontos culminantes do processo de aproximação com a Europa Ocidental foram as visitas do Presidente da República à França e ao Reino Unido.

Na visita à França, de 26 a 28 de abril, além das discussões políticas a nível presidencial, foi avaliado o comum interesse em desenvolver a cooperação nos campos da energia elétrica e solar, pesquisa petrolífera, petroquímica, transportes terrestres e aéreos, instalações por-

tuárias e aéreas, telecomunicações, construção aeronáutica, indústria mecânica e informática.

Acordou-se, então, a formação de consórcio bancário, sob liderança francesa, para levantamento dos recursos destinados à construção das hidrelétricas de Tucuruí e Itaparica (energia elétrica para o desenvolvimento das regiões amazônica e Nordeste, respectivamente), áreas prioritárias para negociação em relação a projetos específicos.

Durante a visita e imediatamente após mantiveram-se, entre outros, entendimentos concretos com reflexo nos campos econômicos, comercial e científico, a exemplo do protocolo com os bancos de Comércio Externo e de Crédito Comercial para abertura de crédito de us\$ 240 milhões, ao BNDE, para o pólo petroquímico do Rio Grande do Sul e construção de usinas de fertilizantes. Além disso, firmou-se contrato para compra de tubos flexíveis de aço para o campo petrolífero de Garoupa, em operação equivalente a 250 milhões de francos e para a venda de 40 milhões de toneladas de minério de ferro, pela Companhia Vale do Rio Doce, à Usinor, em uma operação de us\$ 60 milhões. Destaca-se, ainda, a assinatura de Acordo Complementar entre o Brasil e a França, no campo da energia solar e de outras formas não convencionais de energia.

Também com a França, realizou-se em janeiro, em Brasília, presentes os Ministros das Relações Exteriores do Brasil e do Comércio Exterior da França, a primeira reunião da Grande Comissão de Competência Geral Franco-Brasileira, mecanismo de consulta instituído em 1975 para exame regular e periódico de questões de interesse comum.

Na visita do Reino Unido, realizada de 4 a 7 de maio, os resultados não foram menos importantes. No tocante à cooperação econômica, conforme registrado no comunicado conjunto, o Presidente da República reuniu-

se com líderes dos setores público e privado da indústria, que manifestaram o interesse britânico em aumentar os investimentos no Brasil, particularmente nos campos do aço, equipamentos de engenharia, produtos petroquímicos, fertilizantes, bauxita e alumínio. O Presidente manteve entendimentos também com destacados banqueiros britânicos, apresentados pelo Governador do Banco da Inglaterra.

Discutiu-se o fornecimento de minério de ferro para a Grã-Bretanha e a participação britânica nos planos de desenvolvimento siderúrgico do Brasil, inclusive transferência de tecnologia e suprimento de equipamentos. No campo da siderurgia, duas empresas inglesas liderarão a participação européia, na implantação do projeto Açominas, orçado em aproximadamente 900 milhões de libras esterlinas, permitindo à empresa brasileira produzir 2 milhões de toneladas de aço em 1982 (o valor do financiamento totalizará cerca de 500 milhões de libras esterlinas). Paralelamente, outro acordo estabeleceu uma linha de crédito para financiar a compra de equipamentos britânicos para a indústria brasileira do aço. Também foi ratificado, durante a visita, acordo sobre transferência de tecnologia da construção de plataformas marítimas para a exploração de petróleo, entre a *British Steel Corporation* e a Companhia Brasileira de Aço.

No campo do transporte ferroviário, negociou-se um conjunto de medidas com vistas ao fornecimento e financiamento de equipamentos e serviços para a Ferrovia do Aço e ligações ferroviárias complementares, num total de 100 milhões de libras esterlinas, na parte de equipamentos, e outro tanto em créditos financeiros. Foi também acordada linha de crédito, ao BNDE, de 20 milhões de libras esterlinas, para a compra na Grã-Bretanha de bens de capital e equipamentos para projetos industriais de médio porte. Os contratos de fornecimento do equipamento, no contexto desta linha de crédito, deverão ser firmados até maio de 1978.

Como desdobramento das conversações mantidas durante a visita presidencial, o Ministro-Chefe da Secretaria de Planejamento assinou, em Londres, documento que concede empréstimo de US\$ 100 milhões para o BNDE, e realizou entendimentos para concessão de créditos destinados à compra de equipamento siderúrgico.

Diversas personalidades britânicas visitaram o Brasil, entre as quais o Vice-Ministro das Relações Exteriores, em janeiro, o Ministro da Indústria, em junho, o Vice-Ministro da Agricultura, em agosto, e o Vice-Ministro para Assuntos de Energia, em setembro. Em fevereiro, visitou o Reino Unido o Ministro da Previdência e Assistência Social.

Com a República Federal da Alemanha, além dos diversos instrumentos referentes ao Acordo de Cooperação no Campo dos Usos Pacíficos da Energia Nuclear, foram dados significativos passos para a intensificação dos contactos recíprocos. Em outubro, esteve em visita ao Brasil o Ministro da Alimentação, Agricultura e Silvicultura, que discutiu as possibilidades de investimentos conjuntos na agroindústria. Realizou-se em novembro a III Reunião da Comissão Mista Teuto-Brasileira de Cooperação Econômica, durante a qual foi acentuada a conveniência de se explorarem novas modalidades para o incremento dos investimentos alemães no Brasil e de se estimular a expansão das exportações brasileiras para aquele país.

Verificou-se também, em 1976, grande diversificação de empreendimentos da Itália no Brasil, com o início das atividades de fábrica de automóveis e motores em Minas Gerais, a assinatura de acordo de participação no projeto siderúrgico de Tubarão, no Espírito Santo, e ainda, a constituição do Comitê Empresarial Ítalo Brasileiro. Em decorrência da troca de visitas dos Ministros das Comunicações do Brasil e da Itália, ficou acertada a participação de empresas estatais italianas nos

programas de expansão da rede brasileira de telecomunicações.

Além da vinda de diversas missões empresariais e governamentais ao Brasil, efetuou-se em julho a II Sessão da Comissão Mista Brasil — Espanha de Cooperação Econômica. Existem boas perspectivas para incremento de exportações brasileiras de produtos primários e a Espanha, por sua vez, se interessa em vender produtos siderúrgicos, equipamentos ferroviários e navios especiais.

As relações entre Brasil e Portugal foram marcadas pela visita, em dezembro, do Primeiro-Ministro português, acompanhado de comitiva da qual fizeram parte o Ministro dos Negócios Estrangeiros e o da Defesa, além de outras altas autoridades. Foram mantidas profícuas conversações com as autoridades brasileiras com vistas ao revigoramento e ampliação das relações entre os dois países.

Com relação à Escandinávia buscou-se, através da organização de seminários e da vinda ao Brasil de missões empresariais, promover a expansão de intercâmbio econômico e comercial. Em outubro, o Governo Brasileiro aprovou projeto de empresa sueca para instalação, no Estado do Paraná, de fábrica de caminhões pesados e ônibus.

Europa Oriental

O ano de 1976 caracterizou-se por maior objetividade no intercâmbio econômico entre o Brasil e os países da Europa Oriental, cujos mercados se tornaram mais importantes, na medida em que tendências protecionistas se manifestaram em alguns dos compradores tradicionais. Nesse sentido, procedeu-se à dinamização da Comissão de Comércio com o Leste Europeu — COLESTE, e desenvolveram-se as relações econômico-comerciais, em especial com a URSS, a Polônia e a Romênia, persistindo, de

modo geral, a tendência fortemente superavitária do nosso comércio com a área.

A par da vinda de missões técnicas e comerciais de todos os países da Europa Oriental, cabe registrar a visita, em fevereiro, do Ministro do Comércio Exterior da Polônia. Assinou-se, então, o Protocolo para Expansão Comercial e Cooperação Econômica, para o período de 1976-1980.

Em setembro, realizaram-se reuniões de comissões mistas entre o Brasil e a Iugoslávia, Tchecoslováquia, Hungria e República Democrática Alemã, refletindo a preocupação brasileira em definir os pontos básicos da estratégia comercial para o Leste europeu. Com vistas à superação de dificuldades para o incremento do intercâmbio bilateral, emprestou-se particular atenção às questões do desequilíbrio na balança comercial, da diversificação da pauta de exportações e de importações de produtos primários e insumos básicos. Para 1977, está prevista a realização de reunião das comissões mistas com a URSS, a Polônia, a Romênia e a Bulgária.

O Brasil participou com êxito, em 1976, de quatro feiras nos países do Leste: Feira da Primavera de Leipzig (RDA), Feira Internacional de Bens de Consumo de Brno (Tchecoslováquia), Feira Internacional de Poznam (Polônia) e Feira Internacional de Bens de Consumo de Budapeste (Hungria).

Ásia e Oceânia

As relações entre o Brasil e o Japão foram marcadas, no ano de 1976, pela visita do Presidente da República ao Japão, no período de 15 a 20 de setembro, a qual veio refletir o reconhecimento recíproco da dimensão alcançada pelos interesses bilaterais, tanto no âmbito político como no econômico-comercial.

A visita presidencial foi precedida pela ida do Ministro das Minas e Energia a Tóquio, em janeiro de 1976, e pela vinda do Ministro da Indústria e Comércio Internacional a Brasília, em julho.

Assinalou-a o Comunicado Conjunto que reflete a amplitude dos compromissos bilateralmente assumidos. Na área do comércio, foram assinados, entre outros, contratos para o fornecimento de minério de ferro, a partir de 1977, com uma receita total estimada de us\$ 6 bilhões. Acertou-se também a venda, a partir de 1977, de *pellets* de minério de ferro, no valor global de us\$ 2,7 bilhões em 15 anos, e exportações de produtos de aço provenientes da Usina de Tubarão, no valor de us\$ 2,3 bilhões, em 18 anos. Assegurou-se também o fornecimento de celulose e recursos florestais.

Entre os empreendimentos conjuntos, destaca-se a participação japonesa no projeto siderúrgico de Tubarão, no Espírito Santo, e no complexo industrial para a produção de alumina e alumínio, no Pará.

Outros projetos de envergadura receberão apoio dos dois Governos, inclusive um empreendimento pioneiro no setor agrícola, na região dos serrados.

A visita do Ministro das Minas e Energia a Seul, em julho, assinalou-se por contrato de longo prazo relativo a fornecimento de minério de ferro pelo Brasil à República da Coréia. De sua visita às Filipinas, em novembro, resultou contrato de fornecimento de minério de ferro e compromisso do Brasil de importar concentrado de cobre filipino, além de abrirem-se perspectivas para a cooperação no campo de novas tecnologias.

Missão governamental chefiada pelo Secretário-Geral do Comércio Exterior da Índia visitou o Brasil em novembro, para estudar as possibilidades de expansão do comércio bilateral e de cooperação no campo econômico e tecnológico.

Com a República Popular da China continuam em negociação os Acordos de Comércio e de Transporte Marítimo, cuja conclusão, em futuro próximo, virá trazer maior flexibilidade e amplitude ao intercâmbio sino-brasileiro.

As perspectivas de intensificação das relações comerciais com a Austrália e Nova Zelândia vêm sendo ativamente exploradas. Três missões neozelandesas visitaram o Brasil, com o objetivo de estimular o incremento das relações políticas e econômicas entre os dois países. Com a Austrália, estão sendo examinadas perspectivas de complementação econômica de grande envergadura.

Organismos internacionais

O Brasil tem participado ativamente dos trabalhos dos organismos e conferências internacionais, em especial daqueles que se desenvolvem no âmbito das Nações Unidas. Entre numerosos temas constantes da agenda da XXXI Assembléia Geral das Nações Unidas, os relativos a descolonização receberam especial ênfase, como no tratamento das questões da Namíbia, do Zimbábwe e dos remanescentes coloniais em diferentes regiões. Nesse contexto, foi importante o reconhecimento unânime dado a Angola, como novo membro das Nações Unidas, pela última Assembléia Geral, completando o quadro dos Estados independentes de expressão portuguesa na Organização.

Durante a XXXI Assembléia Geral, o Brasil foi reeleito para novo mandato de cinco anos na Comissão de Direito Internacional, de cujos trabalhos tem participado ininterruptamente desde a criação do órgão.

No desempenho da sua atribuição de velar pela paz e segurança internacionais, as Nações Unidas têm conferido especial importância ao desarmamento. As dificuldades inerentes a essa questão sensível e complexa não impediram que a Conferência do Comitê de Desarma-

mento, criada em 1962, lograsse resultados positivos em alguns aspectos, embora marginais. A conclusão de um projeto de convenção, na sessão realizada em 1976, para a proibição de uso militar ou hostil de técnicas de modificação ambiental, de cuja elaboração o Brasil participou, é um exemplo desse fato.

O Brasil teve também intensa participação em organismos e conferências especializadas no âmbito das Nações Unidas, onde se realiza o trabalho de criar gradualmente ordenamento jurídico internacional sobre uma variedade de temas ainda não sujeitos a disciplinamento. Tais temas abrangem desde questões ligadas ao fundo do mar até às relativas ao uso do espaço exterior. Em todos esses foros, o Brasil tem atuado de modo a garantir que o ordenamento jurídico se faça em benefício de toda a humanidade e leve em conta, especialmente, os interesses das nações em desenvolvimento, de modo a evitar-se a criação de obstáculos ao progresso tecnológico.

A III Conferência das Nações Unidas sobre o Direito do Mar realizou, em 1976, suas IV e V sessões. Os documentos que a Conferência está considerando, ainda informalmente, refletem em larga medida posições básicas do Brasil, desde o início das negociações sobre a matéria, como a referente ao estabelecimento de área de 200 milhas em que o Estado costeiro exercerá um somatório de direitos em fórmula que já incorpora vários elementos essenciais e definidores do mar territorial, e à criação de mecanismos que contemplam a participação dos países em desenvolvimento na exploração dos recursos minerais dos fundos marinhos situados além das jurisdições nacionais.

Outro grande conclave de que participou o Brasil foi a conferência sobre Estabelecimentos Humanos (Habitat), realizada de março a abril de 1976, em Vancouver, que representa seqüência das reuniões sobre meio ambiente, população e alimentação, e antecede as da água e de desertificação, previstas para 1977. A Conferência

do Habitat proporcionou o exame, a nível mundial, da tecnologia e das políticas aplicáveis aos sistemas urbanos e rurais de estabelecimentos humanos, e de diversos itens referentes à relação entre políticas de habitação humana e desenvolvimento sócio-econômico.

A convite do Governo, realizou-se no Rio de Janeiro a XX Sessão Ordinária da Conferência Geral da Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA), presidida pelo Brasil. Os trabalhos foram marcados pela tomada de posição conjunta dos países em desenvolvimento a respeito dos diversos problemas que afetam a atuação da AIEA, no campo da utilização da energia nuclear e seu controle. De particular interesse para a política energética nacional foi a importância atribuída à expansão da cooperação técnica entre países mais e menos desenvolvidos no campo nuclear.

Promoção comercial

A ação diplomática do Brasil, no que toca às discussões multilaterais de assuntos econômicos, se fez no sentido de contribuir para a busca de soluções positivas dentro do chamado diálogo Norte-Sul.

O III Acordo Internacional do Café entrou em vigor a 1.º de outubro de 1976, congregando 42 países exportadores e 20 nações importadoras. O trabalho de preparação técnica das bases de um novo Convênio Internacional sobre Açúcar resultou na convocação, para março de 1977, de conferência negociadora, sob os auspícios da UNCTAD. No âmbito latino-americano, completou-se o processo de institucionalização do Grupo de Países Latino-americanos e do Caribe Exportadores de Açúcar (GEPLACEA), mediante a adoção dos estatutos e a instalação de sua sede na Cidade do México. Em 1.º de outubro de 1976, entrou em vigor provisoriamente, por um ano, o Acordo Internacional do Cacau, com a participação de todos os países grandes produtores e signi-

ficativa maioria dos consumidores, com exceção dos Estados Unidos da América. O Brasil assinou o instrumento em julho de 1976.

Em maio, realizou-se a IV Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD), que se concentrou prioritariamente nos problemas da dívida externa dos países em desenvolvimento e da adoção de programa integrado de produtos de base. Quanto ao primeiro item, não se alcançaram resultados concretos, mas, para o segundo, estabeleceu-se calendário para negociação dos programas, garantindo-se praticamente sua irreversibilidade. Outro resultado digno de menção foi a adoção de calendário para a negociação de código de conduta sobre transferência de tecnologia, área em que o Brasil tem especial interesse.

No âmbito do GATT, prosseguiram os trabalhos das Negociações Comerciais Multilaterais, com ativa participação do Brasil, que vem defendendo a adoção de tratamento diferenciado em favor dos países em desenvolvimento nos diversos setores dessas negociações. É auspicioso registrar a esse propósito que, por iniciativa brasileira, foi criado, no âmbito daquelas negociações, um grupo dedicado exclusivamente à reforma do GATT.

O Brasil participou também, dos trabalhos da Conferência sobre a Cooperação Econômica Internacional (Conferência de Paris): Na sessão de outubro, o Grupo dos 19 (dos países em desenvolvimento) e o Grupo dos 8 (das nações industrializadas) apresentaram propostas formais sobre os diferentes temas tratados em cada comissão (Energia, Matérias Primas, Assuntos Financeiros e Desenvolvimento) e, em novembro, iniciaram-se negociações sobre cada um desses temas. A reunião da conferência, a nível ministerial, prevista para dezembro, foi adiada para o 1º semestre de 1977.

No setor de transportes marítimos, foram concluídos acordos com a Argélia e a República Democrática Alemã. No que se refere aos transportes terrestres, o

Brasil participou da VII Reunião da Subcomissão de Transportes da Comissão Especial Brasileiro-Argentina de Coordenação — CEBAC, bem como da VII Reunião, em Montevideu, de Ministros de Obras Públicas e Transportes do Cone Sul. Foram igualmente concluídos acordos sobre transportes aéreos com o Iraque e os Países Baixos.

O Brasil participou, em Genebra, da III Sessão do Grupo Preparatório Intergovernamental sobre Transporte Multinacional, da UNCTAD, com vistas à eventual elaboração de convenção internacional para regular esse tipo de transporte. Cabe assinalar a inauguração, no Rio de Janeiro, em março de 1976, do Escritório do Conselho Regional da IMCO para a América Latina.

No setor das telecomunicações, o Brasil ratificou a Convenção Internacional de Telecomunicações, celebrada em 1973.

No campo dos organismos financeiros internacionais, o Brasil participou da Reunião da Junta de Governadores do Fundo Monetário Internacional e Banco Mundial, realizada em Manilla (Filipinas) em outubro, bem como da XVII Reunião Anual de Governadores do BID, realizada no México, tendo-se considerado nessa última a incorporação de membros extra-regionais, o que deverá resultar em maiores disponibilidades de recursos para os países em desenvolvimento do continente.

Membro-pleno e fundador do Fundo Africano de Desenvolvimento (FAD), cujo objetivo permanente é o de promover o desenvolvimento econômico e social dos países africanos, o Brasil ratificou, durante a III Reunião Anual da Assembléia de Governadores do FAD, em maio de 1976, o aumento de sua contribuição àquelas entidades.

Realizou-se em Brasília, em dezembro de 1976, paralelamente à VIII Reunião de Chanceleres dos Países da Bacia do Prata, a I Reunião da Diretoria Executiva do

Fundo Financeiro para o Desenvolvimento dos Países da Bacia do Prata, que contará com recursos da ordem de us\$ 100 milhões, a serem aplicados na promoção do desenvolvimento harmônico e da integração física da região.

Ainda no campo financeiro, firmaram-se acordos sobre dupla tributação com o Japão, complementando e modificando o já existente, e com o Chile, aplicáveis aos rendimentos decorrentes do tráfego aéreo e marítimo entre os dois países. Trocaram-se instrumentos de ratificação de acordo semelhante com a Áustria e entraram em vigor os assinados com a Espanha, República Federal da Alemanha e Suécia.

Na área da promoção comercial, além do esforço no que toca à informação, foram organizadas 63 mostras de produtos brasileiros, das quais 27 na América, 20 na Europa Ocidental e 16 na África, Ásia e Oceania, das quais resultaram exportações imediatas estimadas em us\$ 235 milhões.

Realizaram-se, em colaboração com o IPEA, pesquisas de mercado sobre características e condições da oferta brasileira exportável de produtos e serviços, e sua demanda internacional, com ênfase sobretudo em produtos não-tradicionais. Tais pesquisas foram realizadas para atender a necessidades específicas de exportadores e também a nível estratégico, com vistas à definição de prioridades globais para a ação de promoção comercial no Exterior.

Tem-se procurado aprimorar o contingente de recursos humanos que opera nesta área e, para tanto, realizou-se o II Ciclo de Treinamento de Especialistas em Promoção Comercial (CITRE), que se destina a preparar técnicos de nível superior, nesta matéria, inclusive com treinamento em serviço na rede diplomática e consular do MRE, para sua posterior reintegração no mercado de trabalho nacional.

Merece menção, igualmente, o primeiro Seminário sobre Exportações de Serviços, concebido como instrumento de divulgação, entre fornecedores brasileiros, de informações atualizadas sobre técnicas e condições de acesso a mercados externos de serviços.

Cooperação científica, técnica e cultural

Na área de ciência e tecnologia, entrou em operação o sistema de informação científica e tecnológica do exterior (SICTEX) pelo qual os órgãos do MRE no exterior contribuirão para atender aos objetivos de informação definidos no II Plano Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Cabe ainda destacar a extensão da cooperação com a República Federal da Alemanha, através de convênios especiais assinados entre a Diretoria de Hidrologia e Navegação da Marinha Brasileira e o Instituto para Ciências do Mar de Kiel, no campo da oceanografia, e entre a NUCLEBRÁS e a Sociedade para Pesquisa Nuclear de Karlsruhe. Criou-se o Grupo Conjunto Brasil — USA para Cooperação Científica e Tecnológica, e firmaram-se convênios complementares com o México e a Costa Rica, através do CNPq e entidades congêneres dos dois países, visando ao desenvolvimento de projetos comuns de pesquisa.

Nos campos da cooperação técnica e intelectual, o Brasil recebe assistência técnica bilateral e multilateralmente. No primeiro caso, tem-se beneficiado especialmente da cooperação da RFA, França, Canadá, Reino Unido e Japão. Em 1976, foi concluído e aprovado um programa quinquenal com o Canadá, o primeiro a regular todas as ações bilaterais no setor. Multilateralmente, aprovou-se novo programa quinquenal (1977-1981) com o PNUD, que representa o mais importante programa na área científica e tecnológica negociado pelo Brasil, envolvendo recursos internacionais e contrapartida de recursos

brasileiros da ordem de us\$ 300 milhões. O Brasil participou também, no PNUD, do estímulo à cooperação técnica entre países em desenvolvimento.

No tocante à cooperação oferecida pelo Brasil, prosseguiram as iniciativas para expandi-la dentro das áreas de maior interesse brasileiro na América Latina e África. Vale registrar o aumento de 40% do número de bolsas concedidas a estudantes estrangeiros de pós-graduação. Além da assinatura de três novos acordos básicos, foram dados os primeiros passos em programas de projetos integrados. Na África, intensificaram-se os contactos com os países de fala portuguesa, através do intercâmbio de missões, concessão de grande número de bolsas de estudo e troca de informações e documentos de trabalho. Também é digno de registro o memorando, recentemente firmado com o Canadá, prevendo nova modalidade de cooperação tripartite com nações menos desenvolvidas.

Quanto à cooperação multilateral há que assinalar, principalmente, a participação do Brasil na XIX Sessão da Conferência Geral da UNESCO.

Na área de difusão cultural, as principais atividades relacionam-se com a preparação da participação brasileira no II Festival Mundial de Artes e Culturas Negras e Africanas (II FESTAC), na Nigéria.



JUSTIÇA

1

2

3

4

5

6

7

8

9

10

11

12

POLÍTICA INTERNA

O ano político de 1976 foi dedicado fundamentalmente às eleições municipais, que transcorreram, em todo o país, num clima de ordem não comprometido por desentendimentos eventuais, de caráter puramente local.

A utilização do rádio e da televisão pelos milhares de candidatos às Prefeituras e Câmaras Municipais foi objeto de lei aprovada pelo Congresso Nacional, que resguardou a igualdade de oportunidades aos que se inscreveram nas legendas partidárias e estimulou a volta aos comícios. O comparecimento — altamente significativo — às urnas comprovou que o eleitor foi motivado para o prélio que se travou dentro da mais ampla liberdade de manifestação e reunião. Ficou demonstrado, mais uma vez, que o aperfeiçoamento gradual do regime democrático encontrou o povo brasileiro devidamente preparado para entender a filosofia da Revolução de Março de 1964, que se propôs, desde a primeira hora, a estabelecer processo global de desenvolvimento — econômico, social e político — dentro de parâmetros que marquem, nitidamente, os limites desejáveis da segurança nacional.

Os resultados do pleito de novembro de 1976 foram apreciados sob vários aspectos, tomando-se por base ora os resultados de 1972, ora os de 1974. Qualquer que seja o enfoque, sob qualquer prisma que se examine o pronunciamento popular, está evidente que o Governo recebeu, através da vitória indiscutível do partido que o apóia — a Aliança Renovadora Nacional —, um voto de confiança da Nação brasileira. Esse respaldo político é tanto importante quanto valioso, porque chegou em momento de

notórias dificuldades para o mundo ocidental, todo ele envolvido numa conjuntura complexa, que mais se agrava nos países em vias de desenvolvimento, dependentes da importação de petróleo.

O entendimento entre os três Poderes da República e entre o Executivo Federal e os outros níveis de Governo, nos Estados, Distrito Federal e Territórios, contribuiu, decisivamente, para que os acontecimentos políticos não perturbassem a ordem pública e o desempenho da economia.

Ressalte-se, ainda, como fator de importância relevante, a atuação da Justiça Eleitoral, responsável principal pelo desenvolvimento da campanha, pela realização do pleito e pela sua apuração.

ORDEM JURÍDICA

A 16 de novembro do ano passado, o Poder Executivo enviou ao Congresso Nacional Projeto de Emenda Constitucional, com o objetivo de estabelecer a reforma do Poder Judiciário, solene compromisso do atual Governo.

A matéria foi amplamente debatida na área da Magistratura, com a contribuição de universidades, associações de classe, advogados e outros juristas.

O projeto foi calcado em minucioso relatório — que mereceu aprovação unânime do Supremo Tribunal Federal, com base em vasta documentação, compreendendo trabalhos legislativos e doutrinários — e em informações ou sugestões oriundas de entidades e especialistas de prestígio nacional, nela se encontrando, ainda, a par de algumas observações de ordem geral, a análise de problemas específicos de cada ramo do Judiciário, conforme se ressaltou em Exposição de Motivos elaborada pelo Ministério da Justiça.

Ficou claro que se pretende enfrentar essa reforma em profundidade, livre das limitações de medidas paliativas ou de simples e inexpressivos retoques de preceitos legais, a fim de se evitar a repetição de erros e frustrações do passado. A complexidade e a magnitude da tarefa exigirão grandes esforços e imaginação, para resolver sérias dificuldades técnicas e materiais.

A providência preliminar e essencial foi solicitada pelo Governo ao Senado Federal e à Câmara dos Deputados: a efetivação de emenda no texto constitucional, à qual se seguirá elaboração de leis e atos que complementem os indispensáveis procedimentos legislativos, tanto na esfera da União quanto na dos Estados. Essa orientação permitirá que se introduzam na Constituição todas as normas que a reforma do Poder Judiciário reclamará, em seus diferentes estágios, evitando assim a necessidade de sucessivas alterações constitucionais e abrindo caminho à legislação ordinária subsequente.

Os lineamentos gerais da reforma foram dados pela Corte Suprema do país, pelo que está convencido o Governo de que a mesma atenderá a antigas aspirações do Poder Judiciário e, de igual modo, atingirá o objetivo de adequar a Justiça às crescentes exigências do desenvolvimento nacional.

Enviados em junho de 1975, continuam sob exame do Congresso Nacional os projetos de novo Código Civil, do Código de Processo Penal e da lei que propõe alterações ao Código Penal.

O Poder Executivo enviou ao Congresso projeto de lei destinado a combater uso e tráfico ilegal de entorpecentes, transformado na Lei nº 6.368, de 21 de outubro de 1976, buscando atender às alterações reclamadas pelos profissionais e autoridades do setor, especialmente psiquiatras, advogados, magistrados e membros do Ministério Público. Os Ministérios da Educação e Cultura, da Saúde e da Previdência e Assistência Social

deram expressiva colaboração aos que examinaram a matéria.

Grupo de trabalho interministerial, do qual participaram representantes dos Ministérios da Justiça, Fazenda, Trabalho e Previdência e Assistência Social, da Secretaria de Planejamento, do Serviço Nacional de Informações, do Estado-Maior das Forças Armadas e Departamento Administrativo do Serviço Público, examinou os estudos já realizados para criação do Registro Nacional das Pessoas Naturais, encontrando-se o relatório produzido sob exame dos órgãos técnicos do Ministério da Justiça, a fim de que se encontrem os caminhos mais adequados para reunir, em um só sistema, o registro civil e a identificação das pessoas. Tratando-se de projeto que somente poderá ser implantado a longo prazo, procura-se agora estabelecer uniformização de procedimentos nas numerosas fontes de identificação civil, buscando-se métodos mais indicados para a centralização de informações.

SEGURANÇA INTERNA

A preparação de recursos humanos — além, naturalmente, do reequipamento material — tem sido a grande preocupação do Governo em relação ao Departamento de Polícia Federal. Com os recursos disponíveis, foi possível acrescentar, entre 1975 e 1976, ao contingente de pessoal policial especializado, 45 inspetores, 588 agentes da Polícia Federal, 25 peritos criminais, 134 escrivães e 90 papiloscopistas.

Com a inauguração, em 1978, da Nova Academia Nacional de Polícia, em Brasília, com uma das mais completas estruturas de ensino no gênero, será possível ampliarem-se programas de reciclagem e formação de pessoal.

No que se refere à construção de sedes, foram concluídas as da Divisão de Ilhéus, na Bahia, mais um bloco

para a Superintendência do Espírito Santo, em Vitória, e o prédio do Centro de Processamento de Dados, em Brasília.

Em 1977, serão inaugurados o edifício-sede da Direção-Geral, na Capital da República, e as novas instalações das Superintendências do Ceará e de Mato Grosso, respectivamente em Fortaleza e Campo Grande.

Prosseguiram normalmente os programas de reaparelhamento da frota de veículos, do sistema de telecomunicações e da implantação do Centro de Processamento de Dados do Departamento de Polícia Federal.

AÇÃO SOCIAL

Sistema penitenciário

Com a implantação do Departamento Penitenciário Federal, órgão integrante da nova estrutura do Ministério da Justiça, foi possível acelerar o projeto de reformulação do sistema penitenciário brasileiro, com a aplicação de cerca de Cr\$ 300 milhões, até dezembro de 1976. Esse aporte de recursos permitiu fossem celebrados ou aditados convênios com o Pará, Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia (que já inaugurou o novo presídio de Salvador), Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Distrito Federal. Amazonas tem projeto sob exame, enquanto Acre, Goiás e Mato Grosso estão ultimando definição de prioridades. Os Territórios serão beneficiados com projetos que levam em conta suas peculiaridades, especialmente quanto à distribuição populacional.

As Unidades da Federação vêm sendo induzidas a adotar, nos novos estabelecimentos prisionais, as recomendações básicas para uma programação penitenciária do Ministério da Justiça, que se destinam fundamental-

mente a estabelecer homogeneidade de critérios na implantação ou aperfeiçoamento de sistemas penitenciários estaduais, traçando linhas programáticas gerais e apresentando medidas e cautelas mínimas, havidas como fundamentais para satisfatória execução penal, adequando-se à realidade brasileira, em harmonia com modernos princípios penitenciários, as «Regras Mínimas para o Tratamento dos Presos» recomendadas pela ONU.

Preocupado com a superlotação das prisões, que, além do problema de promiscuidade, acarreta acúmulo de tensões, principalmente nas prisões obsoletas de grande porte, espera o Governo obter do Congresso Nacional aprovação para projeto de lei que objetiva reservar o recolhimento a prisão para os criminosos de maior periculosidade.

O aumento dos índices de criminalidade, que se observa em escala mundial, faz com que, no Brasil, grande número de condenados, inclusive perigosos, permaneça em liberdade, não sendo possível cumprir os respectivos mandados de captura por não haver onde recolhê-los, mesmo com novas penitenciárias construídas e por mais que estas se multipliquem. Essa impunidade, não obstante a condenação, tem danosas conseqüências: escandaliza a opinião pública, constitui estímulo ao delito, fomenta clima e sentimento de insegurança pessoal, gera corrupção no organismo policial, desacredita a função intimidativa da pena e desprestigia a justiça.

O projeto, além de valorizar a função do Juiz, o que amplia as garantias para o bom andamento do processo, bem como a aplicação e a execução das penas, visa à solução urgente e prática para problemas agudos, alguns dos quais condicionam situações já dificilmente sustentáveis, com reflexos evidentes em favor da criminalidade. Mas, ainda que reduza a privação da liberdade aos casos de verdadeira necessidade jurídico-social, não pode ser acoimado de indulgente, porque prevê medidas substi-

tutivas ou revigora as existentes, o que se coaduna com recomendações de vários organismos internacionais.

Problemas de Trânsito

Sumariamente, os problemas de trânsito podem ser identificados em quatro grandes grupos: congestionamento, acidentes, deterioração do meio ambiente e deficiência de transportes coletivos. Seu equacionamento exige aperfeiçoamento de mecanismos administrativos e financeiros, envolvendo fatores tais como policiamento, fiscalização, engenharia de tráfego e educação de trânsito.

Entendeu o Governo, através do Ministério da Justiça, que a melhor estratégia consistiria na elaboração de estudo fundamentado sobre trânsito no Brasil, para o que foi celebrado convênio com a Universidade Federal do Rio de Janeiro. O referido estudo deverá contemplar, entre outros, os seguintes aspectos principais: (a) diagnóstico do estado atual do trânsito no país, em seus diversos enfoques; (b) proposição de recomendações que orientem a definição de política nacional de trânsito; (c) hierarquização de projetos a serem implementados na área de trânsito, em conformidade com critérios racionalmente estabelecidos no diagnóstico; (d) discussão dos problemas de trânsito com organismos co-responsáveis, possibilitando permuta de experiência e informações.

Os estudos e levantamentos serão efetuados a nível nacional, reunindo sugestões de órgãos públicos e privados que, de alguma forma, estejam envolvidos com os problemas de trânsito e possam colaborar na formulação de soluções.

O Departamento Nacional de Trânsito — DENATRAN, que dá apoio técnico, administrativo e financeiro ao Conselho Nacional de Trânsito — CONTRAN, órgão central do Sistema de Trânsito no Brasil, tem a seu cargo a coordenação de todas as providências para

execução do convênio com a Universidade Federal do Rio de Janeiro, cujos trabalhos já se encontram em pleno desenvolvimento.

Dois grupos de especialistas estão ultimando estudos do novo Código Nacional de Trânsito e da Lei sobre Delitos de Trânsito, a fim de que o Governo possa submeter os respectivos projetos de lei ao Congresso Nacional, ainda na sessão legislativa que se inicia.

MINISTÉRIO PÚBLICO

Os vários ramos do Ministério Público da União e o do Distrito Federal e Territórios estão passando por completa reestruturação. Esses importantes órgãos, compreendidos no âmbito do Ministério da Justiça, terão, a curto prazo, o suporte administrativo que reclamavam há longos anos. Funcionando à custa de servidores requisitados de outras repartições federais, estaduais e municipais, o Ministério Público passa a contar, agora, com recursos humanos próprios, o que aumentará sua eficiência. Merece destaque a perfeita integração das procuradorias-gerais do Ministério Público Federal — à frente da qual se encontra o Procurador-Geral da República —, do Ministério Público Militar, do Ministério Público do Trabalho e do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios à Secretaria de Estado a que estão vinculados, livres de influências que comprometam o cumprimento dos deveres constitucionais de titulares da ação penal e defensores dos interesses do Estado, nas respectivas áreas de competência.

DOCUMENTAÇÃO — PUBLICAÇÃO E ARQUIVO DE ATOS OFICIAIS

Foi implantada, em 1976, a Secretaria de Documentação e Informática da Secretaria-Geral do Ministério

da Justiça. Ao mesmo tempo, iniciou-se a reestruturação do Arquivo Nacional, para que venha a desempenhar sua função de órgão central do futuro Sistema Nacional de Arquivos, de criação prevista para 1978. De outro lado, prosseguiram, em ritmo acelerado, as obras de complementação da sede do Departamento de Imprensa Nacional, em Brasília, numa área de 59 mil m², com a sua planta industrial inteiramente modernizada, utilizando sistemas de composição a frio e impressão em *off-set*.

Com a instalação de quatro novos Departamentos-fim (Departamento de Assuntos Legislativos — agora responsável pelo Projeto de Consolidação e Atualização Legislativas —, Departamento de Assuntos Judiciários, Departamento Penitenciário Federal e Departamento Nacional de Trânsito), o Ministério da Justiça atingirá este ano a plena modernização administrativa que vem realizando, a fim de que se amplie e aprimore sua atuação, seja na coordenação política do Governo, seja no relacionamento com as várias Unidades da Federação, em todos os setores que lhe são afetos.



FORÇAS ARMADAS



ESTADO-MAIOR DAS FORÇAS ARMADAS

O Estado-Maior das Forças Armadas, cumprindo sua destinação, prosseguiu, em 1976, seu trabalho de buscar maior integração entre as Forças Armadas — Marinha, Exército e Aeronáutica — e coordenar as atividades de interesse comum.

No âmbito do Conselho de Chefes de Estado-Maior das três Forças Singulares, cujas reuniões se tornaram mais freqüentes e profícuas, foram tratados assuntos da mais alta relevância, no que concerne à política e estratégia militares, planejamento militar combinado, serviço militar, mobilização, pesquisa, tecnologia e indústria de interesse militar. O EMFA participou, ainda, de várias atividades, integrando comissões e conselhos interministeriais, onde foram tratadas matérias de alta significação para a segurança e o desenvolvimento nacionais.

Entre os trabalhos mais importantes desenvolvidos pelo Estado-Maior das Forças Armadas, em 1976, destacam-se estudos relativos: ao Sistema de Defesa Aérea do Território Nacional; à elaboração do Manual de Transportes para as Forças Armadas; à utilização de material criptográfico e sua regulamentação; à legislação de mobilização e respectivas normas de execução; à padronização de armamento leve; ao reconhecimento de setores dos sistemas hidroviário e rodoviário; à formulação de diretrizes para a coordenação das pesquisas científicas e tecnológicas das Forças Armadas; à nacionalização de equipamentos eletrônicos e seus componentes; ao melhoramento do valor protéico da alimentação nas

Forças Armadas, objetivando simultaneamente reduzi-lhe o custo.

Vários desses estudos extravasam as aplicações puramente militares, pois são evidentes os outros efeitos benéficos que deles poderão advir para o país, no que concerne ao melhoramento dos sistemas de transporte, à criação e absorção de tecnologia, à diminuição da dependência de importação de equipamentos vitais para a segurança, e à racionalização da alimentação do povo, com o aproveitamento de matérias-primas disponíveis no país, entre outros aspectos.

No que tange ao Serviço Militar, o EMFA apresentou um bem estruturado plano de comunicação social, divulgando nova imagem da prestação desse serviço. Esse plano dá ênfase à oportunidade que o Serviço Militar oferece ao jovem de melhor se preparar para assumir seu lugar na sociedade e se capacitar moral, física e intelectualmente para participar ativamente da vida nacional.

Quanto ao intercâmbio esportivo militar, a Comissão Desportiva Militar do Brasil, integrante do EMFA, teve atuação destacada, organizando e dirigindo diversas competições de âmbito nacional e internacional, tendo promovido a participação de representantes do Brasil em vários eventos no exterior.

O Estado-Maior das Forças Armadas tem enfatizado suas missões no campo social, prestando, através do Hospital das Forças Armadas, intenso atendimento à comunidade, à semelhança das ações cívico-sociais realizadas diretamente pelas Forças Singulares, dando apoio às organizações de saúde da área, principalmente no campo da medicina especializada, nos setores de cirurgia e de terapia intensiva, além de celebrar convênios com entidades civis, às quais dá assistência.

A Escola Superior de Guerra, órgão subordinado ao EMFA, desempenhou, com êxito, a importante tarefa

que lhe compete na formação dos novos quadros de líderes de alto nível, tanto militares como civis, pertencentes aos principais setores representativos do país, e apoiou, ainda, a Associação dos Diplomados pela Escola Superior de Guerra em seus ciclos de estudo, visando à maior disseminação de sua doutrina.

Para o ano de 1977, o Estado-Maior das Forças Armadas, além da continuação do desempenho de suas atribuições específicas, prosseguirá no aperfeiçoamento da própria organização e de seu aparelhamento, para fazer face a quaisquer problemas conjunturais.

MARINHA

No exercício de 1976, a principal atividade desenvolvida pela Marinha foi a execução de um programa de adestramento das Forças Navais, com o propósito de garantir níveis operacionais adequados ao cumprimento de sua destinação constitucional.

Diversas operações foram realizadas, destacando-se entre elas, por constituírem manobras e exercícios de maior vulto:

Operação Unitas XVII — Um Grupo-Tarefa brasileiro, formado por dois contratorpedeiros e um submarino, operou com três contratorpedeiros e um submarino nuclear da Marinha dos Estados Unidos da América, entre Miami e o Rio de Janeiro. No trecho Miami e La Cruz, navios da Marinha da Venezuela participaram da Operação.

Operação Ninfa V — Operação de caráter fluvial, foi realizada em conjunto com a Marinha da República do Paraguai. Navios, embarcações de desembarque, tropas de fuzileiros navais, helicópteros e mergulhadores de combate tomaram parte nos exercícios realizados na calha do Rio Paraguai.

Operação Dragão XII — Operação anfíbia, de grande envergadura, foi realizada no litoral do Espírito

Santo e contou com a participação de elementos de infantaria do I Exército.

Exercícios conjuntos bilaterais — Foram realizados exercícios conjuntos bilaterais com a Marinha Francesa, na área entre Salvador e Recife, e com a Marinha Argentina, ao sul do Rio da Prata.

Além dessas operações, realizaram-se exercícios de incursão anfíbia, guerra submarina, guerra anti-submarino, minagem, varredura, apoio de fogo naval, controle e proteção ao tráfego marítimo.

A Força de transportes da Marinha, além de tomar parte nas operações anfíbias, efetuou o transporte de pessoal e material da Marinha, prestou apoio logístico às demais Forças Singulares e participou do transporte nacional de cabotagem.

As Forças Distritais, incumbidas da patrulha do mar territorial e das bacias fluviais dos Rios Amazonas e Paraguai, realizaram 80 missões de patrulha costeira, em conjunto com aeronaves da Força Aérea Brasileira e 47 missões de patrulha fluvial. Especial atenção foi dada às ações destinadas a impedir a pesca ilegal e predatória, das quais resultaram o apresamento de várias embarcações estrangeiras. Foram realizadas missões de busca, socorro e salvamento no mar, totalizando 155 salvamentos, 23 reboques, 53 orientações médicas no mar e 4 missões de busca.

A Diretoria de Hidrografia e Navegação executou campanhas hidrográficas e oceanográficas em trechos do litoral e dos rios navegáveis, continuando as atividades de elaboração e atualização de cartas e publicações de auxílio à navegação; obtenção e processamento de dados de oceanografia física e biológica de meteorologia marinha; e de execução dos serviços de faróis e balizados, visando à segurança da navegação marítima, fluvial e lacustre. Prosseguiu, ainda, no levantamento do Rio Para-

guai, entre Puerto Murtinho e a foz do Rio Apa, num trabalho conjunto com a Marinha do Paraguai.

A Marinha fez-se presente, com navios da Flotilha de Mato Grosso, às comemorações do Dia da Independência do Paraguai.

O Navio-Escola Custódio de Mello realizou mais uma viagem de instrução de guardas-marinha, aportando em várias cidades da Europa e da África.

Organização e aparelhamento

O reequipamento das Forças Navais gerou a necessidade de reorganizar e modernizar a Estrutura Básica da Organização do Ministério da Marinha, não só no Setor Operativo como também, e principalmente, no Setor de Apoio.

Para atender a essa necessidade, várias modificações foram feitas e outras estão em andamento. Foi reorganizado e ampliado o Estado-Maior do Comando de Operações Navais, principal comando operativo da Marinha. Reestruturou-se o Serviço de Engenharia da Marinha, com o desdobramento da antiga Diretoria de Engenharia da Marinha em duas outras, a Diretoria de Engenharia Naval e a Diretoria de Obras Cíveis da Marinha. Ativou-se o Centro de Misseis da Marinha e se iniciou a construção de suas instalações na Ilha do Engenho, no Rio de Janeiro. Foram criados o Centro de Apoio de Programação dos Sistemas Digitais Táticos, com a finalidade de desenvolver, testar e modificar a programação dos sistemas digitais táticos; o Grupo de Avaliação de Fragatas, destinado a supervisionar a execução dos testes e experimentos programados para a avaliação operacional dos sistemas das fragatas classe Niterói; o Serviço de Sinalização Náutica do Sul, com a tarefa de prestar apoio à navegação marítima na região Sul; e a Comissão para Estudos e Análise da Formação e Carreira dos Oficiais

e Praças da Marinha. Extinguiram-se os Grupamentos de Fuzileiros Navais de Uruguaiana, Recife e Santos, bem como a Diretoria de Máquinas da Marinha. A sede do Comando do 3º Distrito Naval transferiu-se do Recife para Natal.

No que se refere à renovação e modernização do material flutuante e demais equipamentos de combate, prosseguiu, a execução do Plano de Renovação e Ampliação dos Meios Flutuantes, Aéreos e de Fuzileiros Navais. Em consonância com esse plano, foram incorporados à Armada, no decorrer de 1976, a fragata *Niterói*, os navios-varredores *Abrolhos* e *Albardão*, o navio-patrolha fluvial *Amapá* e o navio-faroleiro *Almirante Graça Aranha*. Prossegue, no Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro, a construção das fragatas *União* e *Independência* e de quatro embarcações de desembarque de carga geral. Foi lançada ao mar, na Inglaterra, a fragata *Constituição*, terceira da série de quatro em construção no exterior. Foi iniciada a montagem do primeiro dos nove helicópteros *Lynx*, destinados a equipar as fragatas. O Corpo de Fuzileiros Navais recebeu viaturas blindadas M-113, viaturas anfíbias Urutu, de procedência nacional, e material de artilharia de campanha.

Em cumprimento ao programa de baixas de unidades obsoletas, foi efetivada a baixa do Cruzador *Tamandaré*.

Em 1977 dar-se-á continuidade à reorganização da estrutura básica do Ministério da Marinha, na qual se atribuirá ênfase à reformulação dos órgãos técnicos normativos e de execução, do setor de apoio, de modo a capacitá-los a enfrentar o desafio tecnológico.

Na parte relativa à renovação do material, serão recebidas as fragatas *Defensora*, *Constituição* e os submarinos *Riachuelo* e *Toneleiro*; será lançada ao mar a fragata *Liberal*, última em construção na Inglaterra, e será iniciado o recebimento dos helicópteros *Lynx*. Com isso, estarão

vencidas importantes etapas do atual Plano de Renovação e Ampliação dos Meios Flutuantes.

Para dar seqüência a esse Plano, está sendo estudado um programa de reaparelhamento para a Marinha, o qual compreenderá a definição de meios flutuantes, aéreos e anfíbios, dos recursos de apoio necessários e, ainda, um plano de baixas de material obsoleto.

No que se refere a novos navios, será dada prioridade mais alta ao projeto e construção, em estaleiros nacionais, de um navio-escola e de navios-patrolha rápidos.

A diretriz que preside a formulação desse programa dá ênfase máxima à nacionalização do material. É esperado que os investimentos no setor de material da Marinha representem, sempre que possível, um estímulo para o desenvolvimento industrial do país.

Na parte de formação e aperfeiçoamento de pessoal militar, iniciar-se-á a construção do Centro de Instrução Integrado, agrupando as Escolas de Formação de Sargentos e os Cursos de Especialização e de Aperfeiçoamento de Praças, de modo a possibilitar a unificação do ensino dos assuntos básicos e um melhor aproveitamento dos recursos existentes.

No que se refere ao pessoal da Marinha Mercante, os programas de preparação de oficiais prevêm a formação, nos Centros de Instrução Almirante Graça Aranha e Almirante Braz de Aguiar, de cerca de 260 oficiais de náutica e 360 oficiais de máquinas.

O Programa de Ensino Profissional Marítimo prevê a realização de 320 cursos em 19 Estados, que beneficiarão, aproximadamente, 2.500 marítimos, 1.300 fluviários, 1.800 trabalhadores da orla portuária e 3.700 pescadores, além de 100 estudantes da última série do 2º grau.

Dar-se-á prosseguimento às obras de construção do Centro Médico-Naval Marcílio Dias, que visam a elevar o padrão de atendimento e aprimorar a assistência médica

ao servidor e seus dependentes na área do Rio de Janeiro, onde está sediado o maior contingente de pessoal da Marinha.

Desenvolvimento científico e tecnológico

Teve prosseguimento a execução do programa plurianual de pesquisas científicas e tecnológicas da Marinha. Os projetos incluídos no II Plano Básico de Desenvolvimento Científico e Tecnológico vêm recebendo apoio de entidades governamentais, com recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.

Grande esforço tem sido dedicado a racionalizar a formação de pessoal de alto nível técnico. A Universidade de São Paulo e o Instituto de Pesquisas Tecnológicas, nos termos dos convênios firmados com a Marinha, vêm ministrando cursos de graduação e pós-graduação de engenharia naval, criando, desta forma, condições para o desenvolvimento, no país, de projetos de navios mercantes e de guerra.

O Instituto de Pesquisas da Marinha está dando andamento a vários projetos relacionados com a utilização econômica dos recursos do mar e com o desenvolvimento de equipamentos militares. Dentre esses projetos destacam-se o Projeto Cabo Frio, que visa à criação de novo complexo pesqueiro e realização de experiências de fertilização das águas do mar; os Projetos de Produção de Concentrados Protéicos de Pescado e de Sais Nutrientes, para enriquecimento de alimentos; o Projeto de Combate à Esquistossomose; Projetos de Desenvolvimento de Equipamentos Eletrônicos de Navegação; o Projeto Bóia Oceanográfico; o de Pesquisa em Energia Solar; os de Simuladores de Equipamentos e Sistemas de Uso Naval e o Projeto de Estação Acústica Submarina.

Alguns desses empreendimentos contam com o apoio da FINEP, BNDE, CNDCT, SUDEPE, INAN e outras entidades.

A Diretoria de Hidrografia e Navegação participou de atividades de pesquisas oceanográficas, com os navios-oceanográficos *Almirante Saldanha* e *Almirante Câmara*. Foram realizadas as operações Norte II, São Sebastião, Geomar VII e Platôs Marginais do Nordeste. Nesse trabalho, a DHN contou com a participação de professores, pesquisadores e estudantes de instituições nacionais de pesquisa interessadas na formação e aperfeiçoamento de técnicos em oceanografia.

A Diretoria de Comunicações e Eletrônica da Marinha, em estreita ligação com a indústria privada, contribuiu para o desenvolvimento de equipamentos eletrônicos nacionais, de interesse militar e civil, e para a nacionalização de componentes eletrônicos.

Procurou-se incentivar, através de contratos firmados com a empresa Computadores e Sistemas Brasileiros S.A. — COBRA, o desenvolvimento no país da tecnologia de circuitos digitais para uso em computadores eletrônicos. Essa tecnologia tornou-se de grande importância para a Marinha, com a introdução, nos novos navios, dos modernos sistemas digitais de processamento de dados táticos.

Colaboração ao desenvolvimento econômico do país

Além de atuar no campo científico-tecnológico, a Marinha tem procurado ampliar sua presença no processo de industrialização do país, através de suas próprias instalações industriais e do incentivo à indústria privada nacional.

Merecem destaque as atividades de construção e reparação naval desenvolvidas no Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro. Essas atividades incluem a execução de projetos extremamente complexos, como a construção das fragatas classe Niterói e a modernização do navio-aeródromo *Minas Gerais*, e representam um esforço conside-

rável no sentido de diminuir os gastos em moeda estrangeira.

Na indústria privada nacional, têm sido contratadas a construção de navios e a fabricação de viaturas de combate e equipamentos de telecomunicações.

Foi concluída a construção, em estaleiros brasileiros, de três navios-patrolha fluviais classe Rondônia e do navio-faroleiro *Almirante Graça Aranha*, e está programada a construção no país de três navios-balizadores e do navio de pesquisas *Alvaro Alberto*.

As Bases Navais continuaram a prestar significativo apoio aos navios mercantes nacionais e estrangeiros que trafegam ao longo das nossas costas, mediante a utilização de seus diques e oficinas, com reflexos positivos para a economia do país.

A Base Naval de Aratu destacou-se pela execução de reparos de grande envergadura em plataformas de exploração de petróleo. As Bases de Val-de-Cães e Ladário constituíram-se nos principais pontos de apoio da navegação fluvial no Amazonas e no Paraguai.

Através da Diretoria de Hidrografia e Navegação, a Marinha cooperou com os trabalhos de ampliação e modernização do sistema portuário vinculado ao Programa de Corredores de Exportação, atuando principalmente no levantamento e balizamento dos portos.

Colaboração ao desenvolvimento social do país

Os estabelecimentos de ensino da Marinha, formaram, no decorrer de 1976, apreciável contingente de pessoal militar e civil. As Escolas de Formação de Oficiais, Sargentos e Marinheiros, as Escolas de Especialização e os Centros de Instrução prepararam pessoal para operar e manter os modernos e sofisticados equipamentos que estão sendo recebidos com os novos navios. O Centro de Instrução Almirante Graça Aranha, no Rio de Janeiro,

o Centro de Instrução Almirante Braz de Aguiar, em Belém, o Centro de Instrução de Fluviários em Pirapora e as organizações militares da rede da Diretoria de Portos e Costas encarregaram-se da formação, especialização e aperfeiçoamento do pessoal da Marinha Mercante, através do Programa de Ensino Profissional Marítimo.

O Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro, as Bases Navais e os demais estabelecimentos industriais da Marinha, com suas escolas técnicas, contribuíram de maneira apreciável para a formação e o treinamento de mão-de-obra especializada para a indústria nacional.

Foram celebrados convênios com a Secretaria de Educação e Cultura do Estado do Rio de Janeiro, para a criação de um Centro de Estudos Supletivos; com o Programa Intensivo de Preparação de Mão-de-Obra do Ministério do Trabalho, para a formação de mão-de-obra especializada; com a Universidade de São Paulo, para formação de engenheiros navais; com escolas técnicas do Rio de Janeiro, para a formação de reservistas navais; e com a Escola Técnica Celso Suckow, para a formação de técnicos de nível médio em eletrônica.

No setor médico-hospitalar, foi prestada, através do Sistema de Saúde da Marinha, assistência ao pessoal militar da ativa, da reserva e reformado, bem como aos seus dependentes e pensionistas.

Foi criada a Comissão para Estudos da Regulação do Fundo de Saúde da Marinha, com a finalidade de aprimorar a sistemática vigente, no que diz respeito à assistência aos dependentes.

No setor da assistência social, foram enfatizadas as atividades de assistência educacional, jurídica, financeira, recreativa, moral e religiosa aos militares da Marinha e suas famílias. As Casas do Marinheiro, localizadas nas sedes dos vários Comandos de Distritos Navais, exerceram importante papel no desenvolvimento dessas atividades.

Os Comandos de Distritos Navais, o Comando Naval de Brasília e as forças distritais realizaram, como nos anos anteriores, várias operações destinadas a prestar assistência médica e social às populações menos favorecidas que habitam o litoral e as margens dos rios navegáveis. Digno de destaque é o trabalho realizado pelas Flotilhas do Amazonas e do Mato Grosso, que, durante as missões de patrulha fluvial, realizaram mais de 80 mil atendimentos médico-odontológicos às populações de locais distantes e muitas vezes inacessíveis por outro caminho.

EXÉRCITO

O Exército, em consonância com a atual fase de renovação que se processa no País, muito tem se modificado e evoluído, de modo a atender, em cooperação com as demais Forças Singulares, as necessidades crescentes da segurança nacional.

Procurando alcançar maiores índices de operacionalização e de eficiência militar, o Exército prosseguiu, em 1976, a tarefa de modernizar tanto sua organização como administração e equipamento. Intensificou esforços para o desenvolvimento científico e tecnológico e continuou, sem prejuízo da atividade-fim, a tradicional colaboração para o desenvolvimento econômico e social do País.

Na execução da atividade-fim do Ministério, a Força Terrestre, apesar das limitações impostas pela realidade nacional, desenvolveu o seu preparo de modo a adquirir a necessária flexibilidade de adaptação a situações adversas que porventura venham a surgir. Não obstante a aplicação rigorosa da política de diminuição do consumo de combustível, restringindo-se, ao máximo, o uso de viaturas, realizaram-se exercícios que na maioria das vezes, foram executados pelas organizações militares com efetivo reduzido.

Assim, na área do I Exército, foram realizados exercícios e manobras, a última das quais — de quadros — com a participação limitada de tropas das três Forças. O ano de instrução encerrou-se com a presença do Presidente da República e dos Ministros militares.

No II Exército, as manobras das suas Grandes Unidades foram efetuadas com a participação dos quadros, ressaltando-se os exercícios das 2ª Divisão de Exército e 4ª Divisão de Cavalaria.

No Nordeste do País, o IV Exército efetuou intensos trabalhos para assistência aos flagelados da seca e realizou exercícios especiais de transporte de tropa, testando a exequibilidade dos Planos de Defesa Interna.

No Norte, foram realizadas, pelo Comando Militar da Amazônia, várias operações de reconhecimento ao longo da fronteira e no Estado do Pará.

O Comando Militar do Planalto executou exercício de defesa territorial terrestre e constatou, durante o emprego no terreno, a excelente atuação dos carros de combate *Urutu* e *Cascavel*, de fabricação nacional.

Dentro de uma política de substituir o material importado por similar nacional, a aquisição de material bélico no exterior limitou-se ao não existente no País e a compra, no mercado interno, de artigos de procedência estrangeira foi reduzida ao mínimo, enquanto se estimulou a iniciativa privada para sua produção.

Efetivou-se a reformulação dos Cursos de Altos Estudos Militares, de modo a permitir um melhor atendimento das necessidades da Força Terrestre.

A celebração de convênios com a Central de Medicamentos possibilitou modernizar o Laboratório Químico e Farmacêutico do Exército e ampliar o provimento de remédios às organizações militares

Integrado na programação de outras entidades do Sistema Cartográfico Brasileiro, foi elaborado o Plano

Cartográfico Básico do Exército, que propiciará um criterioso mapeamento das diversas regiões do território nacional.

Será efetivada, também, com prioridade, a transferência do parque fabril do Exército para a Indústria de Material Bélico do Brasil — IMBEL, o que permitirá a dinamização da fabricação de material de emprego militar e a substituição de maior quantidade de bens importados por produtos de produção nacional.

A Comissão Executiva de Alienação de Imóveis prosseguirá em sua missão com vistas à obtenção da regularização patrimonial dos imóveis sob jurisdição do Ministério do Exército; continuará a judiciosa execução do plano de alienação de imóveis, que haverá de assegurar recursos substanciais capazes de permitir a complementação das necessidades básicas de material, a aquisição de imóveis em regiões mais propícias à atividade militar e a construção e conservação de quartéis e de residências.

No setor de pessoal, proceder-se-á, na área do Comando Militar da Amazônia, à aplicação plena do Sistema de Recrutamento do Serviço Militar Inicial por Processamento Automático de Dados, completando assim a sua implantação em todo o Território Nacional.

Serão conduzidos estudos visando à criação de novos Tiros de Guerra e de Escolas de Instrução Militar, a fim de possibilitar melhor aproveitamento dos jovens chamados à prestação do Serviço Militar Nacional e dispensados por falta de vagas nas organizações militares.

Organização e aparelhamento

Os altos escalões de administração do Exército têm, permanentemente, diante de si, a tarefa de examinar o confronto entre as necessidades da Força e as disponibilidades de recursos.

Merece destaque especial a orientação vigente no sentido de aproveitar, ao máximo, a tecnologia e a capacidade de produção do parque industrial nacional, orientação esta que, positiva sob todos os aspectos, estimula o trabalho e desperta as consciências para a necessidade de se encontrarem soluções adequadas aos principais problemas nessa área.

Preocupado com a atividade-fim, vem o Exército criando, transferindo ou rearticulando novas organizações militares, em áreas estratégicas que melhor possibilitem seu eventual emprego. É o caso da recente criação da 23ª Brigada de Infantaria de Selva, em Marabá, do 3º Grupamento de Fronteira, em Porto Velho e, ainda, a instalação de unidades em Aragarças, Coxim, Rondópolis e Jataí.

Desenvolvimento científico e tecnológico

Coerente com sua própria evolução, o Exército está efetuando uma série de pesquisas, com vistas ao atendimento de suas necessidades específicas. A maioria destas atividades se processa em estreita colaboração com organizações civis interessadas nos dados obtidos.

Por outro lado, a indústria nacional vem sendo constantemente incentivada para a produção de material bélico de interesse do Exército.

Entre os inúmeros projetos de desenvolvimento de novos materiais, equipamentos e armamento, destacam-se os que visam essencialmente a dotar a Força Terrestre de uma capacidade operacional consentânea com as imposições da presente conjuntura.

Simultaneamente ao adestramento da tropa, realizado com exercícios e manobras, procura-se testar os diversos tipos de equipamentos, armamentos e uniformes, verificando seu comportamento e, se necessário, desenvolvendo estudos e pesquisas de modificações, para dar maior operacionalidade à Força Terrestre.

Colaboração ao desenvolvimento econômico do país

Participante pioneiro de diversas atividades ligadas ao desenvolvimento do país, o Exército procura encarar a realização de atividades complementares à luz da nova realidade brasileira. Profundamente identificado com o povo, não se exime de integrar-se ao imenso esforço da construção nacional.

No silencioso trabalho desenvolvido pelas unidades junto às suas comunidades, o Exército, não raras vezes, ajuda na realização de colheitas, estocagem e escoamento de grandes safras, com o trabalho de seus homens e de seus meios de transporte.

Utilizando recursos extra-orçamentários, as unidades de Engenharia Militar têm efetuado, preferentemente na Amazônia, trabalhos de infra-estrutura e superestrutura rodoviária e ferroviária. Assim, destacam-se a conclusão e a entrega das rodovias Cuiabá — Santarém (com 1.777 km, permitindo o acesso às férteis bacias dos rios Tapajós e Xingu e ligando duas importantes áreas sócio-econômicas) e Picos — Petrolina, que permite a interligação da grande área do Nordeste ao Centro-Sul e proporciona articulação com a Transamazônica.

Precursor das atividades de levantamento e mapeamento, o Exército continua cooperando nesse campo com entidades civis, tendo executado mais da metade do mapeamento já realizado no território nacional.

Colaboração ao desenvolvimento social do país

A colaboração ao desenvolvimento social do país se faz sentir desde a contribuição para a formação da cidadania ao imenso esforço com vistas a propiciar aos convocados uma profissão civil; da implantação de quartéis em áreas pouco povoadas à formação de mão-de-obra civil altamente especializada em cursos de graduação e

pós-graduação do Instituto Militar de Engenharia; da prestação de assistência médico-odontológica a inúmeras comunidades que vivem em torno das Unidades do interior, à ação comunitária nos momentos de calamidade pública, particularmente nas secas nordestinas e nas enchentes amazônicas e sulinas; desde a preparação de jovens, através de quase uma dezena de Colégios Militares localizados em diversas regiões do território nacional, à colaboração com entidades desportivas no aprimoramento de atletas e equipes de diferentes modalidades.

O papel pioneiro do Exército nas regiões fronteiriças, bem como junto a populações em espaços vazios, ainda hoje continua sendo exercido, inclusive mediante a localização nessas regiões de comandos de Grandes Unidades.

Embora esteja a Força Terrestre empenhada na obtenção de maior eficiência operacional, busca também garantir a paz social à Nação brasileira, proporcionando, aos setores governamentais voltados para o desenvolvimento, a tranqüilidade indispensável à realização dos seus programas.

AERONAUTICA

Em 1976, o Ministério da Aeronáutica orientou suas principais atividades para o cumprimento de suas obrigações constitucionais.

Assim, a política aeroespacial, o fortalecimento do poder aéreo, a operação da infra-estrutura aeronáutica, o incentivo e apoio às indústrias relacionadas com suas atividades, bem como a operação do Correio Aéreo Nacional, receberam trato cuidadoso e adequado.

A racionalização das atividades permitiu, dentro do contexto econômico-financeiro internacional, a manuten-

ção dos programas iniciados nos anos anteriores, concluindo-se, no exercício de 1976, o Aeroporto Internacional de Manaus e o Sistema Integrado de Defesa Aérea e Controle de Tráfego Aéreo.

A aviação de terceiro nível é uma realidade, tendo a indústria nacional produzido os aparelhos necessários à sua operação.

Organização e aparelhamento

Cabe salientar, dentro do Plano de Reequipamento da Força Aérea, a expressiva participação percentual, na frota, de aeronaves produzidas no país — 68,2%.

Foram assinados com o BNDE contratos de financiamento para aquisição de mais 18 aeronaves nacionais, ao mesmo tempo em que se iniciou o processo de alienação de 98 aeronaves obsoletas, de fabricação estrangeira.

Do exterior, em 1976, foram recebidas as duas aeronaves destinadas ao atendimento do Presidente da República, que já estão operando normalmente.

Finalmente, na parte de munições e armamento, as aquisições realizadas no parque industrial brasileiro atingiram o expressivo índice de 90% do valor dos dispêndios realizados. Como se observa, inicia-se a colheita dos frutos de um paciente trabalho, com evidentes reflexos na balança comercial do país.

Desenvolvimento científico e tecnológico

Através do seu Departamento de Pesquisas e Desenvolvimento, o Ministério da Aeronáutica aplicou consideráveis recursos nas áreas da Ciência e da Tecnologia durante o exercício de 1976.

O Instituto de Pesquisas e Desenvolvimento, do Centro Técnico Aeroespacial, utilizando seus próprios

meios ou em convênios e contratos com órgãos do Governo e universidades, desenvolveu importantes projetos de pesquisas na sua área específica, destacando-se os listados a seguir:

Projeto Meta Dois. Continuação do projeto *Microondas*, com tecnologia mais avançada, destinando-se a melhor equipar a estrutura aeroportuária brasileira com um radar de área terminal, podendo, inclusive, evoluir para o desenvolvimento de radares para controle de mísseis, radares táticos etc.

Projeto Avião — Laboratório. Já concluído e em fase experimental, destina-se à futura aplicação em aviões *Bandeirantes*, com a finalidade de inspecionar, em vôo, os equipamentos de auxílio à navegação, em operação nos aeroportos.

Projeto Instrumentação e Telemetria de Foguetes. O desenvolvimento deste Projeto é considerado da mais alta relevância, no que diz respeito à possibilidade de se dispor, em futuro próximo, de mísseis totalmente nacionais.

Projeto Extração — Metalurgia do Titânio. Compreende a instalação semi-industrial de usina-piloto com capacidade de produção inicial de 300 toneladas por ano de esponja de titânio, evoluindo, numa segunda etapa, para 3 mil toneladas anuais dessa importante matéria-prima de aplicação aeroespacial e nuclear.

Projeto Álcool. Já em fase de consolidação, identifica-se com uma das metas prioritárias do Governo, que pretende a substituição gradativa do petróleo.

Projeto Turbina. Projeto em promissor desenvolvimento, apoiado pela indústria nacional, já operando experimentalmente como grupo-gerador estacionário, visa à assimilação da tecnologia de turbinas, para a posterior aplicação aeronáutica. Por seu turno, o Instituto de Atividade Espacial do Centro Técnico Aeroespacial vem desenvolvendo projetos de grande alcance científico e

bélico. O Foguete Sonda II, de pesquisas atmosféricas, por exemplo, já é um artefato de concepção e fabricação inteiramente nacionais, sem contar os foguetes ar-terra, bombas e, numa próxima fase, os mísseis ar-ar, para as missões de defesa aérea, que já vêm atingindo importantes marcas a caminho da auto-suficiência no setor.

Além desses projetos os trabalhos de pesquisas nos campos da metalurgia, dos combustíveis das máquinas etc. são considerados extremamente relevantes para o desenvolvimento nacional, tendo os mesmos sido objeto de convênios com o BNDE, Ministérios das Minas e Energia, da Indústria e do Comércio e com os Governos dos Estados.

A Empresa Brasileira de Aeronáutica S.A. — EMBRAER, criada pelo Decreto-lei n.º 770, de 19 de agosto de 1969, é uma sociedade de economia mista cujo objetivo principal é o desenvolvimento da indústria aeronáutica brasileira, hoje plenamente consolidada.

Na sua constituição inicial, teve o importante concurso de engenheiros e técnicos oriundos do Centro Técnico Aeroespacial-CTA e à sua disposição foram colocados recursos provenientes dos fundos levantados através de incentivos fiscais, além, naturalmente, de haver recebido o apoio irrestrito do Governo.

Ao completar sete anos, essa empresa é uma das cem maiores sociedades anônimas do país e a maior produtora mundial de aviões, em número de unidades mensais, fora dos Estados Unidos, ocupando, ainda, a sexta posição entre os maiores fabricantes do mundo ocidental.

Atualmente, absorve uma força de trabalho de mais de 4.200 funcionários, conta com área construída de 117 170 m², capital integralizado de Cr\$ 477 milhões e 116.333 acionistas; durante o exercício de 1976, produziu um total de 596 aeronaves, superando em 113,6% a produção do ano anterior e alcançando a média de 2 aviões por dia; teve um faturamento de Cr\$ 1,046 bilhões.

Das atividades marcantes da Empresa, durante o ano de 1976, destacam-se os projetos de nacionalização de 700 diferentes componentes, entre os quais 50 considerados complexos, representando uma substituição real nas importações de us\$ 1,2 milhão por ano; o levantamento da viabilidade de nacionalização de 12 mil componentes; o início do plano de nacionalização de componentes sofisticados que deverão representar, já em 1977, uma substituição de importações da ordem de us\$ 5 milhões; a continuação do projeto de aviões pressurizados, com o início dos ensaios, em vôo de avaliação e ajuste, do EM-121 Xingu, para fins de homologação; a definição das várias versões especiais do avião EM-110 Bandeirante, especificando os modelos EMB-110A (avião de calibração de auxílios rádio-navegação), EMB-110B e EMB-110B1 (aviões de fotografia aérea), EMB-111 (para as missões de esclarecimento marítimo), além das versões EMB-110K1 (cargueiro), EMB-110P (transporte para 18 passageiros), e EMB-110S1 (para aerolevanteamento). Em sua atuação no correr de 1976, ressaltam-se ainda os projetos de desenvolvimento e ensaio em vôo de um novo modelo, mais eficiente, do avião agrícola Ipanema, a realização de estudos para definir o avião militar de combate AX e o de transporte CX, a fabricação de componentes para os aviões F-5E, construídos pela empresa americana *Northrop*; a fabricação de suportes para metralhadoras dos aviões Xavantes e a entrega do milésimo avião fabricado pela empresa.

No mercado externo, foram assinados contratos no valor de us\$ 15 milhões com a Marinha do Chile e us\$ 5,7 milhões com a República do Togo, decorrentes da exportação, para aqueles países, de seis aeronaves EMB-111 Bandeirante e três aeronaves EMB-326 Xavante, respectivamente, além de material de reposição, equipamentos de apoio de solo e assistência técnica correspondente. Por outro lado, as perspectivas futuras são altamente promissoras e novos contratos de venda ao exterior se encon-

tram em fase de formalização. No mercado interno, toda a produção foi comercializada.

Colaboração ao desenvolvimento econômico do país

Os elevados índices atingidos pelo complexo industrial aeronáutico brasileiro, durante o exercício de 1976, traduzem o dinamismo do setor e sua contribuição ao desenvolvimento do país. As exportações de materiais aeronáuticos e serviços atingiram um total de aproximadamente US\$ 24 milhões, representando um passo adiante na conquista de mercado tão promissor.

Com a exploração acelerada nos campos da indústria e da pesquisa aeronáutica advém, obviamente, a necessidade de formação e aperfeiçoamento de mão-de-obra cada vez mais especializada, o que gera, conseqüentemente, mais e melhores oportunidades de empregos.

Outra grande contribuição do Ministério da Aeronáutica ao desenvolvimento econômico do país tem sido o desencadeamento de estudos e pesquisas, visando a aplicação do álcool etílico, produzido a partir da mandioca, como combustível para motores.

Como conseqüência do estreito contato mantido com a indústria nacional, objetivando a fabricação de produtos para aviação, encomendas colocadas no parque industrial constituíram um significativo marco no tocante à substituição de importações, com apreciável economia de divisas.

A aquisição de material e a contratação de serviços na indústria privada nacional vêm merecendo a atenção dos setores especializados do Ministério da Aeronáutica, cujos dispêndios, durante o exercício de 1976, foram la ordem de Cr\$ 104,5 milhões para aquisição de material e equipamentos e Cr\$ 109,7 milhões para serviços de revisão de aviões, motores e acessórios.

A adequação da infra-estrutura aeroportuária ao estágio de desenvolvimento por que atravessa o país e a modernização das atividades relacionadas com a proteção ao vôo permitiram maior e mais seguro fluxo de passageiros e cargas, fortalecendo, desse modo, as companhias comerciais de aviação, redundando, de uma forma indireta, em reflexos positivos à economia nacional.

Tiveram prosseguimento, durante o ano de 1976, as obras da primeira etapa do Aeroporto Internacional do Rio de Janeiro. Ressaltam, entre elas, a construção dos terminais de passageiros, doméstico e internacional, já em funcionamento; o início da nova pista de pouso, com 4.000 m de comprimento (Sistema 09.27), de importância capital para a operacionalidade futura do aeroporto; e obras complementares imprescindíveis ao seu funcionamento.

A política empresarial de administração de aeroportos adotada pelo Governo Federal vem obtendo resultados auspiciosos para o desenvolvimento daquele importante setor.

Os projetos a cargo da INFRAERO visam, especialmente, a adequar a infra-estrutura aeroportuária às exigências do transporte aéreo atual, quanto às dimensões e resistências das pistas de pouso e áreas de manobras e quanto às condições técnicas de operação e segurança. Além disso, envolvem a exploração industrial e comercial dos aeroportos com vistas à auto-suficiência de recursos, a fim de liberar o Governo Federal das despesas de custeio.

Provenientes de recursos internos e de empréstimos externos autorizados, consideráveis somas foram aplicadas em obras e investimentos, durante o exercício de 1976. Melhoramentos diversos, aquisições de equipamento, construção de edifícios de administração e obras correlatas foram concluídos nos aeroportos de Belém, Brasília,

Corumbá, Foz do Iguaçu, Fortaleza, Goiânia, Salvador, Belo Horizonte, Boa Vista e Florianópolis.

A prevenção e combate a sinistros mereceu, também, a devida atenção da empresa, com a aquisição de carros contra-incêndio, edificações, reformas de instalações e formação de pessoal especializado.

No tocante a terminais de carga, foram construídas 19 edificações em vários aeroportos e implantados 22 terminais, que já se encontram em operação com o total apoio da Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda.

Como resultado dos investimentos realizados, verificou-se crescimento auspicioso das receitas operacionais da empresa que prevê, já em 1977, o equilíbrio entre despesas de custeio e receitas aeroportuárias. A INFRAERO, entre outras realizações, dedicou-se ao incremento da nacionalização de materiais e equipamentos junto à indústria nacional, obtendo grande êxito. Várias encomendas foram colocadas e representam uma economia de divisas da ordem de us\$ 230 mil, aproximadamente.

Abrangendo vastíssima área do território brasileiro e em sua fantástica potencialidade, a Amazônia tem despertado o mais vivo interesse do Ministério da Aeronáutica no que diz respeito à implantação e manutenção de aeroportos, a fim de acompanhar o vertiginoso desenvolvimento de toda a região.

A Comissão de Aeroportos da Região Amazônica — COMARA vem cumprindo, rigidamente, extenso programa de construção de novos aeroportos e manutenção dos existentes, possibilitando, com pleno êxito, a penetração de linhas áreas, com equipamentos sofisticados, em locais até há bem pouco tempo considerados inacessíveis.

A COMARA concluiu e mantém em execução várias obras nos aeroportos do Pará, Amapá, Amazonas, Rondônia e Acre, num total de 13 localidades diferentes, além de outros projetos em andamento.

Colaboração ao desenvolvimento social do país

Na área da educação, a contribuição do Ministério da Aeronáutica tem se destacado.

Em convênio com secretarias estaduais de educação, mantém escolas públicas de nível primário em várias localidades do território brasileiro, além de estabelecimentos de ensino de 1º grau, em Fortaleza e Ilha do Governador, freqüentados até a oitava série por uma considerável população estudantil.

Por outro lado, o ITA, internacionalmente conhecido pelo elevado nível do seu padrão de ensino, congrega várias centenas de estudantes universitários, em regime de tempo integral, distribuídos nos vários campos da engenharia e destinados, em sua quase totalidade, ao mercado civil de trabalho.

Outra colaboração marcante ao desenvolvimento social do país é a ação cívica desenvolvida pelos legendários aviões do Correio Aéreo Nacional e suas tripulações militares, cobrindo toda a área do território nacional e distribuindo assistência médico-sanitária-odontológica e social a grande parte da população mais carente. Seus aviões voaram milhares de horas, correspondentes a milhões de quilômetros percorridos, transportando, não só elevado número de passageiros como, também, considerável tonelagem de carga. A prioridade de transporte é conferida a enfermos, missionários e estudantes, sendo os primeiros transportados em condições especiais, com assistência médica a bordo, para centros de melhores recursos. Em atividades dessa natureza e em outras, de resgate, de busca e salvamento, inclusive em socorro a tripulantes de embarcações marítimas e fluviais, foram realizadas inúmeras missões de mais alta relevância social. Além dessas missões, é importante ressaltar, ainda, outras de grande significação humanitária, como as de socorro e assistência às vítimas de catástrofes, tanto no país como

no exterior, bem como o elevado espírito altruístico da missão do 1º Esquadrão Aeroterrestre de Salvamento — PARASAR, que, constantemente, é chamado a participar das mais árduas, difíceis e perigosas operações de resgate de acidentados.

INDICE

	<i>Página</i>
Introdução	7
Política Econômico-Financeira	
Fazenda	28
Transporte	46
Agricultura	53
Indústria e Comércio	67
Minas e Energia	100
Interior	112
Comunicações	139
Política Social	
Educação e Cultura	154
Trabalho	170
Saúde	179
Previdência e Assistência Social	194
Política Externa	209
Justiça	
Política Interna	243
Ordem Jurídica	244
Segurança Interna	246
Ação Social	247
Ministério Público	250
Documentação -- Publicação e Arquivo de Atos Oficiais	250
Forças Armadas	
Estado-Maior das Forças Armadas	255
Marinha	257
Exército	266
Aeronáutica	271

